AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALENTEJO 2014-2020

RELATÓRIO FINAL

Abril 2023

Cofinanciado por:

ALENTEJO 2020

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FICHA TÉCNICA

Contrato: Aquisição de serviços com vista à realização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Relatório: Relatório Final

Equipa Técnica:

Coordenação:
Sérgio Barroso

Especialistas:
Carla Figueiredo, Gonçalo Caetano, Inês Andrade, Heitor Gomes, Luís Carvalho, Pedro Henriques, Rui Ferreira e Sandra Primitivo

***Steering Committee*:**
Jorge Gaspar e Paulo Madruga

Data: 28 de abril de 2023
Número de páginas: 212

CEDRU
Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda
Rua Fernando Namora 46A
1600-454 Lisboa
(+351) 217 121 240
www.cedru.com

C/ Assistência técnica de
EY-Parthenon Lisbon
Avenida da República 90 - 3 Andar
1649-024 Lisboa
(+351) 217 912 000
www.ey.com/pt_pt

ÍNDICE

0. INTRODUÇÃO **7**
1. ENQUADRAMENTO **9**
1.1. ÂMBITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO 9
1.2. OBJETO DE AVALIAÇÃO 9
1.3. PONTO DE SITUAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL 9
2. METODOLOGIA **15**
2.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA GLOBAL 15
2.2. AS OPÇÕES DE APROFUNDAMENTO ANALÍTICO 16
2.3. TEORIA DA MUDANÇA 16
3. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO **21**
3.1. QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 1 – EFICÁCIA DO POR ALENTEJO 21
3.2. QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 2 – EFICIÊNCIA DO POR ALENTEJO 2014-2020 40
3.3. QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 3 – IMPACTO E SUSTENTABILIDADE DO POR ALENTEJO 50
3.4. QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 4 – VALOR ACRESCENTADO EUROPEU DO POR ALENTEJO 61
3.5. QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 5 – RELEVÂNCIA E COERÊNCIA DO POR ALENTEJO 65
4. CONCLUSÕES **77**
5. RECOMENDAÇÕES **84**
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS **95**
7. ANEXOS **97**
7.1. ENQUADRAMENTO E PONTO DE SITUAÇÃO 97
7.2. ABORDAGEM METODOLÓGICA 103
7.2.1. Opções de aprofundamento 103
7.2.2. Racional da Teoria de Mudança 104
7.3. QUADRO DE APURAMENTOS DE INDICADORES DE CONTEXTO 110
7.4. CÁLCULO DE CUSTOS-RESULTADO POR EIXO 113
7.5. AUSCULTAÇÃO DE ATORES ESTRATÉGICOS 120
7.5.1. Guiões de Entrevista 120
7.5.2.Programa de entrevistas e Focus Group realizado 126
7.5.3. Síntese de entrevistas 128
7.6. INQUÉRITOS 136
7.6.1. Formulário - Inquérito a beneficiários não empresariais 136
7.6.2. Formulário - Inquérito a beneficiários empresariais 143
7.6.3. Resultados - Inquérito a beneficiários não empresariais 149
7.6.4. Resultados - Inquérito a beneficiários empresariais 163
7.7. ESTUDOS DE CASO 176
7.7.1. EC 1. Empreendedorismo Qualificado Dolphin Bay 176
7.7.2. EC 2 Hydroreuse - Tratamento e reutilização de águas residuais agroindustriais utilizando um sistema hidropónico inovador com plantas de tomate 179
7.7.3. EC 3 Expansão da empresa Scalastatus 182
7.7.4. EC 4. Construção do Centro Escolar de Foros de Salvaterra e Várzea Fresca 185
7.7.5. EC 5. Plano de Ação de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Grândola 188
7.7.6. EC 6. Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas de Monforte 193

7.7.7. EC 7. Plano de Ação de Regeneração Urbana de Marvão 197
7.7.8. EC 8. Reabilitação e Requalificação das Portas dos Currais e Muralhas Adjacentes - Estremoz 202
7.7.9. EC9. Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas 205

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Nº de projetos, investimento elegível e fundo aprovado por TI, a 31.12.2021 12
Quadro 2. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 2 25
Quadro 3. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 5 26
Quadro 4. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 1 29
Quadro 5. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 3 32
Quadro 6. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 4 34
Quadro 7. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 7 35
Quadro 8. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 8 36
Quadro 9. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 6 38
Quadro 10. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 9 39

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Taxa de aprovação e taxa de compromisso dos projetos aprovados por Eixo, em 31.12.2021 12
Figura 2. Análise da contribuição, um roteiro metodológico 15
Figura 3. Teoria da mudança subjacente à intervenção – Quadro concetual 17
Figura 4. Teoria de mudança – racional da intervenção 19
Figura 5. Teoria de mudança – pressupostos e riscos 20
Figura 6. Evolução do PIB per capita (PPC) das NUTSII em percentagem da média nacional (2000-2020) 53

ACRÓNIMOS

AAC	Avisos para Apresentação de Candidaturas
ABT	Avaliação Baseada na Teoria
ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP
ADENE	ADENE - Agência para a Energia
AEBAL	Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral
AG	Autoridade de Gestão
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E.,
ANI	Agência Nacional de Inovação S.A.
AP	Administração Pública
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDR Alentejo	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
CEDRU	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano
CEI	Contratos Emprego Inserção
CIM	Comunidade Intermunicipal
CIMAA	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo
CIMAA	Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral
CIMAC	Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
CIMBAL	Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo
CIMLT	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
CUE	Centros Urbanos Estruturantes
CUR	Centros Urbanos Regionais
DGAL	Direção Geral das Autarquias Locais
DGE	Direção Geral de Educação
DGEstE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DRC	Direção Regional de Cultura
DSR	Direção de Serviços da Região
EB	Escola Básica
ERTA	Entidade Regional de Turismo do Alentejo
EY	Ernst & Young
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
GAL	Grupo de Ação Local
I&D	Investigação e desenvolvimento
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação, IP
IDT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional,
IF	Instrumento Financeiro
IFD	Instituição Financeira de Desenvolvimento S.A.

IFFRU	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Instituto Publico
JI	Jardim de Infância
ME	Ministério da Educação
NERBE	Núcleo Empresarial da Região de Beja
NERE	Núcleo Empresarial da Região de Évora
OE	Objetivo Específico
OI	Organismo Intermédio
PAICD	Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas
PARU	Plano de Ação de Regeneração Urbana
PDCT	Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
PEDU	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PGA PT2020	Plano Global de Avaliação do Portugal 2020
PI	Prioridade de Investimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIEF	Programa Integrado de Educação e Formação
PME	Pequenas e Médias Empresas
PO	Programas Operacionais
PO MAR	Programa Operacional Mar 2020
POCH	Programa Operacional do Capital Humano
POISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
POR	Programa Operacional Regional
POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
QA	Questão de Avaliação
SCT	Sistema Científico e Tecnológico
SI	Sistema de Informação
TdM	Teoria da Mudança
TdP	Turismo de Portugal, IP
TEIP	Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
TeSP	Titulares de Diploma de Técnico Superior Profissional
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TO	Tipologias de Operação

0. INTRODUÇÃO

1. O presente documento constitui o **Relatório Final da "Avaliação Intercalar do Programa Operacional do Alentejo 2014-2020"**, desenvolvido pela equipa de avaliação do Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda (CEDRU, Lda), com a assistência técnica da EY-Parthenon Lisbon, para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo).
2. Nos termos do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos, este relatório tem por objetivo sistematizar toda a informação pertinente associada ao exercício avaliativo e gerar, a partir desta, conhecimento útil e utilizável pelos destinatários da avaliação.
3. O relatório apresenta por isso diferentes níveis de aprofundamento, em consonância com o Caderno de Encargos, que previu uma análise mais completa (mobilizando todos os métodos de recolha e análise de informação e abordagens baseadas na teoria) para um leque de Prioridades de Investimento (PI) que abrangem a globalidade dos Eixos: PI 3.1; 10.5; 1.1; 6.5; 9.8; 8.3; 8.8; 9.8; 6.3; 6.5; e, 11.2.
4. Nas PI restantes, para além da mobilização dos inquéritos e das sessões *focus group*, a avaliação encontra como suporte essencial, as conclusões das avaliações temáticas já realizadas no âmbito do Portugal 2020.
5. Os resultados apresentados baseiam-se nas evidências recolhidas a partir da triangulação da informação obtida nos diversos métodos. Foram realizadas 16 entrevistas, 2 inquéritos, 9 estudos de caso e 6 *focus group* temáticos.
6. O presente documento respeita, por isso, a estrutura estabelecida no Anexo I – Estrutura tipo do Relatório Final Preliminar da Avaliação, estando organizado, para além deste capítulo, da seguinte forma:
   - **Capítulo 1. Enquadramento**, onde se efetua uma apresentação sintética do âmbito e objetivos da avaliação e se apresenta de forma sintética o objeto;
   - **Capítulo 2. Metodologia**, no qual se apresenta uma descrição da abordagem metodológica adotada e a Teoria de Mudança (TdM) que sustenta o processo;
   - **Capítulo 3. Resposta às questões de avaliação**, onde se apresentam os resultados de resposta a cada questão;
   - **Capítulo 4. Conclusões,** onde se apresentam as principais conclusões por temática central da avaliação;
   - **Capítulo 5. Recomendações,** onde se apresentam as principais recomendações do exercício avaliativo;
   - **Capítulo 6. Referências bibliográficas e eletrónicas**, no qual se apresentam as fontes de informação documental utilizadas na realização do estudo.
7. Finalmente, este relatório é complementado por um **capítulo de Anexos**, que que disponibiliza informação de base ao processo de análise, relacionada com a leitura analítica de dados estatísticos de contexto e dos resultados da aplicação dos instrumentos de recolha e de análise de informação mais relevantes (e.g. entrevistas semiestruturadas, inquéritos e Estudos de Caso).

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

1. ENQUADRAMENTO

1.1. Âmbito e objetivos da Avaliação

8. A "Avaliação Intercalar do Programa Operacional do Alentejo 2014-2020" constitui-se como uma avaliação de impacto das intervenções apoiadas pelo Programa nos seus Eixos prioritários. Centra-se no contributo das ações apoiadas na prossecução dos objetivos específicos, tendo em vista alcançar as metas de realização física e financeira definidas para 2023. Neste sentido, importa compreender o impacto dos apoios direcionados para as diversas áreas na melhoria das condições económicas, sociais e ambientais do Alentejo, por via da promoção das condições de competitividade nas empresas, do estímulo à I&D e inovação, da educação e formação, da modernização e capacitação administrativa, da qualificação dos trabalhadores, da qualidade do emprego e mobilidade dos trabalhadores, da proteção do ambiente e da utilização eficiente dos recursos, da sustentabilidade dos transportes, da inclusão social e do combate à pobreza, entre outras.

9. O principal objetivo da presente avaliação consiste em "*identificar e explicar o contributo do Programa Operacional para os resultados esperados nos Objetivos Específicos de cada Prioridade de Investimento (PI) mobilizada em cada um dos seus Eixos Prioritários*", o que passa por: (i) aferir o grau de eficácia e eficiência dos apoios concedidos pelo PO, identificando o seu contributo (relação causa-efeito) para os Objetivos Específicos (OE) prosseguidos em cada PI; (ii) identificar o impacto, potencial ou efetivo, da implementação do Programa e respetivo alinhamento com os objetivos estratégicos da União para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial da Região do Alentejo; (iii) identificar o Valor Acrescentado Europeu associado à implementação e aos resultados do PO; (iv) avaliar a relevância e coerência da configuração do Programa Operacional face às necessidades dos seus principais destinatários e à evolução do contexto ao longo do período de programação, tendo em conta a eficácia, eficiência e o potencial impacto revelados pelo Programa.

1.2. Objeto de avaliação

10. O Programa Operacional Regional do Alentejo para o período 2014-2020, constitui-se como o principal instrumento financeiro ao dispor da Região para implementação da Estratégia de Desenvolvimento Regional no período 2014-2020, sendo complementado por outros instrumentos financeiros que integram o Portugal 2020.

11. O Programa visa assim a concretização dos seis polos da estratégica regional, pretendendo articular as dimensões inteligente, sustentável e inclusiva para o crescimento futuro da Região, refletida na Visão: "um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais-valia ambiental, atraindo residentes, visitantes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social".

12. Com uma dotação global de 1.082,9 Milhões de euros, dos quais 863,2 Milhões de euros FEDER e 219,7 Milhões de euros FSE, o Programa é constituído por quatro Agendas (competitividade e internacionalização, capital humano, inclusão social e emprego e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos) e dez Eixos Estratégicos, articulados entre si: Eixo 1. Competitividade e Internacionalização das PME; Eixo 2. Capital Humano; Eixo 3. Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; Eixo 4. Desenvolvimento Urbano Sustentável; Eixo 5. Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos; Eixo 6. Coesão Social e Inclusão; Eixo 7. Eficiência Energética e Mobilidade; Eixo 8. Ambiente e Sustentabilidade; Eixo 9. Capacitação Institucional e Modernização Administrativa; e, Eixo 10. Assistência Técnica.

1.3. Ponto de situação do Programa Operacional

13. Até 31 de dezembro de 2021, o POR Alentejo recebeu 9.120 candidaturas, sendo que 306 ainda não tinham sido objeto de qualquer análise (estado submetidas), 601 não tinham sido admitidas e 597 desistiram por iniciativa do promotor. Das candidaturas com decisão final, foram aprovadas 4.653 operações, e 3.511 não foram aprovadas,

verificando-se que 151 candidaturas foram anuladas e 556 rescindidas. O Programa Operacional revelava assim uma taxa de aprovação (51,6%), abaixo da média do PT 2020 (73%), mas em linha com a média das taxas de aprovação dos congéneres Programas Operacionais Regionais do Continente (52%).

14. Entre 2015 e 2021 foram lançados 490 Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC) (Quadro 1). As Prioridades de Investimento (PI) com mais AAC foram a 1.2 Promoção do investimento das empresas na I&D (Eixo 3), a 9.6 Estratégias de desenvolvimento local (Eixo 6), a 9.10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local (Eixo 6) e a 3.3 Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento (Eixo 1).

15. Por sua vez, o Eixo 6 - Coesão social e inclusão foi aquele que alcançou um maior número de AAC, com 145 dos 490, seguido do Eixo 3 – Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, com 85 AAC. Temporalmente, o ano de 2018 distingue-se dos demais pelo maior volume de AAC (86), embora não se tenham verificado grandes flutuações anuais.

16. Igualmente a 31.12.2021, os quatro Eixos com taxas de aprovação superiores a 85%, eram o 2, 4, 9 e 10. No total, estes Eixos representavam 652 dos 4.653 projetos aprovados. Os dois Eixos com maior volume de projetos aprovados – Eixo 6 – Coesão social e inclusão (n=1.736) e Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização (n= 1.039) – registavam taxas de aprovação de 53,6% e 36,7%, respetivamente, o que é compreensível pela natureza das entidades promotoras e do maior volume de candidaturas. Apesar deste baixo valor de aprovação, estes dois Eixos apresentavam taxas de compromisso elevadas: o Eixo 1 de 139,1% e o Eixo 6 de 128%.

17. Dos cinco Eixos com taxas de aprovação mais baixas (1, 3, 5, 6 e 7), distingue-se o Eixo 3 que apresentava uma taxa de compromisso muito próxima da média do Programa, o que indicia que a incidência de reprovações não prejudicou a concretização das metas e os montantes dedicados.

18. Cingindo a análise às candidaturas aprovadas à data de reporte da avaliação, destaca-se o Eixo 1 pelo maior volume de financiamento comunitário, e o Eixo 6 como aquele cujas Tipologias de Intervenção (TI) apresentam um maior número de projetos aprovados. Por outro lado, os Eixos 7, 9 e 10 eram aqueles com menor financiamento comunitário aprovado, apresentando também um volume baixo de projetos.

19. Como se pode observar pelo Quadro 1, o Eixo 1 – Competitividade e internacionalização das PME foi aquele que obteve maior financiamento comunitário aprovado, cerca de 379,7 M€ exclusivamente via FEDER. Este Eixo tem como tipologias de intervenção mais importantes as relacionadas com internacionalização das PME e com a qualificação e inovação das PME.

20. O Eixo 6 - Afirmar a coesão social e territorial obteve um financiamento de mais de 272,1 M€ para os projetos aprovados. O elevado montante de financiamento deste Eixo justifica-se pelo facto de as TI relacionadas com infraestruturas e equipamento sociais e com as intervenções integradas em territórios vulneráveis terem um peso substancial no volume dos projetos aprovados.

21. Os Eixos 7, 9 e 10 eram o que registavam menores valores globais de projetos aprovados. O Eixo 10 – Assistência técnica – onde se enquadra o apoio operacional e de execução do Programa Operacional – tem um valor programado de 22,6 M€. Por sua vez, o Eficiência energética e mobilidade, tem um valor programado de 43,2 M€, sendo que os projetos aprovados até à data já totalizavam 36 M€ (taxa de compromisso de 83,4%). O Eixo 9 - Capacitação institucional e modernização administrativa tinha projetos aprovados que totalizavam 21,5 M€, valor próximo do programado (taxa de compromisso de 96%).

22. O Programa Operacional apresentava uma taxa de execução de 60,7%, alinhada com a média dos Programas Operacionais Regionais do Continente e uma taxa de realização dos montantes aprovados de 50,8%, acima da média (44%) daqueles programas.

Eixo	TI	Nº de projetos	Custo Elegível Aprovado (€, milhares)	Fundo Aprovado (€, milhares)	Taxa de aprovação bruta	Taxa de compromisso
			Valor Total	Valor Total		
Eixo 1	CRII - Qualificação e inovação das PME	119	11 019,5	8 887	**36,7%**	**139,1%**
	Empreendedorismo qualificado e criativo	147	34 709,1	26 843,5		
	Internacionalização das PME	328	93 875	49 216		
	Qualificação e inovação das PME	445	472 109,4	294 720,7		
Eixo 2	CRII – Transição Digital da Educação	1	6 566,3	6 566,3	**88,2%**	**113,8%**
	Ensino profissional para jovens	4	1 787,4	1 519,3		
	Ensino superior (ofertas, igualdade e qualidade)	22	14 403,3	12 242,8		
	Equipamentos de ensino superior	6	3 016	2 563,6		
	Formação avançada	1	3 184,1	2 706,5		
	Infraestruturas de ensino básico e secundário	153	89 501,5	76 148,5		
	Infraestruturas de formação	7	5 496,5	4 672		
	Redução do abandono escolar	81	38 146,4	32 424,4		
Eixo 3	Atividades de I&D empresarial	58	27 057,5	18 112,2	**35,4%**	**119,5%**
	CRII - Atividades de I&D empresarial	6	1.505,9	1.260,9		
	CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	1	470	376		
	Investigação científica e tecnológica	65	28 868,1	24 537,9		
	Investimento empresarial em inovação de não PME	3	9 962,8	3 163,1		
	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	44	41 697,2	35 402,5		
Eixo 4	Mobilidade urbana sustentável	82	23 299,5	19 724,6	**86,5%**	**107,1%**
	Reabilitação urbana	148	129 949,3	96 802,8		
	Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	38	16 324,3	13 427,3		
Eixo 5	Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	155	7 094	5 902,4	**54,5%**	**80,3%**
	CRII - Medidas de Apoio à Manutenção do Emprego	2	14 232,7	12 097,8		
	CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)	52	6 051,4	2 647		
	Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS	56	27 473,9	19 613,9		
	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	41	784,5	516,4		
	Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral	57	3 198,8	2 718,9		
	Promoção de microempreendedorismo	173	33 992,7	16 390,3		
	Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos	5	4 053,9	3 445,9		
Eixo 6	Desenvolvimento socioeconómico de base local	1511	89 438,1	60 864,7	**53,6%**	**128%**
	Inclusão ativa de grupos vulneráveis	14	31 717,9	26 960,2		
	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	156	194 809,6	161 529,5		
	Intervenções integradas em territórios vulneráveis	18	18 495,6	15 721,3		
	Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	37	8 228,9	6 994,6		
Eixo 7	Eficiência energética nas habitações	4	810	688,5	**61,9%**	**83,4%**
	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	124	23 456,1	19 715,5		

Eixo	TI	Nº de projetos	Custo Elegível Aprovado (€, milhares)	Fundo Aprovado (€, milhares)	Taxa de aprovação bruta	Taxa de compromisso
			Valor Total	Valor Total		
	Mobilidade urbana sustentável	55	18 394,9	15 635,7		
Eixo 8	Monitorização da qualidade do ar	1	142,2	120,9	**77,4%**	**118,4%**
	Património natural e cultural	209	120 311,5	99 586		
	Reabilitação urbana	115	48 588,7	39 765,1		
Eixo 9	Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos	28	5 239,8	4 453,9	**87,9%**	**96%**
	Capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais	14	7 928,7	6 739,4		
	Formação dos trabalhadores da AP	17	1.353,4	1.150,4		
	Promoção das TIC na administração e serviços públicos	21	10 816,4	9 193,9		
Eixo 10	Assistência Técnica	29	31 763,5	28 442,2	**96,7%**	**126%**
Total		**4.653**	**1 761 326,4**	**1 292 212,1**	**51,6%**	**119,3%**

Quadro 1. Nº de projetos, investimento elegível e fundo aprovado por TI, a 31.12.2021
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de Informação do Programa Operacional Alentejo 2021

23. Uma análise por Eixo (Figura 1) confirma os níveis mais elevados de execução e realização dos Eixos que visam a assistência técnica (Eixo 10), a eficiência energética e mobilidade (Eixo 7), o ensino e qualificação do capital humano (Eixo 2) e o desenvolvimento urbano sustentável (Eixo 4). No extremo oposto, destacam-se as baixas taxas de realização e execução (39,4% e 37,8%, respetivamente) do Eixo 9 – capacitação institucional e modernização administrativa, e do Eixo 3 – Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, com uma baixa taxa de execução (41,4%).

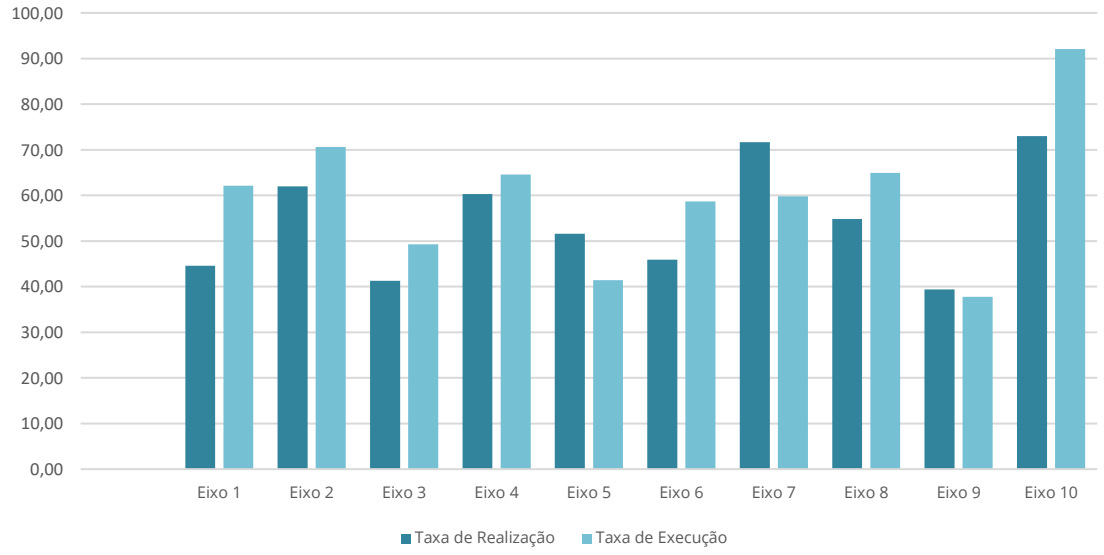


Figura 1. Taxa de aprovação e taxa de compromisso dos projetos aprovados por Eixo, em 31.12.2021
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de Informação do Programa Operacional Alentejo 2021.
Nota: Taxa de Realização=Valor Executado/Valor Aprovado; Taxa de Execução=Valor Executado/Valor programado

24. No que se refere à realização dos projetos, foram estabelecidos intervalos de execução que permitem comparar o nível de realização dos projetos por Eixo e por fundo. Verifica-se que em dois dos quatro Eixos cofinanciados pelo FSE mais de 60% dos projetos apresentam taxas de execução inferiores a 10%. O Eixo 9 – capacitação institucional e modernização administrativa é aquele cujos projetos apresentam menores níveis de realização, à data, sendo que

93,2% dos projetos têm um nível de realização inferior a 50%. Por outro lado, no Eixo 2 – Ensino e qualificação do capital humano, 60,6% dos projetos revelam taxas de realização superiores a 50%.

25. Relativamente aos projetos financiados exclusivamente pelo FEDER, no caso dos Eixos 3 e 7 menos de 60% dos projetos apresentam taxas de execução superiores a 50%. O Eixo 3 apresenta uma taxa de realização baixa no contexto do PO, o que é especialmente relevante, uma vez que este Eixo apresenta 4 projetos em fase inicial de execução, projetos associados à TI- CRII, nomeadamente os relacionados com os apoios às empresas associados à pandemia.

26. Em sentido inverso, destaca-se o Eixo 10 – Assistência Técnica, cujos projetos revertem para o apoio à execução do Programa Operacional e cuja taxa de execução é de 92,1% e o Eixo 4 - Desenvolvimento urbano sustentável, nono qual 73,5% dos projetos apresentam taxas de realização superiores a 50%.

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

2. METODOLOGIA

2.1. Abordagem metodológica global

27. O método de Avaliação Baseada na Teoria (ABT) constitui o referencial metodológico de base à avaliação, designadamente na análise de impactos.

28. Numa avaliação de impacto procura-se identificar as relações causa-efeito, tentando demonstrar efeitos (diretos e indiretos, esperados e não esperados) atribuíveis às intervenções. Devem considerar-se os efeitos que se manifestam de forma mais direta (sobre os seus destinatários) e imediata (no decurso do contacto do beneficiário/promotor com a intervenção), usualmente mensurados através de indicadores de resultado, bem como os que se manifestam também de forma indireta (sobre a população-alvo e contexto da intervenção) e mais mediata (ocorrem com um lag temporal maior, normalmente após a conclusão da intervenção), usualmente mensurados através de indicadores de impacto. Assim, o impacto é considerado como o último elo de uma "cadeia de resultados", que relaciona os inputs de uma intervenção com os seus resultados de médio e longo prazo. O impacto de uma intervenção consiste, por isso, nos efeitos gerados pela sua implementação num dado território, ao nível dos indicadores sociais, económicos, ambientais, entre outros e das mudanças comportamentais nos beneficiários finais.

29. A abordagem baseada na teoria foca-se na identificação da teoria da mudança (TdM) e consequentemente no confronto dos mecanismos, pressupostos e riscos implícitos na realidade empírica. Distinguem-se assim duas componentes na sua base: (i) uma primeira, de natureza concetual, onde se procura identificar o racional da teoria da mudança subjacente às intervenções de política; (ii) uma segunda, de natureza empírica, onde se procura estabelecer uma relação de causalidade entre as intervenções e os resultados observados e identificar outros fatores que possam igualmente ser responsáveis pelas mudanças constatadas.

30. A teoria da mudança está subjacente a uma parte significativa das abordagens metodológicas das ABT, ainda que com diferentes níveis de aprofundamento (e.g. teoria da mudança, avaliação realista, análise da contribuição, abordagem científica da política, abordagem da avaliação estratégica). Destas abordagens, a Análise da Contribuição atribui relevância significativa à segunda componente acima referida - em particular à demonstração do nexo de causalidade entre os resultados e as intervenções - procurando aferir o contributo da intervenção para a obtenção dos resultados esperados, ou seja, um nexo de causalidade plausível sobre o contributo da intervenção para os resultados esperados/observados.

31. A teoria da mudança e a metodologia associada ao seu teste encontram-se explicitada no ponto 5.2.2. O roteiro típico da análise da contribuição é apresentado na Figura seguinte.

Figura 2. Análise da contribuição, um roteiro metodológico
Fonte: Elaboração própria

32. Na presente avaliação, e tendo em consideração a utilização prévia da abordagem da teoria da mudança, o contributo da intervenção para os resultados é avaliado com base numa estruturação da narrativa da contribuição que se pretende testar, em particular no caso das dimensões de análise objeto de aprofundamento. A estruturação da narrativa foi efetuada com base em informação secundária e na experiência dos especialistas da equipa nas

matérias relevantes e a sua plausibilidade foi testada com os atores estratégicos, com base na recolha de informação primária (em particular em entrevistas, *Focus Group* temáticos e estudos de caso) e na triangulação da informação através dos diversos métodos.

2.2. As opções de aprofundamento analítico

33. A existência de um conjunto de avaliações de natureza temática ou transversal já desenvolvidas, cobrindo de forma diversa os Objetivos Específicos (OE) do POR Alentejo 2014-2020 e, ainda, a variabilidade dos recursos afetos às diferentes prioridades, justificam, conforme previsto no Caderno de Encargos, a existência de níveis diferenciados de aprofundamento analítico. Em termos gerais, foram definidos níveis de aprofundamento distintos, segmentados entre:

- O grupo de OE cobertos por avaliações temáticas já realizadas, cujas conclusões devem ser mobilizadas pelo menos na análise da eficácia, eficiência e impacto da presente avaliação, podendo ser validadas e/ou atualizadas com recurso à recolha e análise de informação, com destaque para a auscultação de atores estratégicos – neste grupo, destacam-se os OE objeto de análise no âmbito da opção 1.2;
- O grupo de OE não cobertos por avaliações temáticas anteriores, onde se encontra a opção de aprofundamento menos exigente (opção 2.1) e a mais complexa e completa do ponto de vista do processo de avaliação de impactos (opção 2.2), pelo que se entende que a inclusão dos OE nestas duas opções por parte da CCDR Alentejo se relaciona com o maior interesse em aprofundar o conhecimento sobre os resultados dos OE incluídos na opção 2.2;
- A análise para os OE e TI incluídos na opção 2.1, centrada na eficácia e eficiência do Programa, recorrendo, para o efeito, à recolha de dados (no sistema de informação do PO, sobre os indicadores de realização e resultado), às entrevistas à Autoridade de Gestão (AG) e ao inquérito (que permite aferir a expetativa de alcance das metas para os projetos que ainda não se encontram concluídos); todos os outros OE do Programa são também sujeitos a esta análise, mas são sujeitos a métodos mais exigentes, que permitem responder de forma completa às restantes questões de avaliação;
- A análise para os OE e TI incluídos na opção 2.2, é a mais exigente, afigurando-se completa para todas a QA, implicando a avaliação do contributo do Programa para os resultados e mobilizando métodos de avaliação de impactos.

34. Estes diferentes níveis de aprofundamento determinam a intensidade de utilização dos métodos de recolha e auscultação de atores que são sintetizados no ponto Anexos 5.2.1.

2.3. Teoria da Mudança

35. A teoria da mudança é uma representação gráfica e sistematizada do que é preciso que aconteça para que os resultados desejados se concretizem, isto é, do encadeamento das várias realizações e resultados intermédios que ocorrem em cada etapa da política ou programa, que desencadeiam a mudança e conduzem ao resultado de longo prazo e aos impactos. Estabelece-se assim um quadro lógico testável, nomeadamente no que respeita aos pressupostos, riscos e mecanismos que lhe estão associados.

36. Esta abordagem tem subjacente o conceito de "causalidade" que implica a compreensão de como um fator leva ou influencia (e não apenas "correlaciona com") um comportamento observado. Ou seja, a abordagem metodológica prosseguida na avaliação preocupa-se não tanto com o conceito de "atribuição" (relação causa-efeito entre variáveis discretas) mas sim com a análise da "contribuição" das intervenções para os resultados através de mecanismos de causalidade: as situações, eventos, motivações e expetativas que influenciam as ações dos atores e implicam a produção dos resultados das intervenções. As políticas são influenciadas por elementos contextuais, pelo que a formulação da teoria da mudança deve ainda identificar os pressupostos e riscos associados a cada mecanismo, ou

seja, as tendências pesadas ou condições que se considera que irão acontecer e que influenciarão a concretização da cadeia de causalidade. A identificação do grau de influência das intervenções sobre estes fatores é um elemento central na análise de fatores críticos de sucesso e eventuais pontos de estrangulamento do racional da programação.

37. Assim, a partir da teoria da mudança, obtém-se o referencial metodológico para a abordagem da análise da contribuição, a qual visa avaliar o contributo das intervenções para os resultados. A sequência típica como se processa esta abordagem é apresentado na Figura seguinte.

Figura 3. Teoria da mudança subjacente à intervenção – Quadro concetual
Fonte: Elaboração própria

38. Na presente avaliação, a teoria da mudança definida está subjacente às PI cobertas pela opção de aprofundamento 2.2. (a que exige um processo de avaliação completo e não dependente do que existe em avaliações temáticas), incluindo o racional da teoria e a sua representação gráfica, com a devida sinalização dos pressupostos e riscos associados a cada elo da cadeia de causalidade.

39. A elaboração da teoria da mudança foi suportada num processo de revisão de literatura e análise documental e teve em consideração, no que respeita aos pressupostos e riscos, um foco nos critérios de avaliação que regem as questões de avaliação colocadas no Caderno de Encargos e, por conseguinte, um foco nos resultados e não tanto no processo de operacionalização das tipologias. A primeira versão foi discutida em *Focus Group* com os atores relevantes, o que permitiu validar o seu conteúdo. Face a este enfoque da teoria nas opções de aprofundamento 2.2., esta incide exclusivamente nas seguintes PI: 3.1; 10.5; 1.1; 6.5; 9.8; 8.3; 8.8; 9.8; 6.3; 6.5; e, 11.2.

40. A Figura seguinte apresenta a síntese da abordagem metodológica associada à teoria da mudança, com base no racional da teoria da mudança definido (Anexo 5.2.2), evidenciando os pressupostos e riscos associados a cada uma das etapas do processo de mudança.

Racional da Intervenção/ /Enquadramento	Atividades – Principais	Atividades – Sub-atividades / Recursos	Pressupostos/Riscos I	Realizações	Pressupostos/Riscos II	Resultados (Intermédios)	Pressupostos/Riscos III	Impactos
A Região possui territórios que enfrentam problemas económicos e sociais significativos, nomeadamente ao nível dos centros urbanos complementares e rurais. As disparidades socioeconómicas têm gerado desquilíbrios no acesso à habitação, ao emprego e aos apoios sociais. A promoção da inclusão deve assentar em estratégias multidimensionais, onde a implementaação de intervenções de regeneração urbana (o nível da habitabilidade e da qualidade dos espaços públicos) é fundamental para a melhoria das condições de vida dessas populações	Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social (PI 9.8)	**Construção da coesão do espaço urbano:** 1. Construção/reabilitação de alojamentos ou edifícios destinados a alojar agregados familiares com baixos rendimentos ou pessoas com necessidades especiais 2. Ações que visem a melhoria do espaço público (ajardinamento, equipamento de exterior,...) 3. Construção/reabilitação de equipamentos públicos de apoio e promoção do desenvolvimento económico 4. Construção de novos edifícios e equipamentos públicos específicos vocacionados para a promoção de serviços e recursos, nomeadamente de apoio ao desenvolvimento social e de promoção da inclusão social 5. Reabilitação de edifícios públicos abandonados em zonas críticas **Inclusão social e valorização profissional:** 1. Ações de apoio social 2. Ações de combate ao abandono escolar, de promoção da ocupação dos tempos dos jovens		•Espaços abertos criados ou reabilitados		•Aumento do grau de satisfação dos residentes		**Melhorar a inclusão social nos centros urbanos complementares e rurais:** •Redução da pobreza e exclusão •Atração de novos residentes •Melhoria da integração das comunidades de imigrantes ou de minorias étnicas •Integração no mercado de trabalho •Promoção do sucesso escolar •Acesso aos mecanismos de apoio social •Prevenção da criminalidade e outros comportamentos marginais •Melhoria do ambiente urbano
Em contextos territoriais desvitalizados, com baixos índices de iniciativa, como o Alentejo, a ação das organizações da economia social e de outros parceiros insitucionais é determinante. Assim, é fundamental criar condições para melhorar o desempenho e reforçar a sua sustentabilidade, por exemplo através da capacitação institucional de parcerias territoriais de apoio ao desenvolvimento	Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local (PI 11.2)	1. Apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento de planos de ação territoriais e sectoriais 2. Ações inovadoras e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais 3. Ações que visem o reforço do trabalho em cooperação e em rede, que fomentem a articulação de nível regional e sub-regional, e de desenvolvimento de competências ajustadas ao papel de cada entidade 4. Ações de capacitação das entidades responsáveis pela implementação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (Comunidades Intermunicipais) e por Estratégias de Desenvolvimento Local (Grupos de Ação Local) 5. Ações de monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de políticas		•Projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional		•Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional		**Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial:** •Maior participação e envolvimento dos cidadãos e instituições no desenvolvimento regional; •Melhoria das práticas organizativas e gestionárias de equipamentos e respostas sociais; •Melhoria da empregabilidade regional; •Melhoria do desempenho das 4 NUTS III no Índice Sintético de Desenvolvimento Regional
Debilidades estruturais à melhoria do desempenho da economia regional: fraca incorporação de fatores de competitividade, reduzido mercado regional e abertura ao exterior, baixo desempenho da I&D empresarial e da cooperação/articulação entre empresas e entidades do SCT	Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas (PI 3.1)	**Empreendedorismo qualificado e criativo** 1. Projetos de empreendedorismo qualificado e criativo com criação de novas empresas 2. Apoio à criação de empresas e fase de arranque 3. Ações coletivas de deteção e estímulo ao empreendedorismo 4. Projectos simplificados de empreendorismo 5. Ações colectivas de demonstração, sensibilização e difusão de boas práticas		•Participantes em ações de empreendedorismo qualificado e criativo; •Ações de disseminação / demostração/difusão		•Criação de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento; •Crescimento do Emprego Qualificado		•Aumento do investimento em I&D em % do PIB •Alargar e diversificar a base produtiva regional; •Aumento das atividades de I&D e melhoria do posicionamento da região no contexto europeu das regiões inovadoras
	Reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu (PI. 1.1)	**Sistemas de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica:** 1. Projetos de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica 2. SI á Investigação e Desenvolvimento Tecnológico 3. Projetos de Transferência do conhecimento científico e tecnológico 4. Projetos de inovação empresarial e empreendedorismo 5. Projetos em Parques de Ciência e Tecnologia 6. Projetos em Infraestruturas tecnologicas 7. Apoio a projetos de I&D, alinhados com os domínios e prioridades regionais da Estratégia Regional de Especialização Inteligente		•Entidades apoiadas com projetos de I&D •Investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas		•Aumento da proporção de pessoal ao serviço (ETI) em atividades de investigação e		
Constrangimentos de estruturação e funcionamento do mercado de trabalho e de dotação de competências ajustadas às necessidades do tecido económico-empresarial	Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas (PI. 10.5)	**Requalificação e Modernização de Infraestruturas:** 1. Conclusão da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico; 2. Intervenções de melhoria das instalações escolares; 3. Novos equipamentos destinados a novos cursos superiores de curta duração; 4. Melhoria das infraestruturas de formação da Rede de Centros de Formação do IEFP		•Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas		•Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)		•Redução da taxa de abandono e insucesso escolar •Melhoria das condições de ensino
	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (PI. 8.3-FSE)	**Projetos locais de empreendedorismo geradores de emprego e investimento:** 1. Apoios a novas microempresas e PME que promovam a criação de emprego 2. Apoio a microempresas e PME já existentes, desde que se vise a criação liquida de emprego 3. Apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego 4. Promoção do artesanato e dos ofícios tradicionais, através da integração profissional de desempregados e promovendo a criação do próprio emprego 5. Dinamização do empreendedorismo social, da inovação social e da economia social 6. Apoio à criação de startups sociais;		•Participantes que beneficiam de um apoio à criação de emprego		•Aumento do número de pessoas empregadas 12 meses após a conclusão da intervenção		•Aumentar a taxa de emprego na Região
	Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas (PI. 8.8 - FEDER)	**'Promoção do Microempreendedorismo:** 1. Criação de microempresae e PME 2. Iniciativas de empreendedorismo cooperativo 3. Investimentos em infraestruturas e equipamentos para o apoio ao desenvolvimento de viveiros de pequena escala 4. Investimentos em infraestruturas e equipamentos da Economia Social		• Participantes em ações de microempreendedorismo • Participantes em ações de empreendedorismo coletivo		•Crescimento de postos de trabalho		

Racional da Intervenção/ /Enquadramento	Atividades – Principais	Atividades – Sub-atividades / Recursos	Pressupostos/Riscos I	Realizações	Pressupostos/Riscos II	Resultados (Intermédios)	Pressupostos/Riscos III	Impactos
Nos centros urbanos regionais (CUR) e nos centros urbanos estruturantes (CUE) do Alentejo, é importante promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo. Por outro lado, a atratividade das cidades e a qualidade de vida das populações são determinantes para garantir a sustentabilidade do modelo territorial do Alentejo (manter e atrair população e atividades). Assim, deverão ser efetuados investimentos que permitam regenerar e valorizar as áreas construídas, qualificar os espaços públicos, reabilitar a habitação e fomentar novas funções urbanas em espaços degradados/abandonados. Acresce a necessidade de combater a pobreza e a exclusão em áreas específicas (garantir a cidadania plena em territórios desfavorecidos - enquadramento de proximidade) através de intervenções integradas, associadas à melhoria das condições de habitabilidade e da qualidade do espaço público (acessibilidade e mobilidade), mas também através da revitalização económica e inclusão social de grupos sociais residentes (comunidades desfavorecidas)	Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (PI 6.5)	1. Reabilitação integral de edifícios; 2. Reabilitação e reconversão de unidades industriais abandonadas; 3. Reabilitação de espaço público; 4. Demolição de edifícios visando a criação de espaços públicos; 5. Qualificação do ambiente urbano (arranjos urbanísticos, infraestruturas verdes, embelezamento cénico,...); 6. Desenvolvimento de soluções inovadoras e de ações-piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável; 7. Aquisição de equipamentos para monitorização da qualidade do ar e do ruído; 8. Remoção de amianto, em edifícios exclusivamente para uso público e de propriedade pública.	Pressupostos/Riscos I	•Espaços abertos criados ou reabilitados •Edifícios públicos construídos ou renovados •Edifícios comerciais construídos ou renovados •Habitações reabilitadas	Pressupostos/Riscos II	•Aumento do grau de satisfação dos residentes; Melhoria da qualidade do ar e do ruído; •Redução das áreas degradadas/subaproveitadas em espaços centrais das Cidades	Pressupostos/Riscos III	**Reforçar a qualificação ambiental e urbanística, nos centros urbanos regionais e estruturantes:** •Reforço da atratividade dos centros urbanos, através da regeneração e revitalização urbana (melhoria das condições de integração de espaços na vivência das cidades como áreas habitacionais, de emprego e de lazer e fruição) •Fixação de residentes e atividades nos núcleos urbanos consolidados
	Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (PI 9.8)	1. Ações que visem a melhoria do espaço público (ajardinamento, equipamento de exterior, ...) 2. Ações que visem a melhoria do espaço urbano (edifícios para alojamento,...) 3. Construção de equipamentos públicos de apoio e promoção do desenvolvimento económico (comércio, alojamento de empresas) 4. Construção de edifícios e equipamentos públicos vocacionados para a promoção de serviços e recursos (apoio ao desenvolvimento social e promoção da inclusão social 5. Construção de equipamentos públicos de promoção e dinamização do desenvolvimento cultural 6. Reabilitação integral de edifícios 7. Demolição de edifícios visando a criação de espaços públicos 8. Reabilitação de edifícios públicos abandonados		•Espaços abertos criados ou reabilitados • Habitações reabilitadas		•Aumento do grau de satisfação dos residentes (bairros que alojam comunidades desfavorecidas)		**Promover o desenvolvimento de comunidades desfavorecidas nos centros urbanos regionais e estruturantes:** •Manutenção do sentimento de pertença e identidade na comunidade; •Satisfação das necessidades económicas e sociais dos residentes; •Integração no mercado de trabalho; - Promoção do sucesso escolar; •Acesso aos mecanismos de apoio social; •Prevenção e contenção da criminalidade e outros comportamentos marginais.
A valorização do património natural e cultural constitui uma referência para a dinamização de atividades económicas, nomeadamente turística. A existência e extensão de Áreas Naturais Classificadas e a diversidade e riqueza de valores e elementos culturais (históricos, etnográficos, arqueológicos) deverão concorrer para a afirmação do Alentejo como um território de qualidade, um destino marcado pela sua identidade, diferenciação e experiências disponibilizadas Os centros urbanos complementares, sedes de concelho são fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade, na sustentação dos territórios de baixa densidade e na afirmação das relações urbano-rurais. O desenvolvimento de operações integradas de qualificação e dinamização socioeconómica é determinante para garantir a sua sustentabilidade (criar novas dinâmicas de desenvolvimento, recuperando e valorizando os ativos existentes e melhorando o ambiente urbano, de modo a manter população e atividades)	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (PI 6.3)	**Património Cultural:** 1. Ações de recuperação de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico 2. Ações associadas à produção e implementação de campanhas de marketing sobre o património 3. Ações associadas à estruturação de novas rotas e itinerários experienciais 4. Ações de valorização turística e dinamização dos recursos culturais (informação e animação, condições de acolhimento, sinalização), incluindo a produção de conteúdos digitais 5. Ações que concorram para a classificação internacional do património alentejano 6. Implementação de campanhas integradas de promoção e marketing sobre o património 7. Reabilitação de áreas integradas no património industrial e mineiro para fins turísticos 8. Ações que visem a divulgação de "boas práticas" de conservação, restauro e valorização do património cultural **Património Natural** 1. Ações de apoio à visitação para o aproveitamento das potencialidades associadas à fruição dos valores 2. Ações que visem a melhoria das condições de acolhimento e de interpretação das áreas naturais com interesse turístico 3. Ações de valorização turística das albufeiras e cursos de águas interiores 4. Ações promocionais suportados nos territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico 5. Operações valorizadoras da paisagem natural que criem amenidades e serviços de apoio ao turista (ecopistas, passeios a pé) 6. Ações de valorização de zonas fluviais e recuperação do património associado 7. Cartas de desporto da natureza em áreas classificadas 8. Ações de campanhas de informação e sensibilização, apoio a investimentos ou equipamentos destinados à proteção e socorro das populações e para alojamento e abastecimento de desalojados em situação de catástrofe, e de sistemas de vigilância e monitorização florestal		•Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural; •Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património natural		•Aumento das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros; •Melhoria das condições de visitação e de fruição de equipamentos/elementos culturais; •Melhoria das condições de visitação e de fruição de espaços naturais		**Reforçar a qualificação dos elementos naturais e culturais e garantir a sustentabilidade da atividade turística:** •Salvaguarda da identidade regional/local e dos seus fatores distintivos; •Aumento do emprego e do VAB do setor turístico; •Maior atratividade/reconhecimento nacional e internacional da Região •Maior sustentabilidade turística (turismo de natureza, turismo rural e cultural); •Melhoria das condições de visitação e de fruição de espaços naturais
	Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão,), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (PI 6.5)	1. Reabilitação integral de edifícios 2. Reabilitação e reconversão de unidades industriais abandonadas; 3. Reabilitação de espaço público 4. Demolição de edifícios visando a criação de espaços públicos 5. Qualificação do ambiente urbano (arranjos urbanísticos, infraestruturas verdes, embelezamento cénico,...) 6. Desenvolvimento de soluções inovadoras e de ações-piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável 7. Aquisição de equipamentos para monitorização da qualidade do ar e do ruído 8. Remoção de amianto, em edifícios exclusivamente para uso público e de propriedade pública		•Espaços abertos criados ou reabilitados •Edifícios públicos construídos ou renovados •Edifícios comerciais construídos ou renovados		•Aumento do grau de satisfação dos residentes		**Reforçar a qualificação ambiental e urbanística, nos centros urbanos complementares:** •Reforço da atratividade dos centros urbanos, através da regeneração e revitalização urbana; •Manutenção de residentes e atividades.

Figura 4. Teoria de mudança – racional da intervenção
Fonte: CEDRU (2021)

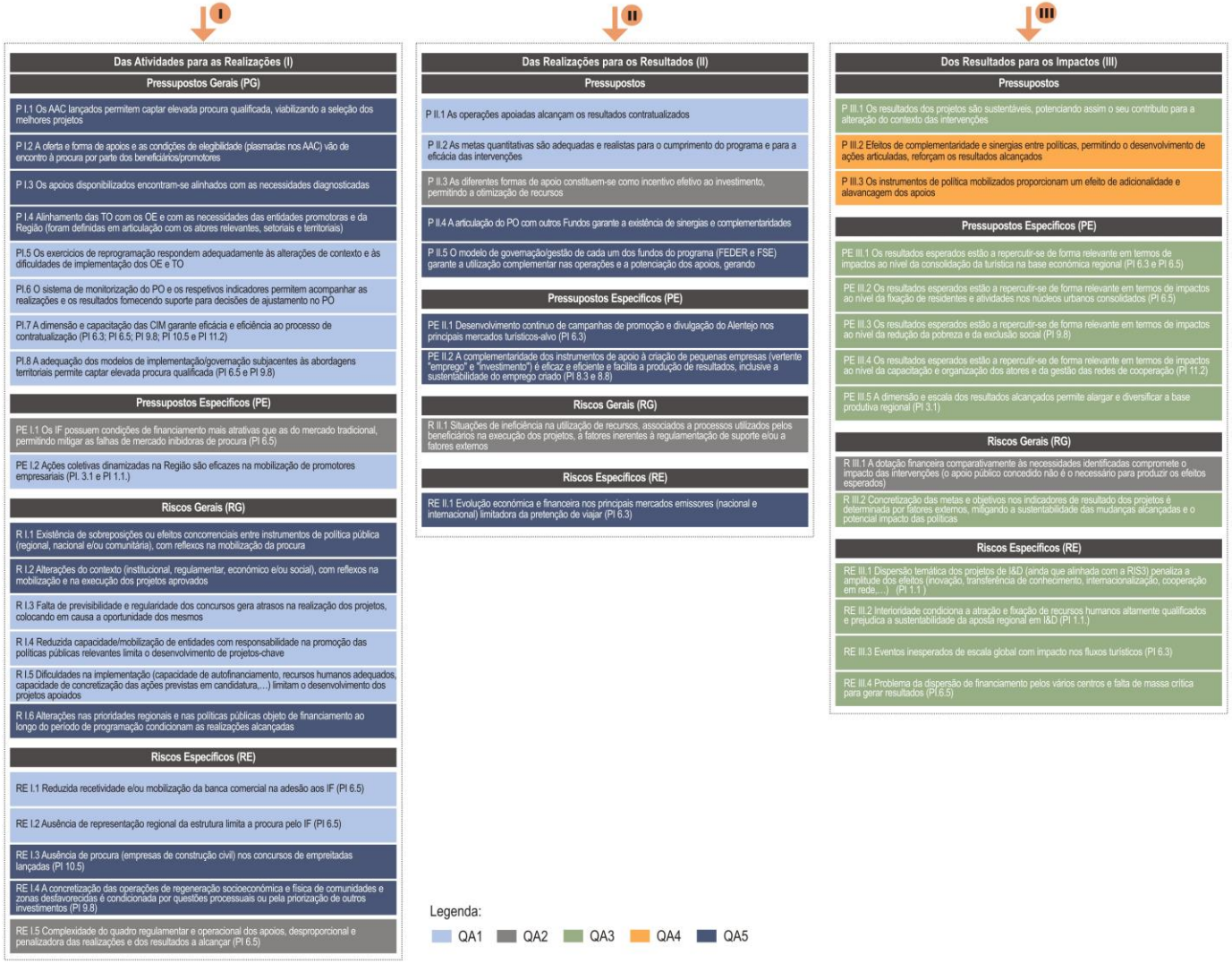


Figura 5. Teoria de mudança – pressupostos e riscos
Fonte: CEDRU (2021)

3. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

3.1. Questão de Avaliação 1 – Eficácia do POR Alentejo

QA1. Os objetivos previstos no Programa Operacional foram ou têm condições de ser alcançados? Qual o contributo do POR Alentejo 2014-2020 para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

Resumo

A análise de desempenho do Programa Operacional em termos de cumprimento de metas de realização e resultado é globalmente positiva, encontrando-se as metas da maioria dos indicadores alcançadas ou em vias de alcance no horizonte de conclusão do PO. Existem, contudo, eixos e prioridades de investimento onde a necessidade de intervenção da AG se revela ainda fundamental à conclusão bem-sucedida do programa, seja por via de futuras reprogramações, seja por via de um estreito acompanhamento da execução das operações. Em concreto, verificam-se constrangimentos no alcance das metas em 4 domínios: i) formação de trabalhadores em contexto empresarial, pelo reduzido conhecimento da oferta e benefício percebido pelas empresas (também verificado noutras Regiões); ii) criação e manutenção de emprego associado a projetos de microempreendedorismo, essencialmente devido aos efeitos da pandemia; iii) eficiência energética, em virtude de atrasos na operacionalização dos apoios (no caso das entidades públicas) e da reduzida atratividade do instrumento (no caso dos privados); e iv) reabilitação de habitações, motivada pela baixa atratividade do IF mobilizado. Estes casos reclamam um acompanhamento próximo da execução pela AG ou sugerem mesmo a revisão em baixa das metas.

Sem prejuízo destas exceções, a maioria dos indicadores propostos no Programa foram objeto de reprogramação, seja no sentido de reduzir ambição das metas em domínios onde estas se revelavam irrealistas, seja para adequar as metas à procura verificada, tornando a generalidade das metas alcançáveis e adequadas para medir a eficácia do Programa. Face à programação inicial, foram efetuadas alterações de dotação em todos os eixos do Programa, destacando-se a redução de ambição nos domínios da competitividade e internacionalização (-90 M€, reduzindo-se especialmente a dotação associada ao IF) e da eficiência energética (-60M€ associados à eficiência energética em edifícios públicos), e o reforço nos domínios das infraestruturas e equipamentos de saúde e sociais, do património cultural e natural e das medidas de inclusão ativa.

O PO revelou-se capaz de estimular níveis satisfatórios de procura qualificada para a globalidade dos eixos e prioridades de investimento, não evidenciando constrangimentos significativos em termos de atratividade ou seletividade, embora com algumas exceções. Em concreto, no domínio da eficiência energética e do desenvolvimento urbano sustentável evidenciam-se sobretudo problemas na mobilização da procura e nos domínios da I&D, do empreendedorismo e da inovação empresarial, onde a elevada procura esbarrou em condições de seletividade apertadas.

Na generalidade dos tipos de promotores e das PI, os resultados da análise evidenciam a importância do apoio do Programa para a realização das operações, tendo os promotores introduzido alterações nos projetos apoiados para, entre outros, melhor se enquadrarem nos objetivos, o que conjugado com a perspetiva de alcance generalizado das metas contratualizadas, concorre para o contributo do PO para os objetivos definidos.

Sem surpresa, os constrangimentos impostos pela pandemia surgem com grande destaque como principal fator que condicionou a execução das operações e, consequentemente, dos resultados, apesar de no caso das entidades empresariais as perspetivas de evolução das vendas e de rentabilização das inovações, face ao previstos, permitir perspetivar a mitigação desses efeitos no caso dos promotores empresariais (evolução favorável das vendas e das perspetivas de retorno económico das inovações). Os resultados da análise evidenciam necessidade de incrementar a previsibilidade dos avisos e os prazos de análise de candidaturas, reclamando melhorias no funcionamento do PO na operacionalização dos apoios, não obstante a flexibilidade evidenciada pelo PO no que respeita ao ajustamento de prazos de execução das operações.

41. O POR Alentejo apresenta a 31.12.2021 uma taxa de compromisso elevada (119%) e uma taxa de realização em torno dos 50% (menos 10 p.p. que a de execução: 60,7%), muito próxima da média dos POR (56%), ainda que

abaixo do desejado para esta fase do período de programação, refletindo em termos globais uma adequação da tipologia dos apoios aos beneficiários-alvo mesmo com problemas de execução que limitam, nesta fase, a análise dos resultados efetivos do PO.

42. A análise dos AAC lançados e analisados por PI (448[1]) evidencia bons níveis (superiores a 75%) de procura qualificada[2] em 55% dos AAC, revelando nestes casos boa capacidade de captação de projetos que cumprem os critérios definidos pelo Programa Operacional para cumprir os seus objetivos – 65% das PI mobilizadas concentradas sobretudo nos Eixos 5, 6, 8, 9 e 10 encontram-se nestas circunstâncias. No sentido oposto, as maiores dificuldades na captação de procura qualificada encontram-se, por um lado, no Eixo 7 (nas PI relacionadas com a eficiência energética) e no Eixo 4 (Desenvolvimento urbano sustentável), que revelam sobretudo baixa procura sem problemas de seletividade e, por outro lado, no Eixo 3 (I&DT) e em algumas PI do Eixo 1 (PI 3.1 e 3.3), onde a procura dirigida aos AAC foi elevada, mas frequentemente não cumpriu os requisitos de seletividade do PO. Neste contexto, o pressuposto P I.1 (Os AAC lançados permitem captar elevada procura qualificada, viabilizando a seleção dos melhores projetos) verifica-se parcialmente – embora na maioria das PI tal procura se tenha revelado adequada, noutras, em particular nos Eixos 4 e 7, o Programa Operacional não mobilizou, por via dos instrumentos disponíveis, níveis de procura que viabilizassem a eficácia destes apoios.

43. Não obstante a análise mais específica a efetuar, de seguida, para cada Eixo (e sobretudo para as TO em que está previsto um aprofundamento) na resposta à presente QA, um olhar panorâmico sobre o desempenho das diversas PI no que respeita ao grau de cumprimento das metas associadas aos indicadores de realização e resultado do PO, evidencia um bom desempenho na generalidade dos indicadores quantificados[3], com 71% destes indicadores a apresentarem uma taxa de realização superior a 80% (destaque para os Eixos 6 – Coesão Social e 8 - Ambiente e Sustentabilidade, cujos indicadores se apresentam todos nesta situação, mas abrangendo também a maioria dos indicadores dos Eixos 1, 3 e 4). Dos restantes indicadores, 15% têm nível de realização intermédio (entre 50% e 75%) e 14% têm nível de realização baixo (abaixo de 50%, destacando-se neste caso o Eixo 7 – Eficiência Energética e Mobilidade, mas incluindo alguns indicadores dos Eixos 5 e 9).

44. Existindo uma articulação entre os indicadores contratualizados ao nível da operação e os indicadores do PO, o cumprimento das metas dos projetos é um fator determinante para o alcance das metas do Programa. Uma vez que o nível de encerramento dos projetos (e, portanto, do reporte dos respetivos resultados) é ainda limitado, as perceções dos promotores (captadas através dos inquéritos) e dos *stakeholders* relevantes (captadas nas entrevistas) constitui a base do teste do P II.1 (as operações apoiadas alcançam os resultados contratualizados). Em termos globais, a generalidade dos promotores com projetos concluídos ou em fase de conclusão considera que a execução financeira dos investimentos ficará de acordo com o contratado ou acima do contratado (78% dos promotores empresariais e 77% dos não-empresariais) bem como as metas previstas nos indicadores contratados (85% dos respondentes empresariais ponderados pelo montante elegível e 78% dos não-empresariais). A auscultação de outros *stakeholders* (em particular a AG e as CIM) também perspetiva o cumprimento da maioria das metas de realização e de resultado aferido com base nas operações.

45. A maioria das metas dos indicadores sofreu alterações na sequência das reprogramações, verificando-se uma adequação das novas metas e refletindo, por um lado, o aumento da exigência nos domínios de reforço de I&D e inovação e uma diminuição nos domínios da educação e da energia em linha com as transferências de dotação entre Eixos e, por outro lado, a resposta à procura dirigida ao Programa Operacional e alguns ajustes de metas decorrentes de uma estimativa inicial que não se revelava adequada face ao âmbito de alguns instrumentos. Ainda assim, face aos resultados passíveis de apurar até à data de reporte, a menor exigência das metas associadas aos indicadores relacionados com a eficiência energética, a criação de emprego em projetos de empreendedorismo, a formação de empregados e a reabilitação de habitações, parece ser insuficiente para

[1] Consideram-se aqui os AAC lançados e analisados (alguns dirigidos a duas PI, como o caso dos SI com componente de formação em contexto laboral), excluindo os lançados em contínuo e os dos IF (os quais não relevam para a análise de seletividade com base nas dotações).

[2] Índice de Procura Qualificada = Incentivo aprovado/ Dotação Fundo AAC

[3] 21 dos 112 indicadores do Programa não estão ainda quantificados, com destaque para os indicadores de resultado que dependem da realização de inquéritos a destinatários e do apuramento de percurso dos destinatários após a conclusão das intervenções (ex. situação perante o emprego após a formação, certificação atribuída após a formação, poupança de energia), mas também os que requerem apuramentos para contabilização da eficiência energética ou a emissão de gases com efeito de estufa, o constitui naturalmente uma limitação à aferiação da eficácia para a totalidade das tipologias de operação do PO.

acomodar os problemas de execução que ainda impactam a eficácia do PO, devendo ser revistas em sede de futura reprogramação. Face ao exposto, considera-se que a generalidade das metas é atualmente adequada e realista para assegurar a eficácia das intervenções (P II.2 As metas quantitativas são adequadas e realistas para o cumprimento do programa e para a eficácia das intervenções).

46. O contexto de implementação do Programa Operacional alterou-se significativamente entre o momento de programação e o período de execução das operações, verificando-se o risco R I.2 "Alterações do contexto com reflexos na mobilização e na execução dos projetos aprovados". O fator mais mencionado nas auscultações como influenciador das dificuldades de implementação do programa e dos projetos foi a pandemia, que impactou principalmente as medidas de empregabilidade e turismo. Os inquéritos mostram que os beneficiários – empresariais (25% dos respondentes) e não empresariais (36%) – apontaram a crise pandémica como o fator mais impeditivo do arranque do desenvolvimento dos projetos aprovados (Figura A30 e Figura A20). No mesmo sentido apontam os resultados das entrevistas e estudos de caso, realçando os condicionalismos do período de confinamento (redução ou interrupção da atividade, suspensão das ações de formação, teletrabalho) e outros associados como o atraso nas empreitadas, na entrega de materiais e no seu custo (com consequências nos orçamentos previstos).

47. Os níveis de realização dos investimentos foram, contudo, condicionados por outros fatores como a falta de previsibilidade e regularidade dos concursos, os prazos médios de análise de candidaturas e de análise de pagamentos (neste último caso apenas referido pelas empresas), referenciados nos inquéritos, mas também nas entrevistas, onde se associou a falta de recursos técnicos à morosidade na análise de candidaturas e, apenas no caso dos OI transversais aos POR, a existência de procedimentos diferenciados por PO, com reflexos na eficiência/tempo da análise. Pelo contrário, os promotores evidenciam como muito positivo (60% dos promotores empresariais e 71% dos não empresariais) o elevado grau de flexibilidade com que foram aceites os respetivos pedidos de alteração aos projetos, o qual foi fundamental para não aumentar a sinistralidade das operações e os problemas de execução do PO, ainda que os *Focus Group* tenham posto em evidência que tal não foi possível em todos os domínios (e.g. no domínio da Investigação, Desenvolvimento e Inovação houve desistências por impossibilidade de cumprir objetivos devido aos constrangimentos motivados pela pandemia). Apenas 6% dos promotores considera que a capacidade de mobilização de entidades com responsabilidade na promoção das políticas públicas relevantes condicionou ou condicionou muito o arranque e desenvolvimento dos projetos, pelo que se conclui pela não verificação do risco R I.4.

48. Face ao exposto, verifica-se o R I.3 Falta de previsibilidade e regularidade dos concursos gera atrasos na realização dos projetos, colocando em causa a oportunidade dos mesmos. Os inquéritos apontam a falta de previsibilidade na abertura de AAC como o segundo fator (a seguir à COVID 19) que mais condiciona a operacionalização dos projetos (17% dos promotores empresariais e 18% dos não-empresariais). A apresentação de novas candidaturas fica condicionada - sobretudo nas tipologias em que são lançados menos AAC - pela incerteza quanto ao período em que se podem candidatar os projetos, podendo colocar em causa a realização dos investimentos quando se trata de oportunidades confinadas no tempo (por ex. no caso de investimentos empresariais dependentes de mercados com maior sazonalidade) ou de projetos que implicam continuidade noutros instrumentos (por ex., como referido, num dos estudos de caso, projetos de investigação que posteriormente se podem converter em projetos de inovação, transferência ou valorização do conhecimento).

49. Os beneficiários empresariais com projetos concluídos indicam ainda como principais condicionantes aos resultados dos projetos as condições de acesso aos mercados externos e o nível de acesso a financiamento alheio (Figura A41). Referem também outros como a ausência de informação e de formação (dos próprios) na área de gestão, a elevada burocracia e a dificuldade em comunicar com os OI. Conclui-se, neste quadro, a verificação parcial do risco RI.5 "Dificuldades na implementação (capacidade de autofinanciamento, recursos humanos adequados, ...) limitam o desenvolvimento dos projetos apoiados".

50. Em sentido oposto, a evolução das vendas e a perspetiva de retorno económico das inovações efetivamente verificadas (face à prevista), facilitaram o alcance dos resultados dos projetos, o que indicia a mitigação do impacto referido relativamente à COVID 19.

51. Nos pontos seguintes, segue-se uma análise mais detalhada sobre os resultados visados com a implementação das PI, a aferição do grau de realização e a avaliação da eficácia conforme os objetivos de cada Eixo do PO.

Formação e emprego (Eixos 2 e 5)

52. No âmbito da formação profissional (PI 10.2 e 10.4), mais de 2 mil estudantes foram apoiados em cursos de formação profissional intermédia ou avançada, com alcance das metas reprogramadas nos indicadores de realização (os indicadores de resultado não se encontram ainda apurados) – Quadro 2. A substancial revisão das metas em baixa foi determinante para o desempenho do Programa Operacional nestas TO, revelando um ajuste à procura, mais limitada, nos últimos anos por cursos CET e um afunilamento no apoio a cursos CTESP (circunscrito aos alinhados com a RIS3), que acabam por ter efeito concorrencial face aos CET (deslocação da procura, em termos nacionais, dos CET para os CTESP). A este efeito concorrencial, acresce a dificuldade de mobilização de procura pela dispersão e heterogeneidade demográfica na Região e dificuldade em alinhar a oferta e procura de cursos com as necessidades emergentes do tecido produtivo (e.g. restaurante bar, onde se abriram cursos, existem necessidades evidentes, mas não houve procura). Na formação avançada, o apoio a bolseiros de doutoramento ficou aquém do esperado, tendo sido lançado apenas um AAC, já no final de 2019, resultando na aprovação de 30% da dotação. Apesar de existir procura neste domínio, a reduzida dimensão e heterogeneidade do Alentejo e a repartição do financiamento entre PO Temático e Regionais (com maior flexibilidade no temático), com alterações ao longo da implementação, condicionaram os resultados. A taxa de realização deste indicador situa-se em 50%, pelo que a meta deverá ser revista em baixa.

53. As ações de combate ao insucesso escolar (PI 10.1) atingiram as metas previstas e obtiveram bons resultados, apurados em dois momentos: em 2018, ano de conclusão do TEIP e em 2021, com dados do PIICIE[4]. Avaliações anteriores[5] revelam que o programa TEIP[6] tem contribuído para reduzir a indisciplina e melhorar o desempenho escolar em contextos socioeconómicos mais fragilizados e para reforçar mecanismos de prevenção da retenção e do abandono (49 PIICIE desenvolvidos na região, ultrapassando a meta prevista). Em 2020, em resposta à crise pandémica, foi lançada a medida "Transição Digital" com mais de 6 M€ em dotação, tendo sido cedidos às escolas 18 134 equipamentos informáticos, resultando numa taxa de realização de 75% das metas. Do facto de terem sido obtidas fontes de financiamento alternativas durante a execução da medida e de atualmente estes equipamentos estarem a ser financiados no âmbito de outros instrumentos de política pública, conclui-se que as metas não serão alcançadas por não se justificar o aumento do apoio num contexto de redução das necessidades de financiamento por via dos FEEI nesta área de política.

54. A análise dos indicadores associados aos investimentos na melhoria da capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação (PI 10.5) revela um bom desempenho, tendo abrangido praticamente a totalidade das escolas do ensino básico e secundário e um número de pessoas substancialmente acima do previsto em virtude do aumento de capacidade instalada. No âmbito do Programa Nacional para a Remoção de Amianto em Escolas Públicas, até 2021, 38 escolas em 23 municípios[7] da região participaram da iniciativa. Daqui pode-se inferir a validação do pressuposto PI. 7, no que respeita a esta PI.

---

[4] Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar

[5] Segundo a Avaliação de Contributo do Portugal 2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, a Redução do Abandono Escolar Precoce e a Empregabilidade dos Jovens (POCH),

[6] Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.

[7] Remoção de amianto em 486 escolas com apoio de Fundos UE | PT2020 (portugal2020.pt)

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Formação de competências								
2	10.1	Realização	Escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo de nível ISCED 2		nº	20	18	90%
			Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar		nº	42 ⬇	49	117%
			Valor do equipamento de TI e software/licenças financiadas para resposta à COVID-19		1000€	9 000 ⬇	6 635	74%
			Número de equipamentos informáticos atribuídos a escolas e cedidos a alunos carenciados		nº	24 250	18 314	76%
		Resultado	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado		%	58 ⬇	N/A	N/A
	10.2	Realização	Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5		nº	1374 ⬇	1648	120%
			Bolseiros de doutoramento apoiados		nº	103 ⬇	52	50%
		Resultado	Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5		%	74	N/A	N/A
			Doutoramentos Concluídos		%	60 ⬇	100	167%
	10.4	Realização	Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)		nº	419 ⬇	465	111%
		Resultado	Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET		%	73	36,61	50%
	10.5	Realização	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas		nº	7 777 ⬆	36 489	469%
		Resultado	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)		%	92	90	98%

Quadro 2. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 2

Legenda: A verde, indicadores com 80% ou mais de taxa de realização das respetivas metas. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento.
⬇ Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. ⬆ Valor da neta do indicador aumentado em reprogramação.
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

55. O Eixo 5 – Emprego e valorização económica, possui as taxas de compromisso mais baixas do Programa Operacional e pode ser facilmente explicado pelos efeitos da pandemia na economia da Região e consequentemente nas medidas de manutenção de emprego. Em 2020, houve reprogramações em baixa de diversos indicadores, contemplando atrasos no arranque de projetos, mudança nos ritmos de execução e flexibilização nas condições de execução (Quadro 2).

56. Os apoios à promoção do empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria – envolvendo incentivos FEDER e FSE no âmbito do SI2E, PAPN e +CO3SO - registaram uma procura elevada e são considerados pelos respetivos promotores essenciais para o desenvolvimento dos projetos (75% dos promotores não os teriam realizado sem o suporte dos FEEI), perspetiva corroborada pelos stakeholders auscultados, que apontam a importância da dinamização do micro empreendedorismo numa região de baixa densidade e com um tecido empresarial de pequena dimensão cuja manutenção é fundamental para a dinamização da atividade económica e emprego. Os resultados do inquérito aos promotores empresariais revelam como principais resultados dos projetos a criação de emprego em regiões de baixa densidade, o aumento da capacidade de produção das empresas e o aumento da sua competitividade por via dos recursos humanos. O estudo de caso EC3, onde a meta de criação de postos de trabalho foi claramente superada, evidencia a importância do apoio para a aceleração do plano de expansão da empresa e para a criação e manutenção de postos de trabalho mesmo em contextos de pandemia e dificuldades de fornecimento.

57. As metas relacionadas com o nº de empresas e pessoas apoiadas têm já taxas de realização elevadas, mas num contexto de revisão em baixa dos respetivos indicadores. As metas de criação e manutenção de postos de trabalho, que refletem os resultados das ações, encontram-se, contudo, muito aquém do pretendido, sendo que

os atrasos na execução, potenciados pela pandemia (para os projetos mais antigos) e pelo lançamento mais recente dos AAC relacionados com a resposta a essa mesma crise podem ser os principais responsáveis por este desvio. Ainda que as expectativas manifestadas, quer pela AG, quer pelos próprios promotores[8], sejam positivas relativamente ao alcance das metas no horizonte de conclusão do PO, considera-se que estes projetos deverão ser objeto de acompanhamento próximo no sentido de garantir a eficácia dos instrumentos que os suportam.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Formação de competências								
5	8.1	Realização	Participantes desempregados que beneficiam dos estágios profissionais na Administração Local		nº	485 ⬇	78	16%
		Resultado	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio na administração local		%	35	N/A	N/A
	8.3	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego		nº	149 ⬇	119	80%
		Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio		%	70	N/A	N/A
	8.5	Realização	Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas		nº	115 ⬇	101	88%
			Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial		nº	2 329 ⬇	157	7%
		Resultado	Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontram empregados em empresas 6 meses após o apoio		%	60	N/A	N/A
			Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação		%	75-85	N/A	N/A
	8.8	Realização	Empresas que beneficiam de apoio		nº	185 ⬇	168	91%
		Resultado	Postos de trabalho criados		nº	524	199	38%
			Postos de trabalho cuja manutenção foi apoiada		nº	140	5	4%
	8.9	Realização	Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos		nº	5	5	100%
		Resultado	Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado		nº	5,4	N/A	N/A

Quadro 3. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 5

Legenda: A verde, indicadores com 80% ou mais de taxa de realização das respetivas metas. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento.
⬇ Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. ⬆ Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

58. As medidas de apoio a estágios na Administração Local (AL) e à formação nas empresas (PI 8.1 e PI 8.5) encontram-se muito aquém dos valores previstos em termos de realizações e com indicadores de resultado ainda não disponíveis. No caso dos estágios profissionais na AL verificou-se uma elevada procura no único AAC lançado (em 2019) mas registam-se atrasos relevantes na sua execução, que resultam da dificuldade de implementar os estágios em período de pandemia, mas também de dificuldade em encontrar perfis adequados às necessidades dos serviços. Os contactos da AG com os promotores apontam para uma perspetiva de cumprimento das metas mas, face ao diferencial de realização, um controlo sistemático da execução é recomendado.

[8] *86% dos promotores empresariais no âmbito destas TO considera que irá alcançar as metas contratualizadas*

59. No caso da formação de trabalhadores e empresários a adesão ficou aquém do esperado, verificando-se que à data de reporte da avaliação, apenas 6% dos projetos apoiados nos AAC dos sistemas de incentivos do Eixo 1 (excluindo a tipologia vales) tinham simultaneamente recorrido a apoios na tipologia de "formação para inovação empresarial". A Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para o Aumento da Qualificação e Empregabilidade dos Adultos (2022) confirma a dificuldade geral da mobilização da procura para as atividades formativas em contexto empresarial, que associa ao desconhecimento da oferta por parte das empresas, à pouca valorização atribuída às atividades formativas por parte dos empresários e à carga administrativa associada a estes projetos de formação (de pequeno valor) quando comparada com os projetos de investimento a que estão ligados (estes últimos, apoiados pelo FEDER, de valor substancialmente maior).

60. A baixa taxa de realização do indicador "Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial" (7%) e o facto de metade dos projetos inicialmente aprovados nesta TO de formação terem sido posteriormente rescindidos ou anulados levam a concluir que dificilmente a meta será cumprida.

Competitividade e internacionalização das PME

61. O Eixo 1, visando o apoio à competitividade e internacionalização das PME através do fomento do empreendedorismo direcionado para atividades e setores com fortes dinâmicas de crescimento e intensivos em tecnologia ou conhecimento, foi o Eixo com maior volume de financiamento comunitário aprovado à data de corte da avaliação (cerca de 400 M€).

62. A maioria dos avisos (cerca de 80%) suscitou uma procura igual ou superior à dotação colocada a concurso o que, numa leitura conjugada com a alta taxa de admissibilidade, permite concluir pela capacidade dos instrumentos de política para atrair procura qualificada (verificação do PI.1). Como contraponto, é notória a baixa taxa de aprovação bruta associada ao Eixo (56%, superior apenas à verificada no Eixo 3), destacando-se as PI 3.1 e 3.3 com taxas de aprovação inferiores a 50%, significando que a uma elevada procura se alia uma elevada seletividade que permite eleger os melhores projetos entre os candidatos.

63. É ainda de destacar a elevada taxa de rescisão/anulação do Eixo, transversal a todas as TI (embora com especial incidência na 3.1 e 3.2), largamente associada aos projetos aprovados nos primeiros dois anos de vigência do Programa, o que indicia que o COVID-19 não terá sido o único fator determinante na sinistralidade dos projetos.

64. Os instrumentos de apoio à competitividade e internacionalização revelam-se, desta forma, adequados, atrativos e mobilizadores da procura, indo ao encontro aos resultados da Avaliação da Implementação dos Sistemas de Incentivos (2019) que concluiu que, de um modo geral, os Sistema de Incentivos (SI) dos FEEI são o principal instrumento de política pública para impulsionar o investimento empresarial de PME, tendo-se verificado um elevado nível de adequação dos SI aos objetivos dos diferentes PO, às PI e às necessidades de investimento das empresas. A elevada adesão, aliada ao elevado nível de compromisso e de seletividade, permite confirmar a verificação do PI.2 "A oferta e forma de apoios e as condições de elegibilidade (plasmadas nos AAC) vão ao encontro da procura por parte dos beneficiários/promotores".

65. O desempenho no cumprimento dos indicadores associados aos SI é globalmente positivo, com a maioria a apresentar valores próximos às metas de 2023 ou mesmo ultrapassando-as.

66. No âmbito Empreendedorismo qualificado e criativo (PI 3.1), o Programa apoiou 137 novas empresas que criaram 277 postos de trabalho (ambicionando também impulsionar o nascimento de novas empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento). Os indicadores relativos ao número de empresas apoiadas ou subvencionadas apresentam taxas de realização superiores ao da criação de emprego, o que indicia que a atratividade dos instrumentos desta PI não se refletiu na mesma proporção na criação de emprego. A auscultação de atores permite apurar que o contexto de pandemia retraiu de alguma forma a contratação adicional de trabalhadores nas empresas de menor dimensão e mais jovens.

67. A larga maioria dos beneficiários desta PI tem expectativas otimistas quer quanto à execução dos valores de investimento contratados (cerca de 90% dos promotores, ponderados pelo investimento elegível esperam cumprir ou ultrapassar os valores contratados, face a valores globais de 78% no Programa) quer quanto ao

alcance das metas previstas (85%, valor igual ao da média do Programa, embora apenas 8% esperem cumprir acima do contrato, face a 20% no global).

68. Na tipologia Qualificação e inovação de PME (PI 3.3) é notório o desempenho acima das metas definidas para 2023 da generalidade dos indicadores (todos os indicadores de realização). A este desempenho não são alheias as revisões em baixa das metas aquando da reprogramação de 2018 (decorrentes da modificação da alocação financeira dentro da PI por via da redução dos montantes afetos a IF, bem como da alteração da fronteira de elegibilidade para apoio entre Programa Operacional Temático e Regionais, abrangendo estes últimos projetos com montante de investimento até 5M€, com repercussões no custo unitário de referência para as metas) e do seu ajuste decorrente do acréscimo de dotação da PI em 2020.

69. As empresas promotoras de projetos de Qualificação e inovação das PME (CRII e SI) encontram-se também bastante otimistas quanto à execução dos valores de investimento contratados. Quanto ao alcance das metas previstas, as respostas encontram-se em linha com os valores globais do Programa no caso dos projetos dos SI (86% dos promotores, ponderados pelo respetivo investimento elegível, esperam um alcance de acordo ou acima do contratado) e bastante otimistas no caso dos projetos CRII (98% dos promotores espera um alcance no mínimo em linha com o previsto).

70. Entre os apoios disponibilizados nesta PI contam-se dois tipos de instrumentos financeiros (Capital/Quase Capital e Dívida/Garantia) correspondentes a 3 operações do Banco de Fomento, num total de investimento de 8 M€ (FEDER) no âmbito da Qualificação e inovação de PME.

71. A procura por estes instrumentos ficou aquém da esperada tendo em consideração a alocação de recursos, sendo que no exercício de reprogramação ocorrido em 2020 se recorreu à redução da dotação destes instrumentos, verba essa a destinar à mesma tipologia de beneficiários no Sistema de Incentivos em avisos de concurso integrados nas Medidas Extraordinárias de Apoio à Economia, no contexto de resposta à crise provocada pela pandemia.

72. O processo de auscultação revelou que os constrangimentos que conduziram à fraca execução associada aos IF de apoio às empresas radicam quer do lado da procura, quer do lado da oferta. Se, por um lado, a própria estrutura produtiva da região (fortemente dependente do setor primário e com um número reduzido de start-up e empresas tecnológicas) não é propícia à procura por estes modelos de negócio, a operacionalização dos IF pelos POR no Portugal 2020 revelou algumas debilidades do lado da oferta, dada a pouca escala de intermediários financeiros (em particular das empresas de capital de risco ou *Business Angels*) e alguma apreensão da banca face à mobilização das soluções de dívida/garantia. No caso específico do PO Alentejo, acresce a desadequação do IF contratado (Capital de risco), que tende a estar orientado para empresas de maior dimensão, o que se revelou desadequado ao tecido produtivo da região.

73. O nível de realização dos indicadores associados aos apoios à internacionalização (PI 3.2) encontra-se um pouco abaixo dos restantes SI, tendo apoiado 285 empresas (80% da meta prevista). Esta PI viu a sua dotação reforçada na reprogramação de 2020, tendo todas as metas sido revistas em alta. Ainda que o nível de realização das metas não seja preocupante no contexto do PO, esta tipologia encontrou dificuldades de execução que justificam uma taxa de anulação/rescisão em torno dos 35% das candidaturas aprovadas, refletindo, tal como noutros POR, as dificuldades de execução de projetos de internacionalização num quadro relevante de confinamento para muitas atividades económicas. Os resultados do inquérito às empresas revelam que são estes os promotores empresariais mais pessimistas quanto à sua capacidade de execução do investimento contratado e de alcance das metas (cerca de 25% dos respondentes encontram-se nesta situação), reforçando a necessidade de acompanhar de perto os níveis de execução dos projetos e ajustar em baixa as metas em função das expectativas de quebra.

74. Os promotores com projetos do SI (não CRII) consideram que os seus projetos apresentam contributos significativos para a atividade da empresa, destacando-se o aumento da inovação e diferenciação do portfolio global de oferta de bens/serviços da empresa (87% do investimento elegível associado a contributo significativamente elevado e muito elevado), seguido da criação/ expansão da capacidade de produção de novos ou substancialmente melhorados bens/ serviços (83%). Os projetos apoiados tiveram ainda, para os promotores com projetos de SI concluídos ou perto de conclusão, contributos fortes ou muito fortes (superiores a 70% da evolução registada ou a registar entre o ano pré e o ano pós projeto) para o VAB, exportações e volume de

negócios dos promotores (60% a 65% dos respondentes, considera elevada a relevância do projeto para estas variáveis de desempenho das empresas).

75. As operações CRII, de natureza diferente, tiveram um contributo mais significativo na manutenção dos postos de trabalho (91% dos respondentes atribui um contributo significativo ou elevado) e na inovação em processos e produtos e um contributo claramente menor para a manutenção da atividade da empresa, o aumento do volume de negócios ou a criação de postos de trabalho (Quadro 4), em consonância com os objetivos do instrumento.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Competitividade e internacionalização								
1	3.1	Realização	Novas empresas apoiadas		nº	147 ⬇	137	93%
			Empresas que beneficiam de apoio		nº	147 ⬇	137	93%
			Empresas que beneficiam de subvenções		nº	147 ⬇	137	93%
			Aumento do emprego em empresas apoiadas		ETI	383	277	72%
		Resultado	Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos		%	2,2 - 2,5	1,58	67%
	3.2	Realização	Empresas que beneficiam de subvenções		nº	362 ⬆	285	79%
			Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)		1000€	62 410 ⬆	50 583	81%
			Empresas que beneficiam de apoio		nº	362 ⬆	285	79%
			Aumento do emprego e empresas apoiadas		ETI	388 ⬆	347	89%
		Resultado	Valor das exportações no volume de negócios das PME		%	12 – 15	12,76	95%
	3.3	Realização	Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa		nº	107 ⬇	187	175%
			PME que beneficiam de apoio financeiro com exceção de subvenções		nº	109 ⬇	254	233%
			Empresas que beneficiam de subvenções		nº	329 ⬇	433	132%
			Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)		1000€	106 177 ⬆	190 038	179%
			Empresas que beneficiam de apoio		nº	405 ⬇	687	170%
			Aumento do emprego em empresas apoiadas		ETI	1 580 ⬆	2 189	139%
			Nº de empresas que recebem subvenções (subconjunto) - Nº de empresas apoiadas em inovação		nº	25	38	152%
		Resultado	PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H,J, K, M e Q) com atividades de Inovação no total de PME do inquérito comunitário à inovação		%	63 - 65	47,3	74%

Quadro 4. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 1

Legenda: A verde, indicadores com 80% ou mais de taxa de realização das respetivas metas. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento.
⬇ Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. ⬆ Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

76. Por último, no âmbito deste Eixo foram apoiadas 67 ações coletivas (SIAC), mobilizando 26,5M€, sendo a maioria (29 projetos, 14M€ apoio) integradas nos incentivos à internacionalização. O inquérito aos promotores empresariais revela que apenas 10% dos promotores inquiridos participaram em SIAC desta natureza no atual

período de programação[9]. Os promotores que indicaram ter participado em ações desenvolvidas nos SIAC apoiados exprimiram uma opinião positiva sobre as ações, referindo como a maior utilidade das mesmas a divulgação da empresa e dos seus produtos e a captação de novos clientes e negócios. Apesar da opinião positiva manifestada sobre as ações, a perceção recolhida no *Focus Group* aponta em sentido divergente, não sendo possível validar o pressuposto PE I.2 – "Ações coletivas dinamizadas na Região contrariam imagem de complexidade associada aos instrumentos de apoio às empresas e são eficazes na mobilização de promotores empresariais".

Investigação, desenvolvimento e inovação

77. A mobilização do Eixo 3, "Investigação, desenvolvimento e inovação" associada ao objetivo temático de reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, mobilizou a um volume de fundo aprovado de 84 M€ e uma taxa de compromisso de 80%.

78. A procura mobilizada pelos 85 AAC lançados (14 no âmbito da PI 1.1 e 71 no da 1.2) ficou aquém dos valores médios alcançados pelo Programa, sendo que cerca de 60% destes suscitou níveis de procura iguais ou superiores a 75% (54% na PI 3.1 e 62% na PI 3.2, face a valores globais de 76% no PO). Perante um nível de admissibilidade elevado nas duas PI (com exceção da TI Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico, da PI 1.1, onde cerca de metade das candidaturas falharam neste nível de análise), a procura pelas TI "não CRII" encontrou barreiras na análise de mérito, resultando numa taxa de aprovação bruta reduzida do Eixo no contexto dos valores do Programa Operacional (40% face a 66% no PO). O *Focus Group* corroborou as dificuldades de mobilização da procura, associando tal circunstância aos condicionalismos impostos pela pandemia (empresas priorizaram a adaptação ao contexto e mitigação dos impactos da pandemia, e menos a inovação), às características do tecido empresarial local (predomínio de microempresas) que inibem a ligação às instituições de ensino superior, e à inelegibilidade das associações empresariais nestes apoios.

79. Os indicadores de realização e resultado estão, em traços gerais, alinhados com o cumprimento das metas definidas (Quadro 5), não se verificando diferenças substanciais entre as PI.

80. No âmbito do reforço da infraestrutura de investigação e inovação I&I (PI 1.1) foram apoiados 40 projetos de I&D e cinco infraestruturas de investigação em projetos SAICT (neste caso envolvendo 99 investigadores em infraestruturas melhoradas). As metas relativas a estes indicadores encontram-se genericamente em linha ou acima dos valores para 2023, sendo de assinalar a substancial revisão em baixa da meta do primeiro indicador aquando das reprogramações de 2018 (que alterou a metodologia de cálculo dos custos unitários associados à PI) e 2020 (decorrente da redução da dotação financeira).

81. O inquérito dos promotores não empresariais revela expectativas (positivas) genericamente em linha com o nível de realização observado no que respeita à execução dos valores de investimento contratados. Face a um cenário de otimismo geral, não deixa, contudo, de ser passível de referência o facto de 18% dos respondentes com projetos referentes a Investigação Científica e Tecnológica (PI 1.1) e 23% daqueles com projetos de valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico se revelarem pessimistas e esperarem não conseguir executar os valores contratados. Se a expetativa dos promotores face à execução dos valores contratados apresenta algumas reservas, o alcance das metas previstas nos indicadores apresenta-se com um cenário certo pelos respondentes (Figura A15 e Figura A16).

82. O Alentejo apresenta constrangimentos de partida nas temáticas de Investigação, desenvolvimento e inovação. A Avaliação sobre o contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento (2018) destaca que o sucesso dos instrumentos de transferência e valorização de conhecimento apresenta uma diferenciação territorial, referindo que o sistema regional de inovação do Alentejo, no que respeita aos seus atores e intervenientes, se carateriza por um sector do ensino superior com um número reduzido de instituições,

[9] Não sendo os SIAC um domínio de aprofundamento desta avaliação não se mobilizou nenhum instrumento particular de auscultação a destinatários de SIAC. Pretendeu-se apenas aferir de forma qualitativa a sua opinião sobre as ações em que eventualmente tivessem participado.

um número reduzido de instituições de I&D e de interface e um sector empresarial fragilizado e territorialmente disperso, onde predominam as pequenas e microempresas.

83. O aprofundamento da análise do Eixo 3 foi feito através da realização de um Estudo de Caso, sobre o Centro de Biotecnologia Agrícola e Agroalimentar do Alentejo, referente a uma operação enquadrada no Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica de investigação fundamental. Sinaliza-se como um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento deste tipo de projetos o facto dos consórcios terem necessariamente de incluir apenas instituições do Alentejo, num contexto em que o conhecimento é cada vez mais globalizado e os resultados da investigação noutras geografias aportam sucesso aos projetos em desenvolvimento. Alinhado com a estratégia de I&I para uma especialização inteligente (RIS3) por natureza, este projeto de investigação fundamental teve também impactos ao nível da transferência de conhecimento, tendo já sido registadas duas patentes e estando outra em fase de avaliação.

84. Nos incentivos dirigidos às empresas (PI 1.2) o Programa apoiou 64 empresas, das quais 4 com apoios que objetivavam a introdução de novos produtos no mercado e 17 com projetos de cooperação com instituições de investigação, valores em linha ou ultrapassando à data de corte da avaliação, as metas definidas para 2023. A reprogramação de 2018 conduziu a uma revisão em alta do valor das metas para os três primeiros indicadores (por via da alteração da metodologia de cálculo dos custos unitários) que viria a ser depois ajustada em função da redução da dotação da PI em 2020 (para os quatro). Os incentivos empresariais à investigação, desenvolvimento e inovação permitiram ainda alavancar cerca de 16,3 M€ em investimento paralelo ao apoio público e criação de emprego em 248 ETI, valores também eles acima das metas para 2023, sendo de salientar uma trajetória idêntica para a criação de emprego à já exposta para os indicadores anteriores.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Investigação, Desenvolvimento e Inovação								
3	1.1	Realização	Projetos de I&D apoiados		nº	40	58	145%
			Valor das subvenções para ID sobre tratamentos (medicamentos e vacinas para o COVID-19)		€	900 000	254 981	28%
			Infraestruturas de investigação apoiadas		nº	5	5	100%
			Número de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas		ETI	80	99	124%
		Resultado	Proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de I&D na população ativa		‰	2,4	2,2	92%
	1.2	Realização	Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado (C028)		nº	4	4	100%
			Nº de empresas apoiadas em I&D e inovação Produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19		nº	2	6	300%
			Projetos de transferência e utilização de conhecimento		nº	21	9	43%
			Empresas em cooperação com instituições de investigação		nº	13	17	131%
			Empresas que beneficiam de subvenções		nº	58	64	110%
			Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)		1000€	11 848	16 280	137%
			Empresas que beneficiam apoio		nº	58	64	110%
			Aumento do emprego em empresas apoiadas		ETI	216	248	115%
		Resultado	Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)		%	(2,0 -2,2)	1,43	68%
			Despesa das empresas em I&D no VAB		%	0,5-0,7	0,47	78%

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
			Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do Volume de negócios de empresas com inovações de produto (não PME)		%	10-12	11,2	102%

Quadro 5. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 3

Legenda: A verde, indicadores com 80% ou mais de taxa de realização das respetivas metas. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento.
🡻 Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. 🡹 Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

85. Com uma adesão mais atomizada do que o esperado, o número de empresas (6) que procurou apoios para a realização de I&D e inovação produtiva para a criação de novos processos, sistemas e produtos de combate à COVID-19, superou largamente a meta projetada para 2023.

86. O baixo valor de realização do indicador "Projetos de transferência e utilização de conhecimento" resulta do atraso na conclusão das ações do Sistema de Apoio a Ações coletivas - Transferência do conhecimento científico e tecnológico. A auscultação de atores revela que com a expectativa de conclusão destas ações a meta do indicador deverá cumprir-se.

87. Foram apoiadas 23 ações coletivas (SIAC) visando a transferência do conhecimento para as empresas, mobilizando 5,5M€. O inquérito aos promotores empresariais revela que apenas 5% dos promotores inquiridos participaram em SIAC desta natureza no atual período de programação[10]. Os promotores que indicarem ter participado exprimiram uma opinião positiva sobre as ações, referindo como contributos mais relevantes o estímulo à posterior apresentação da candidatura aos Sistema de Incentivos, a facilitação de contactos com outras entidades privadas para futuras iniciativas de IDI e um aumento do investimento da empresa em IDI. Consideraram que as ações tiveram um contributo pouco importante para estabelecer contactos com as universidades com o objetivo de participarem em iniciativas de IDI, em parceria com estas entidades.

88. Quanto aos promotores empresariais, os resultados apresentam um grau de variabilidade significativo: se 100% dos promotores de projetos em investimento empresarial e inovação não PME e CRII - atividades de I&D empresarial espera a conclusão dos seus projetos de acordo ou acima dos valores de investimento contratado, as expectativas otimistas são mais moderadas relativamente às atividades de I&D empresarial, em relação às quais existem 20% de promotores que esperam não conseguir executar os valores contratados.

89. Se os promotores de investimento empresarial e inovação não PME se encontravam entre os mais otimistas quanto à execução dos valores contratados, o mesmo não pode ser dito em relação ao alcance das metas previstas, sendo que um número bastante elevado (62%) julga que estas não irão ser alcançadas. As restantes tipologias esperam o cumprimento em linha ou acima do contratado.

Sustentabilidade ambiental e coesão territorial

90. O Eixo 4 tem enfoque na regeneração e revitalização urbana (território) e nas comunidades desfavorecidas residentes e integra também a componente da eficiência energética na habitação, edifícios públicos e equipamentos abrangidos nas intervenções de regeneração e revitalização urbanas. Visa, no essencial, aumentar a atratividade dos centros urbanos. Fica evidente que este objetivo está a ser alcançado do ponto de vista da execução das metas. O Eixo tem taxa de compromisso de 107%, envolvendo 268 projetos e um investimento na região de 170 M€ (130 M€ de incentivo). A quase totalidade dos indicadores disponíveis (75%)

[10] Não sendo os SIAC um domínio de aprofundamento desta avaliação não se mobilizou nenhum instrumento particular de auscultação a destinatários de SIAC. Pretendeu-se apenas aferir de forma qualitativa a sua opinião sobre as ações em que eventualmente tivessem participado.

assumem taxas de realização acima do planeado num quadro global de manutenção das metas iniciais de programação (Quadro 6).

91. Alguns dos AAC relacionados com a promoção de estratégias de baixo teor de carbono, em particular a mobilidade urbana, registaram baixa procura e baixas taxas de admissibilidade, revelando a dificuldade de alguns promotores cumprirem os critérios de elegibilidade (os que foram sujeitos a análise de mérito foram aprovados). Ainda que se identifiquem dificuldades técnicas na análise das candidaturas e no acompanhamento das metas, bem como a demora na emissão de certificações, os planos e projetos de mobilidade foram plenamente executados em rota com os valores de referência expectáveis.

92. Os apoios à reabilitação urbana (PI 6.5 e 9.8), abrangendo os espaços públicos e residenciais e as comunidades desfavorecidas ultrapassaram largamente as metas previstas (a habitação é a exceção), contribuindo para a estratégia de desenvolvimento do Alentejo no que respeita à preservação e recuperação dos centros urbanos de modo a consolidar a Região como destino turístico competitivo. Verifica-se, portanto, que o cumprimento do pressuposto de adequação dos modelos de implementação/governação subjacentes às abordagens territoriais permite captar elevada procura qualificada (PI.8)

93. Os PEDU/PARU potenciaram a eficácia dos apoios à reabilitação, reconhecendo os atores que implicaram uma reflexão prévia extremamente importante para depois se concretizarem os projetos, não obstante as limitações apontadas relativamente à diferença entre a versão inicial dos planos e a sua execução no terreno (alterações nos planos em resultado de mudanças de executivo e das novas prioridades impulsionadas pela pandemia). A segmentação entre estes dois instrumentos e o privilégio dado, em termos de dimensão financeira dos apoios, aos centros urbanos, poderá, contudo, contribuir para o aprofundamento das assimetrias de desenvolvimento intra regionais.

94. O indicador "Habitações reabilitadas em áreas urbanas" (PI 6.5) encontra-se longe de alcançar a meta prevista e deverá ser objeto de reprogramação significativa em baixa. Os stakeholders entrevistados manifestam globalmente a desadequação do instrumento financeiro gerido pelo IFRRU, evidenciando: as condições de financiamento pouco atrativas face a financiamento na banca comercial (taxas menores e maturidade do financiamento maior), a delimitação da área elegível circunscrita ao PARU e não à ARU, com reflexos na redução da atratividade para investimentos no turismo (que também podem ser financiados por outros instrumentos com apoio não reembolsável), as características da região (tecido urbano mais disperso, maior predominância de áreas rurais, centros urbanos menos densos e com população mais envelhecida e com pouca apetência para a reabilitação de habitação própria), a pandemia – com reflexos na alteração de prioridades dos investidores, no aumento dos custos das empreitadas e na disponibilidade dos materiais. (verificação do risco RE I.1). A auscultação de atores revelou ainda como condicionantes à implementação dos IF a complexidade do quadro regulamentar e operacional dos mesmos face a opões de mercado semelhantes e alguma apreensão da banca na adesão aos instrumentos, concluindo-se pela verificação do risco RE I.1 "Reduzida recetividade e/ou mobilização da banca comercial na adesão aos IF). Ao inverso, não se concluiu que a ausência de representação regional na estrutura do IFRRU fosse um fator limitador da procura por parte dos destinatários, pelo que se considera que o risco RE I.2 não condicionou os resultados da PI 6.5.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Sustentabilidade e coesão territorial								
4	4.5	Realização	Planos de mobilidade Urbana Sustentável Implementados		nº	5	5	100%
			Nº de projetos de mobilidade aprovados		nº	78 ↑	80	103%
		Resultado	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa		ton./CO2	1 210 129	13 743 508	1136%
	6.5	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas		m^2	242 291 ↑	1 057 453	436%
			Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas		m^2	36 252	130 139	359%
			Habitações reabilitadas em áreas urbanas		nº	593 ↓	24	4%
		Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano		(1 a 20)	> = 2	N/A	N/A
	9.8	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas		m^2	12703	231 170	1820%
			Habitações reabilitadas em áreas urbanas		nº	129 ↓	299	232%
		Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção		(1 a 10)	> = 2	N/A	N/A

Quadro 6. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 4

Legenda: A verde, indicadores com 80% ou mais de taxa de realização das respetivas metas. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento.
↓ Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. ↑ Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

95. Os apoios para eficiência energética e mobilidade englobados no Eixo 7, com foco na promoção de um crescimento sustentável e mais eficiente na utilização dos recursos apresentam, em geral, uma taxa de compromisso (83%) mais baixa que a média do Programa Operacional e uma elevada taxa de rescisão/anulação registada na TO Eficiência energética nas habitações (cerca de 70%, a maior do PO, em resultado sobretudo da sinistralidade nos projetos da habitação social). A taxa de realização do Eixo (72%) situa-se acima da média do PO.

96. No que se refere aos AAC, ressalta-se o baixo número de avisos lançados (15, sendo que 10 concentrados na PI 4.3) e um nível de adesão muito baixo quer na PI 4.2 (empresas), quer na PI 4.3 (infraestruturas públicas). Na PI 4.5 – mobilidade urbana sustentável foram lançados 4 AAC com boa adesão. O processo de auscultação evidenciou, no caso do setor público, o atraso na transposição de legislação comunitária com consequências no atraso de lançamento dos avisos e a falta de técnicos municipais e regionais para a análise das candidaturas de forma expedita. No caso dos apoios às empresas a fraca adesão está sobretudo relacionada com o âmbito da elegibilidade das despesas (às obras de renovação energética estão associados custos relevantes que não são elegíveis, reduzindo claramente a atratividade do instrumento), com a forma de apoio (reembolsável) e o cumprimento das regras de minimis (o maior interesse/prioridade por parte das empresas de maior dimensão esbarra nas limitações de minimis).

97. Destacam-se as diversas modificações ocorridas no âmbito deste Eixo: a mudança de enquadramento das IPSS que, em 2019, passou a ser equiparado com as da Administração Pública; identificação de problemas referentes a alguns indicadores (particularmente, o indicador de consumo em prédios públicos que não abrangia a iluminação pública e o indicador de redução de emissão cuja medição não era circunscrita aos projetos financiados, mas sim à administração como um todo) e a reafectação das verbas da PI para a ação de reabilitação de escolas. Estas mudanças validam o P I.6 - O sistema de monitorização do Programa Operacional e os respetivos indicadores permitem acompanhar as realizações e resultados, fornecendo suporte para decisões de ajustamento no PO.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Sustentabilidade e coesão territorial								
7	4.2	Realização	Empresas com consumo de energia melhorado		nº	3 ⬇	N/A	N/A
			Empresas que recebem apoio		nº	3 ⬇	0	0%
			Empresas que recebem apoio que não sob a forma de subvenções		nº	3 ⬇	0	0%
		Resultado	Consumo de energia primária nas empresas		Tep/M€	336 ⬇	396	118%
	4.3	Realização	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos		KWh/ano	31 180 ⬇	7 523	24%
			Redução das emissões de gases com efeito de estufa		Ton./CO2	14 828 ⬇	N/A	N/A
			IPSS com consumo de energia melhorado		nº	43 ⬇	17	40%
		Resultado	Consumo de energia primária na administração regional e local		Tep	37 963 ⬇	46 568	123%
	4.5	Realização	Projetos de Mobilidade Aprovados		nº	64 ⬆	61	95%
		Resultado	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa		Ton./CO2	1 210 129	13 743 508	1136%

Quadro 7. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 7

Legenda: A verde, indicadores com 80% ou mais de taxa de realização das respetivas metas. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento.
⬇ Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. ⬆ Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

98. Num contexto de adaptação aos baixos níveis de adesão, estas alterações foram acompanhadas por diversas reprogramações, com redução da dotação do Eixo e revisão de cálculo de alguns indicadores (Quadro 7). As metas relacionadas com o apoio às empresas e às IPSS foram reduzidas em mais de 80% e, ainda, não foram alcançadas. A pandemia foi responsável pela desistência de IPSS (impossibilitadas de arcar com o custo elegível), contudo há perspetiva de atingimento destas metas, considerando as operações que estão em fase de análise/aprovação. No caso das empresas as metas não serão passíveis de alcançar, aconselhando-se ao seu ajustamento em baixa no âmbito da próxima reprogramação.

99. O Eixo 8 – Ambiente e Sustentabilidade – mobiliza 139M€ e apresenta uma taxa de compromisso de 118%. No conjunto, os objetivos de valorização e recuperação do património cultural e natural foram alcançados e estão refletidos no alcance das metas apuradas. Os concursos geraram uma importante procura qualificada e 325 candidaturas aprovadas, demonstrando uma forte atratividade desta temática na região. As altas taxas de realização (Quadro 8.) revelam um bom desempenho deste Eixo, mesmo num contexto de revisão em alta das metas na sequência do reforço da respetiva alocação financeira.

100. Como condicionante à execução das operações importa relevar o aumento dos custos de construção no período pós-covid que teve de ser acomodado por parte dos promotores. A incorporação destes custos adicionais face ao previsto foi mais viável nas autarquias de maior dimensão, traduzindo-se num fator adicional com reflexo nas assimetrias territoriais entre concelhos de maior e menor dimensão.

101. Se é certo que a totalidade dos promotores considera que os projetos apoiados contribuíram para a melhoria das condições de visitação dos espaços culturais e/ou naturais e para o aumento da estada dos turistas, o contexto económico favoreceu também a boa performance dos resultados do Eixo neste domínio. Com efeito, durante o período de pandemia a visitação turística na região aumentou significativamente face ao passado. A partir de 2013, o número de dormidas nos alojamentos turísticos seguiu uma tendência crescente (de 149 dormidas por 100 habitantes em 2013, para 416 em 2019), sendo que nos anos de pandemia o Alentejo sustentou melhor que as restantes regiões a quebra de dormidas e recuperou também de forma mais eficaz.

102. Embora as metas associadas à reabilitação urbana (PI 6.5) se encontrem largamente ultrapassadas, as condicionantes atrás referidas (Eixo 4, PI 6.5), em particular as relativas à complexidade do quadro regulamentar e operacional dos IF face a opões de mercado semelhantes, também se aplicam neste Eixo.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Sustentabilidade e coesão territorial								
8	6.3	Realização	Aumento do nº esperado de visitantes nos sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio		visitantes /ano	546 228 ⬆	1 939 467	355%
		Resultado	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros		milhares de dormidas	1800 -1900	2 481	134%
	6.5	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas		m2	96 008 ⬆	423 573	441%
			Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas		m2	21 335 ⬆	51 287	240%
		Resultado	Aumento do Grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano		(1 a 10)	> = 2	N/A	N/A

Quadro 8. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 8

Legenda: A verde, indicadores com 80% ou mais de taxa de realização das respetivas metas. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento.
⬇ Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. ⬆ Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

Coesão social

103. A promoção da inclusão social e combate à pobreza e discriminação é o objetivo orientador do Eixo 6 – Coesão Social e Inclusão, financiado pelo FEDER e FSE, que acolhe 37% dos projetos aprovados. A dotação do Eixo foi reforçada, com destaque para a PI 9.7 (investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais), com revisão em alta do indicador, visando apoiar a construção do Hospital Central do Alentejo que representa mais de 30% da dotação desta PI e teve seu arranque de execução já tardiamente. A PI 9.4 criada em 2020 como instrumento de combate à situação de pandemia não foi concretizada, tendo os investimentos previstos sido financiados por outros instrumentos.

104. A PI 9.1 inclusão ativa obteve sucesso nos indicadores de realização (Quadro 9) com participação significativa nos projetos e abrangência nas escolas da região. Os indicadores de resultado serão apurados com a conclusão dos projetos, mas há expectativa de cumprimento pela AG. A auscultação de atores revela bons resultados nas ações de combate ao insucesso escolar, tendo sido acompanhadas pelas CIM e estruturas locais de apoio. A operacionalização do instrumento teria beneficiado de um mapeamento mais efetivo e atualizado por parte das entidades responsáveis (em particular a DGEstE) que tivesse antecipadamente considerado as necessidades e prioridades municipais, entretanto transmitidas, no sentido de abranger várias escolas que, na opinião dos municípios, precisavam de intervenção.

105. As TI de apoio ao Desenvolvimento económico de base local (PI 9.6 – FSE e PI 9.10 – FEDER) ultrapassaram já as metas previstas nos indicadores de realização, relevando a importância deste perfil de apoios para o tecido económico regional, onde predominam as empresas em nome individual (68% das empresas, contra 65% a nível nacional) e microempresas (97% *vs* 96%). A implementação de estratégias DLBC envolveu mais de 600 projetos no âmbito do SI2E apoiados pelo FEDER, sendo a maioria dos mesmos complementados por apoios FSE no âmbito da PI 9.1. Em conjunto com os apoios CO3SO, permitiram apoiar cerca de 900 empregos (incluindo o autoemprego) em empresas de muito pequena dimensão. O inquérito realizado aponta como áreas onde o contributo dos projetos (percecionado pelos promotores) é mais elevado a criação/expansão da capacidade de produção de novos ou substancialmente melhorados bens/ serviços (71% do investimento elegível associado a contributo significativo/ muito elevado), seguida da criação de emprego em territórios de baixa densidade (66%)

e do aumento da competitividade da empresa por via do recrutamento de recursos humanos (65%), em linha com os objetivos dos instrumentos e confirmando a sua eficácia.

106. Os projetos de reabilitação urbana em comunidades desfavorecidas (PI 9.8), promovidos maioritariamente pelas autarquias no âmbito dos Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), ultrapassaram as metas estabelecidas em termos de área abrangida, envolvendo 37 operações de regeneração física, económica e social. Foram lançados no total 5 AAC e embora grande parte com procura qualificada superior a 50%, a inexistência de procura em um dos avisos motivou a reprogramação e a transferência de dotações para operações da PI 6.5. Em entrevista com o IFRRU, foi sinalizado que com a pandemia muitos municípios tiveram de reponderar a natureza e a prioridade dos investimentos e que, em consequência, muitas operações foram rescindidas ou adiadas.

107. Os promotores de projetos no âmbito deste Eixo consideram que os projetos que estão a desenvolver contribuem sobretudo para a melhoria das oportunidades de inclusão social, para o aumento da cobertura da rede equipamentos de saúde e de ação social e para aprofundar e diversificar os serviços e as respostas sociais para idosos/pessoas em situação de dependência/crianças e jovens (Figura A22). O contributo dos projetos para melhorar a integração das comunidades de imigrantes ou de minorias étnicas e para prevenir a criminalidade e outros comportamentos marginais nestes territórios é considerado bastante mais modesto, indiciando a necessidade de medidas adicionais de modo a melhorar a inclusão e a aumentar a segurança.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Coesão social								
6	9.1	Realização	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário		nº	6 396	11 708	183%
			Escolas abrangidas em territórios educativos de intervenção prioritária		nº	20	18	90%
		Resultado	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário		%	39	N/A	N/A
			Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado		%	100	N/A	N/A
	9.10	Realização	Estratégias de DLBC apoiadas		nº	12	12	100%
		Resultado	Efeito multiplicador das estratégias do investimento público no investimento privado		nº	1,8	N/A	N/A
	9.4	Realização	Capacidade de teste para diagnostico e teste à COVID-19 financiada (incluindo teste de anticorpos)		nº	7750	N/A	N/A
			Valor das intervenções do FSE para combater ou contrariar os efeitos da pandemia COVID-19 (custo público total)		1000€	3 000	N/A	N/A
	9.6	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego		nº	516	897	174%
		Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio		%	55 – 60	N/A	N/A
	9.7	Realização	Equipamentos sociais e de saúde apoiados		nº	154	194	126%
			População abrangida por serviços de saúde melhorados		nº	757 302	757 302	100%
		Resultado	Utentes inscritos em USF (Unidades de Saúde Familiar)		%	43	40,7	95%

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador – Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
	9.8	Realização	Espaços abertos, criados ou reabilitados em áreas urbanas		m2	27 192 ↑	45 720	168%
		Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção		(1-10)	> = 2	N/A	N/A

Quadro 9. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 6

Legenda: A verde, indicadores com 80% ou mais de taxa de realização das respetivas metas. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento. ↓ Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. ↑ Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

Capacitação institucional

108. O Eixo 9, dedicado à modernização administrativa e à melhoria da eficiência da administração pública mobiliza cerca de 22M€ de fundo, tendo sido lançados 13 avisos com forte adesão por parte dos promotores. Com a dotação praticamente comprometida, a taxa de execução do Eixo (38%) é a mais baixa do PO, essencialmente por força das componentes FSE que viram os seus projetos arrancar mais tarde.

109. O número de serviços públicos apoiados em projetos de TIC (PI 2.3) superou a meta prevista, num cenário de reforço de dotação e de aumento da meta inicial (Quadro 11), favorecendo a utilização do canal eletrónico por parte dos utilizadores finais destes serviços. Embora a meta de câmaras municipais que disponibilizam este acesso online esteja abaixo do esperado, espera-se o seu alcance após a conclusão dos projetos em curso.

110. No caso da PI 11.1, que visa a qualificação dos trabalhadores em funções públicas, verificou-se uma elevada adesão, mas o nível de realização da meta de trabalhadores abrangidos é incipiente. Não obstante os esforços de recalendarização por parte dos promotores e o desejo manifestado de manutenção dos projetos – confirmado pelas respostas ao inquérito, onde a quase totalidade dos promotores espera alcançar as metas dos respetivos projetos - não se perspetiva que se alcance a meta, sugerindo-se a sua reprogramação em baixa.

111. O nº de projetos de reforço do trabalho em cooperação e em rede (PI 11.2) ultrapassou o previsto, mas o número de instituições envolvidas encontra-se aquém do desejado. Os projetos apoiados são de maior dimensão que o expectável (embora tal não constitua nenhum problema) e estão atrasados, embora se espere que a meta venha a ser cumprida.

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
Sustentabilidade e coesão territorial								
9	11.1	Realização	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização		nº	984 ↓	28	3%
		Resultado	Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação		%	75 – 85	N/A	N/A
	11.2	Realização	Projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados		nº	5	9	180%
		Resultado	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados		nº	20	9	45%
	2.3	Realização	Serviços da administração pública apoiados		nº	54 ↑	85	157%
		Resultado	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos		%	40 – 50 ↓	28,1	94%

Eixo	PI	Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Grau de Alcance	Un.	Meta 2023	Valor à data de corte	Taxa de Realização
			Câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet no total de Câmaras		%	75-80	46,6	60%

Quadro 10. Indicadores e respetiva concretização a 31.12.2021 – Eixo 9

Legenda: A verde, indicadores com 80% ou mais de taxa de realização das respetivas metas. A amarelo, indicadores com desvio face à(s) meta(s), mas sem risco evidente de incumprimento. A vermelho, indicadores com desvio face à(s) meta(s) e com risco de incumprimento.
🡻 Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. 🡹 Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

3.2. Questão de Avaliação 2 – Eficiência do POR Alentejo 2014-2020

QA2. Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo Alentejo 2014-2020, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

Resumo

Orientada para a eficiência na aplicação dos recursos, a presente QA pretende aferir se a relação entre os recursos mobilizados pelo POR Alentejo 2020 e os resultados das intervenções financiadas se revela adequada face aos objetivos prosseguidos. Num quadro de escassez de recursos públicos, a prestação de contas por parte dos decisores de política assume uma relevância acrescida e exige informação fundamentada sobre a otimização na aplicação dos recursos disponíveis. Independentemente da sua eficácia ao nível do cumprimento dos objetivos, um instrumento de política deverá proporcionar uma boa relação *value for money*, ou seja, é importante verificar se os objetivos poderiam ter sido cumpridos com um volume de recursos inferior ou, alternativamente, se com o mesmo montante de recursos, alocados de forma diferente, teria sido possível alcançar resultados mais relevantes e significativos.

As evidências recolhidas pela equipa de avaliação ao nível da eficiência na aplicação dos montantes financeiros permitem concluir que os recursos mobilizados e os resultados gerados pelo POR Alentejo 2014-2020 revelam-se adequados na maioria das PI e dos OE face aos objetivos a prosseguir e aos desafios e às oportunidades em presença. Contudo, embora o volume de apoio comunitário tenha sido superior ao observado em anteriores períodos de programação, esteve aquém do necessário para gerar os efeitos visíveis e impactantes desejados na redução das assimetrias regionais e para responder adequadamente às necessidades da Região do Alentejo.

A equipa de avaliação procurou realizar um exercício assente, num primeiro momento, no cálculo do custo médio por unidade de resultado e, num segundo momento, na avaliação da eficiência relativa em função da segmentação desse custo médio, por tipologia de intervenção, por operação e, quando pertinente, por beneficiário. Este exercício permitiria analisar a eficiência relativa das operações, identificando situações de maior e menor eficiência na obtenção de resultados semelhantes. Contudo, na impossibilidade de disponibilização da informação sobre os indicadores de resultado, por operação (no caso do FEDER) ou para todas as tipologias de intervenção, optou-se por simplificar o exercício. O facto de os indicadores de resultado FEDER serem maioritariamente estatísticos e dada a indisponibilidade de valores para muitos dos indicadores de resultado, à data de reporte da avaliação, o exercício e as conclusões a gerar devem ser devidamente ponderados. Acresce o número reduzido de operações encerradas na data de corte de avaliação, dificultando a realização de um exercício avaliativo do nível de custo-eficácia, desejavelmente realizado a partir da análise da relação entre os resultados alcançados e os custos unitários associados. A análise por prioridade de investimento e por tipologia de intervenção releva a amplitude e a disparidade de apoios, observando-se a coexistência de investimentos de elevada dimensão financeira com outros de menor escala. Ainda que os custos não possam ser sempre comparáveis entre operações da mesma tipologia de intervenção, dadas as especificidades associadas aos diferentes investimentos, dificultando uma avaliação da razoabilidade dos custos, existem *outliers* em muitas das operações, com valores expressivos em termos de investimento (superiores ou inferiores) face ao custo médio.

As diferentes formas de apoio incentivaram o investimento, constituindo os apoios financeiros do POR Alentejo 2020 recursos fundamentais para a dinâmica de investimento regional no período 2014-2020. Mas se as múltiplas evidências recolhidas foram consensuais quanto ao facto das diferentes formas de apoio comunitário incentivarem determinantemente o investimento ao nível regional, foram sinalizados aspetos possíveis de melhorar de forma a assegurar uma maior otimização dos recursos mobilizados, com destaque para a necessidade de maiores níveis de qualificação e informação dos recursos humanos afetos à operacionalização dos apoios comunitários e, ao mesmo tempo, de maiores níveis de acompanhamento.

Os IF caraterizam-se por apresentar condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional, mitigando as falhas de mercado inibidoras da procura. Esta constitui uma vantagem e fator diferenciador dos mesmos, tendo ainda beneficiado de um trabalho de divulgação, com realização de sessões de esclarecimento fundamentais para a clarificação dos *stakeholders* ao nível regional. Revelam-se especialmente vantajosas as condições de financiamento dos IF direcionados para a habitação particular face às disponibilizadas pela oferta bancária tradicional.

Os apoios financeiros do POR Alentejo 2014-2020 foram fundamentais para a dinâmica de investimento regional no presente período de financiamento comunitário

112. No exercício de avaliação da eficiência das várias formas de apoio, importa considerar os diferentes níveis de recetividade por parte dos beneficiários relativamente às mesmas. Observa-se uma preferência por subvenções não reembolsáveis, associada à política de apoio comunitário dominante em Portugal e, portanto, não exclusiva da Região do Alentejo, ao longo dos vários períodos de financiamento. Deste modo, a falta de cultura sobre subvenções reembolsáveis é transversal à generalidade do PT2020 e não específica do POR Alentejo 2014-2020.

113. No processo de auscultação conduzido na presente avaliação, os vários atores foram consensuais em considerar que os apoios financeiros do Programa Operacional foram determinantes para o avanço do investimento - os inquéritos revelam que uma parte significativa do investimento elegível (65%, ponderado pelo número de projetos, para o caso dos promotores não empresariais e 64%, ponderado pelo número de projetos e 57%, ponderado pelo valor do investimento no caso dos empresariais) não se teria realizado sem o apoio do PO, dimensão que é aprofundada na QA4, sobre o Valor Acrescentado Europeu.

114. Uma análise das tipologias de operação/medidas do POR Alentejo 2014-2020 cujos projetos se teriam desenvolvido, mesmo sem o apoio dos fundos comunitários permite verificar que, entre os promotores não empresariais, a reabilitação urbana (6.5), com 12 projetos, no Eixo 8; o desenvolvimento das infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (9.7), com oito projetos, no Eixo 6; as intervenções no património natural e cultural (6.3), com oito projetos, no Eixo 8; e as infraestruturas de ensino básico e secundário (10.5), com sete projetos, no Eixo 2, são as que assumem maior relevância.

115. Relativamente aos promotores empresariais, por TO, a CRII - Atividades de I&D empresarial, a CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME, o Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS e a CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional de Base Local (100% dos projetos e 100% do investimento elegível), são aquelas onde a realização dos projetos não dependeu dos apoios. Releve-se, igualmente, a criação de emprego por conta própria e o apoio à criação de empresas (86% dos projetos e 95% do investimento elegível) e o empreendedorismo qualificado e criativo (91% dos projetos e 93% do investimento elegível).Por outro lado, nas demais TO verificou-se um maior efeito de alavancagem, uma vez que o Programa Operacional financiou intervenções que não seriam de outro modo concretizadas, nomeadamente no contexto da qualificação e inovação das PME e na internacionalização das PME.

116. Outra evidência do carácter central dos apoios comunitários é a da Formação de Públicos Estratégicos, uma vez que muitas formações não seriam desenvolvidas sem a disponibilidade dos fundos comunitários, quer ao nível da oferta de formação, quer da procura. Regista-se um entendimento de que apenas haveria procura nestes domínios por parte das formações obrigatórias, o que conduziria, certamente, a impactes substancialmente mais contidos em termos de coesão social ao nível da região.

117. Paralelamente, são observáveis discrepâncias na avaliação da importância dos apoios financeiros do Programa Operacional para a realização dos investimentos, em função do perfil dos beneficiários. Ainda que existam assimetrias por PI, é entre as entidades da administração pública que prevalece, apesar de reconhecida a importância central dos apoios comunitários, a convicção de que os investimentos se realizariam independentemente destes, podendo apenas não se concretizar tão rapidamente.

118. Se as múltiplas evidências recolhidas foram consensuais quanto ao facto das diferentes formas de apoio comunitário incentivarem determinantemente o investimento ao nível regional, por outro lado, foram sinalizados aspetos possíveis de melhorar de forma a assegurar uma maior otimização dos recursos mobilizados, com destaque para a necessidade de maiores níveis de qualificação e de informação dos recursos humanos afetos à operacionalização dos apoios comunitários e ao mesmo tempo de maiores níveis de acompanhamento, como anteriormente referido. Neste contexto, as evidências recolhidas pela equipa de avaliação confirmam o pressuposto da cadeia de impactos (das realizações para os resultados) "PII.3. As diferentes formas de apoio incentivaram o investimento, permitindo a otimização de recursos".

Os recursos mobilizados pelo POR Alentejo 2014-2020 e os resultados gerados até ao momento revelam-se globalmente adequados na maioria das PI e dos OE

119. As evidências recolhidas pela equipa de avaliação ao nível da eficiência na aplicação dos recursos – considerando o processo de auscultação realizado (entrevistas) e a informação disponível no SI POR Alentejo 2014-2020 – permitem verificar que os recursos mobilizados e os resultados gerados pelo Programa revelam-se adequados na maioria das PI e dos OE face aos objetivos a prosseguir, aos desafios e às oportunidades em presença.

120. Embora o volume de apoio comunitário tenha sido expressivo e superior ao observado em anteriores períodos de programação, o processo de auscultação dos *stakeholders*, nomeadamente as entrevistas às AG e aos OI, permitiu verificar que esteve aquém do necessário para gerar efeitos visíveis e impactantes na redução das assimetrias regionais, bem como responder adequadamente às necessidades do Alentejo. Destacam-se, neste âmbito, duas dimensões de intervenção em que esta insuficiência é particularmente evidente: a abrangida pela PI 3.1 (empreendedorismo qualificado e criativo) e a abrangida pela PI 10.5 (infraestruturas de ensino básico e secundário). Poder-se-á assim concluir pela verificação parcial do risco da cadeia de impactos (dos resultados para os impactos) "RIII.1. A dotação financeira comparativamente às necessidades verificadas compromete o impacto das intervenções (o apoio público não é o necessário para produzir os efeitos esperados)".

121. As diferentes formas de apoio mobilizadas pelo POR Alentejo 2014-2020, ainda que insuficientes, revelaram-se determinantes para a dinâmica de investimento regional verificada no período de programação 2014-2020, não obstante a existência de alguma heterogeneidade em função dos Eixos e das PI. De salientar o subsídio não reembolsável, importante incentivo efetivo ao investimento, permitindo a otimização de recursos e a execução de intervenções que, sem apoio do Programa, dificilmente seriam executadas no curto ou no médio prazo.

122. No contexto das entrevistas e dos estudos de caso realizados, foi ainda aprofundada uma reflexão em torno de fatores comprometedores da eficiência do Programa que, pelo impacte que desempenham, seja individualmente numa operação ou mais transversais ao Programa, carecem de análise aprofundada. Mesmo que alguns desses aspetos configurem situações de resolução complexa para o atual período de programação, importa que sejam devidamente analisados e considerados no exercício de programação do próximo período de apoio comunitário, atualmente ainda em preparação, de forma que sejam alcançados melhores resultados em algumas operações, em particular e previsivelmente, na generalidade do POR Alentejo 2030.

123. A necessidade de alocar mais recursos financeiros à qualificação e à formação dos recursos humanos afetos à gestão e à operacionalização do Programa releva-se, desde logo, como um dos fatores transversais ao POR Alentejo 2014-2020 e, portanto, não específico de um eixo ou de uma PI. Com efeito, a persistência de dificuldades técnicas expressivas ao nível da capacidade de resposta às exigências do quadro comunitário e do Programa, bem como a existência de um elevado número de candidaturas mal instruídas, com todo o impacte negativo que tal acarreta do ponto de vista administrativo e processual, reiteram esta conclusão. As diferentes verbas alocadas ao acompanhamento técnico refletem-se ao nível do ritmo de execução e dos resultados alcançados, sinalizando-se, como exemplo, a discrepância verificada entre os PAMUS, com dotação insuficiente para acompanhamento e os PADRE, que beneficiaram de verbas mais adequadas.

124. A insuficiência identificada ao nível do quadro de recursos humanos em múltiplas dimensões traduz-se numa pressão acrescida sobre os quadros afetos à gestão operacional do Programa. Neste contexto, é relevante salientar que o Alentejo enfrenta desafios demográficos importantes amplamente reconhecidos, com dificuldades em fixar e atrair recursos humanos, destacando-se os altamente qualificados, o que se reflete igualmente nas equipas envolvidas na gestão e operacionalização do PO, desde as equipas técnicas dos próprios beneficiários até à equipa técnica da AG. O foco nos resultados implica um elevado desempenho dos quadros da AG do POR Alentejo 2014-2020, que nem sempre se coaduna com o tempo disponibilizado para o efeito, por insuficiência, podendo levar à aprovação de candidaturas, por vezes menos relevantes para a Região, bem como constituir um desincentivo para potenciais beneficiários relevantes face à estratégia de desenvolvimento e de crescimento regional e a uma maior incidência dos apoios nos mesmos beneficiários, mitigando assim o alcance dos efeitos do Programa.

125. Com efeito, se as múltiplas evidências recolhidas foram consensuais quanto ao facto das diferentes formas de apoio comunitário incentivarem determinantemente o investimento no Alentejo, por outro lado, foram sinalizados aspetos possíveis de melhorar para assegurar uma maior otimização dos recursos mobilizados, com

destaque para a necessidade de assegurar maiores níveis de qualificação e de informação dos recursos humanos afetos à operacionalização dos apoios comunitários e, ao mesmo tempo, de maiores níveis de acompanhamento, como anteriormente referido. Trata-se de uma questão que se reflete não apenas na estrutura da AG do Programa, como também nas estruturas dos OI, insuficientes face às competências que asseguraram. Da triangulação do processo de auscultação aos beneficiários (inquirição), às estruturas de gestão (entrevistas) e da análise documental, resulta a evidência que os contratos de competências assumidos pelos OI carecem de um reforço orçamental para fazer face às responsabilidades adicionais associadas às novas competências, bem como de um processo de formação específico para os quadros dessas entidades que seja maximizador da eficácia e da eficiência. Paralelamente, concorrem para uma entropia penalizadora da mobilização de recursos os processos de candidatura para a assistência técnica do POR Alentejo 2014-2020, por não serem prévios às necessidades de assistência e também por decorrerem simultaneamente para todos os Programas Operacionais regionais, dificultando a capacidade de resposta por parte de alguns OI, com maiores carências ao nível dos recursos humanos.

126. Paralelamente, conclui-se, no âmbito do processo de inquirição e da realização dos estudos de caso, que para os promotores não empresariais os fatores que mais limitam a adequação do apoio público concedido às suas necessidades foram a complexidade e as exigências burocráticas/administrativas (considerados desadequados ou pouco adequados por 61,4% dos promotores, ponderado pelo número de projetos), enquanto que aspetos como as taxas de cofinanciamento (taxas de comparticipação pelo Programa) ou as formas de apoio (reembolsável/fundo perdido) apresentam um efeito mais atenuado (indicadas por entre 14% a 19% dos promotores, ponderado pelo número de projetos).

127. A avaliação da adequação das medidas dos sistemas de incentivos, realizada por parte dos promotores empresariais, indica igualmente que os parâmetros dos requisitos administrativos/documentais constituem-se como os mais significativos (avaliados como desadequado ou pouco adequado em 41% dos projetos), seguindo-se-lhes as despesas consideradas elegíveis para apoio (39%) e o prazo máximo de realização do projeto (28%).

A dotação financeira apresenta uma distribuição tendencialmente equilibrada pelos Eixos e PI do POR Alentejo 2014-2020, verificando-se a existência de custos unitários com disparidades significativas

128. O cálculo de custos-resultado para as PI com operações aprovadas ou concluídas encontra-se naturalmente limitado pela data de corte do exercício avaliativo, a que acresceu o facto deste período de programação ter ficado marcado pela pandemia COVID-19 e respetivos impactes posteriores, traduzindo-se num quantitativo menor do que o desejável das operações consideradas. Contudo, identificam-se quatro conclusões principais, que são analisadas, com maior detalhe, numa leitura por eixo de intervenção e por PI, apresentada em anexo.

129. Uma primeira relativamente ao número reduzido de operações encerradas na data de corte de avaliação, dificultando a realização de um exercício avaliativo do nível de custo-eficiência desejavelmente efetuado a partir da análise da relação entre os resultados alcançados (e não previstos) e os custos unitários associados.

130. Uma segunda permite verificar que, da análise às tipologias de operações, releva a enorme amplitude e diferencial de realizações, observando-se a coexistência de investimentos de elevada dimensão financeira e metas significativas com outros de menor escala nas duas variáveis de análise, o que traduz a necessária intensidade que o Programa assume, procurando apoiar os investimentos necessários para assegurar um processo de convergência económica e social).

131. Uma terceira destaca custos unitários com disparidades muito significativas e diferentes potenciais níveis de eficiência. Ainda que o mesmo indicador não possa ser comparável entre operações, por ausência de informação, impossibilitando uma avaliação da razoabilidade dos custos unitários e do propósito deste exercício, existem *outliers* na maioria dos indicadores analisados, com valores expressivos em termos de investimento (superiores ou inferiores) face ao custo médio.

132. Uma quarta que enfatiza várias referências que resultam do processo de auscultação, dos inquéritos, das entrevistas e das sessões *Focus Group*, pressupondo a credibilidade do cálculo dos indicadores de resultado apresentados em sede de candidatura por parte das entidades promotoras, parece indiciar a necessidade de normalizar, para alguns indicadores, metodologias e ferramentas de cálculo de maior uniformidade, procurando

reduzir ou ultrapassar as disparidades existentes no carregamento dos indicadores que depois são evidentes na sistematização dos indicadores de resultado do POR Alentejo 2014-2020.

133. Para além das quatro conclusões sinalizadas e da leitura desenvolvida por eixo de intervenção e por PI (em anexo), é igualmente relevante referir que o contexto macroeconómico, o desajustamento e as modalidades de financiamento afetaram o desempenho do POR Alentejo 2014-2020, bem como a capacidade de execução dos beneficiários, agravando o esforço de investimento e o impacto no cumprimento dos valores máximos de referência (custos-padrão).

134. Os valores máximos de referência (custos-padrão) aplicados revelaram-se desajustados a partir de 2019, devido ao contexto macroeconómico, dada a evolução dos valores de mercado dos bens e serviços, em particular nas intervenções infraestruturais (construção, requalificação e reabilitação), o que originou uma diminuição da taxa de cofinanciamento implícita nos apoios face ao investimento elegível executado. As alterações disruptivas observadas no setor da construção desencadeadas pelas interrupções das cadeias de abastecimento internacionais, em resultado dos choques sucessivos referidos, são cada vez mais evidentes e impactantes, sendo fundamental encontrar soluções que previnam a escalada de preços e permitam não colocar em causa a prossecução das intervenções nos domínios-chave em que a dimensão infraestrutural é central (construção, requalificação, reabilitação) e a dependência do mercado de construção civil é superior, podendo aumentar as disparidades sinalizadas ao nível dos custos unitários, bem como os resultados previstos, designadamente numa região como o Alentejo, onde esta tendência ganhou maior escala face às outras regiões NUTS II do continente.

Persistência de uma certa complexidade do quadro regulamentar continuam a representar constrangimentos ao nível da operacionalização dos apoios

135. A informação recolhida no exercício de avaliação a partir da triangulação do processo de inquirição, das entrevistas e dos estudos de caso realizados confirma a complexidade do quadro regulamentar e operacional dos apoios, que se apresenta, em algumas situações, desproporcional e penalizadora da eficácia e da eficiência. Regulamentos ou normas nacionais, em alguns casos, muito exigentes e sem considerarem as especificidades da Região do Alentejo e, em outras situações, com necessidade de menor permeabilidade, de forma a colmatar possíveis situações de conflito, continuam a constituir fatores críticos. Acresce um quadro burocrático excessivo, com duplicação de alguns procedimentos e uma ténue capacidade de acompanhamento dos atores locais menos capacitados.

136. Com efeito, ainda que os requisitos processuais e a dinâmica regulamentar associados a este período de programação tenham observado uma simplificação e flexibilização comparativamente a períodos anteriores, com ganhos inequívocos – evidência confirmada pelo processo de auscultação dos *stakeholders* –, persistem ainda alguns condicionalismos que importa considerar face aos impactes negativos no arranque e na operacionalização dos apoios.

137. Sinalizam-se, desde logo, alguns constrangimentos ao nível da eficiência operativa interfundos, com impacte no estabelecimento de sinergias e complementaridades entre fundos (não verificação do PII.4) que indicam a persistência de lacunas e a necessidade de reforço contínuo da articulação entre Programas Operacionais. Os objetivos de utilização eficiente e direcionada dos fundos comunitários, com minimização da exposição a riscos de fraude específicos, são relevantes, mas compreendem, na prática, desafios operacionais significativos que importa considerar.

138. As situações de financiamento que se inserem nas fronteiras entre fundos, pela complexidade envolvida, quer para a entidade gestora do respetivo Programa Operacional, quer para os próprios beneficiários e face aos impactes negativos que as mesmas apresentam em termos de operacionalização para os níveis de execução alcançados e na afetação dos objetivos de desenvolvimento regional, constituem uma dimensão relevante a destacar. A AG e os OI atuam em conformidade com os princípios orientadores e a estrutura operacional do período de programação dos FEEI, os quais estabelecem a necessidade e a importância de promoção de múltiplas sinergias e de complementaridades nas operações financiadas, enquanto, na análise e seleção de candidaturas, têm de salvaguardar a exposição das mesmas a múltiplos riscos. Um desses riscos reside na possibilidade de uma entidade apresentar a mesma candidatura para beneficiar de duplo financiamento pelo

mesmo fundo ou por diferentes fundos comunitários e/ou em diversos Estados Membros, sem que essa situação seja devidamente declarada e prevista (duplo financiamento). Compete assim às entidades gestoras dos Programas Operacionais salvaguardarem o despiste destas situações de sobreposição de financiamentos, um princípio meritório que, em termos operacionais, não se revela simplificado e acarreta dificuldades acrescidas, face à crescente complexidade dos projetos, que se pretendem cada vez mais robustos, interceções temáticas que as próprias candidaturas apresentam, necessidade de adaptação às significativas alterações de contexto socioeconómico que surgem em diferentes momentos dos Programas e que afetam todo o seu período de realização. A definição de fronteiras entre fundos é, assim, uma situação complexa que envolve riscos de não aprovação de candidaturas relevantes para o alcance dos objetivos de desenvolvimento regional, bem como de aprovação e de investimento em candidaturas que posteriormente podem acabar por não ser executadas, não obstante um vasto esforço alocado por parte da AG/OI e beneficiários.

139. Contudo, não obstante as dificuldades sinalizadas no que concerne às fronteiras entre fundos, importa salientar que estes constrangimentos não se apresentam como novos, tendo já sido identificados em anteriores períodos de programação comunitária. A contínua pertinência desta problemática e os seus efeitos na redução do alcance dos objetivos e impactes dos Programas Operacionais exige que se atribua a devida importância à sua resolução e a continuação da alocação de esforços neste sentido. Para o efeito, destaca-se a relevância da promoção contínua da articulação entre as AG dos Programas Operacionais relevantes, entidades centrais no desenho programático e eficiência operativa interfundos. Considerando a prevalência de uma abordagem *top-down*, importará garantir uma maior coerência programática e reforçar a complementaridade, desde logo, nos próprios regulamentos, bem como promover uma ampla simplificação dos apoios e dos mecanismos (por exemplo, promover a simplificação das plataformas existentes, evitando excessos burocráticos e redundâncias de instrumentos e mecanismos). Importará, também, considerar mecanismos de flexibilidade (por exemplo, no que respeita aos timings) ajustados às especificidades regionais, amplamente conhecidas e diagnosticadas, com particular destaque para as maiores dificuldades sentidas no Alentejo, no que se refere à mobilização de investimento privado de forma a alavancar o potencial de crescimento e o dinamismo económico gerado pela componente pública e pelos fundos comunitários. Com efeito, a necessidade de uma maior flexibilidade e articulação entre fundos e entidades na estratégia regional no próximo período de programação, entendida como nevrálgica para a supressão dos constrangimentos identificados em matéria de fronteiras entre fundos, foi reiterada no processo de auscultação das entidades, devendo por isso representar uma ambição renovada para o período comunitário agora em fase de programação.

140. Paralelamente, entre os diversos atores prevalece uma avaliação de que os apoios comunitários se apresentam excessivamente rígidos e estruturados, não obstante os vários incrementos de flexibilidade ao longo dos sucessivos períodos de apoio comunitário. Este aspeto faz com que os apoios comunitários não sejam considerados por parte de alguns atores locais, impossibilitando a concretização de parcerias locais/regionais relevantes, atendendo ao conhecimento que alguns atores e entidades têm sobre os territórios, as suas problemáticas e os seus desafios e ainda que esses mesmos atores pudessem apresentar estruturas técnicas/contabilísticas mais frágeis ou menos estruturadas. O receio de não virem a ser atingidos os objetivos estabelecidos, induzindo situações de desistência, rescisão ou incumprimento contratual ou de ocorrerem lapsos não intencionais no decorrer dos projetos e consequente risco de devolução dos apoios, parece ser muito significativo, promovendo uma tendência de afastamento, por parte dos atores locais.

141. A relevância deste aspeto no Alentejo, à semelhança de outras NUTS II com caraterísticas similares, sobretudo em termos de baixa densidade, menores níveis de qualificações e falta de massa crítica, conduz a uma maior centralização dos apoios, com prejuízos nos resultados alcançados ao nível regional, o que reitera a necessidade de continuar a incrementar esforços com vista à simplificação processual, assumindo a gestão do POR Alentejo 2014-2020 um papel crucial, muito embora dependente de maior flexibilização por parte das orientações nacionais e comunitárias, por vezes excessivamente rígidas e padronizadas, com reduzida margem para assegurar respostas adaptadas às necessidades dos territórios e das suas comunidades. Paralelamente, a criação de estruturas de apoio e de acompanhamento técnico específicas, capazes de assegurar a supressão das múltiplas dificuldades identificadas e a necessária capacitação futura das entidades envolvidas, ao longo de todo o processo, constitui-se também como uma medida relevante, designadamente para o próximo período de apoio que se encontra em fase de preparação.

142. Do exercício avaliativo realizado, conclui-se que o Risco definido na cadeia de impactes (das atividades para as realizações) "Risco REI.5 Complexidade do quadro regulamentar e operacional dos apoios, desproporcional e penalizadora das realizações e dos resultados a alcançar (PI6.5)" não se verifica plenamente, muito embora persistam alguns elementos reveladores de complexidade, passíveis de dissuadir alguns beneficiários de avançar com intervenções similares e de impactar negativamente realizações e resultados. Deste modo, a reavaliação dos aspetos assinalados anteriormente constitui-se como determinante para a sua mitigação e para o efetivo alcance de níveis harmoniosos de desenvolvimento regional.

Verifica-se a persistência de fatores internos e externos ao POR Alentejo 2014-2020 geradores de uma ineficiência na utilização dos recursos

143. A informação recolhida no exercício de avaliação, a partir da triangulação do processo de inquirição, das entrevistas e dos estudos de caso realizados, confirma o risco parcial da cadeia de impactos (das realizações para os resultados) "RII.1 Situações de ineficiência na utilização de recursos, associados a processos utilizados pelos beneficiários na execução dos projetos, a fatores inerentes à regulamentação de suporte e/ou a fatores externos. Com efeito, a operacionalização do POR Alentejo 2014-2020 tem sido marcada por fatores de ineficiência na utilização dos recursos que devem ser sinalizados para que possam ser desencadeadas as ações necessárias para a sua mitigação ou supressão, designadamente num contexto de transição entre dois períodos de apoio comunitário, como é o atual.

144. Ao nível dos fatores internos ao POR Alentejo 2014-2020, importa destacar as dificuldades relativas ao Sistema de Informação; embora com melhorias face ao QREN, continua a apresentar-se complexo e exigente na perspetiva dos utilizadores. De acordo com o processo de auscultação, as dificuldades ao nível do desempenho tecnológico constituem uma situação transversal à generalidade das entidades envolvidas na operacionalização do Programa. Paralelamente – e como referido anteriormente –, a complexidade do quadro regulamentar e operacional dos apoios apresenta-se, em alguns casos, desproporcional e penalizadora, designadamente no que se refere a regulamentos ou a normas nacionais, por vezes demasiado exigentes, que não têm em consideração as especificidades regionais. Em simultâneo, são registadas situações com necessidade de menor permeabilidade, de forma a colmatar possíveis situações de conflito. Acresce um quadro burocrático excessivo, com duplicação de alguns procedimentos e uma reduzida capacidade de acompanhamento dos atores locais menos capacitados.

145. No seguimento de algumas questões sensíveis já anteriormente elencadas, acrescem as carências ao nível dos recursos humanos, com particular destaque para a estrutura da AG do POR Alentejo 2014-2020 e os constrangimentos de eficiência operativa interfundos, com a persistência de lacunas e a necessidade de reforço contínuo da articulação com o PO, anteriormente sinalizados. Ainda como fator interno ao POR Alentejo 2014-2020, potencialmente gerador de uma ineficiência na utilização dos recursos, salienta-se a tendência para privilegiar novas abordagens, a cada novo período comunitário, em detrimento da continuidade de aprendizagens realizadas, por vezes já consolidadas e assimiladas. Esta tendência traduz-se num esforço inicial de aprendizagem relevante, com impactes na operacionalização, que importa considerar. Algumas abordagens propostas e adotadas não se coadunam, em termos de execução e de resultados, com a duração de um único período de apoio comunitário, pois a concretização das suas várias atividades e componentes carecem de investimento continuado transversal a dois ou mais períodos de programação, essenciais para garantir mudanças efetivas e consequentes nos territórios, nas suas populações e dinâmicas, com estabilidade do ponto de vista da utilização dos recursos.

146. Ao nível dos fatores externos ao Programa, relevem-se as alterações de contexto com que a região e o Programa se confrontaram. O pano de fundo conjuntural para o desenho e para a estruturação do POR Alentejo 2014-2020 caraterizou-se por um contexto recessivo e de contração, distinto daquele que determinou os primeiros anos de execução, marcado por um crescimento económico e pela diminuição do desemprego. Contudo, a partir de março de 2020, a sua operacionalização foi afetada pela pandemia COVID-19, o que motivou alterações substanciais das prioridades de investimento, muito orientadas pela crise sanitária.

As melhorias introduzidas nas práticas de gestão aumentaram a respetiva eficiência e reduziram custos de transação, mas ainda existem margens para melhoria

147. Em termos de eficiência de gestão, são reconhecidos pelos vários *stakeholders* auscultados a existência de vantagens e melhoramentos no atual período comunitário (simplificação da informação, desburocratização, etc..).

148. A preocupação com a redução das assimetrias de informação contribuiu para ultrapassar dificuldades ao nível da mobilização das diferentes formas de apoio e, assim, aumentar a eficiência no que se refere à mobilização dos recursos públicos. Embora esta questão apresente disparidades, identificam-se algumas situações particularmente bem-sucedidas, como o IFRRU2020, com as entidades responsáveis pela gestão e pela implementação dos apoios a procurar reduzir as assimetrias de informação e a promover um melhor conhecimento dos particulares, o mesmo aplicando-se à Administração Pública ao nível da dinamização da procura pelos subsídios reembolsáveis para a eficiência energética.

149. Contudo, existe margem para uma melhoria na capacidade de gestão, em resultado, como referido, do aumento da dotação de recursos da AG e da capacidade técnica dos recursos envolvidos na operacionalização e acompanhamento e da redução das assimetrias de informação (essencial para um maior nível de preparação dos beneficiários).

150. Os níveis de eficiência associados ao POR Alentejo 2014-2020 resultam, também, da adequação dos recursos humanos e financeiros alocados à assistência técnica. Num quadro de operacionalização caraterizado por elevadas exigências, complexidades e especificidades temáticas, o perfil e a qualificação dos recursos humanos está a ter um papel muito relevante para assegurar a otimização da aplicação dos recursos disponíveis, sem prejuízo dos problemas e das dificuldades existentes anteriormente sinalizados.

Os IF mitigam as falhas de mercado inibidoras da procura, apresentando condições de financiamento mais atrativas que as oferecidas pelo mercado tradicional

151. Considerando o processo de auscultação, designadamente ao nível das entrevistas e dos estudos de caso realizados, em que se procurou analisar a perceção dos destinatários-finais dos IF acerca da atratividade dos IF face a outras opções de financiamento disponíveis, os Instrumentos Financeiros, mais concretamente os geridos pelo IFRRU, apresentam condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional, permitindo mitigar as falhas de mercado inibidoras de procura. Com efeito, revelam-se como particularmente vantajosas as condições de financiamento dos IF direcionadas para a habitação particular face às disponibilizadas pela oferta bancária tradicional, permitindo mitigar algumas falhas de mercado inibidoras da procura, designadamente em matéria de dificuldade de acesso ao crédito, uma vez que possibilita, em algumas situações, a concessão de empréstimos a destinatários que não poderiam aceder aos mesmos, por via da oferta bancária tradicional, por falta de garantia. Esta constitui uma vantagem e um fator diferenciador dos mesmos, tendo ainda beneficiado de um trabalho de divulgação, com realização de sessões de esclarecimento fundamentais para a clarificação dos *stakeholders* ao nível regional.

152. Ainda que, do ponto de vista da comparabilidade das condições disponibilizadas pelos IF face às disponibilizadas pelo mercado convencional sejam sinalizadas vantagens genéricas nas duas tipologias de instrumento, é efetivamente ao nível das garantias que são mais evidentes os benefícios na mitigação de falhas de mercado inibidoras da procura. Estes instrumentos possibilitam não só colmatar uma lacuna, como ainda alargar a concessão de empréstimos. No Alentejo, em particular – comparativamente ao restante território continental – , verificou-se uma dificuldade acrescida ao nível dos instrumentos de capital, em que a procura ficou aquém da dotação disponibilizada, mesmo tendo havido um esforço acrescido de divulgação associado a este produto. De acordo com as conclusões que resultam do processo de auscultação dos beneficiários (estudos de caso e inquérito) e das estruturas de gestão do POR Alentejo 2014-2020, esta situação resulta essencialmente de estarmos perante uma região em que o setor primário apresenta grande relevância na estrutura económica, existindo também bastantes restrições em termos de elegibilidade, por não cumprimento de algumas condições.

153. Nos estudos de caso desenvolvidos, observa-se que os procedimentos de verificação administrativa das candidaturas tiveram alguma complexidade associada, mas que a forma de financiamento foi a mais adequada

para concretizar as operações, sendo que os montantes e os prazos revelaram-se, genericamente, adequados para os promotores. Surgiram, porém, situações em que a burocracia e o prazo entre a data de candidatura e a data de recebimento não favoreceram e/ou não favorecem a implementação dos apoios.

154. Considerando o atual e delicado contexto económico e financeiro, em que a variação positiva muito significativa das taxas de juro parece inevitável (o que se começou a observar com maior visibilidade a partir do terceiro trimestre de 2022), verificar-se-ão alterações importantes no mercado tradicional de acesso ao crédito, historicamente favorável. Este contexto, como parece estar a confirmar-se, contribuirá para que os IF assumam novamente uma relevância muito significativa.

155. Importa relevar, contudo, que ainda que se registe uma avaliação globalmente positiva dos IF, tendo por base os diversos métodos de auscultação dos *stakeholders* e bibliografia de referência, estes instrumentos não se encontram isentos de constrangimentos, sendo antes de mais sinalizada a sua complexidade e exigência, em matéria de elegibilidade, e sendo que a maioria dos beneficiários prefere inequivocamente apoios a fundo perdido.

156. As conclusões do estudo de "Avaliação da Implementação das Medidas de Reforço da Transição para uma Economia com Baixas Emissões de Carbono (OT4)" reiteram as condições de financiamento mais atrativas dos IF face às disponibilizadas pelo mercado tradicional, facilitando assim o acesso ao crédito. Mais especificamente, o estudo de avaliação vem confirmar a mitigação das falhas de mercado inibidoras de procura para a promoção da eficiência energética na habitação particular (associados à PI 4.c), referindo que "a resposta adequada às falhas de mercado existentes verificou-se através da atratividade das condições de financiamento dos IF e da criação de outras condições que permitem ultrapassar as dificuldades de mobilizar procura para formas de apoio ainda pouco 'enraizadas' nos potenciais promotores, mas com maior capacidade de alavancagem e mais eficientes do ponto de vista dos recursos públicos. No caso dos IF direcionados para a habitação particular, registou-se, para os projetos contratados até abril de 2020 (financiamento), uma alavancagem média de 1,16 € de fundos da banca por cada 1 € de fundos públicos. Em termos de Investimento, observou-se uma alavancagem média de 3,07 € de investimento por cada 1 € de fundos públicos".

157. Na "Avaliação *Ex Ante* dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020 – Lote 1 Instrumentos Financeiros para o Apoio Direto às Empresas", destacam-se a necessidade de adotar estratégias mais flexíveis definidas para os IF dirigidos às empresas, mas também a necessidade da respetiva operacionalização assegurar um bom compromisso entre IF já utilizados no anterior período de programação (por exemplo, garantias com bonificação de juros, venture capital, empréstimos a BA) e instrumentos mais inovadores (como a titularização de créditos, quase capital), valorizando assim o capital relacional e de experiência acumulado no passado recente e ainda a necessidade de articulação estrita e virtuosa entre os IF a adotar e os restantes instrumentos do Portugal 2020 dirigidos às empresas, com particular destaque em relação aos sistemas de incentivos.

158. É igualmente entendido como positivo, no sentido de reforçar a atratividade destes IF, a abertura de concursos temáticos, nos domínios relacionados com tecnologias disruptivas à escala global, bem como a importância da estrutura de gestão dos IF, centrada na IFD – atualmente BPF –, envolver todos os atores relevantes e, dando resposta às necessidades de alinhamento estratégico, informação e monitorização das intervenções por parte das AG dos Programas Operacionais financiadores, assente num quadro operacional que se pretende simplificado, fator essencial para garantir progressos em matéria de atratividade.

159. Também na "Avaliação *Ex Ante* dos Instrumentos Financeiros de Programas do Portugal 2020 – Lote 4 – Instrumentos Financeiros para a Regeneração e Revitalização Física, Económica e Social em Zonas Urbanas", foram deduzidas conclusões no sentido de validar a adequabilidade do modelo proposto pelo Grupo de Trabalho nomeado pelo Governo, que elaborou a proposta de IF, nomeadamente no que se refere a uma agregação de recursos, uma vez que se trata de um modelo de gestão exigente, que salvaguarda a criação de um quadro operacional menos complexo que promova a atratividade dos IF. Contudo, é relevada a necessidade de avaliar adequadamente a tipologia de instituição que apresenta as melhores condições para assegurar a gestão do fundo de fundos agregado assumindo o papel central na implementação dos IF de regeneração e revitalização física, económica e social em zonas urbanas.

160. Poder-se-á referir, neste domínio, a título conclusivo, que os IF possuem condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional, permitindo mitigar as falhas de mercado inibidoras da procura,

confirmando o pressuposto da cadeia de impactos (das atividades para as realizações) "PEI.1. os IF possuem condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional, permitindo mitigar as falhas de mercado inibidoras da procura (PI 6.5)", ainda que sejam sinalizadas possibilidades de os tornar mais eficientes, designadamente através da promoção de uma simplificação global do acesso aos mesmos, dando continuidade ao importante trabalho de divulgação que tem vindo a ser realizado.

3.3. Questão de avaliação 3 – Impacto e sustentabilidade do POR Alentejo

QA3. De que forma o processo de implementação do POR Alentejo 2014-2020 contribuiu para a eficácia e eficiência do Programa? E para o reforço da coesão territorial?

Resumo

À data de reporte da avaliação a taxa de projetos concluídos é ainda limitada (17%) o que, a par do lag temporal entre a conclusão dos projetos e a produção de resultados, condiciona significativamente a aferição dos impactos do PO nesta avaliação.

Entre 2013 e 2019 a Região do Alentejo convergiu face à média nacional em termos de PIB per capita, ainda que num contexto de menor crescimento relativo do PIB conjugado com um maior decréscimo populacional face à média do país. A Região persiste abaixo da média nacional e comunitária em termos de PIB per capita, evidenciando necessidade de manter e captar população e de aumentar o crescimento do VAB, por via do reforço da competitividade do seu tecido empresarial.

O perfil de especialização produtiva do Alentejo não evidenciou alterações relevantes no período de implementação do Programa, com o setor da Agricultura, Silvicultura e Pescas - onde os PO regionais não atuam por via do apoio a empresas - a reforçar a sua posição como o mais representativo no número de empresas, emprego e VAB. Os resultados da análise sugerem, não obstante, um contributo potencial do PO para o crescimento da representatividade do setor dos serviços empresariais na estrutura produtiva, em particular os serviços intensivos em conhecimento devido à maior concentração dos apoios do PO a empresas deste perfil. Por oposição, no setor da indústria transformadora, os apoios do PO incidiram maioritariamente em indústrias de baixa tecnologia, pelo que o contributo do PO para alterar o perfil de especialização produtiva neste domínio tenderá a ser mais reduzido.

No domínio do emprego, o Alentejo apresentou uma tendência de redução das taxas de desemprego e desemprego de longa duração muito expressiva, em linha com o verificado a nível nacional. A eficácia das intervenções e os resultados do processo de auscultação neste âmbito sugerem um contributo importante do PO para esta tendência, uma vez que, no cômputo geral, o aumento do emprego nas empresas apoiadas equivale a cerca de 20% do aumento de população empregada na Região entre 2016 e 2020.

No domínio do empreendedorismo, a eficácia das intervenções, medida pelo plausível alcance das metas definidas e pelos resultados do processo de auscultação, sugerem um contributo positivo do PO para o reforço do dinamismo empresarial, mas tal não é corroborado pelos indicadores de contexto, com a taxa de natalidade das empresas a reduzir-se ao longo do período de implementação do Programa e a fixar-se abaixo da média nacional. A evolução do perfil de especialização produtiva a favor de atividades que privilegiem mais a tecnologia também não permite inferir impactos relevantes das intervenções, sendo que neste domínio, o PO apoiou maioritariamente empresas de média e alta tecnologia, o que pode mitigar o desempenho menos positivo da Região.

O investimento em I&D seguiu uma trajetória positiva, com um crescimento relevante no período em análise (acima das demais regiões e da média nacional), ainda que a Região persista abaixo da média nacional. A eficácia das intervenções neste âmbito e as evidências dos estudos de caso sugerem impactos positivos do PO neste domínio, quer pelos impactos diretos das intervenções, quer pelo efeito de arrastamento que promovem na dinamização e consolidação da I&D no território. No domínio da educação, a trajetória do Alentejo é destacadamente positiva, em particular com a taxa de escolaridade no ensino básico a aumentar acima da média nacional. Neste domínio, a ação do PO permitiu cobrir a quase totalidade das infraestruturas de educação com projetos de renovação, o que se reflete diretamente na melhoria das condições de ensino na Região.

No que respeita à qualificação urbanística, ambiental e social dos aglomerados urbanos, a ação do PO não foi capaz de contrariar as dinâmicas demográficas pesadas e a perda populacional dos centros urbanos regionais, estruturantes e complementares e, embora se tenha reduzido as situações de degradação urbanística mais gritantes, não se evitou a degradação global do edificado que é não só resultado da dinâmica demográfica regressiva como do contexto económico que caracterizou o período de execução. Por outro lado, pese embora os efeitos da pandemia da COVID19 na retração dos fluxos turísticos internacionais, o Alentejo registou uma evolução positiva no volume de visitantes e permanência destes no território o que é resultado da sua consolidação em termos turísticos junto dos principais mercados emissores, mas também dos investimentos realizados na valorização e preservação dos recursos patrimoniais.

161. Os impactos constituem o final da cadeia de resultados subjacentes à logica da intervenção, assumindo-se como efeitos que se produzem num hiato temporal maior que os resultados intermédios (normalmente após a conclusão das intervenções) e se manifestam de forma direta ou indireta sobre a população-alvo e o contexto da intervenção. Os impactos (e os respetivos indicadores) são assim medidos no contexto da intervenção (neste caso a Região do Alentejo). A análise do contributo do PO para as alterações no contexto em que se insere (observáveis através de indicadores de contexto), implica estabelecer uma relação de causalidade entre os efeitos observados e a intervenção em análise.

162. A limitada proporção de operações concluídas no conjunto do PO (17%) constitui uma condicionante relevante desta análise, pois os resultados das operações manifestam-se, no essencial, passado algum tempo após a conclusão dos projetos. À data a que a avaliação se reporta, apenas o eixo I (visando a competitividade e internacionalização das PME) tem 34% das operações concluídas, devendo-se tal sobretudo às operações CRII, ao passo que os eixos 8 e 9 (ambiente e sustentabilidade e capacitação institucional e modernização administrativa) têm apenas 6% e 3% de operações concluídas, respetivamente. Os projetos apoiados e ainda não concluídos apenas contribuirão em pleno para a alteração do contexto em momento posterior à conclusão do presente exercício de avaliação. Face a este quadro, a leitura dos impactos do PO associada a domínios específicos (ou temáticos) do Programa fica limitada e apenas poderá ser interpretada numa base de trajetória prevista de produção de resultados. Da mesma forma, a robustez do teste de pressupostos e riscos associados à cadeia de produção de efeitos entre os resultados das operações e os impactos fica condicionada.

163. A presente questão de avaliação organiza-se em diferentes vertentes. Em primeiro lugar, e de natureza mais transversal aos domínios de intervenção, apresenta-se uma leitura sobre a evolução dos principais indicadores de coesão territorial e económica da Região e sobre a sustentabilidade dos resultados das intervenções. Concomitantemente, cruza-se a evolução desses indicadores com os demais resultados da avaliação no que respeita às tipologias identificadas no Caderno de Encargos como alvo de maior aprofundamento, onde se analisam, com recurso à TdM e à Análise da Contribuição, os fatores passíveis de influenciar as alterações de contexto observáveis e se procura validar as relações de causalidade entre as intervenções apoiadas e as alterações verificadas no contexto.

164. O horizonte temporal de referência corresponde ao período entre o ano anterior ao início do período de programação (2013) e o ano pré-pandemia (2019), permitindo-se assim observar a evolução da região num cenário não muito condicionado pela crise pandémica da COVID-19, já que esta veio influenciar de forma drástica e conjuntural uma parte significativa dos indicadores. O referencial de 2020/2021 é utilizado quando pertinente, nomeadamente para atualização conjuntural dos dados de 2019 e para indicadores menos expostos aos efeitos da pandemia.

Evolução da região do Alentejo à luz dos indicadores de coesão territorial

Entre 2013 e 2019 observou-se um processo de convergência entre a Região e a média do país, em termos de PIB per capita, ainda que num contexto de crescimento do PIB inferior à média nacional e, simultaneamente, de menor dinamismo populacional face ao país. Não obstante a convergência verificada, a Região situa-se ainda com níveis de PIB per capita abaixo da média nacional e comunitária.

165. A evolução do Produto Interno Bruto per capita (PIBpc) do Alentejo (Quadro A4) registou um crescimento superior ao da média nacional entre 2013 e 2019 (29,2% e 27,8%, respetivamente). Este diferencial de crescimento resulta também da menor dimensão da componente populacional, já que o PIB total do Alentejo teve um crescimento de 22,1%, inferior aos 25,7% observados a nível nacional.

166. A dinâmica de crescimento do PIBpc do Alentejo apresenta algumas oscilações face à média nacional, com anos de crescimento superior intercalados com outros de crescimento abaixo do valor nacional. Em 2019, o PIBpc do Alentejo correspondia a 91% do registado em termos nacionais, e a 67,6% da média da UE27. Esta trajetória evidencia alguma oscilação na convergência económica do Alentejo face à média nacional e restantes regiões, que por sua vez se encontra ainda distante da média da UE27.

A taxa de desemprego e de desemprego de longa duração reduziram-se significativamente na Região do Alentejo, ainda que em linha com a média nacional. As eficácias das intervenções no domínio da criação e sustentação do emprego sugerem um contributo relevante do PO para a melhoria dos indicadores de empregabilidade.

167. Em 2019, a taxa de desemprego no Alentejo (Quadro A4) era superior à média nacional (7% e 6,6%, respetivamente), ainda que tenha reduzido face a 2013, quando se situou em 17,4%. Note-se que, entre 2013 e 2019, apenas em 2017 o valor deste indicador no Alentejo foi inferior ao valor nacional. A taxa de desemprego do Alentejo é também ligeiramente superior à da média da UE27, que em 2019 se situava nos 6,7%. Não obstante, a evolução favorável ao nível dos indicadores do emprego traduz-se no alcance da meta de Portugal no âmbito da EE2020, no que se refere à taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos (79% (ligeiramente acima da média do continente) vs 75%).

168. O impacte económico da pandemia, especialmente notório no setor dos serviços, provocou uma redução do PIBpc da região, que, em 2020, teve uma contração de 6,6% face ao ano anterior. Ainda assim este valor foi inferior ao observado no PIBpc nacional, que teve uma diminuição de 6,8% no mesmo período. A contração observada foi superior à que ocorreu na média da UE27 (-4,5%), o que se traduziu também numa redução do PIBpc para 67% da média da UE27. Não obstante, a contração da atividade económica não se refletiu num aumento imediato da taxa de desemprego na região, que até veio a diminuir para 6%, contrariamente ao observado a nível nacional, em que o valor deste indicador subiu para os 7%. Para tal terão contribuído as medidas de proteção do emprego, como o Lay-off simplificado. No entanto, em 2021, a região apresentou nova subida da taxa de desemprego para os 6,6%, coincidindo com o valor observado a nível nacional para esse ano, indiciando menor capacidade de resiliência económica aos efeitos mais prolongados da pandemia.

169. Neste âmbito, salienta-se também a redução assinalável da taxa de desemprego de longa duração, que em 2013 se situava em 9,2%, tendo baixado para os 2,6% em 2021. Em igual período, o valor nacional situou-se nos 9,6% e 2,8%, respetivamente.

170. Conforme demonstrado na QA1, as metas em matéria de empregabilidade encontram-se genericamente alcançadas ou perspetiva-se o seu alcance. No cômputo geral, os resultados já alcançados evidenciam o apoio do PO para o aumento do emprego em valores que rondam os 3.000 ETI (PI 1.2 e 3.1 a 3.3) e 1.200 postos de trabalho criados (PI 8.3, 8.8 e 9.6), que comparam com um aumento de 22.400 pessoas empregadas na região (dados do INE). Se isolarmos apenas o período 2016-2020, a partir do qual é expectável a verificação das realizações dos projetos, o aumento da população empregada cifrou-se em 19.300, sugerindo um contributo positivo e relevante do PO para a melhoria dos indicadores de empregabilidade, uma vez que o incremento do emprego induzido pelos apoios do PO equivale a cerca de 20% do aumento verificado na população empregada. Estes indicadores são coerentes com os resultados da análise ao desempenho dos instrumentos e operações onde a promoção do emprego constitui uma prioridade, merecendo destaque o SI2E, onde os resultados da auscultação demonstraram a importância do apoio do PO para a promoção do emprego e os resultados do EC3 revelam que as metas em matéria de empregos criados foram amplamente ultrapassadas.

171. Não obstante, os resultados dos *Focus Group* temáticos evidenciaram constrangimentos na implementação de projetos neste domínio, nomeadamente devido à escassez e dificuldade de atração e retenção de mão-de-obra, em particular, a qualificada. A dinamização do mercado de emprego é desde logo confrontada com um decréscimo populacional (entre 2013 e 2020 redução de cerca de 6%) muito acima da média nacional, a que se juntam um índice de envelhecimento e uma taxa de renovação da população em idade ativa que registam os valores mais preocupantes entre as NUTS II portuguesas.

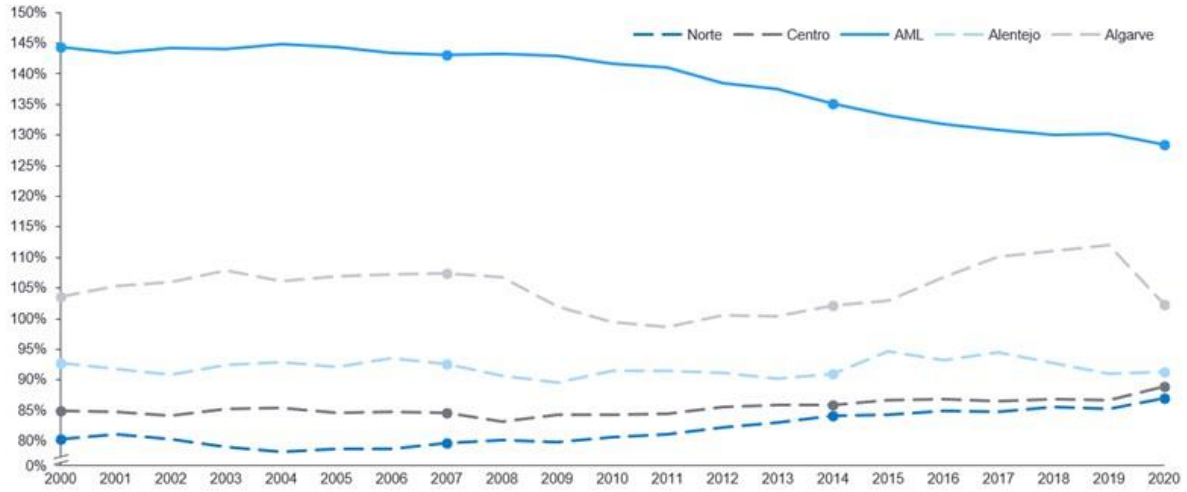


Figura 6. Evolução do PIB per capita (PPC) das NUTSII em percentagem da média nacional (2000-2020)
Fonte: EY-Parthenon com base nos dados do INE (2000-2020)

As taxas de abandono escolar e de escolaridade apresentaram uma evolução positiva, ainda que não permita à Região do Alentejo posicionar-se acima da média nacional, com exceção do nível de escolaridade no ensino básico (62,8% vs 63,5%). Acompanhando esta evolução, conforme aferido na QA1, o aumento de capacidade das infraestruturas escolares (largamente acima da meta), a cobertura quase total de infraestruturas requalificadas que proporcionam condições diferenciadoras com impacto na qualidade do ensino (EC4) podem potenciar esta trajetória

172. Em matéria de educação, formação e qualificação (Quadro A4), a evolução regional foi positiva, ainda que em vários indicadores mantenha um desempenho inferior ao verificado a nível nacional. A taxa de abandono escolar teve uma diminuição, de 20,3% em 2013 para 12,7% em 2019 (último ano para o qual existem dados disponíveis). Ainda assim, o valor registado em 2019 ficou acima do observado a nível nacional, que se situou nos 10,6% (era 18,9% em 2013) e da meta nacional no âmbito da EE2020 (10%).

173. Em linha com esta evolução positiva encontra-se a dinâmica de procura dos adultos por atividades de educação e formação. Os dados disponíveis (apenas a partir de 2017) refletem uma tendência de aumento contínua que passou de 8,5% para 11,8% em 2021. Ainda assim, e à semelhança da taxa de abandono escolar, os valores regionais têm um desempenho abaixo do verificado a nível nacional. O contributo das operações apoiadas terá sido positivo, mas marginal, atendendo aos indicadores de resultado.

174. No que se refere às taxas de escolaridade (Quadro A4) verifica-se também uma dinâmica positiva, quer no ensino básico quer no ensino secundário. No caso do ensino básico, o Alentejo passou de uma taxa de escolaridade de 62,8% em 2013 (inferior à taxa nacional, que era de 63,5%) para 82,3% em 2021, ultrapassando o valor nacional, que se situou em 80,1%. No ensino secundário a evolução é igualmente favorável, ainda que mais moderada. Em 2013, a taxa de escolaridade deste nível de ensino era de 39,8%, tendo subido para os 60,2% em 2021. Neste caso concreto, e no período em análise, os valores regionais ficaram sempre abaixo dos valores nacionais.

O Alentejo persiste no seu posicionamento abaixo da média nacional em termos de investimento em I&D (ainda que este tenha evoluído favoravelmente e acima das demais NUT II) e de criação de novas empresas e de intensidade tecnológica do tecido produtivo, apesar de nestes domínios a ação do PO se ter revelado eficaz. O peso do apoio na FBCF regional situa-se abaixo das regiões de convergência, o que reforça a dificuldade de convergência da Região e a incapacidade dos SI, por si só, induzirem os impactos desejados, na ausência de medidas mais vastas capazes de atrair pessoas e empresas para a Região

175. A intensidade em I&D (proporção da despesa em I&D no PIB - Quadro A4) passou dos 0,46% para os 0,89% entre 2013 e 2020. Apesar de um aumento de quase 0,5 p.p. (acima das demais NUT II), o valor regional situa-se

bastante abaixo do valor nacional, que em 2020 era de 1,62%, bem como da meta da EE2020 (3% meta global; 2,7% meta para Portugal).

176. O EC3 (Hydroreuse) evidenciou o potencial impacto dos projetos associados às infraestruturas de I&D, desde logo pela possibilidade de comercialização das soluções desenvolvidas, com benefícios económicos, mas também ambientais, para o tecido empresarial, mas sobretudo pela possibilidade de replicabilidade do conceito e soluções a outras indústrias e/ ou localizações na Região. De resto, tal já acontece para outros setores industriais da região, através de um projeto também apoiado pelo PO Alentejo, no âmbito de um SIAC. A dinâmica observada, aponta para o potencial do investimento em I&D na Região e realça a importância da manutenção da trajetória de crescimento do investimento neste domínio.

177. Os resultados do *Focus Group* temático revelam que persistem na Região condições de contexto pouco favoráveis aos processos de transferência e valorização de conhecimento e limitadoras dos respetivos impactos, com destaque para as características do tecido empresarial e respetivo perfil de especialização produtiva e para a dificuldade da Região atrair mão-de-obra, em particular a qualificada (verificação do risco RE II.2 "Interioridade condiciona a atração e fixação de recursos humanos altamente qualificados e prejudica a sustentabilidade da aposta regional em I&D").

178. Os resultados da auscultação permitiam apurar que circunstâncias invocadas no parágrafo anterior, condicionam transversalmente a adesão e o impacto gerado pelos SI, pois inibem o desenvolvimento de massa crítica favorável ao tipo de transformações e impactos preconizados por estes instrumentos, reclamando políticas mais abrangentes, efetivas e consequentes, para atrair população e empresas para a Região.

179. Por outro lado, as taxas de nascimento e de sobrevivência de empresas são também inferiores ao nível regional, sendo que no caso do surgimento de novas empresas a tendência era de redução até 2017, facto que se acentuou em 2019 e 2020, ao qual não será alheia a fase aguda da pandemia. Já a taxa de sobrevivência a 2 anos apresenta também fases de alguma oscilação, ainda que em 2020, último ano para o qual havia dados e que corresponde também a um período já sob a influência dos efeitos da pandemia, o valor registado fosse o mais elevado no horizonte temporal em análise, situado nos 57,8% (era de 58,4% a nível nacional).

180. A produtividade aparente do trabalho evoluiu em linha com a evolução do PIBpc, ainda que com valores inferiores ao nível nacional. No Alentejo, a produtividade passou de 32,072 mil euros em 2013 para os 36,350 em 2019, o que reflete um aumento relativo de mais de 13%. Porém, em 2020 ocorreu uma contração para os 33,877 mil euros. Esta evolução está em linha com o verificado ao nível nacional. Já no que se refere à proporção do VAB associado a empresas de alta e média-alta tecnologia, a região apresentou tendência de aproximação aos valores nacionais, que foi notória principalmente até 2016. Nos anos seguintes essa tendência quebrou-se, sendo que em 2020 o diferencial entre o Alentejo e o valor nacional se situava nos 6,2% (6,7% na região e 12,9% ao nível nacional).

181. A menor expressão do setor tecnológico encontra também reflexo no facto de a taxa de exportação de bens de alta tecnologia da região ser sempre inferior à nacional no período em análise. Em 2020 foi quando esse diferencial foi mais elevado, sendo que em 2021 uma contração superior a nível nacional comparativamente ao nível regional (-0,8% e -0,4%, respetivamente) permitiu atenuar essa diferença.

182. O contributo dos apoios concedidos a nível regional no investimento empresarial pode ser aferido através da comparação entre os montantes de investimento executado nas operações apoiadas nos Sistemas de Incentivos e o volume de investimento (empresarial) realizado durante o período de análise. Entre as cinco regiões do Continente, o Alentejo apresenta um posicionamento intermédio, embora abaixo das regiões de convergência, em termos de relevância das operações apoiadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos na FBCF empresarial, entre 2015 e 2021: (2,40%)[11], inferior ao Centro (4,27%) e ao Norte (3,36%) e em linha com média do Continente (2,45%), mas superior à de Lisboa e à do Algarve. A este facto, não será indiferente a elevada taxa de rescisão verificada nestas tipologias, corroborada pelos resultados da auscultação.

[11] Apesar do período de programação ter iniciado em 2014, considerou-se apenas o investimento em 2015, de modo a acautelar o lag temporal entre o lançamento dos AAC e o arranque dos investimentos no terreno. De modo a garantir a comparabilidade com os dados das Contas Nacionais, excluiu-se o valor de investimento em formação dos SI. A FBCF empresarial exclui FBCF dos ramos K e O.

No contexto inter-regional, a evolução dos indicadores denota elevada disparidade entre municípios

183. À escala intrarregional, e considerando o período entre 2013 e 2019, subsistem algumas divergências no VAB empresarial entre os concelhos do Alentejo, o que se justifica devido à extensão territorial da região, que abrange um universo de 58 municípios com características económicas e sociais diferenciadas. Em termos regionais, o VAB do Alentejo subiu 47% (42,8% a nível nacional), sendo que 27 municípios tiveram um aumento do VAB superior a esse valor, com destaque para Odemira e Elvas (129,5% e 101,2%), respetivamente. Em sentido contrário, Alter do Chão teve um decréscimo de 59% no seu VAB, sendo o único município com evolução negativa.

184. Os efeitos da pandemia COVID-19, estão refletidos no VAB das empresas da região, que contraiu 5,9% em 2020, valor abaixo dos -9,8% a nível nacional. As empresas do concelho de Cuba foram particularmente afetadas, já que ocorreu uma redução no VAB de -89,7%, seguindo-se Barrancos, ainda que com um valor menos gravoso (-34,3%).

185. O dinamismo económico em período de pré-pandemia refletia-se também no número de empresas que entre 2013 e 2019 cresceu 12,6% (+20% a nível nacional), com destaque para os aumentos ocorridos nos municípios de Arronches e Odemira (27,1% e 26,9%, respetivamente). Os efeitos da pandemia tiveram igualmente reflexo neste indicador, tendo ocorrido uma diminuição de 1,6% no total de empresas da região (-1,3% a nível nacional) de 2019 para 2020. Os concelhos de Beja e Nisa foram particularmente afetados, com uma redução de, respetivamente, 5,7% e 5,5% no universo de empresas.

186. Os rendimentos das famílias da região também registaram uma evolução positiva, já que, entre 2013 e 2020, todos os concelhos à exceção da Azambuja, tiveram um aumento do ganho médio mensal, que, ao nível regional, foi de 11,4% para os 1107,8€. Ainda assim, a evolução nos rendimentos ocorreu de forma diferenciada e em intensidade variável, refletida no facto de apenas 8 concelhos apresentarem um ganho médio mensal superior ao valor médio regional. No que se refere ao aumento relativo, os concelhos com maior subida foram Sousel e Golegã (27% e 22,5%, respetivamente), ainda que, em termos absolutos, os valores mais relevantes se tenham observado em Castro Verde e Sines (1941,1€ e 1861,8€ respetivamente).

187. No que se refere à desigualdade de rendimentos, em 2020 o coeficiente de GINI do Alentejo era de 0,374 face aos 0,416 a nível nacional, pelo que existia menor desigualdade na região. A evolução deste indicador foi favorável entre 2015 e 2020, tendo baixado 0,395, o que corresponde a uma melhoria de 5,3 p.p., ou seja, há uma diminuição na desigualdade dos rendimentos brutos. [12] Os concelhos de Arronches e Avis foi onde ocorreu maior redução das desigualdades (-10,6 p.p. e -10,2 p.p, respetivamente), sendo que aqueles onde o coeficiente era mais baixo eram Alandroal e Portel (0,299 e 0,321, respetivamente).

188. Em matéria de qualificações, a população empregada por conta de outrem com o ensino superior passou dos 13,4% para os 15,7%, entre 2013 e 2020, no Alentejo. À semelhança de outros indicadores, também neste caso ocorreu uma evolução diferenciada nos vários municípios. Houve 4 municípios em que este indicador diminuiu, e outros em que ocorreram aumentos na ordem dos 80 e até 120 p.p., o que se justifica pelos valores de base mais baixos, em que qualquer melhoria tem um impacte assinalável.

[12] INE, Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado por sujeito passivo (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013). Neste indicador, "zero" significa perfeita igualdade e "um" máxima desigualdade.

Alteração do perfil de especialização da Região do Alentejo

No período de implementação do programa não se verificou uma alteração da especialização produtiva da Região. Destaca-se o reforço da representatividade dos setores da Agricultura, Silvicultura e Pescas (setor dominante em 2013) e dos Serviços Empresariais e a perda de representatividade da Distribuição e Comércio. O contributo do PO para estas dinâmicas é diverso, uma vez que apenas os Serviços Empresariais viram reforçada a sua representatividade na Região nos diferentes indicadores, de entre os 5 setores mais apoiados.

189. A identificação do contributo do PO na transformação da especialização regional tem como ponto de partida uma comparação entre a estrutura empresarial da região e dos promotores apoiados pelo PO, considerando como referência a informação presente nas Contas Integradas das Empresas do INE (dados de 2013-2020) e o universo de promotores apoiados.

190. No período de implementação do programa o setor da Agricultura, Silvicultura e Pesca permanecia como o mais representativo no universo empresarial, tendo em consideração o número de empresas (Figura A5) e o nível de emprego (Figura A6), tendo mesmo reforçado o seu peso nestes domínios e no VAB da Região (Figura A7), sendo que os apoios às empresas deste PO, em consonância com as fronteiras estabelecidas no PT 2020, não incidem sobre estes setores.

191. Nos demais setores não se alterou de forma relevante a posição relativa na representatividade dos diferentes setores, nos indicadores em análise, o que permite concluir pela não alteração do perfil de especialização produtiva da Região.

192. No período de implementação do Programa, os setores mais representativos relativamente ao apoio do PO, em termos de número de empresas, foram a Hotelaria e a Restauração (14%), a Indústria Transformadora (13%), os Serviços Empresariais, a Educação, a Saúde e a Cultura (ambos com 12%) e ainda a Distribuição e Comércio (11%), apresentando cada um destes, comportamentos distintos na sua representatividade no tecido económico da Região. Em posição destacada, surge o setor dos Serviços Empresariais, que ganha peso em todos os indicadores em análise, o que está associado à sua importância no nascimento de novas empresas (31%). Os setores da Indústria Transformadora e da Educação, Saúde e Cultura viram a sua representatividade, no cômputo geral dos indicadores, manter-se inalterada, embora o primeiro tenha perdido em termos de emprego e o segundo tenha sido particularmente relevante no nascimento de novas empresas. Quanto ao setor da Hotelaria e Restauração, este viu a sua importância praticamente inalterada em todos os indicadores, enquanto a Distribuição e o Comércio perderam peso em toda a linha. Daqui retira-se um conjunto de pistas relevantes acerca do potencial[13] contributo do PO para alterar o perfil de especialização produtiva: i) os resultados desta análise sugerem um contributo positivo do PO para o aumento do número de empresas nos setores dos Serviços Empresariais e Educação, Saúde e Cultura, destacando-se os primeiros por ganharem representatividade também no emprego e no VAB; ii) os apoios do PO a empresas do setor da Hotelaria e Restauração não se repercutiram em ganhos de representatividade deste setor na economia da Região; iii) no caso da Indústria Transformadora, os apoios do PO não geraram impacto suficiente para contrariar a perda de peso do setor no emprego o que pode, por um lado, ser explicado pela menor adesão das empresas deste setor aos instrumentos associados ao desenvolvimento local de base comunitária (e.g. SI2E) onde os resultados em termos de emprego foram significativos e, por outro lado, sugerir que as operações das empresas deste setor (em particular nos sistemas de incentivos) se focavam noutro tipo de resultados que não a criação de emprego.

A ação do PO contribuiu positivamente para o reforço dos serviços intensivos em conhecimento do tecido empresarial ao passo que na indústria o PO apresenta um contributo limitado para a alteração do perfil de especialização a favor de indústrias de elevada intensidade tecnológica

193. O PO também apostou no apoio às atividades de serviços intensivos em conhecimento, registando um total de 59% dos beneficiários inseridos em atividades desta tipologia, um valor que se encontra significativamente acima dos 32% verificados na Região. O acréscimo no peso relativo (em número de empresas) de 2 p.p. entre 2013 e 2020 foi obtido através de uma redução da importância de empresas inseridas em serviços menos

[13] Nesta análise considera-se o volume de investimento apoiado e não o executado, pelo que o contributo será, nesta fase de implementação das operações, mais potencial que efetivo.

intensivos em conhecimento. Esta dinâmica foi semelhante ao nível do emprego e da riqueza. Estes resultados sugerem assim um contributo positivo do PO para o crescimento do setor dos Serviços Empresariais (como visto no parágrafo anterior) e com um enfoque nos serviços intensivos em conhecimento.

194. Relativamente à indústria transformadora, mais de metade dos projetos apoiados eram de promotores que se classificam como de baixa tecnologia (menos de 20% dos projetos eram de promotores de alta tecnologia). Na Região e no período de implementação do Programa, foi nas indústrias de baixa tecnologia que se verificou uma queda do VAB e do emprego sendo que o subsetor da média-alta tecnologia foi o único a apresentar um crescimento relevante do seu VAB e emprego (mais 7% e 3%, respetivamente). Conclui-se assim por um contributo reduzido do PO para a alteração da estrutura industrial da Região a favor de uma maior incorporação tecnológica, o que limita os potenciais impactos do PO no crescimento económico da Região.

195. Os resultados conjugados dos indicadores de contexto e da potencial contribuição do PO para a alteração do perfil de especialização produtiva da Região e dinamização do tecido produtivo da Região, tanto em termos setoriais, como em termos de intensidade em conhecimento/tecnológica, sugerem a verificação parcial do pressuposto PE III.5 - A dimensão e escala dos resultados alcançados permite alargar e diversificar a base produtiva regional (PI 3.1). Com efeito, os apoios dos sistemas de incentivos permitem reforçar a importância dos serviços intensivos em conhecimento, mas esta trajetória não se revela suficiente para alterar o perfil de especialização produtiva da região.

Qualificação urbanística e ambiental dos centros urbanos

A ação do PO não foi capaz de contrariar as dinâmicas demográficas pesadas e a perda populacional dos centros urbanos regionais, estruturantes e complementares e embora tenha reduzido as situações de degradação urbanística mais gritantes, não evitou a degradação global do edificado que é não só resultado da dinâmica demográfica regressiva como do contexto económico que caracterizou o período de execução.

196. O modelo territorial da Região do Alentejo é estruturado por um sistema urbano regional extremamente bem definido e que beneficia de um padrão de povoamento concentrado nos aglomerados urbanos das sedes de concelho que organizam as relações económicas e sociais no seio da Região e além dos seus limites.

197. A qualificação ambiental, social e urbanística da rede urbana, composta por centros urbanos regionais (CUR), centros urbanos estruturantes (CUE) e centros urbanos complementares (CUP) é por isso decisiva para promover o crescimento inteligente, verde e inclusivo e reforçar a coesão socio-territorial. Neste quadro, era expectável que a qualificação ambiental, urbanística e paisagística desses aglomerados populacionais se repercutisse na sua atratividade, na qualidade de vida das populações e na fixação de população e de novas atividades, enquanto eram contrariadas as bolsas de exclusão social.

198. Assim, o desenvolvimento das ações de regeneração e revitalização urbana contribuiu para uma maior atratividade dos espaços centrais (p.e., através da criação de espaços verdes ou da recuperação do património edificado e da reabilitação de edifícios), bem como para a melhoria do ambiente urbano. Todavia, a análise dos dados estatísticos relativos à demografia e ao estado de conservação do edificado nos aglomerados urbanos é reveladora de que os investimentos realizados, sem prejuízo do benefício que trouxeram para os espaços urbanos, estão a ser incapazes de contrariar as tendências pesadas de perda populacional e de abandono territorial.

199. De acordo com a variação da população residente nas áreas predominantemente urbanas localizadas na Região, entre 2013 e 2021, registou-se um decréscimo populacional de 4,4%, ainda assim menos expressivo do que nas áreas mediamente urbanas (-7,1%) ou do que nas áreas predominantemente rurais (-8%).

200. Por outro lado, tendo por base os dados dos censos de 2011 e 2021, observou-se uma diminuição da percentagem de edifícios com necessidades de reparação profundas nas áreas predominantemente urbanas, passando dos 5,3% para os 3,4%, não obstante verificou-se uma degradação da globalidade do parque habitacional, nomeadamente ao nível nas necessidades de reparações ligeiras e médias, que passaram, respetivamente, de 16,9% para 20,6%, e 7,3% para 8,1%, no período homólogo. Ou seja, as situações mais críticas foram travadas em resultado das operações de reabilitação e regeneração urbana desencadeadas nos centros

urbanos e para as quais o Programa teve importância elevada, mas em geral a perda demográfica e, eventualmente, a falta de condições económicas dos proprietários, não está a permitir manter a globalidade do parque edificado. Importa relevar que estas tendências estão em linha com o que aconteceu no conjunto do território nacional.

201. As implicações resultantes do envelhecimento populacional e da falta de dinamismo económico, comparativamente com os espaços polarizadores do território nacional, foram apontadas pelos atores estratégicos auscultados como fatores determinantes para que os aglomerados urbanos estejam a perder população e para que o edificado se tenha degradado. Acresce, a estes aspetos, os impactes socioeconómicos das crises financeiras e sociais que marcaram o período de execução do Programa e que explicam a menor capacidade dos proprietários em assegurar o bom estado de conservação do edificado.

202. Pese embora este retrato global pouco positivo, os promotores auscultados através de inquérito valorizam de forma expressivas os efeitos das intervenções sobre os aglomerados (seja nos Centros Urbanos Regionais, como nos Estruturantes e Complementares) e nos espaços urbanos diretamente beneficiados. De acordo com os inquéritos aos beneficiários, os projetos executados apresentaram particular sucesso em termos de melhoria do ambiente urbano e de reforço da atratividade dos espaços centrais, quer para novos residentes, quer para novas atividades. Por outro lado, o reforço na dotação de serviços e de atividades contribuiu positivamente para a satisfação das necessidades económicas e sociais dos residentes.

203. Conforme é evidenciado pelos estudos de caso realizados (ver pontos 7.7.6 e 7.7.7.), o reforço e qualificação da oferta de equipamentos nas áreas centrais dos aglomerados urbanos teve efeitos na melhoria da qualidade de vida das comunidades e na facilitação do acesso aos serviços públicos. Conforme apontado no *focus group* realizado, este benefício foi especialmente relevante para o acesso da população idosa residente que caracteriza o tecido social das áreas centrais.

204. No que concerne à necessidade de combater a pobreza e a exclusão em áreas especificas (garantir a cidadania plena em territórios desfavorecidos) através da prossecução de atividades integradas associadas à melhoria das condições de habitabilidade e da qualidade do espaço público (acessibilidade e mobilidade), mas também através da revitalização económica e inclusão das comunidades socialmente mais desfavorecidas, os impactes não são estatisticamente mensuráveis por se tratarem de grupos sociais circunscritos.

205. A apreciação realizada pelos promotores, é relativamente positiva nomeadamente ao nível da promoção do sucesso escolar de crianças e jovens, mas pouco relevante no reforço do bem-estar das comunidades desfavorecidas ou na facilitação do acesso a mecanismos de apoio social. Já a prevenção/contenção de criminalidade e de outros comportamentos marginais, é destacada como relevante por 40% dos promotores.

206. As condicionantes económicas verificadas durante o período de execução foram também neste âmbito apontadas pelos atores estratégicos envolvidos no âmbito do *focus group* realizado como um fator limitativo dos benefícios de inclusão social, dado que afetaram de forma expressiva a situação face ao emprego dos ativos que integram as comunidades desfavorecidas. Atente-se que quer ao nível escolar, como ao nível dos rendimentos a pandemia afetou de forma severa os grupos mais desfavorecidos que dispunham de piores condições de resiliência.

Pese embora os efeitos da pandemia da COVID19 na retração dos fluxos turísticos internacionais, o Alentejo registou uma evolução positiva no volume de visitantes e permanência destes no território o que é resultado da sua consolidação em termos turísticos junto dos principais mercados emissores, mas também dos investimentos realizados na valorização e preservação dos recursos patrimoniais, sejam culturais ou naturais, e da sua promoção, reforçando a diferenciação e identidade enquanto destino.

207. A extensão de áreas naturais classificadas (p.e. Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Parque Natural da Serra de São Mamede ou Parque Natural do Vale do Guadiana) e a diversidade e riqueza dos valores e elementos culturais presentes na Região (construídos, etnográficos e arqueológicos), são ativos territoriais de grande relevo e com grande potencial para a atratividade turística deste território, desde que devidamente valorizados e promovidos. Poderão, dessa forma, contribuir para a afirmação do Alentejo como um destino de diferenciado, pela sua identidade (social e cultural, material e imaterial) e pela singularidade das experiências oferecidas.

208. Neste contexto, o apoio a ações de recuperação de bens histórico-culturais, com elevado interesse turístico, a realização de campanhas de *marketing* sobre o património, a estruturação de novas rotas e itinerários experienciais, o apoio a ações que concorressem para a melhoria das condições de acolhimento e de interpretação das áreas naturais com interesse turístico e de valorização turística (incluindo de albufeiras e cursos de águas interiores), assumir-se-iam como atividades/recursos fundamentais para sustentar as realizações previstas e a prossecução da estratégia delineada.

209. O Eixo 8 - Ambiente e Sustentabilidade do PO, designadamente a PI 6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural, constitui um instrumento de grande significado para o cumprimento deste objetivo, sendo que as metas alcançadas ao nível do aumento do número esperado de visitantes nos sítios de património cultural e natural entre outras atrações beneficiárias de apoio (1 939 467 a 31.12.2021) ou ao nível de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (2 481 a 31.12.2021) são ilustrativas dos bons resultados alcançados, acima das metas esperadas para 2023, respetivamente, mais 335% e mais 134%.

210. Uma leitura anual da evolução do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros na Região, entre 2013 e 2021, é reveladora não só da transformação positiva que está a acontecer em relação à atratividade turística deste território, e para a qual os investimentos financiados deram um contributo relevante, como dos impactes das condicionantes externas que marcaram o período de execução. Com efeito, neste intervalo de tempo verificou-se um crescimento de cerca de 61% no volume de dormidas, alcançando-se os 2.280 milhares, não obstante, nesse ano, este indicador ainda se encontrar abaixo dos valores de 2019 (2.939 milhares).

211. A queda do número de dormidas registada no ano de 2020 constituiu um impacte direto da pandemia da COVID-19 e dos efeitos daí resultantes em todo o Mundo nos fluxos turísticos. Uma contrariedade muito significativa que o processo de auscultação dos atores locais permitiu identificar como o principal fator limitativo para que os impactes do investimento apoiado não fossem maiores, pese embora a região ter registado alguma resiliência a estes eventos por via da capacidade de atração da procura nacional, especialmente ao nível do espaço rural em virtude do sentimento de segurança que promovem.

212. Por outro lado, atendendo à estadia média nos estabelecimentos hoteleiros, os períodos de estadia mais curtos continuam a representar a maioria das situações de quem visita a região, ainda que se tenha verificado uma evolução tendencialmente positiva, embora ligeira, na estadia média que evoluiu de 1,8 dias para 2,1 dias entre 2013 e 2021. Este aumento da média de estadia deveu-se a diversos fatores, entre os quais se conta a menor mobilidade durante o período pandémico, por razões de segurança, o que motivou os turistas a optarem por permanências mais duradouras.

213. Estes indicadores permitem constatar que está a ocorrer um adensamento da cadeia de valor atribuído aos produtos de *touring* cultural e natural que associado à promoção dos ativos naturais e histórico-culturais existentes, estão a contribuir para o aumento de visitantes na Região e, consequentemente, para o acréscimo do número de dormidas.

214. Importa ainda destacar, que os efeitos gerados na preservação e valorização dos recursos turísticos regionais se irão repercutir no tempo em resultado dos impactes alcançados. Segundo os promotores, mais de 70% dos projetos contribuíram para salvaguardar, qualificar e diversificar os produtos turísticos do Alentejo, tendo naturalmente impacto nas condições de fruição dos espaços naturais e culturais; por outro lado, mais de 60% dos projetos contribuíram para a incorporação de novas tecnologias na divulgação de elementos patrimoniais, permitindo que mais facilmente se faça a sua promoção e divulgação.

215. Alguns dos riscos associados a esta dimensão, potencialmente condicionadores dos resultados a gerar, passavam pela evolução económica e financeira nos principais mercados emissores (nacional e internacional), pela capacidade de limitar os fluxos turísticos.

Sustentabilidade das operações

A maioria dos promotores considera que os seus projetos são sustentáveis financeiramente e que os respetivos resultados perdurarão após a conclusão das operações. Ainda assim, estes resultados são menos evidentes nos projetos do Eixo I (Competitividade e Internacionalização de PME) e nos promotores empresariais.

216. Os resultados dos inquéritos apontam para um total predomínio das operações financeiramente sustentáveis, tanto nos promotores empresariais onde perto de 80% dos promotores considera que a operação é totalmente sustentável (quase a totalidade o indicam pelo menos parcialmente), como nos promotores não empresariais, onde regra geral, mais de 80% dos promotores considera as suas operações sustentáveis. No caso destes últimos, verifica-se, porém, que nos Eixos 1 (Competitividade e Internacionalização das PME), Eixo 2 (Capital Humano) e Eixo 3 (Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) a % de promotores que considera os seus projetos totalmente sustentáveis situa-se abaixo dos 80% (56% no caso do Eixo 1).

217. Em termos de sustentabilidade dos resultados dos projetos, as perceções são também favoráveis. No caso das entidades não empresariais, cerca de 70% dos promotores considera que os impactos dos seus projetos perduram além de 5 anos após o fim do apoio), sendo que no Eixo 1 apenas 29% o afirma, configurando uma exceção. No caso dos promotores empresariais a sustentabilidade dos impactos é mais moderada, com cerca de 70% dos promotores a afirmar que o seu projeto produz efeitos pelo menos até 4 a 5 anos após o fim do apoio. Não obstante, o baixo nível de conclusão das operações não permite aferir a relevância e dimensão dos resultados, impedindo uma verificação conclusiva do pressuposto P III.1 “Relevância e dimensão dos resultados garantem a sustentabilidade dos impactos”, no âmbito desta avaliação.

3.4. Questão de avaliação 4 – Valor acrescentado europeu do POR Alentejo

QA4. Qual o valor acrescentado europeu na implementação do POR Alentejo 2014-2020 e nos seus resultados?

Resumo

Os apoios do PO induziram investimento que na ausência de apoio não se teria realizado, revelando um importante efeito de adicionalidade dos FEEI.

No caso dos promotores não empresariais o efeito de adicionalidade é ainda mais pronunciado, com 91% dos inquiridos a afirmar que não realizaria os investimentos na ausência do apoio, situação que se verifica na totalidade dos eixos, ainda que se destaque a dimensão da I&D, onde as falhas de mercado favorecem este efeito do PO. O valor acrescentado europeu fica assim evidente, sendo possível também destacar o especial contributo para a abrangência dos resultados na área social, que teriam sido seriamente limitados caso não fossem (ou fossem reduzidos) mobilizados os recursos europeus.

No caso dos promotores empresariais, cerca de dois terços dos promotores afirmar que não realizaria os projetos na ausência do apoio, sendo este efeito particularmente evidente nos domínios do empreendedorismo, da I&D e da internacionalização. Se no caso dos dois primeiros as reconhecidas falhas de mercado facilmente explicam o efeito de adicionalidade, no caso da internacionalização, os resultados da análise demonstram que os recursos mobilizados foram decisivos para que as empresas abraçassem estes exigentes processos, em particular num contexto de subcapitalização do tecido empresarial e de uma conjuntura internacional condicionada pela pandemia.

Mesmo para os projetos empresariais que se realizariam na ausência do apoio, os fundos mobilizados induziram efeitos relevantes, seja aumentando o montante de investimento concretizado (efeito amplificador do investimento), seja reduzindo o horizonte temporal dos projetos ou antecipando o seu início (efeito acelerador).

Em matéria de alavancagem de investimento, o PO apresenta em termos médios uma alavancagem de 1,61€, significando que por cada euro de fundo financiado pelo PO são mobilizados adicionalmente 0,61€ de investimento por parte dos promotores.

O conjunto de orientações, regras e procedimentos específicos aplicáveis à utilização dos FEEI contribuíram também para a eficácia das intervenções, promovendo uma maior orientação para os resultados, maior focalização dos apoios em domínios abrangidos por referenciais setoriais/regionais enquadradores (e.g. Plano de Ação Regional - Alentejo 2014-2020, Estratégia de Especialização Inteligente do Alentejo) e o reforço do capital institucional e relacional entre os agentes da Região, induzidos pelos mecanismos de governança implementados.

218. A dimensão "utilidade" no uso dos recursos financeiros da UE traduz-se, normalmente, na necessidade de perceber por que razão é fundamental a participação ativa da UE, por que motivo é essencial que a despesa seja financiada pelo orçamento da UE e de que forma as despesas financiadas pelo orçamento da UE geram efeitos de sinergia.

219. O Valor Acrescentado Europeu (VAE) resulta da produção de bens públicos de escala europeia, que os Estados-Membros e as regiões não possam financiar por si próprios ou de casos em que se possa obter melhores efeitos do que os resultantes do financiamento exclusivo por recursos nacionais, ou seja, "existe igualmente um claro valor acrescentado sempre que a ação a nível europeu permite ir mais longe do que os esforços individuais, desenvolvidos a nível nacional, permitiriam". Podem ainda existir outras manifestações de VAE, incluindo ganhos de coordenação, segurança jurídica, maior eficácia na consecução dos objetivos políticos e complementaridade entre as ações apoiadas.

220. Os resultados da avaliação apontam para a existência de um conjunto de evidências de valor acrescentado de mobilização dos FEEI, salientando a vantagem de utilizar os FEEI no apoio à intervenção das políticas públicas nacionais, face a um cenário de ausência desses fundos, como a seguir se sistematiza, porém, importa também destacar exemplos em que esse valor acrescentado tem potencial para ser majorado no futuro.

221. Os FEEI influenciaram a viabilização de uma parte substantiva das ações realizadas e dos resultados alcançados pelos projetos. A maior evidência deste contributo é a afirmação positiva generalizada dos beneficiários onde 68% dos promotores empresariais inquiridos (ponderado pelo n.º de projetos, Quadro A31) afirmaram que não teriam desenvolvido os projetos sem o apoio, sendo que 66% (ponderado pelo n.º de projetos, Quadro A33) destes não o teriam feito mesmo na ausência da crise pandémica. A crise pandémica veio assim, para 1/3 dos promotores empresariais, potenciar o efeito de incentivo do PO.

222. No caso dos promotores empresariais, este efeito de adicionalidade do Programa Operacional (enquanto viabilizador de investimento que de outra forma não se teria realizado) foi mais importante nos instrumentos de promoção do empreendedorismo qualificativo e criativo, de criação de emprego por conta própria e microempreendedorismo, de internacionalização e de I&D empresarial. As entrevistas aos OI confirmam a importância dos apoios em particular nos processos de internacionalização, uma vez que são difíceis de implementar (mesmo em termos processuais) e exigentes em termos de recursos, o que coloca entraves em particular às empresas subcapitalizadas.

223. De entre os respondentes empresariais que teriam desenvolvido projetos mesmo sem apoio – que representam 32% dos projetos concluídos sobre os quais recai a inquirição –, 48% (ponderado pelo número de projetos concluídos, Quadro A32) teria reduzido a dimensão financeira dos mesmos – nestes casos os apoios do Programa Operacional funcionaram como "amplificadores" de investimento, permitindo aumentar o investimento dos projetos realizados na região. Este efeito foi mais valorizado no caso dos projetos de criação de emprego por conta própria e criação de empresas, seguido dos projetos de internacionalização.

224. Os apoios do Programa Operacional também funcionaram como "aceleradores" de investimento, permitindo antecipar e encurtar o prazo de realização dos projetos. Com efeito, dos respondentes que teriam desenvolvido os seus projetos mesmo sem o apoio – que representam 32% dos projetos sobre os quais recai a inquirição, 31% (ponderado pelo número de projetos concluídos, Quadro A32) teria realizado os mesmos num período mais longo e 16% teria começado mais tarde (Quadro A32). A redução do prazo de realização do investimento foi sobretudo valorizada pelos promotores dos CRII - Atividades de I&D empresarial e Investimento empresarial em inovação de não PME e confirmada no EC3, onde o empresário entrevistado mencionou que, sem o financiamento, não teria sido possível realizar o projeto no curto período em que decorreu[14]. A antecipação dos investimentos foi valorizada em particular pelas atividades de I&D empresarial.

225. Por último, os apoios do Programa Operacional funcionaram como "facilitadores de financiamento" do investimento: De entre os respondentes empresariais que teriam desenvolvido projetos mesmo sem apoio – que representam 32% dos projetos sobre os quais recai a inquirição –, 36% (ponderado pelo número de projetos concluídos, Quadro A32) não introduziria nenhuma alteração, recorrendo apenas a outras fontes de financiamento (capitais próprios, capital alheio e/ou de capital de risco). Verifica-se nestes casos um efeito de *deadweight* (o Programa Operacional limitou-se a financiar intervenções que teriam sempre lugar). Estes projetos estão dispersos pela varias TI, podendo realçar-se os enquadrados nas tipologias "Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS" e CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local), as quais têm um peso muito pouco significativo nos projetos concluídos do PO.

226. Entre os promotores não empresariais, o contributo é bastante mais significativo, tendo 91% dos inquiridos (ponderado pelo nº projetos) afirmado que não desenvolveriam alguns (ou todos) dos seus projetos sem o apoio (Quadro A22). Num cenário em que o efeito de adicionalidade é neste caso muito elevado, a mesma análise para os restantes efeitos pode ser realizada, mas chama-se a atenção para o facto do número de projetos e do valor de investimento sobre a qual ela recai ser bastante mais residual (apenas 9% dos projetos sujeitos a inquirição), com reflexo na robustez das respetivas conclusões. Neste sentido, entre os respondentes não empresariais que desenvolveriam os seus projetos mesmo sem o apoio do PO:

- 42% (ponderado pelo número de projetos concluídos, Quadro A23) teria reduzido a dimensão financeira dos mesmos – o Programa Operacional funcionou assim como amplificador de investimento. Este efeito foi mais evidente nos eixos 1 - Competitividade e internacionalização das PME (na maioria são SIAC) e 7 -

[14] *"Sem o financiamento, não teria sido possível realizar o projeto no curto período como foi. Deu uma sustentabilidade diferente à empresa. Permitiu a empresa que crescesse mais rapidamente e de forma mais sustentada."*

Eficiência energética e mobilidade (56% e 65% dos projetos concluídos, respetivamente, envolveu maior volume de investimento devido ao apoio do PO);

- 17% (ponderado pelo número de projetos concluídos, Quadro A23) teria alargado o respetivo prazo de execução e 21% (ponderado pelo número de projetos concluídos, Quadro A23) teria adiado a data de arranque – nestes casos o Programa Operacional teve um efeito de acelerador do investimento;
- Por último, 16% (ponderado pelo número de projetos concluídos, Quadro A23) não teria efetuado qualquer alteração, recorrendo alternativamente a outros métodos de financiamento, verificando-se um efeito de *deadweight* (o Programa limitou-se a financiar intervenções que teriam sempre lugar, sendo assim um facilitador de investimento).

227. O processo de auscultação confirma o efeito de adicionalidade muito relevante no caso dos promotores públicos. Os *stakeholders* apontaram que o apoio dos FEEI é fundamental para as entidades beneficiárias do setor público, maioritariamente para aquelas em que os recursos são escassos para a população que pretendem alcançar. Na área de economia social, por exemplo, sem os FEEI a abordagem ficaria completamente limitada demonstrando seu caráter essencial para promoção dos projetos, para a sua eficácia e para a sua abrangência. Admite-se que alguns projetos poderiam avançar sem os fundos, mas que o impacto seria substancialmente inferior e não tão alargado em termos de beneficiários e em termos territoriais. O caráter acelerador dos fundos não ficou claro no inquérito dos promotores públicos. Ao contrário dos privados, a maior parte dos projetos teriam sido desenvolvidos sem o apoio (43%), embora o efeito financeiro tenha sido revelado significativo por 41% dos inquiridos. No EC2, voltado à pesquisa e inovação, ficou expressa a importância dos FEEI com a menção de que os fundos foram fundamentais para o seu desenvolvimento.[15]

228. Em matéria de alavancagem de investimento[16], o Programa Operacional apresenta em termos médios uma alavancagem de 1,61€, significando que por cada euro de fundo financiado pelo Programa Operacional são mobilizados adicionalmente 0,61€ de investimento por parte dos promotores o que conjugado com os resultados da análise ao efeito de adicionalidade, permite confirmar o pressuposto P III.3. O efeito de alavancagem para os investimentos financiados pelo FEDER e FSE situa-se, respetivamente, em 1,69€ e 1,20€, salientando-se, ao nível dos eixos, o EP 1 - Competitividade e internacionalização das PME (1,85€, destacando-se os projetos de internacionalização com maior efeito de alavancagem) e o EP 6 – Coesão social e inclusão de (1,84€, destacando-se as tipologias Programa de Apoio à Produção Nacional e a Promoção de microempreendedorismo). A tipologia Investimento empresarial em inovação de não PME regista a maior capacidade de alavancagem de investimento privado (3,2€), em consonância com as limitações de taxa de cofinanciamento aplicada às não PME.

229. No tocante aos Instrumentos Financeiros, a análise VAE assentou predominantemente na análise das sinopses das entrevistas com as agências de fomento e OI relevantes bem como na análise dos dados de execução e programação das PI associadas. No PO Alentejo, os IF mostraram-se complexos, com diversas entidades a analisarem e gerirem os projetos – o que muitas vezes se traduz em processos de aprovação, documentações e prestações diferentes – tornando difícil a clareza dos procedimentos para todas as operações. Há também o indício de que, no caso do capital de risco, o fato do Alentejo ser dividido por regiões economicamente diversas, justifica que o intermediário financeiro não possua a mesma disponibilidade de financiamento para todas. Conclui-se que a mais valia criada pelos IF não é uniforme em todo o território e encontra dificuldades relativamente aos seus instrumentos, com procura abaixo da dotação e problemas de elegibilidade, diminuindo o potencial de alavancagem do PO.

230. O mesmo se observa no IFRRU, com apenas 11 operações apoiadas. Segundo os stakeholders, a baixa procura deve-se às características territoriais (tecido urbano mais disperso e ruralizados, população envelhecida com pouca apetência para o investimento imobiliário (reabilitação de habitação própria) e principalmente a existência de instrumentos concorrenciais mais acessíveis (no turismo há outras formas de financiamento, não reembolsáveis, mais atrativos). Como o investimento IFRRU é sobretudo para turismo, e este setor tem diversas

[15] "Esse projeto em particular não teria acontecido sem os fundos. Teve um pequeno ajuste em termos de verbas para custos indiretos, e teve ajuste em termos temporais por causa da pandemia."

[16] Por alavancagem de investimento entende-se o montante global investido considerando os fundos disponibilizados (Investimento total/valor de fundo). Não foram incluídos nos cálculos da alavancagem as operações dos IF.

outras fontes de financiamento não reembolsáveis, torna-se pouco apetecível. Aliás, como os apoios têm de concentrar apenas nas pequenas localizações definidas pelos PARU, este fator pode condicionar os investimentos e a alavancagem FEEI (é a região em que essa alavancagem é menor).

231. O VAE dos FEEI manifesta-se também (e é potenciado) por um conjunto de orientações, regras e procedimentos específicos aplicáveis à sua utilização, quando estes contribuem para a obtenção de ganhos de eficácia e eficiência na preparação e implementação das intervenções, permitindo verificar o pressuposto P III.2. Neste âmbito, os resultados da análise e evidências recolhidas permitem concluir que:

- O princípio da orientação para os resultados para a eficácia das intervenções se verificou por via da inclusão de indicadores contratualizados, ao nível da operação, com os beneficiários. Esta exigência introduziu maior realismo nas metas estabelecidas e maior compromisso no alcance das realizações e resultados por parte dos promotores, tendo também o processo de inquirição às entidades não empresariais revelado que uma maior orientação para os resultados constituiu a principal alteração introduzida nos projetos candidatados em resultado das regras aplicáveis aos FEEI (Figura A12);
- A preparação de importantes referenciais setoriais/regionais enquadradores (Plano de Ação Regional - Alentejo 2014-2020 e Especialização Inteligente do Alentejo 2014-2020, alinhada com instrumentos de planeamento nacional e comunitário – EE2020) e a auscultação de parceiros-chave durante a fase de programação resultou numa elevada conformidade do PO com o *policy mix* associado aos seus grandes pilares de intervenção e ao contexto territorial e setorial existente à data.

  Em resultado, mais de 50% dos promotores empresariais considerou que o alinhamento com a RIS3 Alentejo facilitou ou facilitou muito a obtenção dos resultados dos projetos (Figura A41, Figura A42 e Figura A43), tendo ainda sido demonstrado caráter determinante dos mapeamentos prévios de necessidades de investimento para conhecer as principais necessidades setoriais e priorizar os investimentos a apoiar pelo Programa. Por oposição, os processos de auscultação para o desenvolvimento de determinados instrumentos de planeamento denotaram potencial para reforçar o alinhamento entre as necessidades dos atores e os instrumentos apoiados (e.g. PDCT e medidas no domínio da eficiência energética).
- A governança da implementação permitiu fomentar a relação entre atores e desenvolver o capital institucional e relacional da Região, através da articulação entre AG / CIM / Municípios e outros atores (incluindo GAL), que se revelaram determinantes para potenciar os resultados a atingir.

3.5. Questão de avaliação 5 – Relevância e coerência do POR Alentejo

Resumo

Existe uma elevada coerência entre o PO e o *policy mix* associado aos seus grandes pilares de intervenção e o contexto territorial e setorial existente à data, sobretudo como resultado da preparação de importantes referenciais setoriais/regionais enquadradores (de que são exemplo, a Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo, o Plano de Ação Regional - Alentejo 2014-2020, ou o PNAEE e ECO.AP, (na dimensão da eficiência energética) e da auscultação de parceiros-chave. Este processo de auscultação foi sobretudo desenvolvido no âmbito da elaboração do Plano de Ação Regional. Contudo, posteriormente, na fase de preparação/negociação do Programa, a CCDR Alentejo promoveu diretamente 65 sessões de trabalho (entre reuniões, seminários, workshops, ...), que mobilizaram cerca de 1.000 participantes, e das quais resultaram inúmeros contributos escritos, que foram devidamente ponderados e, quando pertinentes, incluídos na programação.

A existência de instrumentos de planeamento, que estabeleciam objetivos e prioridades, bem como as operações-chave para a sua prossecução, foi muito importante para garantir o alinhamento entre as TO e os OE e o potencial de procura.

A arquitetura programática do Programa Operacional, corresponde globalmente às necessidades de desenvolvimento da Região, mas nem sempre foi de encontro às necessidades e expetativas dos atores regionais e locais. Foram sinalizadas algumas situações pontuais em que alguns atores-chave não foram envolvidos nem questionados sobre as suas necessidades, o que condicionou a procura e as intenções de investimento, designadamente ao nível dos representantes empresariais. Também o processo de estruturação das dimensões associadas à eficiência energética e utilização das energias renováveis possuiu um envolvimento muito reduzido da AG do PO Alentejo na fase de programação, o que não permitiu antecipar muitos dos constrangimentos e dificuldades de operacionalização desta dimensão. No caso da reabilitação e modernização do parque escolar foram identificadas diversas mudanças e inconsistências ao longo do período de programação e dificuldades de acomodar os montantes financeiros necessários face às inúmeras debilidades e necessidades existentes. No inicio, o processo de contratualização apenas contemplava os investimentos de responsabilidade das autarquias (pré-escolar e 1.º ciclo), com o seu alargamento aos estabelecimentos de 2.º e 3.º ciclo e secundário, da responsabilidade do Ministério da Educação, e onde os problemas de conservação e debilidades estruturais eram mais significativas, os montantes financeiros necessários avolumaram-se e não obstante os aumentos que foi sendo possível efetuar nos PDCT (reprogramações, com reforço das verbas para a reabilitação do parque escolar), em muitas sub-regiões não foi possível responder a todas as necessidades e prioridades de investimento identificadas.

O papel coordenador e mobilizador da CCDR Alentejo/AG PO foi muito importante na fase de programação, assumindo-se como parceiro dos atores do território, facilitando a coordenação intersectorial e ajudando a promover um diálogo estruturado entre diversos atores-chave. São sinalizadas importantes parcerias e metodologias de trabalho, entre beneficiários e atores-chave, que têm contribuído para fomentar a execução e os resultados gerados, bem como colmatar défice de conhecimento/capacitação para domínios específicos.

Os exercícios de reprogramação responderam de forma positiva e adequada a diversas alterações de contexto, nomeadamente no quadro da Pandemia COVID 19 e da Guerra da Ucrânia, e às dificuldades de implementação de alguns OE e TO.

A complementaridade prevista entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública não tem sido muito efetiva, embora não se verificando, genericamente, sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de apoio. Apenas 54 % dos promotores reconhece ter articulado o financiamento do PO Alentejo 2014-2020 com outros instrumentos financeiros (uma parte importante dos promotores assume o desconhecimento de outros instrumentos de apoio e financiamento nacionais e/ou comunitários (41%) ou de outras entidades promotoras (35%)).

No caso específico do IFRRU2020 a insuficiência dos resultados alcançados resulta sobretudo dos efeitos concorrenciais de outros instrumentos de política setorial, com reflexos na mobilização da procura. No turismo há outras formas de financiamento, não reembolsáveis, mais atrativos para os potenciais investidores.

Verifica-se ao nível programático uma elevada coerência entre a abordagem preconizada na arquitetura programática do POR Alentejo 2014-2020 e o *policy mix* associado aos seus grandes pilares de intervenção e ao contexto territorial e setorial existente à data, como resultado da preparação prévia de importantes referenciais setoriais/regionais enquadradores e da auscultação de parceiros-chave.

232. A arquitetura programática do POR Alentejo 2014-2020 suportou-se nas opções estratégicas regionais estabelecidas em diversos instrumentos, com destaque para a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (dezembro 2014) e para o Plano de Ação Regional - Alentejo 2014-2020 (setembro de 2013). Acresce que as opções estratégicas regionais foram alinhadas com outros documentos e instrumentos de política europeia e nacional, destacando-se a Estratégia Europa 2020 (EE2020), o Programa Nacional de Reformas (PNR) e o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE), entre outros. Paralelamente, as opções, as PI e os OE assumidos na programação procuraram estar alinhados com as prioridades da política de coesão para as regiões em desenvolvimento, conforme expresso no Acordo de Parceria Portugal 2020.

233. O posicionamento do Alentejo em alguns indicadores de referência sinalizava a necessidade de focalizar as prioridades regionais em determinados investimentos públicos e privados que contribuíssem para aproximar ou cumprir as metas definidas, por exemplo no âmbito da Estratégia Europa 2020. Esse afastamento revela-se principalmente relevante no que se refere ao: (i). nível de investimento em I&D (em % do PIB) cerca de três vezes inferior ao do País, sendo sobretudo relevante o nível de atraso do setor privado; (ii). abandono escolar precoce próximo da média nacional, mas ainda muito longe da meta de 10% (estabelecida no PNR e na Estratégia Europa 2020); (iii). indicador de escolarização superior da população bastante afastado da média nacional e, sobretudo, das metas previstas no PNR e Estratégia Europa 2020; (iv). taxa de emprego regional próxima da média nacional, mas quase 10% abaixo das metas de referência para 2020 (PRN/EE2020).

234. A elaboração antecipada dos referenciais estratégicos regionais, suportados em diagnósticos sólidos e atualizados, para as diversas dimensões-chave de enquadramento do exercício de programação, foi fundamental para procurar responder adequadamente às necessidades e aos constrangimentos regionais observados à data. Merecem especial relevância os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Plano de Ação Regional - Alentejo 2014-2020 (aprovado pelo Conselho Regional em 13.09.2013).

235. Também a realização de mapeamentos de investimentos em áreas-chave (infraestruturas tecnológicas, infraestruturas de apoio à atividade empresarial, infraestruturas do património cultural, infraestruturas de saúde, infraestruturas sociais e rede de cuidados continuados integrados e infraestruturas escolares) foi determinante para conhecer as principais necessidades setoriais e priorizar os investimentos a apoiar pelo Programa em algumas tipologias de operação.

236. Deve relevar-se ainda que a existência de instrumentos de planeamento de políticas públicas, desenvolvidos à data, noutras dimensões, como por exemplo no que se refere à descarbonização da economia e da sociedade (PNAEE, ECO.AP) permitiu, para algumas dimensões-chave da cadeia de programação (eficiência energética), ter referenciais estratégicos e programáticos de orientação sobre as necessidades, desafios e oportunidades a prosseguir e cuja operacionalização e concretização derivava da melhor prossecução e aproveitamento dos apoios disponibilizados pelo PO.

237. Neste quadro, os objetivos, as orientações, as prioridades estratégicas e as ações definidas nos diversos instrumentos de planeamento setorial/regional, designadamente no Plano de Ação Regional, encontram-se globalmente alinhados e são coerentes com a ambição política regional, assumindo-se como elementos referenciais e de suporte à arquitetura programática do POR Alentejo 2014-2020, nomeadamente no que se refere à seleção dos Objetivos Temáticos, das Prioridades de Investimento, dos Objetivos Específicos, das Tipologias de Operação, dos grupos-alvo a mobilizar.

238. A preparação das estimativas do potencial de procura foi desenvolvida primordialmente através de colaboração com as entidades públicas com atribuições e responsabilidades acrescidas na definição da política e na sua operacionalização (embora num quadro de reduzida flexibilidade da regulamentação comunitária e/ou nacional). Por exemplo, o processo de estruturação das dimensões associadas à eficiência energética (PI, OE e TO) foi desenvolvido pelos atores relevantes (DGEG, ADENE), em estreita articulação com as Secretarias de Estado responsáveis, mas sem qualquer envolvimento da AG do POR Alentejo 2014-2020 na fase de programação. Esse papel ficou reservado, em grande medida, à Tutela, que teve a responsabilidade da condução

da política pública e que, nesse contexto, conhecia melhor o que se pretendia concretizar para cumprir os objetivos, as metas e os compromissos assumidos internacionalmente, mas com uma ausência relevante por parte das entidades públicas regionais e dos atores setoriais do Alentejo com conhecimento da matéria.

239. A auscultação de múltiplos atores, em diversos fóruns e iniciativas promovidas pela CCDR Alentejo contribuiu para o alinhamento dos OE e das TO com as necessidades das entidades promotoras. Neste quadro, o papel coordenador e mobilizador da CCDR Alentejo foi muito importante, assumindo-se como parceiro dos atores do território, facilitando a coordenação intersectorial e ajudando a promover um diálogo estruturado entre diversos atores-chave.

240. Assim, neste processo, importa sinalizar que a construção dos elementos de diagnóstico regional amplamente referenciados no PO, foi tributário de procedimentos de auscultação, promovidos pela CCDR Alentejo e pelo Conselho Regional, dos atores regionais e/ou setoriais com maior conhecimento sobre as necessidades e sobre o potencial de procura regional, numa perspetiva de apresentar contributos capazes de informar ou influenciar o exercício de programação.

241. A CCDR Alentejo promoveu diretamente 65 sessões de trabalho (entre reuniões, seminários, workshops, ...), que mobilizaram cerca de 1.000 participantes, e das quais resultaram inúmeros contributos escritos, que foram devidamente ponderados e, quando pertinentes, incluídos na programação. Acresce, que no âmbito dos debates sobre a programação 2014/2020, a CCDR Alentejo participou em cerca de 45 eventos promovidos por inúmeras entidades, sobretudo centrados no debate e reflexão estratégica e de prioridades a prosseguir.

242. Assinale-se ainda que no âmbito da avaliação ex-ante foram desenvolvidas metodologias que implicavam o envolvimento e a auscultação de parceiros relevantes do PO, com o objetivo de recolher informação relevante para o processo de avaliação e que, numa perspetiva bidirecional e construtiva, foram vertidos nos conteúdos do Programa e nas opções assumidas.

243. Em conclusão, a existência de instrumentos de planeamento, que definiram objetivos e prioridades a prosseguir, bem como as operações-chave para a sua prossecução, aliada à auscultação de entidades setoriais/regionais com responsabilidades sobretudo na execução de políticas públicas, foi determinante, para garantir o alinhamento entre as TO e os OE e o potencial de procura (verificação do pressuposto PI.3).

A arquitetura programática do Programa Operacional (PI selecionadas, OE definidos, TO identificadas) corresponde globalmente às necessidades de desenvolvimento da Região, mas nem sempre foi de encontro às necessidades e expetativas dos atores regionais.

244. Das entrevistas realizadas, ressaltaram vários exemplos em que os organismos setoriais regionais foram auscultados, mapearam e hierarquizaram os investimentos-chave dos respetivos setores. Não obstante, foram sinalizadas algumas situações pontuais em que alguns atores-chave não foram envolvidos nem questionados sobre as suas necessidades (empresas) ou sobre a ausência de enquadramento/priorização de alguns investimentos. Assinalam-se alguns casos em que a resposta dos apoios disponibilizados não correspondeu plenamente às efetivas necessidades dos atores e da Região.

245. No caso do processo de contratualização, as Comunidades Intermunicipais manifestaram alguma frustração, embora assumindo a importância de se terem ampliado os apoios a outras dimensões fundamentais para a implementação à escala sub-regional de uma estratégia integrada, multidimensional. O confinamento da contratualização apenas a algumas PI (umas obrigatórias e outras facultativas), num quadro prévio marcado pela obrigatoriedade de definição de uma estratégia regional (muito participada, com forte envolvimento dos parceiros) e pela sua avaliação positiva/de excelência, não se viria a traduzir nem num reforço dos montantes financeiros, nem na possibilidade de concretizar a ambição e prioridades efetivas das sub-regiões. Era importante que o PO, nomeadamente no âmbito do PDCT, tivesse outra flexibilidade de modo a acomodar outras necessidades e fosse ao encontro das expetativas dos atores locais.

246. No futuro, será necessário consolidar e dar continuidade a dimensões-chave, como o setor social (existe uma grande necessidade de vagas para alguns equipamentos e respostas sociais e é necessário o Programa Operacional estar preparado para responder a este desafio, seja ou não no âmbito da contratualização) e o da

saúde (construção/reabilitação de centros de saúde). Por outro lado, era importante aumentar a autonomia das CIM no lançamento dos AAC, para que tivessem um papel mais preponderante nos timings de lançamento. A AG Programa Operacional também evidenciou condicionalismos externos e pouca autonomia para uma gestão dinâmica e autónoma dos Avisos, adaptada às necessidades e dinâmicas de procura regionais (dependente, em muitos casos, de autorizações da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020). Os timings condicionam muito a utilização/recurso aos apoios, pelo que se deveria ponderar a criação de mecanismos/soluções que permitissem um maior controlo e autonomia no lançamento dos AAC (muitas intensões de investimento acabam por não avançar, se não houver Avisos abertos - os potenciais promotores podem não ter capacidade de avançar na altura; ou terem necessidade de gerir a tesouraria/orçamento). A previsibilidade/calendarização das aberturas do Aviso é critica, sendo que apenas existiu no primeiro ano e foi-se perdendo, descredibilizando-se ao não ser cumprida.

247. Foi muito positivo o processo de integração de montantes do SI2E para apoio às micro e pequenas empresas e deverá continuar no futuro. A relação e articulação entre as CIM e os GAL foi muito positiva (papel de articulação/promoção dos GAL é muito importante) e contribuiu para que o SI2E tivesse muito interesse e participação das micro, pequenas e médias empresas regionais. Se os montantes financeiros disponíveis fossem superiores, teriam sido aplicados. Dando resposta a pequenas intervenções em concelhos mais pequenos, gerou oportunidades para as micro e pequenas empresas. Contribuíram muito para manter e desenvolver atividades e manter/criar postos de trabalho (os resultados são sustentáveis não tanto pela continuidade do posto de trabalho, mas sobretudo pela manutenção da atividade).

248. Não obstante, deve assinalar-se que os GAL não tiveram as condições/a possibilidade de acompanhar os projetos (como estavam a ser executados, quais as dificuldades com que se depararam), o que teve impacte na ação dos GAL. Independentemente de irem efetuando animação e disponibilizando informação, a maior carga burocrática (multifundos) gerou uma maior complexidade administrativo-financeira e uma menor capacidade de estar no terreno (perda de proximidade ao território, às pessoas, aos organismos). No futuro, não tendo a responsabilidade da gestão deverão continuar a ter um papel importante na animação e na divulgação de informação.

249. No caso da reabilitação e modernização do parque escolar foram identificadas diversas mudanças e inconsistências ao longo do período de programação, bem como dificuldades de acomodar os montantes financeiros necessários face às inúmeras debilidades e necessidades existentes. No inicio, o processo de contratualização apenas contemplava os investimentos de responsabilidade das autarquias (pré-escolar e 1.º ciclo), com o seu alargamento aos estabelecimentos de 2.º e 3.º ciclo e secundário, da responsabilidade do Ministério da Educação; onde os problemas de conservação e debilidades estruturais eram mais significativas, os montantes financeiros necessários avolumaram-se e não obstante os aumentos que foi sendo possível efetuar nos PDCT (reprogramações, com reforço das verbas para a reabilitação do parque escolar), em muitas sub-regiões não foi possível responder a todas as necessidades e prioridades de investimento identificadas.

250. Do processo de inquirição conclui-se genericamente pela perceção positiva dos promotores sobre a adequação das tipologias de operações/medidas elegíveis nos Eixos do Programa Operacional Alentejo 14-20 face aos constrangimentos e desafios que a Região enfrentava. As tipologias de operações elegíveis nos Eixos do POR Alentejo 14-20 consideradas mais adequadas centraram-se no Eixo: 3 - Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação; ii. 6 - Coesão social e inclusão. No caso específico do eixo 6 - Coesão Social e Inclusão, vários promotores assinalam a sua extrema importância. Por norma a capacidade financeira dos parceiros sociais e economia social em geral está relacionada com a riqueza da Comunidade ou Região que está inserida, o que significa que a maioria tem capacidade económica e financeira muito reduzida, sendo apenas capaz de novos investimentos em infraestruturas e equipamentos com recurso a operações/medidas que os financiem. O Programa Operacional foi assim decisivo.

251. Não obstante a avaliação global dos promotores apontar para a pertinência do Programa para responder às necessidades da Região Alentejo, em alguns casos foram sinalizadas tipologias de operação ou projeto consideradas relevantes, mas que não possuíam enquadramento nas elegibilidades do Programa. As TO consideradas menos adequadas focaram-se nos eixos: (i). 7 - Eficiência energética e mobilidade; e, (ii). 8 - Ambiente e sustentabilidade. Segundo os inquiridos, o tema do ambiente e sustentabilidade não é suficientemente considerado, sinalizando-se a inexistência de elegibilidades, por exemplo, para substituição de

infraestruturas de água e saneamento, perfeitamente obsoletas, mas sem aumento da cobertura de rede. Também no caso do Eixo 6 é assinalada a ausência de TO que enquadrem a necessidade de requalificação de equipamentos desportivos ou a requalificação de edifícios das IPSS sem estarem dependentes do aumento da capacidade (esta pode ser suficiente). O financiamento de respostas de proximidade para pessoas com deficiência que favoreçam a igualdade de oportunidades no acesso à cultura, ao desporto, à saúde e lazer, sobretudo para os residentes em zonas mais isoladas, bem como na diferenciação positiva das organizações de reabilitação que operam em territórios de baixa densidade e de grande dispersão geográfica, devia ter sido priorizada (por exemplo, apoio à contratação e fixação de técnicos especializados e aquisição de viaturas adaptadas para transporte de pessoas com mobilidade reduzida). Por outro lado, aponta-se para que deveria ser exigida uma maior interdependência entre eixos. Por exemplo as ações do Eixo 2 e 5 deveriam exigir, em determinadas ações, uma certa interdependência, que não se verificou - "apoiar a qualificação, sem que haja uma exigência de alinhar (obrigatoriamente) com a empregabilidade". Aponta-se igualmente para a ausência de TO que enquadrem a necessidade de promoção da resiliência da região em relação às alterações climáticas, nomeadamente em termos de disponibilidade de água e de resposta/adaptação à seca e às ondas de calor.

252. Contudo, estas apreciações devem ser devidamente ponderadas à luz da realidade regional e dos compromissos e metas regionais/nacionais existentes à data, bem como da existência de outros instrumentos de financiamento comunitário/nacional que enquadram estas dimensões (p.e. o POSEUR ou o Fundo Ambiental).

253. Relativamente à avaliação sobre a adequação das tipologias de operações/medidas elegíveis face às necessidades de investimento da entidade, continuando a ser bastante positiva, apresenta, contudo, uma menor expressividade. As tipologias de operações elegíveis nos Eixos do POR Alentejo 14-20 consideradas mais adequadas centram-se no Eixo da Competitividade e internacionalização das PME e, sobretudo, no Eixo da Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação. Inversamente, as TO consideradas menos adequadas focam-se na eficiência energética e mobilidade e no ambiente e sustentabilidade.

254. No EC 5, destacou-se o facto de não serem elegíveis a financiamento as despesas com infraestruturas (redes de saneamento), sendo que estas são um aspeto fundamental nas tipologias de intervenção em causa (requalificação do espaço público). O facto de não serem financiadas constitui um entrave à ação municipal e pode mesmo impedir investimentos futuros, já que são componentes que envolvem montantes com expressão elevada no custo total de uma obra (em certos casos, as despesas com estes elementos podem corresponder a cerca de metade do montante total necessário). Também no EC 6, entre os atores locais, prevaleceu o entendimento de que algumas necessidades de investimento que não foram possíveis de concretizar, por falta de financiamento, poderiam ampliar os impactes das operações.

255. Quando instados a pronunciarem-se sobre a adequação do PO, em função das suas necessidades e prioridades de investimento, os promotores poderiam ainda avaliar um conjunto de parâmetros. A "informação contida nos avisos de concurso (clareza, facilidade de acesso à informação, ...)" foi avaliada de forma menos positiva (cerca de 1/3 considera-a desadequada). Este balanço, menos positivo, levou a que uma parte importante dos promotores tenha procedido a alterações dos seus projetos iniciais por consequência da candidatura ao POR Alentejo 14-20 (das condições de elegibilidade). Quando questionados sobre se efetuaram alterações ao seu projeto inicial em virtude das condições de elegibilidade exigidas nos Avisos, muitos promotores o referenciaram (37%), sendo que as mesmas incidiram sobre um maior foco nos resultados a atingir e nas áreas prioritárias definidas pelo PO, bem como num maior alinhamento com a estratégia integrada definida nos instrumentos enquadradores. A complexidade e exigências burocráticas/administrativas foram consideradas muito desadequadas por mais de metade dos inquiridos. (verificação, em parte, do PI.2)

256. Concluindo, a existência de vários instrumentos estratégicos e de planeamento, suportados em diagnósticos robustos e atualizados e co-construidos por parceiros-chave, e a realização de vários momentos de auscultação das entidades regionais, revelou-se decisivo para que o PO, globalmente, fosse ao encontro das necessidades de desenvolvimento da Região. Contudo, em alguns casos, as necessidades e expetativas dos atores regionais não foram plenamente satisfeitas.

257. Deve assinalar-se, ainda, que o processo de programação foi condicionado pela arquitetura temática definida pela CE e pelo enquadramento e regulamentação europeia e nacional, sendo sinalizadas, por vários atores, as

dificuldades de adaptação ou até mesmo a inadequação ao contexto específico regional, dessas orientações, destacando-se, em particular, as dimensões da eficiência energética. (verificação, em larga medida, do PE I.4)

O modelo de governação/gestão e as parcerias estabelecidas entre atores-chave foi determinante para a execução e potenciou os resultados gerados.

258. Em termos gerais, manifesta-se uma profícua relação de trabalho e concertação entre as CIM e a AG PO. A proximidade e disponibilidade para resolver os problemas que vão surgindo existe e é muito importante. Na gestão dos Avisos e na gestão financeira (adendas ao PDCT), poderá ainda haver margem de progressão. Para uma concertação mais eficaz poderá equacionar-se a formalização de mecanismos de articulação e de proximidade institucional, em que as estruturas de apoio técnico possam assumir-se como uma extensão da própria estrutura da AG e, desta forma, reforçar-se o trabalho conjunto, promover-se uma concertação nas abordagens e interpretação de situações similares e melhorar-se o conhecimento atempado e adequado de deliberações ou orientações superiores.

259. São sinalizadas importantes parcerias e metodologias de trabalho, entre beneficiários e atores-chave, que têm contribuído para fomentar a execução e os resultados gerados, bem como permitir colmatar défices de conhecimento/capacitação para domínios específicos. Acresce que a capacidade de resposta do mercado regional é reduzida (dificuldade de recrutamento) pelo que a capacitação/formação é particularmente decisiva.

260. Em termos gerais as CIM possuem um quadro de recursos humanos suficiente e capacitado, contudo, carecem de apoio especializado para algumas apostas estratégicas (pe. no caso do SI2E, a CIM Alto Alentejo – CIMAA - estabeleceu uma parceria com a ADRAL, que estava perfeitamente capacitada para este processo, de modo a ter um maior acompanhamento e uma abordagem especializada, junto dos beneficiários). Por outro lado, recorrem as grupos de trabalho, incluindo técnicos da CIMAA, dos Municípios e de outros atores regionais (IP Portalegre, AreanaTejo,...), para desenvolver/promover projetos transversais/estratégicos e/ou para fomentar uma maior capacitação em áreas-chave (alguns Municípios ainda carecem de estruturas técnicas mais reforçadas e com outras competências, pelo que esta metodologia é fundamental).

261. Assim são estabelecidas parcerias, sem custos para as entidades, mas que são determinantes para os resultados a gerar. Assinale-se que esta proximidade da CIM, junto de outros atores, é fundamental não apenas nesta fase de preparação/definição de projetos/candidaturas, mas também na monitorização, acompanhamento e avaliação dos mesmos. (verificação, nesta dimensão, do PII.5)

262. Existem diversas redes intermunicipais formais e informais, para 7 ou 8 áreas especificas, onde são pensados e estruturados projetos interessantes. Há uma grande regularidade de sessões/reuniões, que permitem identificar necessidades e oportunidades comuns. Por exemplo, existe um grupo informal de técnicos das CIM onde são discutidos alguns temas, em conjunto, nomeadamente em torno de dificuldades associadas à contratualização ou de operacionalização dos sistemas de transporte. No futuro, num quadro de reforço das competências das CIM, para além destas reuniões/sessões de debate e reflexão e da capacitação/formação de recursos é fundamental reforçar os quadros técnicos das CIM (novas competências exigem mais recursos qualificados), bem como reforçar as verbas destinadas à Assistência Técnica. Se estas verbas para a assistência técnica não acompanharem o aumento das competências/responsabilidades (e novas áreas de apoio, de elevada especificidade), perspetivam-se dificuldades para a operacionalização do Alentejo 2030, nomeadamente do processo de contratualização.

263. No caso específico do IFRRU2020, releva-se como positiva a existência do Comité de Investimento, permitindo que os financiadores possam de forma eficaz discutir, ponderar, decidir sobre dimensões-críticas para o sucesso e resultados a alcançar. Também a existência de uma equipa central, para todo o país, é fundamental (em dedicação exclusiva), desde logo porque garante a transversalidade de critérios e se assume como o único canal de passagem de informação (gera ganhos de confiança).

264. O modelo de governação adotado pelo IFRRU2020 é considerado muito positivo. A capilarização através dos Municípios, aumenta a eficácia e eficiência do processo (por um lado, cada entidade potencia as capacidades/competências especificas – alinhamento com o seu *know how,* por outro lado, o parecer vinculativo é do Município, que melhor conhece o território e a estratégia de desenvolvimento em curso). Como aspeto

negativo, a melhorar, destaca-se o Balcão 2020, no sendo facilitador (não tem um módulo próprio para os IF) e gerando dificuldades ao nível da gestão (com o recurso a diversas plataformas). (verificação, nesta dimensão, do PII.5)

265. A ausência de representação regional da estrutura IFRRU2020 não foi limitadora da procura pelo IF, nem condicionou os resultados. Não havia intensão de criar estruturas sobre estruturas, mas sim assumir os Municípios como pontos focais/centrais. Quem conhece melhor os territórios e os atores locais são os Municípios, pelo que seriam o rosto do IFRRU 2020 nos territórios. Por outro lado, são eles que definem as suas estratégias de desenvolvimento, que dão autorizações, licenciamentos, que dão parecer vinculativo e divulgavam o IF. Não obstante, fizeram-se inúmeras ações de comunicação no terreno (IFRRU2020 com os Municípios) e a rede comercial dos próprios bancos foi determinante na publicitação. A proximidade com os investidores, com quem vai procurar o crédito foi fundamental na divulgação (pela banca).

266. O IFRRU2020 garante a universalização dos critérios, estimula uma dinâmica positiva com os beneficiários (esclarece dúvidas, medeia conflitos banco-beneficiário) e incentiva a competição entre bancos. Uma medida importante e que deve ser assinalada como boa prática, foi a contratualização de objetivos específicos de balcão do IFRRU2020 (obrigatoriedade de cumprir objetivos/metas internas).

Em algumas dimensões registaram-se sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de apoio com impacte na mobilização da procura pelo PO.

267. A complementaridade prevista entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública (regional, nacional e/ou comunitária) tem sido efetiva, não se verificando, genericamente, sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de apoio (não se verificou na integra o risco RI.1). Contudo, na Avaliação da Implementação das Medidas do OT4, assinala-se a existência de efeitos de concorrência entre instrumentos FEEI (PI 4.2 vs Sistema de Incentivos), na dimensão da eficiência energética nas empresas (apesar do objetivo da política pública não deixar de ser cumprido - melhoria da eficiência energética nos sistemas produtivos). Na referida Avaliação menciona-se que o facto de nos AAC dos SI não se manifestarem problemas com os Auxílios de Estado e os apoios serem "não reembolsáveis", tornam este mecanismo de investimento mais interessante do que a oferta à eficiência energética disponibilizada no âmbito do Programa Operacional Regional (PI 4.2). Acresce que os promotores priorizam a execução de projetos integrados, onde a eficiência energética é apenas uma componente do processo (mas que é majorada). Neste contexto, muitas empresas recorrem aos SI mainstream do PT2020, designadamente ao SI à inovação produtiva, incluindo nos seus investimentos globais a componente de eficiência energética (a desagregação seria empresarialmente e na ótica do investimento pouco racional). Deve ainda assinalar-se a concorrência gerada internamente por PI que podem enquadrar as mesmas tipologias de elegibilidades, o que concorre para menores resultados onde a complexidade e burocracia associada é superior. É o caso da PI 4.3 e PI 6.5. Como nas PI 4.2 (EE nas empresas), os beneficiários da PI 4.3 (EE na Habitação/IFRRU2020) optaram por não desagregar candidaturas, ou seja, vão com o projeto global, incluindo energia, na PI 6.5. No futuro, será importante não haver, dentro do mesmo PO, PI que concorram umas com as outras (levando a que se escolha a mais simples). Deverão manter-se os objetivos de melhoria da eficiência energética nos processos de reabilitação urbana (como incentivo), ou seja, garantindo-se as exigências/metas em termos de energia/eficiência energética.

268. No caso específico do IFRRU2020 a insuficiência dos resultados alcançados resulta sobretudo dos efeitos concorrenciais de outros instrumentos de política setorial, com reflexos na mobilização da procura. No turismo há outras formas de financiamento, não reembolsáveis, mais atrativos para os potenciais investidores. Como o investimento IFRRU2020 é sobretudo vocacionado para a atividade turística e este setor tem diversas outras fontes de financiamento não reembolsáveis, torna-se pouco apetecível. (verificação, nesta dimensão, do RI.1)

269. Quando questionados sobre se procuraram estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade das operações apoiadas no Programa Operacional Alentejo 14-20 com operações de outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários, 46% dos promotores (ponderado pelo número de projetos) reconhece ter articulado o financiamento do POR Alentejo 14-20 com outros instrumentos financeiros (enquanto cerca de 1/3 não o procurou fazer). Assinale-se que uma parte importante dos promotores assume o desconhecimento de outros instrumentos de apoio e financiamento nacionais e/ou comunitários (41%) ou de

outras entidades promotoras (35%). Merece igualmente destaque o facto de uma parte significativa dos promotores (35%) enfatizar que os prazos ou os momentos de lançamento dos AAC não permitiram a preparação conjunta de candidaturas.

270. Conforme concluído no EC 2, em vários projetos, como complemento ao apoio no âmbito do POR Alentejo, os promotores recorrem também a outras formas de financiamento para suportar custos não elegíveis e/ou outros custos associados a etapas da investigação/formação/capacitação dos recursos humanos. Existem exemplos dessa complementaridade entre Programas, nomeadamente com o COMPETE (transferência do conhecimento).

271. Deve assinalar-se a importância de uma melhor compatibilização nos timings de lançamento de Avisos com fins "complementares", nomeadamente apoios à construção de equipamentos (FEDER) e apoios à formação (FSE). Após o equipamento estar funcional é fundamental avançar de imediato com as ações de formação, promovendo-se uma coordenação eficaz (foram identificadas situações em que os AAC para formação demoraram mais de 2 anos a avançar, estando os equipamentos apoiados subaproveitados/sem utilização).

A ausência de procura (empresas de construção civil) ou o acréscimo de custos nas empreitadas teve um impacte significativo nas realizações previstas.

272. As dificuldades relacionadas com a indisponibilidade de mão-de-obra e o aumento dos custos associados dificultou a concretização dos projetos contratados, sendo que a pandemia também afetou a disponibilidade de materiais e dos produtos necessários aos trabalhos (mais dispendiosos, com prazos mais alargados de entrega), levando a que alguns concursos abertos pelos promotores públicos ficassem a descoberto, a que acrescem alguns constrangimentos com que a maioria dos promotores se confrontou no decurso da implementação das operações ao nível do tempo e do esforço despendidos em questões administrativas/burocráticas.

273. Esta situação foi agravada com a guerra na Ucrânia (escalada significativa dos preços das matérias-primas, da energia e dos materiais de construção), pelo que se revelará fundamental encontrar soluções que permitam mitigar este contexto adverso de modo que não seja colocada em causa a prossecução dos resultados e dos impactos pretendidos.

274. Segundo alguns stakeholders os custos associados às obras têm vindo a ser progressivamente incrementados. Quando no lançamento dos concursos de empreitadas, não aparece nenhum candidatado, obrigando a novos procedimentos e à revisão de preços com montantes mais apelativos/ajustados ao mercado atual (em alguns casos, os preços são 30 a 40% superiores ao inicialmente avançado). Este processo está a ter impacte na conclusão das obras e consequente desaceleração das taxas de execução. Por um lado, as obras lançam-se mais tarde e com valores superiores, por outro lado, os promotores têm de garantir os montantes "em falta/a mais", dado não haver possibilidade de reforço dos apoios concedidos. (verificação do RE I.3) Assinale-se também, com preocupação, o défice muito grande de formação/qualificação que existe na região, concorrendo para a ausência de resposta em várias áreas, nomeadamente na construção civil, gerando dificuldades ainda maiores na mão-de-obra disponível para as empreitadas e, consequente, cumprimento de prazos.

275. No caso do IFRRU2020, assinala-se o impacte muito significativo do contexto pandémico (retração do investimento em mais de 25%). Houve desistências de investimento, houve a necessidade de os investidores reponderarem opções, nomeadamente a oportunidade e natureza do investimento mesmo num cenário favorável de financiamento (benefícios associados ao IF). O acréscimo dos custos das empreitadas (mão de obra, materiais, energia,...) e o aumento dos conflitos com os empreiteiros (subida de preços, datas de entregas, dilatação de prazos,...) teve um impacte significativo na execução (aumento do custo de investimento - necessidade de reforçar os capitais próprios, dado que a apoio não se altera). No caso dos investimentos públicos, o visto prévio do Tribunal de Contas é, geralmente, muito moroso (há casos de 1,5 anos) o que é também impactante.

276. A dinâmica de crescimento, que se vinha a acentuar nos últimos anos, era resultado quer da dinamização da procura interna (crescimento do consumo, sobretudo, privado), quer do fomento do investimento. Este progresso macroeconómico vinha a ser acompanhado por uma evolução positiva das finanças públicas. Assim, este quadro geral tinha contribuído para, no período 2016-2019, estimular a procura e promover uma

aceleração na execução dos projetos. Contudo, desde 2020, com o aparecimento da pandemia associada ao COVID-19, a conjuntura menos positiva condicionou o pleno cumprimento das realizações e resultados previstos na cadeia de impactos. O impacto económico da pandemia foi marcante em todos os setores, concorrendo para uma muito significativa contração do PIBpc da Região entre 2019 e 2020 (-7%), mas possuindo também impactes muito significativos nos ritmos de execução, seja por constrangimentos gerados na mão-de-obra disponível, seja na aquisição de equipamentos e materiais, ou na mobilização dos participantes para as ações dos projetos.

277. Muitas intervenções tiveram de ter prorrogação de prazos por ausência/impossibilidade de avançar no contexto de COVID. A pandemia também atrasou a chegada de matérias e produtos necessários aos trabalhos (materiais mais caros e mais morosa a entrega; concursos a descoberto). Conforme referenciado anteriormente, numa altura em que os sinais de disrupções no sector da construção são cada vez mais evidentes, é fundamental encontrar soluções que permitam mitigar este contexto adverso de modo a não colocar em causa a prossecução dos trabalhos em diversos setores demasiado dependentes do mercado de construção civil.

278. Neste quadro, existem evidências de importantes alterações no quadro económico-financeiro nacional face à conjuntura existente aquando da programação, com impacte na mobilização da procura e na execução (verificação do risco RI.2). Pelo contrário, não se observaram alterações nas prioridades regionais e nas politicas públicas objeto de financiamento ao longo do período de programação que possam ter condicionado as realizações alcançadas (não verificação do RI.6).

279. A economia regional tem evoluído de forma muito positiva, registando nos últimos anos crescimentos do PIB muito significativos (entre 2014 e 2020, o Produto Interno Bruto da Região Alentejo cresceu cerca de 11,4%). Após a acentuada crise económico-financeira, que assolou o país e a Região (2009-2013) este período de crescimento concorre para a melhoria das condições de investimento, para o aumento dos rendimentos e da empregabilidade, gerando alterações contextuais relevantes na dimensão económica e social.

280. Numa outra dimensão, existem evidências do desenvolvimento continuo de campanhas de promoção e divulgação da Região Alentejo nos principais mercados emissores (verificação do pressuposto PII.1). Dado que as campanhas de promoção e de marketing turístico se assumem como um instrumento central para o aumento da procura turística no Alentejo, promovendo e projetando a notoriedade deste destino, a Entidade Regional de Turismo do Alentejo no "Documento Estratégico Turismo do Alentejo 2014 – 2020 Visão, Prioridades Estratégicas e Eixos de Intervenção", que serviu de referência central para a estratégia e execução do Programa Operacional Regional, nesta dimensão, contemplava como um dos seus principais eixos de atuação, o "Reforço da Promoção", nomeadamente através da projeção de um novo posicionamento do Alentejo nos mercados internacionais, alicerçado nos conceitos de promoção dirigida e integrada.

281. Neste quadro, a promoção turística do destino Alentejo e o incremento da capacidade de captação de turistas para a Região, tem estado centrado maioritariamente em duas tipologias: i. Promoção integrada com os sectores mais relevantes da economia regional (ex. Vinho, Rochas Ornamentais, Azeite ou Cortiça) e dirigida aos mercados que reconheçam o valor dos atributos do destino; ii. realização de ações, projetos ou iniciativas de marketing territorial e criação de territórios turísticos. A existência continua de campanhas de promoção ao longo de todo o período de programação, tem sido determinante para algumas realizações e resultados do Programa, nomeadamente enquadradas na PI 6.3 (verificação do pressuposto PII.1), nomeadamente em termos de aumento do número de visitantes a locais apoiados e de aumento das dormidas nas unidades hoteleiras (aumento da estada média de turistas na Região).

282. O contexto pandémico que atravessámos (2019-2020) teve, contudo, um impacte negativo nesta trajetória. Os condicionalismos impostos às deslocações, o receio, medo e perda de confiança dos potenciais turistas, aliada à evolução económica e financeira registadas nos principais mercados emissores internacionais contribuíram para uma perda significativa de visitantes/turistas na Região (entre 2019 e 2020, a taxa de variação anual das dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por 100 habitantes, foi de -37,5). Estes fatores, atualmente, deixaram de ser limitadores da pretensão de viajar e tem-se verificado um incremento significativo de turistas na Região, sobretudo de portugueses (2021 e 2022) e, em consequência, uma maior facilidade em atingir as realizações e resultados esperados, até ao final do período de programação (verificação, em parte, do risco RII.1). Entre 2019 e 2022 (1.º semestre), na Região Alentejo, os turistas nacionais, residentes em Portugal, tiveram um acréscimo de 2,6%, enquanto os turistas internacionais tiveram uma quebra de 6,5%.

Os exercícios de reprogramação responderam adequadamente a diversas alterações de contexto e às dificuldades de implementação de alguns OE e TO.

283. Na maioria dos Eixos do Programa foram dados passos positivos no processo de reprogramação, possibilitando uma melhor adequação e resposta às dificuldades de implementação de alguns OE e TO (verificação do pressuposto PI.5). Contudo, os ajustamentos realizados nem sempre foram suficientes, não respondendo integralmente às especificidades regionais e às expetativas dos promotores. No caso do Eixo 7, conforme expresso na "Avaliação da Implementação das Medidas do OT4", apontam-se como principais modificações (positivas): i. a alteração dos requisitos exigíveis aos projetos de eficiência energética na habitação, permitindo a elegibilidade de projetos em que se verifique o aumento mínimo de 20% do desempenho energético dos edifícios (30% nos edifícios da administração regional/local e 20% para a habitação), em alternativa ao aumento de pelo menos dois níveis no Certificado de Desempenho Energético (esta alteração para os 30% nem sempre foi benéfica, mas no IFRRU2020, mantiveram-se as duas possibilidades - dois níveis ou os 20% de redução, o que não se observou na administração regional/local); ii. a alteração de formas de financiamento em algumas PI, como resultado da supressão do IF específico para a Eficiência Energética (IFE 2020); iii. a adoção de formas de apoio mais atrativas para as empresas, que as possam encorajar a realizar intervenções mais profundas em matéria de eficiência energética (dada a dificuldade de implementação do IF – na PI 4.2 – procedeu-se a um ajustamento financeiro entre formas de financiamento, fazendo com que todos os apoios passassem a ser promovidos através de subvenções reembolsáveis, exceto os relativos às auditorias energéticas que continuaram a ser financiadas por subvenções não reembolsáveis).

284. Na reprogramação de 2018 procurou-se um maior alinhamento do Programa Operacional com os desafios mais relevantes para a região, mas sobretudo como resposta às recomendações especificas do Semestre Europeu e do PNR 2016-2020. Assim, nesta reprogramação foi possível reforçar algumas PI (abandono escolar precoce, melhoria das competências da população adulta, reforço da investigação e da inovação). Por outro lado, face ao agravamento de fenómenos como o envelhecimento da população e o abandono/despovoamento de alguns territórios, procurou-se reforçar alguns fatores-críticos para a coesão, nomeadamente em investimento de proximidade (equipamentos e infraestruturas no domínio da educação, da saúde, do apoio social, do património cultural) e para a competitividade, sobretudo centrando o investimento nas áreas de acolhimento empresarial e atribuindo uma maior focalização e reforço do investimento privado.

285. No caso dos PDCT, foi possível proceder também a adendas e reprogramações, especialmente como resposta à dificuldade/desinteresse de mobilização de procura pelas medidas de melhoria da eficiência energética, transferindo montantes significativos da PI 4.3 para reforçar a dimensão de reabilitação e modernização do parque escolar (PI 10.5), assumida como estruturante e prioritária pelas diversas CIM/autarquias regionais. Não obstante, as adendas e reprogramações não deram resposta a todas as necessidades identificadas face a restrições pré-existentes, nomeadamente a limitação na transferência de fundos (FSE para FEDER). Esta situação foi particularmente relevante dado os PDCT contemplarem a alocação de importantes parcelas de FSE por via da contratualização inicial com o POISE (programa que não viria a dar resposta ao que se inscreveu nos PDCT).

286. Sublinhe-se ainda que nesta reprogramação foram suprimidos alguns OE: (i). reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização); (ii). aumentar a eficiência energética no setor da habitação social, apoiando a implementação de medidas integradas de promoção eficiência energética e racionalizando os consumos.

287. A reprogramação de 2020, procurou introduzir diversas alterações para uma resposta dirigida à crise resultante da pandemia (COVID-19). O enorme impacto em termos económicos e sociais que esta viria a desencadear no país, mas sobretudo na Região, levou à mobilização de outros instrumentos e medidas de resposta, sobretudo em áreas críticas como a atividade económica, a área social, o combate à pobreza e a promoção e manutenção do emprego. Neste quadro, os principais objetivos a prosseguir passaram por: (i) aumentar o apoio ao investimento público (sistema educativo e sistema de saúde); (ii). apoiar o Programa de Digitalização Escolar; (iii). aumentar o apoio ao emprego (manutenção de postos de trabalho); (iv). aumentar o apoio à estabilização económica; (v). introduzir uma nova PI (9.4 – FSE), para apoio aos municípios e entidades intermunicipais nas despesas realizadas ou a realizar, nas ocorrências nos lares (testes COVID). Deve ainda assinalar-se, no âmbito desta reprogramação, as alterações introduzidas /negociadas com a COM ao nível da flexibilidade das regras / regulamentação comunitária.

288. A reprogramação de 2021 procurou reforçar o apoio ao mercado de trabalho e à manutenção do nível de emprego (apoiar a retoma da atividade empresarial, e o regresso dos trabalhadores ao horário normal de trabalho, após os condicionalismos e adaptações geradas no contexto mais gravoso da pandemia). Neste quadro, dada a necessidade de alocar recursos suplementares aos apoios via FSE, foi reforçada a PI 8.5 Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, de modo a fomentar o apoio ao mercado de trabalho e à manutenção do nível de emprego, tendo como contrapartida a diminuição da dotação da PI 8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.

289. Segundo a AG, os motivos subjacentes a esta alteração resultam, por um lado, da sobrevalorização da expectativa inicial gerada das tipologias que estavam associadas à PI 8.3, sobretudo no caso do SI2E (critérios implícitos na elegibilidade dos postos de trabalho), por outro, da implementação do Programa de Apoio à Produção Nacional (PAPN), que permite libertar verbas (não mobiliza FSE em conjunto).

290. No caso do IFRRU2020, na reprogramação de 2018 foi possível retirar 75% dos montantes disponíveis na PI 9.8 transferindo-os para a PI 6.5 (já se estimava que não se conseguiria cumprir/executar os montantes afetos, dada a reduzida/inexistente procura à data). Posteriormente, com o contexto pandémico todo o investimento que parecia ir ser concretizado (boas expetativas no início de 2020), acabou por não avançar (redução significativa das intenções/vontade de investir). Assim, na reprogramação de 2020 (apenas se efetivou em 2021), foi possível retirar todo o investimento previsto na PI 9.8 e transferi-lo para a PI 6.5, tendo igualmente sido terminado/extinto o produto Garantia (que não teve qualquer procura na Região). (verificação do PI.5).

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

4. CONCLUSÕES

Neste capítulo, são sintetizadas as principais conclusões da avaliação, as quais estão organizadas por questão de avaliação.

Eficácia

C1. Os níveis de compromisso e realização (119% e 50%, respetivamente) registados pelo Programa Operacional Alentejo 2020, a 31.12.2021 encontram-se relativamente próximos do que se verifica nos demais PO Regionais do Continente, ainda que ligeiramente abaixo do verificado a nível nacional em termos de realização (56%) e aquém do desejável para o presente momento da execução do Programa.

O desempenho do PO em termos de alcance das metas de realização é globalmente positivo, encontrando-se as metas da maioria dos indicadores cumpridas ou em vias de ser alcançadas no horizonte de conclusão do PO (71% dos indicadores quantificados apresentam uma taxa de realização superior a 80%), ainda que após diversas reprogramações que refletiram a adaptação do PO à procura revelada e às alterações de contexto. As reprogramações resultaram numa realocação de fundos dos apoios à competitividade das empresas e à eficiência energética nos edifícios públicos por contrapartida do reforço no apoio à intervenção em infraestruturas e equipamentos de saúde e sociais, à valorização do património cultural e natural e do reforço das medidas de inclusão ativa, com reflexos na diminuição da aposta do PO nos objetivos de competitividade.

No cômputo geral, os resultados da análise evidenciam a importância do apoio do Programa para a realização das operações, tendo os promotores introduzido alterações nos projetos apoiados para, entre outros, melhor se enquadrarem nos objetivos dos AAC, o que conjugado com a perspetiva de alcance generalizado das metas contratualizadas, concorre para o contributo dos apoios para os objetivos definidos no PO.

Subsistem, contudo, alguns domínios em que a atuação da AG será fundamental, seja através de reprogramação das metas ou de um acompanhamento apertado da execução - nomeadamente na formação de trabalhadores em contexto empresarial, na criação e manutenção de postos de trabalho associados a projetos de microempreendedorismo, na eficiência energética e na reabilitação de edifícios habitacionais -, permitindo a maximização da eficácia do PO ainda que, pela menor relevância financeira destas tipologias, não esteja em causa a performance global do Programa.

C2. Os constrangimentos associados à pandemia COVID-19 surgem, sem surpresa, como o fator que mais condicionou a implementação dos projetos e os resultados alcançados, em particular no domínio da empregabilidade e formação (por via de atrasos na execução). Entre outros efeitos da pandemia, a redução ou suspensão da atividade ou o impacto ao nível dos prazos de entrega de materiais e execução das empreitadas, bem como o seu custo, surgem como efeitos que penalizaram a execução. Não obstante, outros fatores emergem como tendo condicionado a implementação dos projetos como sejam a falta de previsibilidade e regularidade dos concursos, os prazos médios de análise de candidaturas e de pedidos de pagamento (neste último caso apenas nas empresas). Apesar destes constrangimentos, os resultados da análise evidenciam o forte contributo da flexibilidade permitida aos promotores para introduzir alterações aos seus projetos como fator que contribui para contrariar o aumento da sinistralidade dos projetos e a evolução da conjuntura económica, que potenciou as vendas e perspetivas de rentabilização dos projetos, o que ajudou a mitigar os efeitos da pandemia.

C3. No domínio formação profissional dirigida às pessoas, apesar do panorama globalmente positivo no que respeita ao cumprimento das metas (excetuando o n.º de doutorandos apoiados e nos CET), os instrumentos do Programa não se revelaram particularmente eficazes para mobilizar procura qualificada, sobretudo quando comparados com outros instrumentos. Para além do maior dinamismo do mercado de trabalho (que retira atratividade à formação para desempregados), tal facto encontra fundamento na dispersão e heterogeneidade demográfica da Região, nas dificuldades em promover um encontro entre oferta, necessidades do tecido produtivo da Região e interesse dos indivíduos em certos setores (e.g. hotelaria e restauração), que condicionaram a abertura de turmas.

Neste domínio, destaca-se ainda o surgimento dos CTeSP que vieram absorver procura dos jovens por CET, conduzindo ao ultrapassar das metas de realização no primeiro e a dificuldades na conclusão dos cursos, no segundo, devido à deslocação da procura (mesmo a nível nacional), de uma tipologia de curso para outra. Noutra vertente, o apoio a bolseiros de doutoramento ficou aquém da meta definida, em resultado de inicialmente o financiamento ser repartido entre PO temático e regionais, reduzindo-se, desde 2018, o financiamento do PO regional a este tipo de medidas (que ainda assim continuaram a ter procura), sendo potencialmente agravado pela (menor) densidade de instituições de ensino superior na Região.

C4. Já no que respeita à formação profissional em contexto empresarial, a dificuldade de mobilização da procura (presente na generalidade dos POR), associada ao desconhecimento da oferta, reduzida valorização do tecido empresarial da formação profissional e à carga administrativa associada a estas operações apoiadas pelo FSE, conduziu a uma adesão aquém do esperado e a uma baixa realização do indicador de realização associado.

C5. No domínio da educação, em particular no que respeita ao combate ao insucesso escolar e ao apoio ao aumento de capacidade / de cobertura por infraestruturas e equipamentos escolares, o PO revelou-se eficaz na captação de procura qualificada, perspetivando-se o alcance generalizado das metas, com exceção da relativa à medida "Transição Digital" com vista a garantir o acesso à educação por meios digitais lançada em contexto pandémico, onde se verificou o financiamento por fontes alternativas que conduziu à eliminação da necessidade e levará ao não alcance da meta.

C6. No âmbito das medidas de promoção do emprego e valorização económica (Eixo 5), evidenciam-se as taxas de compromisso mais baixas do PO, resultado explicável essencialmente pelas restrições associadas à pandemia. Neste contexto, destaca-se pela positiva a elevada adesão aos apoios ao microempreendedorismo, por via dos apoios FEDER e FSE aos SI2E, PAPN e +CO3SO, sendo os projetos desenvolvidos neste âmbito considerados essenciais para promover a dinamização da atividade económica e o emprego e altamente dependentes / potenciados pelo incentivo proporcionado pela ação do PO, ao qual não será indiferente o predomínio de microempresas e empresas em nome individual na Região, acima da média nacional. Não obstante, neste âmbito, as metas de criação e manutenção de postos de trabalho encontram-se ainda longe do definido, devido aos atrasos motivados pela pandemia e pelo lançamento mais recente de AAC para responder à crise pandémica, reclamando um acompanhamento próximo do PO.

C7. No domínio da competitividade e internacionalização de PME, a generalidade dos instrumentos permitiu atrair níveis elevados de procura qualificada, permitindo concluir pela elevada adequação dos instrumentos às necessidades do tecido empresarial. Esta elevada procura é contrabalançada por uma forte taxa de seletividade, o que induz a seleção dos melhores projetos, neste domínio. A implementação dos projetos revelou-se eficaz, com a generalidade das metas a serem alcançadas ou estando em vias de o ser.

Em particular, no âmbito do apoio ao empreendedorismo qualificado e criativo, a atratividade dos instrumentos, medida pelas metas de apoio a empresas, não se repercutiu tão eficazmente no aumento do emprego como no nascimento de empresas de elevada intensidade tecnológica e intensivas em conhecimento. No que respeita aos apoios à internacionalização, as taxas de realização das metas encontram-se abaixo do definido, devido a uma particular incidência de rescisões / anulações, o que resulta essencialmente da incapacidade de implementação dos projetos em contexto de pandemia. Por fim, no que concerne à qualificação e inovação de PME, o cumprimento das metas encontra-se genericamente assegurando, ainda que num cenário de revisão em baixa das mesmas e perante a reduzida eficácia do IF mobilizado, devido a constrangimentos do lado da oferta e da procura.

C8. O peso do investimento elegível executado nos sistemas de incentivos na FBCF empresarial do Alentejo entre 2015 e 2021 situa-se nos 2,4%, encontrando-se alinhado com a média nacional, mas abaixo das regiões de convergência, onde o volume de FEEI disponível assume maior relevância face às outras regiões do Continente. O efeito da pandemia na execução dos projetos e na contenção das intenções de investimento, terá sido o principal fator responsável pela retração da procura e pela anulação de projetos aprovados, resultando numa transferência de fundos que reduziu a ambição dos objetivos de competitividade do PO, reclamando para o próximo período de programação uma forte aposta neste domínio.

C9. No âmbito da Investigação, desenvolvimento e inovação, os instrumentos mobilizados pelo PO revelaram-se relativamente menos eficazes para mobilizar procura, o que associado à elevada seletividade (verificada

sobretudo em sede de análise de mérito), justificam o nível de compromisso (80%) inferior à média do Programa. Os resultados da análise associam esta menor adesão sobretudo às características do tecido empresarial (predomínio de microempresas, pouco orientadas à inovação), mas também aos efeitos da pandemia. Não obstante, a generalidade das metas foi alcançada, ou estão em vias de o ser, destacando-se porém, o atraso na implementação dos projetos no âmbito dos SIAC - Transferência do conhecimento científico e tecnológico, ainda que o resultado da auscultação e análise perspetive o cumprimento das metas e a importância destas iniciativas para promover o investimento em inovação das empresas da região e potencial de complementaridade com outros instrumentos que potenciam os seus resultados.

Sinaliza-se como um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento dos projetos de investigação o facto dos consórcios admitidos terem necessariamente de incluir apenas instituições do Alentejo, num contexto em que o conhecimento é cada vez mais globalizado e os resultados da investigação noutras geografias aportarem sucesso aos projetos em desenvolvimento.

C10. No que respeita aos domínios da regeneração e revitalização urbana (eixo 4) e do património natural e cultural (eixo 8), os instrumentos mobilizados pelo PO revelaram-se genericamente eficazes, com a generalidade das metas associadas a estarem cumpridas e, em muitos casos, largamente ultrapassadas. A exceção neste domínio prende-se com o apoio à reabilitação de habitações em áreas urbanas onde a meta está longe de ser alcançada, carecendo de revisão em baixa. Tal circunstância deve-se sobretudo à reduzida atratividade do instrumento financeiro (IFRRU), à circunscrição da elegibilidade às áreas delimitadas pelo PARU e às as características da região (dispersão dos centros urbanos, predomínio de zonas rurais).

C11. No domínio da eficiência energética destaca-se a menor taxa de compromisso, comparativamente com a média do PO e uma elevada sinistralidade das operações, em particular associadas à eficiência energética na habitação social. No que respeita à eficiência energética nas empresas (PI 4.2) e nos edifícios públicos (PI 4.3), destacam-se ainda as dificuldades em mobilizar procura, essencialmente associadas à reduzida atratividade dos instrumentos no primeiro caso, e ao tardio lançamento de concursos, decorrente do atraso na transposição de legislação comunitária.

C12. O domínio da coesão social (Eixo 6) visa a promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação (incluindo medidas de inclusão social e de reforço da cobertura de equipamentos de saúde e ação social), tendo verificado bons níveis de adesão na generalidade dos instrumentos. A generalidade das metas encontra-se cumprida ou em condições de o ser, demonstrando a adequação dos instrumentos e a sua eficácia na prossecução dos objetivos definidos.

Neste domínio, destaca-se por um lado, a especial adesão aos instrumentos de apoio ao desenvolvimento económico de base local (incluindo SI2E, ancorados nas DLBC) e ao CO3SO, tendo o resultado da análise demonstrado a importância destes programas no contexto do tecido produtivo da Região e, por outro, a menor eficácia do PO em contribuir para a integração de minorias étnicas e de comunidades imigrantes.

C13. No que respeita à capacitação institucional, os instrumentos mobilizados pelo PO atingiram bons níveis de procura e a generalidade das metas deverão ser alcançadas, apesar dos atrasos verificados na implementação dos projetos que motiva baixas taxas de realização de alguns indicadores. A formação de trabalhadores em funções públicas constitui-se como a exceção onde apesar de os resultados da auscultação perspetivarem o seu cumprimento, a distância face à meta sugere a necessidade de revisão em baixa do indicador.

Eficiência

C14. As várias formas de apoio incentivaram o investimento, constituindo os apoios financeiros do POR Alentejo 2014-2020 um suporte fundamental para a dinâmica de investimento regional nesse período, registando-se uma preferência por subvenções não reembolsáveis, associada à política de apoio comunitário dominante em Portugal ao longo dos vários períodos de financiamento. A falta de cultura sobre subvenções reembolsáveis é, no entanto, transversal à generalidade do PT2020 e não específica do POR Alentejo 2014-2020.

C15. Os recursos mobilizados e os resultados gerados pelo POR Alentejo 2014-2020 revelam-se adequados na maioria das PI e dos OE face aos objetivos a prosseguir e aos desafios e às oportunidades em presença. Embora o volume de apoio comunitário tenha sido superior ao observado em anteriores períodos de

programação, esteve aquém do necessário para gerar efeitos visíveis e impactantes na redução das assimetrias regionais e responder adequadamente às necessidades do Alentejo.

C16. A necessidade de alocar mais recursos financeiros à qualificação e à formação dos recursos humanos afetos à gestão e à operacionalização do Programa releva-se um dos fatores transversais para a eficiência do POR Alentejo 2014-2020. Esta insuficiência traduz-se numa pressão acrescida sobre os quadros afetos à gestão operacional do Programa.

C17. O cálculo de custos-resultado para as PI com operações aprovadas ou concluídas é limitado pelo número reduzido de operações encerradas na data de corte de avaliação, dificultando a realização de um exercício avaliativo do nível de custo-eficiência desejavelmente efetuado a partir da análise da relação entre os resultados alcançados (e não previstos) e os respetivos custos unitários associados. Da análise realizada, observa-se uma significativa amplitude de realizações, com a coexistência de investimentos de elevada dimensão financeira e metas significativas com outros de menor escala nas duas variáveis de análise, o que traduz a necessária intensidade que o POR Alentejo 2014-2020 assume, procurando apoiar os investimentos necessários para assegurar um processo de convergência económica e social.

C18. Observam-se, igualmente, custos unitários por unidade de resultado com disparidades muito significativas e diferentes potenciais níveis de eficiência. Esta situação resulta, também, de diferentes metodologias no cálculo dos indicadores de resultado apresentados em sede de candidatura por parte das entidades promotoras, parecendo indiciar a necessidade de normalizar, para alguns indicadores, ferramentas de cálculo de maior uniformidade, procurando reduzir ou ultrapassar as disparidades existentes no carregamento dos indicadores que depois são evidentes na sistematização dos indicadores de resultado do POR Alentejo 2014-2020.

C19. O contexto macroeconómico e o desajustamento e as modalidades de financiamento afetaram o desempenho do POR Alentejo 2014-2020 e a capacidade de execução dos beneficiários, agravando o esforço de investimento e impactando no cumprimento dos valores máximos de referência (custos-padrão). Os valores máximos de referência (custos-padrão) aplicados revelaram-se desajustados a partir de 2019, dada a evolução dos valores de mercado dos bens e serviços, em particular nas intervenções infraestruturais (construção, requalificação e reabilitação), o que originou uma diminuição da taxa de cofinanciamento implícita nos apoios face ao investimento elegível executado.

C20. Verifica-se a persistência de uma certa complexidade do quadro regulamentar, representando constrangimentos ao nível da operacionalização dos apoios em algumas situações, desproporcional e penalizadora da eficácia e da eficiência. Regulamentos ou normas nacionais, em alguns casos, muito exigentes e sem considerarem as especificidades da Região do Alentejo e, em outras situações, com necessidade de menor permeabilidade, de forma a colmatar possíveis situações de conflito, continuam a constituir fatores críticos. Acresce um quadro burocrático excessivo, com duplicação de alguns procedimentos e uma ténue capacidade de acompanhamento dos atores locais menos capacitados. Ainda assim, as melhorias introduzidas nas práticas de gestão aumentaram a respetiva eficiência e reduziram custos de transação.

C21. Paralelamente, verificam-se fatores internos e externos ao POR Alentejo 2014-2020 geradores de uma ineficiência na utilização dos recursos. Com efeito, a operacionalização do POR Alentejo 2014-2020 tem sido marcada por fatores de ineficiência na utilização dos recursos, relevando-se, ao nível dos fatores internos, as dificuldades ao nível do Sistema de Informação e, ao nível dos fatores externos, as alterações de contexto com que a região e o Programa se confrontaram.

C22. Os IF apresentam condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional, mitigando as falhas de mercado inibidoras da procura, cuja aceitação e execução beneficiou de um amplo trabalho de divulgação, com realização de sessões de esclarecimento fundamentais para a clarificação dos *stakeholders* ao nível regional.

Impacto e Sustentabilidade

C23. No período em análise não se verificou uma alteração do perfil de especialização produtiva da Região, com o setor da Agricultura, Silvicultura e Pescas – onde os incentivos dos PO Regionais não atuam - a reforçar o seu posicionamento enquanto o mais representativo em termos de n.º de empresas, emprego e VAB. Os resultados da análise sugerem, não obstante, um contributo potencial do PO para o crescimento da representatividade do setor dos serviços empresariais na estrutura produtiva, em particular os serviços intensivos em conhecimento. Por oposição, no setor da indústria transformadora, os apoios do PO incidiram maioritariamente em indústrias de baixa tecnologia, pelo que o contributo do PO para alterar o perfil de especialização produtiva neste domínio tenderá a ser mais reduzido.

C24. O Alentejo foi a região onde o indicador "despesa em I&D em % do PIB" mais cresceu entre 2013 e 2020, contudo a região continua a situar-se muito aquém da média nacional (0,89% vs 1,62%) e aquém das demais regiões de convergência do Continente.

Não obstante a eficácia registada nas intervenções apoiadas para reforçar o Sistema de Inovação Regional e o atraso na execução das ações coletivas de promoção de transferência de conhecimento para as empresas, persistem na Região condições de contexto pouco favoráveis aos processos de transferência e valorização de conhecimento e limitadoras dos respetivos impactos, com destaque para as características do tecido empresarial (territorialmente disperso e de muito pequena dimensão) e respetivo perfil de especialização produtiva, a que acresce a dificuldade da Região atrair de mão-de-obra, em particular a qualificada, e um número limitado de instituições de I&D e de interface.

C25. No âmbito da educação a Região evidenciou uma trajetória bastante positiva no que diz respeito aos indicadores de escolaridade, tendo mesmo ultrapassado a média nacional ao nível da taxa de escolaridade no ensino básico. Aqui, a boa performance do PO quer ao nível da adesão às medidas de combate ao insucesso escolar, quer ao nível do investimento em infraestruturas / equipamentos de educação, que permitiu incrementar a capacidade e cobertura das mesmas, sugerem impactos positivos do PO na melhoraria das condições de ensino na Região.

C26. O Alentejo apresentou uma tendência de redução das taxas de desemprego e desemprego de longa duração muito expressiva, ainda que em linha com o verificado a nível nacional. A eficácia das intervenções e a amplitude dos resultados já alcançados sugerem um contributo muito relevante do PO para induzir a melhoria da performance da Região em matéria de empregabilidade, uma vez que, no cômputo geral, o aumento do emprego nas empresas apoiadas equivale a cerca de 20% do aumento de população empregada na Região, entre 2013 e 2020.

Não obstante, os resultados dos *Focus Group* temáticos evidenciaram constrangimentos na implementação de projetos neste domínio, devido à escassez e dificuldade de atração e retenção de mão-de-obra, em particular, a qualificada.

C27. No que respeita à qualificação urbanística, ambiental e social dos aglomerados urbanos, a ação do PO não foi capaz de contrariar as dinâmicas demográficas pesadas nos centros urbanos regionais, estruturantes e complementares que mantiveram a trajetória de perda populacional com implicações na degradação do edificado. De acordo com a variação da população residente nas áreas predominantemente urbanas localizadas na Região, entre 2013 e 2021, registou-se um decréscimo de 4,4% da população residente.

Estas dinâmicas demográficas e o contexto económico que marcou o período de execução, com duas crises socioeconómicas severas, fez com que apesar das situações críticas de degradação do edificado tenham registado uma melhoria entre 2011 e 2021, em resultado das intervenções de regeneração urbana, o panorama global do estado de conservação do edificado deteriorou-se.

C28. Por outro lado, pese embora os efeitos da pandemia da COVID19 na retração dos fluxos turísticos internacionais, o Alentejo registou uma evolução positiva no volume de visitantes e permanência destes no território o que é resultado da sua consolidação em termos turísticos junto dos principais mercados emissores, mas também dos investimentos realizados na valorização e preservação dos recursos patrimoniais.

Valor Acrescentado Europeu

C29. Os FEEI viabilizaram uma parte substantiva do investimento realizado e dos resultados alcançados pelos projetos apoiados. Este efeito de adicionalidade do PO foi muito relevante para os promotores não empresariais (91% dos promotores afirma que não realizaria o projeto na ausência dos FEEI), mas também importante para os empresariais, onde este peso se reduz para cerca de dois terços.

C30. No caso dos promotores não empresariais, este efeito de adicionalidade é transversal mas destacam-se a I&D e a área social, onde o carácter fundamental dos apoios para a realização dos investimentos assume especial relevância.

C31. No caso dos promotores empresariais o efeito de adicionalidade dos FEEI revela-se sobretudo em áreas onde tradicionalmente se verificam falhas de mercado e onde se reconhece a ausência de incentivo para o investimento, como sejam a I&D empresarial e do empreendedorismo (no caso deste último, devido às dificuldades de acesso a financiamento). Adicionalmente, ficou evidente o valor acrescentado dos FEEI para induzir nas empresas a orientação para a internacionalização, em particular num contexto de subcapitalização do tecido empresarial e de um contexto internacional condicionado pela pandemia.

Mesmo para os projetos empresariais que se realizariam na ausência do apoio, os FEEI mobilizados induziram efeitos relevantes, seja aumentando o montante de investimento concretizado (efeito amplificador do investimento), seja reduzindo o horizonte temporal dos projetos ou antecipando o seu início (efeito acelerador).

C32. O PO apresenta, em termos médios, uma alavancagem de investimento de 1,61€, significando que por cada euro de fundo financiado pelo PO são mobilizados adicionalmente 0,61€ de investimento por parte dos promotores. O efeito de alavanca é mais elevado nas intervenções financiadas pelo FEDER e no domínio da competitividade e internacionalização de PME (1,84€).

C33. O Valor Acrescentado Europeu manifestou-se também no reforço da eficácia das intervenções por via de uma maior orientação para os resultados, maior focalização dos apoios em domínios abrangidos por referenciais setoriais/regionais enquadradores (e.g. Plano de Ação Regional - Alentejo 2014-2020, Estratégia de Especialização Inteligente do Alentejo) e do reforço do capital institucional e relacional entre os agentes da Região, induzidos pelos mecanismos de governança implementados.

Relevância/coerência interna e externa

C34. Existe uma elevada coerência do PO Alentejo 2020 com o *policy mix* associado aos seus grandes pilares de intervenção e ao contexto territorial e setorial existente à data, sobretudo como resultado da preparação de importantes referenciais setoriais/regionais enquadradores (de que são exemplo, a Estratégia Regional de Especialização Inteligente, o Plano de Ação Regional - Alentejo 2014-2020, ou o PNAEE e ECO.AP, (na dimensão da eficiência energética) e da auscultação de parceiros-chave no processo de programação

C35. Este processo de auscultação foi sobretudo desenvolvido no âmbito da elaboração do Plano de Ação Regional. Contudo, posteriormente, na fase de preparação/negociação do Programa, a CCDR Alentejo promoveu diretamente 65 sessões de trabalho (entre reuniões, seminários, workshops, ...), que mobilizaram cerca de 1.000 participantes, e das quais resultaram inúmeros contributos escritos, que foram devidamente ponderados e, quando pertinentes, incluídos na programação.

C36. A existência, em algumas temáticas, de instrumentos de planeamento setorial, que estabeleciam objetivos, prioridades e as operações-chave para a sua prossecução, foi muito importante para garantir o alinhamento entre as TO e os OE e o potencial de procura.

C37. A arquitetura programática do Programa Operacional, corresponde globalmente às necessidades de desenvolvimento da Região, mas nem sempre foi de encontro às necessidades e expetativas dos atores regionais e locais (são proporcionados investimentos, que nem sempre são prioritários para as entidades). Foram sinalizadas algumas situações pontuais em que alguns atores-chave não foram envolvidos nem questionados sobre as suas necessidades, o que condicionou a procura e as intenções de investimento,

designadamente ao nível dos representantes empresariais. Também o processo de estruturação das dimensões associadas à eficiência energética e utilização das energias renováveis possuiu um envolvimento muito reduzido da AG do PO Alentejo na fase de programação, o que não permitiu antecipar muitos dos constrangimentos e dificuldades de operacionalização desta dimensão. No caso da reabilitação e modernização do parque escolar foram identificadas diversas mudanças e inconsistências ao longo do período de programação e dificuldades de acomodar os montantes financeiros necessários face às inúmeras debilidades e necessidades existentes.

C38. O papel coordenador e mobilizador da AG PO foi muito importante na fase de programação, assumindo-se como parceiro dos atores do território, facilitando a coordenação intersectorial e ajudando a promover um diálogo estruturado entre diversos atores-chave. São sinalizadas importantes parcerias e metodologias de trabalho, entre beneficiários e atores-chave, que têm contribuindo para fomentar a execução e os resultados gerados, bem como permitir colmatar défice de conhecimento/capacitação para domínios específicos.

C39. Os exercícios de reprogramação responderam de forma muito positiva e adequada a diversas alterações de contexto, nomeadamente no quadro da Pandemia COVID 19 e da Guerra na Ucrânia, e às dificuldades de implementação de alguns OE e TO.

C40. A complementaridade prevista entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública não tem sido muito efetiva, embora não se verificando, genericamente, sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de apoio. Pouco mais de metade dos promotores reconhece ter articulado o financiamento do PO Alentejo 2014-2020 com outros instrumentos financeiros (uma parte importante dos promotores assume o desconhecimento de outros instrumentos de apoio e financiamento nacionais e/ou comunitários ou de outras entidades promotoras). No caso específico do IFRRU2020 a insuficiência dos resultados alcançados resulta sobretudo dos efeitos concorrenciais de outros instrumentos de política setorial, com reflexos na mobilização da procura.

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

5. RECOMENDAÇÕES

R1	Concretizar uma reprogramação e um acompanhamento da execução final do POR Alentejo 2014-2020 que concorra para níveis de eficácia, impacte e pertinência elevados

Operacionalização

- Intensificar os processos de acompanhamento da execução de operações e de gestão articulada do Programa, envolvendo os OI.
- No quadro da reprogramação final do PO, reforçar a alocação de financiamento em Prioridades de Investimento e mecanismos com elevado impacte e maior capacidade de execução, nomeadamente: a PI 10.1; PI6.5 (PEDU/PARU – reabilitação de habitações); PI 4.5; PI 6.3 e PI 6.5 (Eixo 8).
- Libertar recursos afetos a Prioridades de Investimento que não revelem capacidade de execução das dotações alocadas, designadamente aquelas que o seu desempenho tenha sido mais afetado por fatores exógenos ao PO e que registam na fase derradeira dotações financeiras desproporcionadas das dinâmicas de procura, nomeadamente: PI 10.2 e 10.4; PI 1.2; PI 8.3; PI 8.5; PI 8.8; PI 8.9; e, PI 4.2.

Destinatários

- AG PR Alentejo 2014-2020/ OI
- AD&C

Articulação com Conclusões

C1

R2	Estimular a competitividade e a internacionalização do tecido empresarial, focando em ações coletivas que permitam ganhar escala e massa crítica, preferencialmente dirigidas a setores mais intensivos em conhecimento / de maior intensidade tecnológica

Operacionalização

- Retomar a aposta no reforço da competitividade e internacionalização através dos sistemas de incentivos, seja no apoio a projetos individuais ou conjuntos (com condições de acesso naturalmente mais exigentes que as requeridas nos instrumentos de apoio ao microempreendedorismo), seja através de ações coletivas que permitam alargar o espectro de empresas que aderem a mecanismos de reforço da competitividade e inovação.
- Reforçar, em particular, a dinamização de ações coletivas de fomento ao empreendedorismo, preferencialmente o de base tecnológica, envolvendo a articulação entre associações e outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional.
- Apoiar a capacitação das unidades de empreendedorismo existentes e emergentes, favorecendo a dinamização de programas de incubação e de aceleração e a articulação com entidades veículo dos Instrumentos Financeiros.
- Garantir medidas de seletividade / discriminação positiva, em particular no domínio do empreendedorismo, que induzam a transformação do tecido produtivo rumo a atividades mais intensivas em conhecimento e, especialmente, de indústrias de média-alta e alta tecnologia.
- Conjugar os apoios às empresas com medidas mais abrangentes que induzam a atração e fixação de população e empresas na Região, para as quais devem ser avaliados os fatores determinantes das escolhas dos cidadãos e empresas e definidas medidas que respondam adequadamente aos desafios de coesão e competitividade territorial identificados.

Destinatários

R2	Estimular a competitividade e a internacionalização do tecido empresarial, focando em ações coletivas que permitam ganhar escala e massa crítica, preferencialmente dirigidas a setores mais intensivos em conhecimento / de maior intensidade tecnológica

- AG PR Alentejo 2021-2027/ OI
- Entidades do ecossistema de empreendedorismo regional
- Ministério da Coesão Territorial, Outros Ministérios Setoriais
- CCDRA
- CIM e Municípios
- AD&C

Articulação com Conclusões

C7; C23; C31

R3	Manter a aposta nas medidas de apoio ao microempreendedorismo e à empregabilidade, estimulando ganhos de competitividade e de escala destas empresas

Operacionalização

- Garantir a continuidade dos apoios ao microempreendedorismo e dos apoios à empregabilidade, incluindo à criação do próprio emprego, atento no particular contributo para a melhoria dos indicadores de empregabilidade da Região e o caráter determinante dos FEEI para a realização destes projetos.
- Promover a articulação entre instrumentos, de modo a favorecer uma trajetória, sempre que aplicável, de crescimento, consolidação e internacionalização das empresas apoiadas neste domínio, bem como a articulação com as medidas de reforço das qualificações e competências (e.g. alinhamento da oferta e apoio aos CET complementado com medidas de incentivo à qualificação, internacionalização e inovação em PME).
- Conjugar os apoios com medidas mais abrangentes que induzam a atração e fixação de população e empresas na Região, para as quais devem ser avaliados os fatores determinantes das escolhas dos cidadãos e empresas e definidas medidas que respondam adequadamente aos desafios de coesão e competitividade territorial identificados.

Destinatários

- AG PR Alentejo 2021-2027/ OI
- Entidades do ecossistema de empreendedorismo regional
- Ministério da Coesão Territorial; Outros Ministérios Setoriais
- CCDRA
- CIM / Municípios
- AD&C

Articulação com Conclusões

C6; C26

R4	Promover o fortalecimento do ecossistema de I&D da região

Operacionalização

- Garantir a continuidade dos apoios às infraestruturas às capacidades de investigação científica e tecnológica, favorecendo os que tenham potencial de ligação / articulação com os setores dominantes e emergentes na Região, garantindo assim a disseminação da I&D no tecido empresarial da região.
- Incluir nas condições de elegibilidade dos projetos de I&D o estabelecimento de consórcios com entidades externas à região (nacionais e internacionais) que aportem aos projetos conhecimento relevante e iniciativas testadas noutras geografias com características idênticas às da região.
- Implementar programas de apoio ao estímulo do ecossistema de I&DI, i.e. programas que permitam apoiar atividades de transferência de conhecimento de forma mais transversal (e.g. gabinetes de transferência de conhecimento conjuntos).
- Retomar a aposta no apoio a bolseiros de doutoramento, em particular em setores alinhados com a estratégia regional como forma de atrair recursos humanos altamente qualificados que possam fomentar a orientação para a I&D&I.

Destinatários

- AG PR Alentejo 2021-2027
- Conselho Regional de Inovação
- Associações Setoriais, Polos de Competitividade e Clusters, Grupos de Trabalho RIS3

Articulação com Conclusões

C3; C9; C24

R5	Estimular a I&D Empresarial, em especial em projetos colaborativos

Operacionalização

- Assegurar a continuidade dos instrumentos de apoio dedicados a estimular a I&D empresarial, uma vez que esta é uma aposta regional (e nacional) e altamente dependente de incentivos públicos, tanto dirigidos a projetos individuais como de natureza colaborativa.
- Valorizar projetos de I&D que incluam atividades de disseminação dos resultados (por via condições de elegibilidade/mérito ou de majorações).
- Apoiar as entidades/plataformas de inovação e colaboração, promovendo a articulação entre os atores do SRI e entre estes e as empresas e valorizando o seu papel enquanto agentes dinamizadores da I&D&I e da transferência do conhecimento, potenciado a procura de projetos colaborativos e de TVC.
- Introduzir estímulos à criação de programas estratégicos de I&D direcionados para as empresas, que visem o financiamento de agendas de investigação e o planeamento do pipeline de projetos de I&D no médio prazo e das parcerias com outros atores do sistema de inovação, especialmente direcionados para os domínios de especialização económica da Região.
- Fomentar o envolvimento das associações empresariais nas agendas de investigação e considerar a elegibilidade destas nos apoios, como forma de potenciar a mobilização de um tecido empresarial menos propenso a investir neste domínio.

Destinatários

- AG PR Alentejo 2021-2027/ OI
- Entidades do Sistema Regional de Inovação
- Associações Empresariais

Articulação com Conclusões

C9; C24

R6	Reforçar a atratividade da formação profissional e da Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), por via da adequação dos instrumentos, da divulgação da oferta e da simplificação de procedimentos

Operacionalização

- Promover uma contínua sensibilização para a importância da formação e da aprendizagem contínua, com recurso à disseminação dos resultados e benefícios da formação do capital humano junto dos diversos grupos de beneficiários (empresários, trabalhadores, desempregados,...). Esta sensibilização deverá mobilizar formas de comunicação adequadas para cada público-alvo e ser articulada com os parceiros sociais.
- Fomentar a consolidação da oferta de formação e o respetivo alinhamento com as necessidades do tecido produtivo (atual e emergente) da Região e perfil socioeconómico (qualificação da população ativa, envelhecimento da população, fluxos de imigração). Reforçar a aposta na formação inicial e criar respostas alinhadas com as problemáticas dos públicos mais desfavorecidos, prevendo a combinação com apoios sociais.
- Promover a articulação entre as entidades formadoras e instituições de ensino, no sentido de garantir a complementaridade da oferta e a sua oferta equilibrada no território, a consolidação de turmas, o reforço da qualidade do ensino e a aproximação às empresas no sentido de reforçar as possibilidades de empregabilidade.
- Equacionar a revisão da aplicação do regime de minimis a modalidades que tradicionalmente registam pouca procura e que precisam de ser estimuladas, de forma a permitir que as empresas não fiquem limitadas na participação em modalidades de formação quando inseridas em projetos de desenvolvimento empresarial apoiados pelos FEEI.
- Simplificar, no caso de projetos de investimento empresarial apoiados pelos sistemas de incentivos, os processos de candidatura e, sobretudo, de apresentação de pedidos de pagamento na componente de formação.
- Considerar majorações atrativas no caso de apresentação de projetos empresariais com componente de formação, assim como incentivos para o investimento em formação durante o horário laboral.
- Articular os instrumentos de apoio à inserção no mercado de trabalho com os apoios à formação (dar atenção particular ao caso dos CET, favorecendo nos estágios a contratação de candidatos efetivamente diplomados, mas também aos CTeSP, tirando partido da especial adesão verificada e no sentido de garantir a fixação dos trabalhadores com este nível qualificações na Região).
- Facilitar novas abordagens e formatos os cursos de formação que mitiguem riscos de desistência por ingresso / reingresso no mercado de trabalho, como sejam a formação online (síncrona e assíncrona).

Destinatários

- AG PR Alentejo 2021-2027
- IEFP
- Entidades Formadoras e Escolas
- Associações empresariais, Sindicatos
- CIM

Articulação com Conclusões

C3; C4

R7	Manter a aposta na promoção do acesso aos serviços de interesse geral através do investimento nas redes de equipamentos de saúde, educação e sociais, do reforço das respostas em rede intermunicipais e da geração de formas inovadoras de provisão.

Operacionalização

- Aproveitar a análise prospetiva de necessidades de equipamentos (de saúde, sociais e de educação) ou de intervenções nos mesmos, realizada no âmbito dos diversos instrumentos de planeamento setorial regional (Cartas Educativas, Cartas Sociais e Cartas de Saúde, de âmbito local e/ou intermunicipal) de modo a garantir uma resposta eficaz e priorizada às necessidades da região.
- Incentivar a criação de projetos intermunicipais de oferta de equipamentos que aumentem a eficiência do investimento e fortaleçam as regiões funcionais.
- Dinamizar o surgimento de formas inovadoras de provisão, nomeadamente de serviços gerais de interesse social, em articulação com o aprofundamento da digitalização dos setores público e social.

Destinatários

- AG PR Alentejo 2021-2027/ OI
- CCDRA
- CIM / Municípios
- Ministérios da Saúde, Educação, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
- Organismos setoriais competentes (ACSS; ARS Alentejo; DGESTE)

Articulação com Conclusões

C5; C12

R8	Intensificar a articulação entre a valorização e preservação do património natural e cultural com a estruturação de produtos turísticos sub-regionais e regionais

Operacionalização

- Condicionar no âmbito da definição das ITI CIM o financiamento de projetos singulares de preservação de património natural e cultural à sua integração em estratégias de estruturação de produtos turísticos sub-regionais regionais.
- Desenhar instrumentos de apoio e dinamizar ações de capacitação que apoiem as CIM / Municípios na estruturação de produtos turísticos.

Destinatários

- AG PR Alentejo 2021-2027/ OI
- CCDRA
- CIM / Municípios
- Turismo do Alentejo - ERT

Articulação com Conclusões

C1; C28

R9	Reforçar e adaptar os investimentos no desenvolvimento urbano, por forma a aumentar a atratividade dos espaços urbanos, diferenciando as forma de investimento consoante a dimensão dos centros urbanos e reconhecendo as múltiplas escalas da política urbana

Operacionalização

- Diferenciar as tipologias de elegibilidades dos diferentes tipos de centros urbanos, reconhecendo e intensificando o papel dos centros urbanos regionais na competitividade, na fixação de capital humano qualificado e no desenvolvimento do I+D+I através do reforço das infraestruturas tecnológicas e dos equipamentos alinhados com a RIS3.
- Fortalecer a qualificação urbana através de investimentos definidos e implementados à escala adequada: escala da região funcional, definidos na ITI CIM e que promovam o fortalecimento do subsistemas urbanos locais; escala do centro urbano que aumentem a capacidade de gestão e coordenação urbana, através de soluções de inteligência territorial, de adaptação climática, de circularidade e de mobilidade sustentável; escala de bairro, dando continuidade a processos de regeneração de áreas degradadas e à promoção da inclusão de comunidades desfavorecidas.
- Intensificar os mecanismos de capacitação das autarquias e CIM, preparando-as para desenharem uma nova geração de investimentos que concorram para mudança transformadora dos espaços urbanos, alinhados com as orientações da Nova Iniciativa Europeia Bauhaus (NEB).

Destinatários

- AG PR Alentejo 2021-2027
- CCDRA
- CIM / Municípios

Articulação com Conclusões

C10; C27

R10	Estimular uma maior utilização de Instrumentos Financeiros (IF)

Operacionalização

- Promover ações de informação e de esclarecimento, bem como a divulgação de casos de sucesso, como forma de demonstrar as vantagens destes instrumentos aos potenciais beneficiários (empresas), as quais assumirão maior importância num contexto de aumento das taxas de juro que atualmente se começa a observar. Considerar ambas as vertentes dos IF: capital (mais vocacionados para empresas com elevado potencial de crescimento e de inovação e para a promoção do empreendedorismo de base tecnológica) e dívida (para particulares e para as empresas, neste caso como complemento para elegibilidades que não se enquadram nos Sistemas de Incentivos, nomeadamente os projetos de modernização sem o carácter inovador requerido pelos SI).
- Reavaliar os constrangimentos processuais associados à mobilização dos IF (de divida e capital) por parte das empresas e introduzir maior simplificação nas condições de acesso aos mesmos como forma de promover maior adesão e rápida execução por parte dos beneficiários finais.
- Identificar fatores de constrangimento à adesão dos intermediários financeiros (para instrumentos de dívida e de capital), em articulação com o Banco Português de Fomento, e definir uma estratégia de envolvimento.

Destinatários

- AG PR Alentejo 2021-2027
- Banco Português de Fomento,
- Entidades de suporte às empresas e ao empreendedorismo,
- Instituições Financeiras aderentes

Articulação com Conclusões

C7; C22; C40

R11	Definir referenciais e metodologias de cálculo uniformizadas e disponibilizar ferramentas para o cálculo de indicadores de realização e de resultado

Operacionalização

- Assegurar a definição de referenciais e a construção e a aplicação de metodologias de cálculo uniformizadas e a disponibilidade de ferramentas para a sua aplicação que possibilitem calcular, quando possível, os indicadores definidos no futuro POR, a utilizar por todos os potenciais beneficiários em sede de AAC e de execução dos projetos, recomendação que poderá ser extensível, quando pertinente, a outros POR.

Destinatários

- AG PR Alentejo 2021-2027
- AD&C

Articulação com Conclusões

C18

R12	Reforçar atratividade dos incentivos à eficiência energética

Operacionalização

- Equacionar a introdução de mecanismos orientados para melhorar a eficiência dos apoios à eficiência energética das empresas, prevendo a possibilidade de incidirem sobre a contratação de serviços de melhoria de desempenho energético (sendo as entidades prestadoras desses serviços – empresas de serviços energéticos - os beneficiários dos apoios e as empresas da região os destinatários finais). Esta opção deve prever a monitorização e a avaliação das operações aferida na redução do consumo energético gerado.
- Avaliar possibilidade (e eventualmente negociar com a CE) de se flexibilizar elegibilidades por forma a permitir o financiamento de atividades/fornecimentos necessários à implementação dos projetos (eventualmente com algum limite no cômputo global do incentivo aprovado) e de permitir apoios não reembolsáveis /fundo perdido.
- Adotar medidas de simplificação dos pareceres das entidades competentes (DGEG) no âmbito das candidaturas a estes apoios, bem como medidas que promovam a celeridade desses procedimentos.
- Adotar medidas de aceleração de pareceres exigidos aos OI e que agilizem decisões nas candidaturas ou alterações aos projetos, bem como adiantamentos / reembolsos aos promotores.
- Priorizar os contratos de desempenho energético, para assegurar um melhor desempenho e reduzir o risco para as empresas.
- Ampliar o leque de elegibilidades, nomeadamente no que respeita às fontes alvo de apoio (produção para autoconsumo), prevendo apoio a investimentos de energia fotovoltaica, tendo em consideração a pequena dimensão do tecido empresarial e os recursos muito favoráveis da região nesta fonte de energia renovável em particular.
- Desenvolver ações de comunicação e sensibilização que permitam evidenciar os efeitos positivos do investimento em ações de eficiência energética (em particular as poupanças energéticas associadas - a curto, médio e longo prazo - quer à melhoria dos processos, quer à utilização de fontes alternativas) nos setores empresarial, residencial e da Administração Local.

Destinatários

- AG PR Alentejo 2021-2027
- DGEG
- AD&C

Articulação com Conclusões

C1; C37

R13	Continuar os esforços de redução da complexidade do quadro regulamentar e operacional dos apoios

Operacionalização

- Promover níveis superiores de autonomia das entidades do ecossistema dos fundos diretamente envolvidos no POR Alentejo 2014-2020, salvaguardando uma maior capacidade de gestão adaptativa e pró-ativa, especialmente determinante para garantir a eficiência do PO face a situações de maior imprevisibilidade.
- Promover uma maior apropriação da política de coesão e articulação com políticas nacionais da generalidade do ecossistema de atores e reforço das ações de capacitação, essencial para uma maior capacidade de compreensão do quadro regulamentar e operacional dos apoios e redução da pressão sobre a AG do POR Alentejo 2014-2020 e respetivos OI.
- Garantir maior previsibilidade no lançamento dos concursos através do seu planeamento e publicitação (semestral ou anual) para que os promotores possam ajustar a preparação das respetivas candidaturas atempadamente. Uma vez publicitado o planeamento deverá ser cumprido, garantindo maior credibilidade ao processo.

Destinatários

- AG PR Alentejo 2021-2027
- AD&C

Articulação com Conclusões

C20

R14	Consolidar as redes (formais e informais) de reflexão estratégica e operacional, capacitação e operacionalização entre a CCDR, CIM e entre outros atores-chave regionais

Operacionalização

- Consolidar e ampliar as redes regionais e intermunicipais formais e informais, para identificar necessidades e oportunidades comuns, para ponderar, refletir, debater e definir projetos estratégicos e transversais interessantes para as diversas CIM ou para partilhar/ponderar soluções para ultrapassar dificuldades comuns (por exemplo, na operacionalização do processo de contratualização).
- Densificar os processos de capacitação/formação de recursos humanos nas Câmaras e nas CIM, bem como reforçar os quadros técnicos internos, num contexto de reforço das competências e atribuições especificas na gestão de áreas centrais para o processo de contratualização 2021-2027 (novas competências/responsabilidades exigem mais recursos qualificados).
- Reforçar o recurso ao estabelecimento de parcerias entre as CIM e atores-chave regionais, para apoio especializado em algumas áreas estratégicas prioritárias.

Destinatários

- AG PR Alentejo 2021-2027
- CCDRA
- CIM / Municípios
- Atores estratégicos regionais

Articulação com Conclusões

C38

R15	Redefinir os mecanismos de financiamento da política regional no pos-2030 respondendo ao problema da quebra de financiamento europeu, da não elegibilidade de necessidades de investimento locais pela Política de Coesão e das necessidades de investimento resultantes da descentralização.

Operacionalização

- Implementar outros mecanismos programáticos de financiamento da política de desenvolvimento regional, nomeadamente contratos de desenvolvimento regional estabelecidos com a CCDR, CIM e outros atores regionais, complementares ao Programa Operacional Regional, suportados exclusivamente por fundos nacionais e/ou outros mecanismos de apoio ao desenvolvimento (por exemplo, BEI) que permitam:
    - salvaguardar a previsível perda de financiamento europeu da Região do Alentejo após 2029, em resultado das alterações introduzidas na abrangência territorial da NUTSII e das disparidades de desenvolvimento intra-regional;
    - financiar as necessidades de investimento local e regional, não elegíveis pela Política de Coesão da União Europeia, nomeadamente de natureza infraestrutural como construção e manutenção de equipamentos, acessibilidades, ou infraestruturas ambientais;
    - financiar os investimentos regionais e municipais resultantes do aprofundamento da descentralização;
    - assegurar previsibilidade orçamental e orientação para os resultados ao investimento público;
    - financiar a concretização plena do PROT-Alentejo nas suas diversas dimensões.

Destinatários

- AG PR Alentejo 2021-2027
- CCDRA
- CIM / Municípios
- Atores estratégicos regionais

Articulação com Conclusões

C38; C40

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

Referenciais e documentos metodológicos:

- EVALSED - Guia para avaliação do desenvolvimento socioeconómico, Comissão Europeia
- EVALSED Sourcebook – Methods and Technics, Comissão Europeia
- Orientações para o planeamento e a preparação das avaliações do Portugal 2020, Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., maio de 2016
- Program Evaluation Methods: Measurement and attribution of Program Results, Treasury Board of Canada Secretariat
- Theory-based impact evaluation: principles and practice, White, H., junho de 2009
- Theory of Change, A Series of Papers to Support Development of Theories of Change Based on Practice in the Field, Dana H. Taplin, Heléne Clark, Eoin Collins e David C. Colby, 2013
- Theory-based approaches to evaluation: concepts and practices, Treasury Board of Canada Secretariat
- Theory of Change Basics: a primer on theory of change, Dana H. Taplin, Heléne Clark, 2012
- Mapping change - Using a theory of change to guide planning and evaluation, Anne Mackinnon, Natasha Amott (GrantCraft series)

Documentos base, regulamentação:

- Estratégia Europa 2020
- Acordo de Parceria Portugal 2020
- Europa 2020: Recomendações específicas para Portugal
- Europa 2020: Indicadores macroeconómicos
- Programa Nacional de Reformas (PNR)
- Regulamentos comunitários e nacionais (transversais e específicos) aplicáveis ao objeto de avaliação
- Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020
- Avisos de abertura de concursos (AAC) lançados pelo PO
- Relatórios anuais de execução do PO
- Relatórios anuais dos Fundos da União Europeia
- Boletins informativos dos Fundos da União Europeia
- Manuais de procedimentos e descrições dos sistemas de gestão e controlo dos PO;

Estudos de avaliação e outros estudos:

- Avaliação ex-ante do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020;
- Avaliação da Implementação da Estratégia Nacional e Regional de Investigação para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Resultados Esperados;
- Avaliação da Implementação das Medidas de Reforço da Transição para uma Economia com Baixas Emissões de Carbono - Avaliação de Impacto e de processo;

- Avaliação do Impacto da Iniciativa Emprego Jovem;
- Avaliação sobre o contributo do Portugal 2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, a Redução do Abandono Escolar Precoce e a Empregabilidade dos Jovens;
- Avaliação da implementação dos sistemas de incentivos do PT2020;
- Avaliação da Aplicação de Custos Simplificados (à data, apenas disponível o Relatório Final Preliminar);
- Avaliação da capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos (se disponível o Relatório Intermédio);
- Avaliação do Impacto dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no Desempenho das Empresas;
- Barroso, S. (2018). Diagnóstico prospetivo dos serviços sociais de interesse geral: análise da provisão e do contributo para a coesão territorial. Agência para o Desenvolvimento e Coesão e CEDRU;
- Plano de Ação Regional - Alentejo 2020.

7. ANEXOS

7.1. Enquadramento e ponto de situação

Eixo	PI	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Eixo 1 - Competitividade e internacionalização das PME	3.1. Promoção do espírito empresarial ...	5	4	3	5		1		18
	3.2 Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME ...	5	3	2	4	1	1		16
	3.3 Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento...	10	6	6	9	2	5	5	43
Eixo 2 - Ensino e qualificação do capital humano	10.1 Redução e prevenção do abandono escolar		2			2	7		11
	10.2 Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior ...		2	1	3	3			9
	10.4 Melhoria da pertinência do ensino e da formação		1	1	1	1			4
	10.5 Investimentos na educação e na formação profissional para a aquisição de competências e a AL		2	1	1	5	6	2	17
Eixo 3 - Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação	1.1 Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) ...	3	2	3	2	2	2		14
	1.2 Promoção do investimento das empresas na I&D ...	16	12	14	10	9	8	2	71
Eixo 4 - Desenvolvimento urbano sustentável	4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono ...	1	1		2	1	1	1	7
	6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, revitalizar.		2		1	1	1	1	6
	9.8 Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas		2		1	1	1	1	6
Eixo 5 - Emprego e valorização económica de recurso endógeno	8.1 Acesso ao emprego					1			1
	8.3 Criação de emprego ...			5	1			3	9
	8.5 Adaptação dos trabalhadores...	11	9	1	2	1	2	2	28
	8.8 Concessão de apoio ao desenvolvimento de viveiros de empresas			5	3		1	5	14
	8.9 Concessão de apoio ao crescimento ...			2	1				3
Eixo 6 - Coesão social e inclusão	9.1 Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades		1			8	1	3	13
	9.6 Estratégias de desenvolvimento local			12	12		28	11	63
	9.7 Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais	1		2	3	8	1	3	18
	9.8 Concessão de apoio à regeneração física, económica e social		1	1		1	1	1	5
	9.10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local			12	12	12		10	46
Eixo 7 - Eficiência energética e mobilidade	4.2 Promoção da eficiência energética e energias renováveis nas empresas					1			1
	4.3 Concessão de apoio à eficiência energética		1	2		2	5		10
	4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios ...		1		2	1			4
Eixo 8 - Ambiente e sustentabilidade	4.3 Concessão de apoio à eficiência energética		1						1
	6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património		2		5	8	6	3	24
	6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades ...		3		1	1	1	1	7
Eixo 9 - Capacitação institucional e modernização administrativa	2.3. Reforço das aplicações de TIC	1			2			2	5
	11.1 Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência da adm. pública					1	1		2
	11.2 Criação de capacidades para todos os agentes da educação, ...	1	1		1			3	6
Eixo 10 - Assistência Técnica	13.1 Assistência Técnica	1	4		2		1		8
TOTAL		55	63	73	86	73	81	59	490

Quadro A1. Avisos para Apresentação de Candidaturas por ano/Eixo/PI, em 31.12.2021
Fonte: CEDRU com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2021

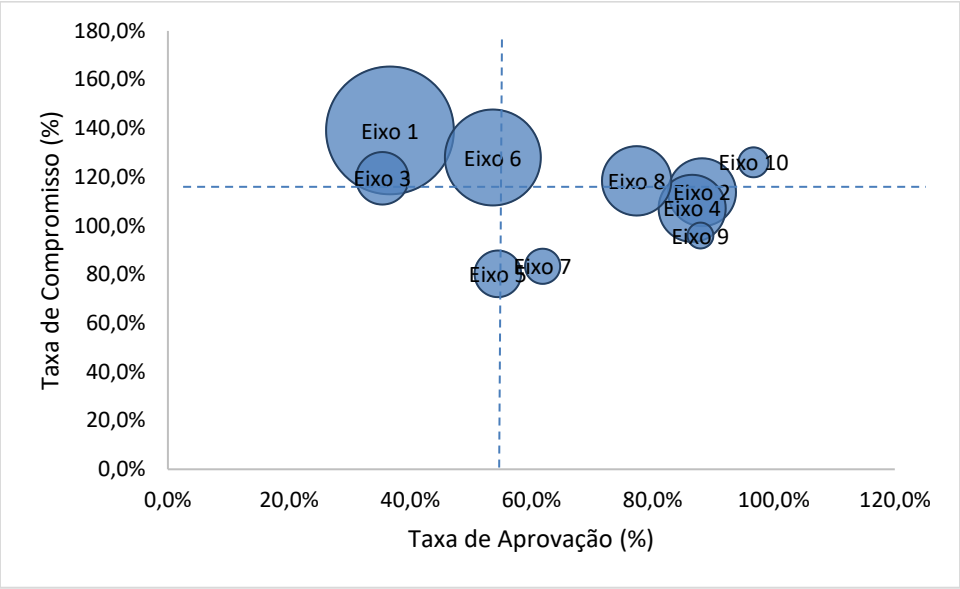


Figura A1. Taxa de aprovação e taxa de compromisso dos projetos aprovados por Eixo, em 31.12.2021
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2021
Nota: a taxa de compromisso é calculada tendo por base o valor atual de programação. O diâmetro de cada bola dos Eixos representa o seu peso relativo no valor total da programação. As linhas a tracejado representam as taxas médias de compromisso e de aprovação do Programa Operacional (107% e 50%, respetivamente).

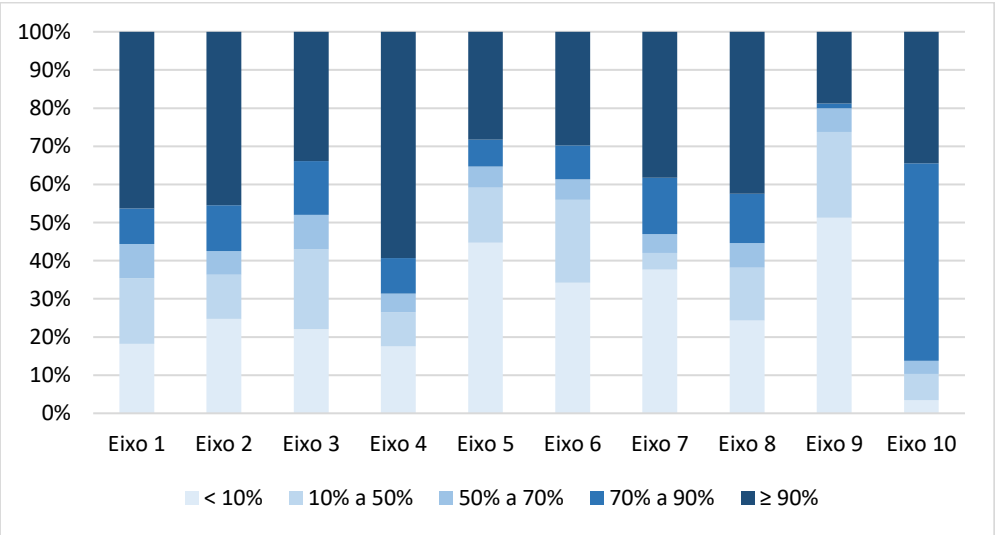
Eixo / Tipologia de Operação	Fundo	Intervalo de Realização					
		Nº de Projetos	Menor que 10%	De 10% a 50%	De 50% a 70%	De 70% a 90%	Maior ou igual a 90%
Eixo 1	**FEDER**	**1039**	**18%**	**17%**	**9%**	**9%**	**46%**
CRII - Qualificação e inovação das PME	FEDER	119	43%	6%	5%	5%	41%
Empreendedorismo qualificado e criativo	FEDER	147	12%	4%	7%	6%	71%
Internacionalização das PME	FEDER	328	12%	32%	13%	8%	36%
Qualificação e inovação das PME	FEDER	445	18%	14%	8%	13%	47%
Eixo 2	**FEDER+FSE**	**275**	**25%**	**12%**	**6%**	**12%**	**45%**
CRII – Transição Digital da Educação	FSE	1	0%	0%	0%	0%	100%
Ensino profissional para jovens	FSE	4	25%	0%	25%	0%	50%
Ensino superior (ofertas, igualdade e qualidade)	FSE	22	23%	9%	14%	27%	27%
Equipamentos de ensino superior	FEDER	6	0%	0%	17%	17%	67%
Formação avançada	FSE	1	0%	0%	100%	0%	0%
Infraestruturas de ensino básico e secundário	FEDER	153	28%	7%	3%	11%	52%
Infraestruturas de formação	FEDER	7	57%	0%	0%	29%	14%
Redução do abandono escolar	FSE	81	19%	25%	9%	9%	40%
Eixo 3	**FEDER**	**177**	**22%**	**21%**	**9%**	**14%**	**34%**
Atividades de I&D empresarial	FEDER	58	14%	21%	5%	14%	47%
CRII - Atividades de I&D empresarial	FEDER	6	50%	17%	17%	17%	0%
CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	FEDER	1	0%	0%	0%	0%	100%
Investigação científica e tecnológica	FEDER	65	18%	9%	12%	17%	43%
Investimento empresarial em inovação de não PME	FEDER	3	0%	0%	33%	67%	0%

Eixo / Tipologia de Operação	Fundo	Intervalo de Realização					
		Nº de Projetos	Menor que 10%	De 10% a 50%	De 50% a 70%	De 70% a 90%	Maior ou igual a 90%
Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	FEDER	44	36%	41%	7%	7%	9%
Eixo 4	**FEDER**	**268**	**18%**	**9%**	**5%**	**9%**	**59%**
Mobilidade urbana sustentável	FEDER	82	11%	5%	2%	12%	70%
Reabilitação urbana	FEDER	148	19%	11%	7%	9%	53%
Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	FEDER	38	26%	8%	3%	3%	61%
Eixo 5	**FEDER+ FSE**	**541**	**45%**	**14%**	**6%**	**7%**	**28%**
Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	FSE	155	54%	16%	5%	3%	22%
CRII - Medidas de Apoio à Manutenção do Emprego	FSE	2	0%	50%	0%	0%	50%
CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)	FEDER	52	73%	13%	6%	4%	4%
Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS	FSE	56	54%	29%	7%	0%	11%
Formação de empresários e trabalhadores das empresas	FSE	41	76%	15%	2%	5%	2%
Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral	FSE	57	75%	9%	11%	4%	2%
Promoção de microempreendedorismo	FEDER	173	11%	14%	3%	18%	53%
Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos	FEDER	5	40%	40%	0%	20%	0%
Eixo 6	**FEDER+FSE**	**1736**	**34%**	**22%**	**5%**	**9%**	**30%**
Desenvolvimento socioeconómico de base local	FEDER+FSE	1511	35%	23%	5%	8%	28%
Inclusão ativa de grupos vulneráveis	FSE	14	57%	14%	7%	0%	21%
Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	FEDER	156	25%	9%	7%	17%	42%
Intervenções integradas em territórios vulneráveis	FSE	18	6%	11%	28%	33%	22%
Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	FEDER	37	35%	14%	5%	5%	41%
Eixo 7	**FEDER**	**183**	**38%**	**4%**	**5%**	**15%**	**38%**
Eficiência energética nas habitações	FEDER	4	75%	25%	0%	0%	0%
Eficiência energética nas infraestruturas públicas	FEDER	124	48%	2%	6%	7%	37%
Mobilidade urbana sustentável	FEDER	55	13%	9%	2%	33%	44%
Eixo 8	**FEDER**	**325**	**24%**	**14%**	**6%**	**13%**	**42%**
Monitorização da qualidade do ar	FEDER	1	0%	0%	100%	0%	0%
Património natural e cultural	FEDER	209	23%	12%	8%	12%	44%
Reabilitação urbana	FEDER	115	26%	17%	3%	15%	39%
Eixo 9	**FEDER+FSE**	**80**	**51%**	**23%**	**6%**	**1%**	**19%**

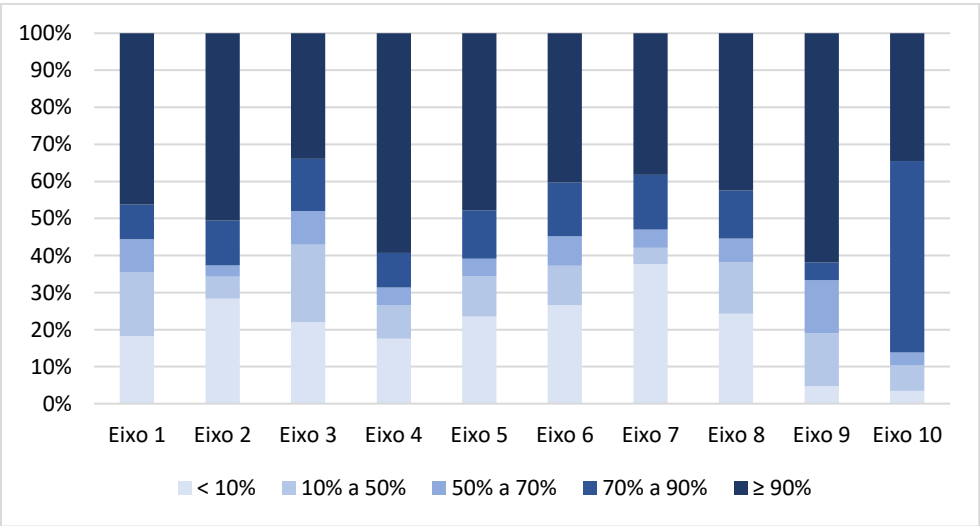
Eixo / Tipologia de Operação	Fundo	Intervalo de Realização					
		Nº de Projetos	Menor que 10%	De 10% a 50%	De 50% a 70%	De 70% a 90%	Maior ou igual a 90%
Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos	FSE	28	46%	39%	7%	0%	7%
Capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais	FSE	14	79%	21%	0%	0%	0%
Formação dos trabalhadores da AP	FSE	17	94%	6%	0%	0%	0%
Promoção das TIC na administração e serviços públicos	FEDER	21	5%	14%	14%	5%	62%
Eixo 10	**FEDER**	**29**	**3%**	**7%**	**3%**	**52%**	**34%**
Assistência Técnica	FEDER	29	3%	7%	3%	52%	34%
Total	FEDER+FSE	**4653**	**29%**	**17%**	**6%**	**10%**	**37%**

Quadro A2. Intervalo de realização dos projetos, por Tipologia de Operação
Nota: A cinzento estão identificadas as Tipologias de Operação financiadas pelo FEDER e a azul as financiadas pelo FSE
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2021

TOTAL



FEDER



FSE

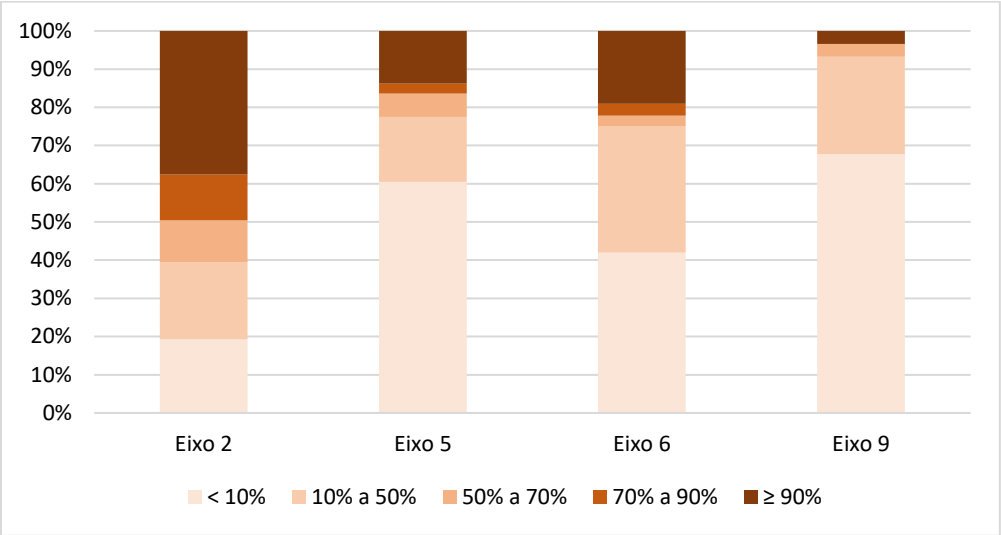


Figura A2. Nível de realização do PO, por Fundo e por Eixo (%)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2021

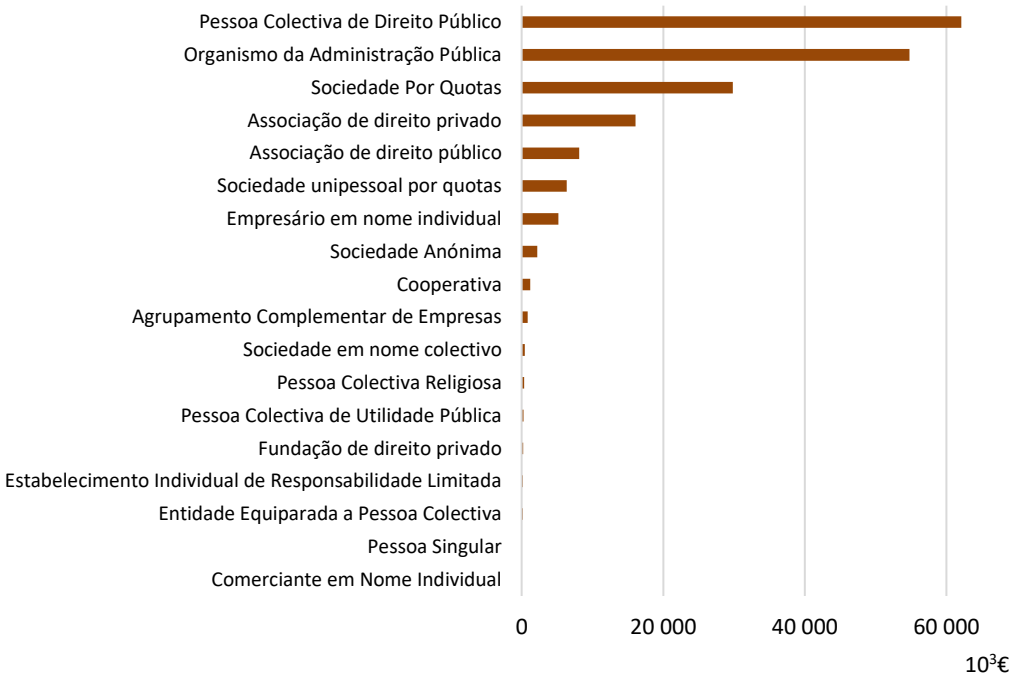


Figura A3. Financiamento FSE aprovado por tipologia de beneficiário (milhares de €)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2021

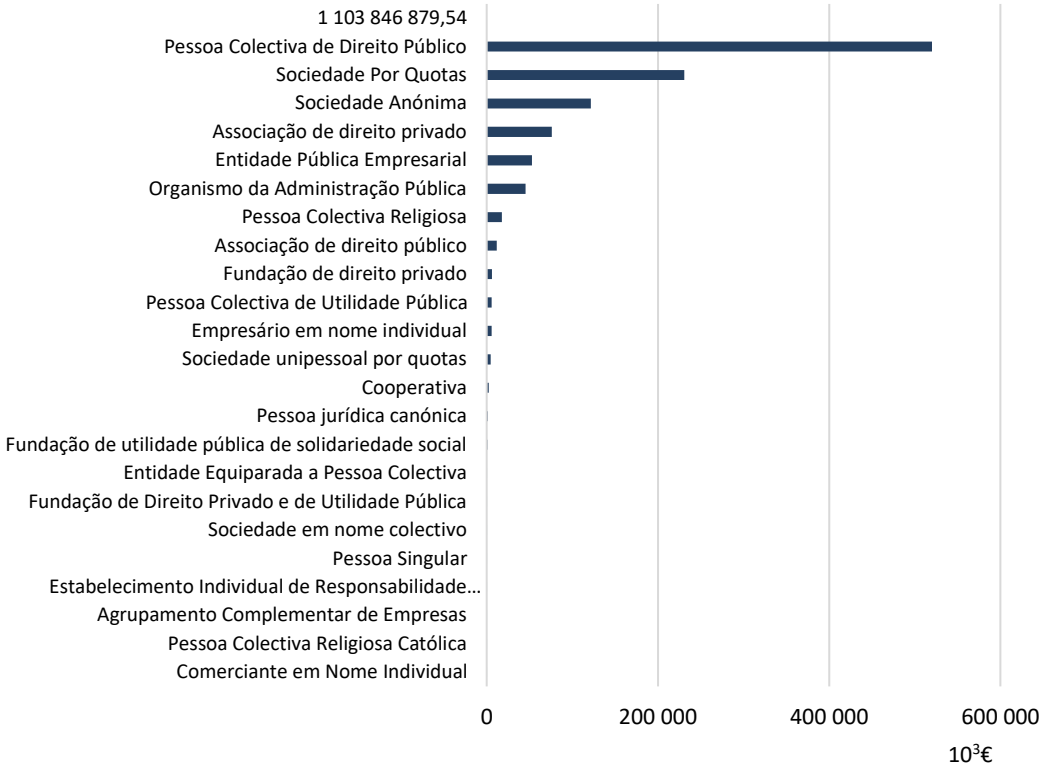


Figura A4. Financiamento FEDER aprovado por tipologia de beneficiário (milhares de €)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2021

7.2. Abordagem metodológica

7.2.1. Opções de aprofundamento

Opção	Eixo	PI	TI	Operações (n.º)	Valor Executado (€)	Recolha documental	Recolha de dados	Inquérito	Entrevistas (AG, AD&C)	Avaliações temáticas	*Focus group*	Outras Entrevistas	Estudos de Caso
2.2	1	3.1	51	157	10 136 662	●	●	●	●		●	●	●
	2	10.5	72	119	24 709 396	●	●	●	●		●	●	●
			73										●
			74										●
			75										●
	3	1.1	45	63	11 973 656	●	●	●	●		●	●	●
	4	6.5	16	139	40 502 452	●	●	●	●		●	●	●
			17										●
		9.8	43	37	6 402 005	●	●	●	●		●	●	●
	5	8.3	21	135	2 062 968	●	●	●	●		●	●	●
		8.8	27	173	11 065 384	●	●	●	●		●	●	●
	6	9.8	43	34	2 093 474	●	●	●	●		●	●	●
	8	6.3	14	198	37 339 662	●	●	●	●		●	●	●
		6.5	16	106	15 549 660	●	●	●	●		●	●	●
			17										
			G2										
	9	11.2	64	2	0	●	●	●	●		●	●	●
1.2	1	3.2	52	387	23 671 527	●	●	●	●	●	●	●	
		3.3	53	566	90 162 469	●	●	●	●	●	●	●	
	3	1.2	46	110	2 186 612	●	●	●	●	●	●	●	
			47		4 544 555	●	●	●	●	●	●	●	
			49		1 333 194	●	●	●	●	●	●	●	
	4	4.5	6	78	9 727 286	●	●	●	●	●	●	●	
	7	4.2	2	0	0	●	●	●	●	●	●	●	
		4.3	3	83	13 585 706	●	●	●	●	●	●	●	
			4		0	●	●	●	●	●	●	●	
		4.5	6	55	7 653 454	●	●	●	●	●	●	●	
1.1	2	10.1	66	73	18 336 353	●	●	●	●	●			
		10.2	69		820 094	●	●	●	●	●			
		10.4	71	4	754 990	●	●	●	●	●			
	9	2.3	50	18	6 546 429	●	●	●	●	●			
		11.1	61	45	124 096	●	●	●	●	●			
			62										
			63										
2.1	2	10.2	68	23	4 512 362	●	●	●	●				
	6	9.1	30	23	20 086 577	●	●	●	●				
			32		3 829 912								
		9.6	40	570	753 374	●	●	●	●				
		9.10	41	651	10 789 636	●	●	●	●				
		9.7	42	149	34 125 958	●	●	●	●				

Quadro A3. Opções de aprofundamento analítico da avaliação

Fonte: Elaboração própria, com base no CE

7.2.2. Racional da Teoria de Mudança

Após a crise económico-financeira (2009-2013), especialmente impactante no financiamento da iniciativa privada, mas gerando também importantes constrangimentos orçamentais na Administração Pública (com reflexos na capacidade de investimento), a necessidade de retoma do crescimento económico e de criação de emprego impunham ao país, e sobretudo a regiões mais desfavorecidas como o Alentejo, novas respostas das políticas públicas. Concomitantemente, a Região do Alentejo apresentava diversas tendências pesadas e constrangimentos estruturais, condicionadoras de um processo de desenvolvimento e da sua competitividade, que importava ultrapassar.

Neste quadro, o racional lógico da programação no domínio da sustentabilidade e coesão territorial foi fortemente marcado por condicionantes estruturais:

- A reduzida diversificação da base económica regional, em que a atividade turística tinha um papel incipiente e a cadeia de valor associada além de pouco densa e subaproveitada, carecia de uma maior integração de atividades complementares e um melhor aproveitamento dos elementos singulares do património natural e cultural;
- A existência de assimetrias entre concelhos urbanos (centros regionais e centros estruturantes) e concelhos de dominante rural (centros complementares), nomeadamente da sua atratividade e potencial contributo para a competitividade regional, mas também enquanto espaços determinantes para a sustentabilidade do modelo territorial do Alentejo;
- A existência de um parque edificado devoluto nos centros urbanos, limitadores da atratividade e da vivência dos aglomerados e do uso eficiente do solo urbano e seu aproveitamento para a fixação de pessoas e atividades;
- A existência de inúmeros estabelecimentos de ensino com carências infraestruturais, sem qualquer intervenção de reabilitação e/ou modernização nas últimas décadas, com impactes nas condições de aprendizagem e na capacidade de promover a melhoria do sucesso educativo;
- A rarefação de massa-critica e os baixos índices de iniciativa regional confere um especial significado à presença e ao desempenho das organizações da economia social e de outros parceiros institucionais, pelo que era fundamental reforçar a sua sustentabilidade e capacitação.

Para ultrapassar estes constrangimentos, a prioridade da Região passou por um maior **aproveitamento dos ativos regionais**, nomeadamente com capacidade para se afirmarem como recursos turísticos, que permitissem reforçar a atratividade do destino "Alentejo", como o património natural e construído/cultural, os habitats e ecossistemas e a paisagem. Mas passou, também, pela estruturação de rotas e itinerários, por campanhas de *marketing* sustentadas nos elementos patrimoniais, pelo reforço da produção de conteúdos e o aproveitamento dos recursos tecnológicos para o setor turístico.

Outra prioridade, centrou-se no fomento de **abordagens integradas de regeneração urbana**, sobretudo nos núcleos centrais dos centros urbanos regionais, estruturantes e complementares, geradoras de oportunidades e de ofertas atrativas para novos residentes e atividades, dimensões fundamentais para reforçar a sustentabilidade do modelo urbano regional e promover a coesão territorial e social.

A **reabilitação e modernização do parque escolar** foi assumida como uma prioridade, num contexto de importantes debilidades infraestruturais dos equipamentos escolares impactantes nas condições de aprendizagem, bem como a necessidade de ampliar a rede de estabelecimentos de pré-escolar, seja por cumprimento legal (garantir a entrada no sistema de ensino de crianças a partir dos três anos de idade), seja pela necessidade de garantir uma melhor conciliação da vida profissional e familiar. Finalmente, foi assumida como prioritária a criação de condições para melhorar o desempenho e reforçar a sustentabilidade das organizações sociais e de outros parceiros institucionais, face à sua importância numa região marcada pela desvitalização institucional e rarefação de iniciativas, e onde a capacidade dos atores territoriais são fatores-críticos para induzir o desenvolvimento regional.

No domínio da **competitividade e internacionalização**, a programação enfatizou a promoção do empreendedorismo qualificado e criativo, associando-o diretamente a mudanças de longo prazo (i.e., impactos) no plano da renovação do tecido económico e das alterações do perfil produtivo regional. Nesta lógica, visou-se contrariar a fraca intensidade em inovação e a baixa densidade do tecido empresarial regional, estimulando o empreendedorismo em atividades e setores com fortes dinâmicas de crescimento e intensivos em tecnologia ou conhecimento (com o alinhamento com a RIS3 a servir de referência para essa orientação estratégica).

Assim, ao abrigo do **Eixo Prioritário 1 - Competitividade e Internacionalização das PME**, foram selecionadas três PI visando atingir diferentes objetivos específicos. No caso da **PI 3.1.** Promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas, procurou-se apoiar a dinamização do investimento privado e a criação de emprego, com recurso a projetos de estímulo ao empreendedorismo qualificado, de exploração de novas ideias e produtos, assim como de criação de novas empresas (atividades/recursos inseridos na PI 3.1). Para a operacionalização destas atividades/recursos, era determinante garantir uma ampla adesão aos apoios, por exemplo, disseminando conhecimento que permitisse ir ao encontro das necessidades dos agentes interessados e contrariar a imagem de complexidade associada aos instrumentos de financiamento das empresas.

A concretização desta e outras condições importantes (como a atratividade dos instrumentos, a sua adequação face às necessidades dos promotores, ...) contribuiria para que fosse possível atingir realizações como novas empresas apoiadas ou a participação de empresas em ações de desenvolvimento do empreendedorismo. Por sua vez, seria expectável que, com eficácia e eficiência, as operações apoiadas contribuíssem para gerar resultados na cadeia de intervenção, nomeadamente a criação de novas empresas em setores intensivos em conhecimento. Por fim, esperava-se que as realizações e resultados a gerar pelos projetos contribuíssem para alterar os problemas sinalizados no Plano de Ação Regional - Alentejo 2020 e no diagnóstico do POR Alentejo 2014-2020 e produzir as mudanças (impactos) pretendidos, como a diversificação da base produtiva regional e a melhoria da competitividade.

No âmbito do **Eixo Prioritário 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano** foi mobilizada a **PI 10.5** Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas, de modo a ultrapassar os constrangimentos relacionados com a desqualificação do parque escolar e a insuficiência das ofertas disponibilizadas, com reflexos potenciais nos baixos índices de escolaridade e no insucesso escolar.

A conclusão da rede de infraestruturas de educação pré-escolar, respondendo às necessidades das famílias e promovendo a entrada precoce das crianças no sistema de ensino, e a melhoria das instalações e equipamentos do ensino básico e secundário, através da reabilitação e modernização do parque instalado, foram assumidas como prioritárias. Acresce a importância que foi atribuída à qualificação e adaptação das infraestruturas de ciência e tecnologia das Instituições do Ensino Superior. Neste quadro, as atividades previstas centravam-se, sobretudo, em Intervenções de melhoria nas instalações escolares (1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo e secundário), na criação de novos equipamentos para ampliar a rede de ofertas pré-escolares (assegurar a universalidade da oferta), no apoio a novos equipamentos destinados a novos cursos superiores e na modernização das infraestruturas de formação da Rede de Centros de Formação do IEFP. Estas atividades concorreriam para o aumento da capacidade e para a qualificação das infraestruturas de acolhimento de crianças, de educação e de formação. A operacionalização das atividades/dos recursos previstas foi, em parte, condicionada pela emergência de um dos riscos previstos: a ausência de procura (empresas de construção civil) nos concursos de empreitadas.

Dos múltiplos resultados expectáveis com a concretização das realizações referenciadas, emerge com maior acuidade o aumento da taxa de cobertura e a requalificação das escolas do ensino básico e secundário, o aumento da cobertura de equipamentos de ensino pré-escolar, bem como a melhoria das condições de aprendizagem dos alunos do ensino básico, secundário e superior.

Neste quadro, assumindo que o aumento da qualidade dos contextos escolares/formativos e, consequentemente, dos processos e condições de aprendizagem está fortemente relacionada/condicionada pelas circunstâncias físicas e técnicas existentes, as apostas contribuirão para atingir resultados assinaláveis, que a prazo terão um impacto significativo na redução da taxa de abandono e insucesso escolar. Por outro lado, num quadro de melhoria do

sucesso escolar e profissional dos jovens, também o nível de empregabilidade sairá melhorado, com reflexos potenciais na economia regional, com maiores níveis de inovação e de emprego qualificado.

O **Eixo Prioritário 3 - Investigação, Desenvolvimento tecnológico e Inovação** aborda a vertente das atividades de inovação, enquanto uma dimensão complementar do desenvolvimento de uma economia regional mais competitiva e de alto valor acrescentado. Ao abrigo da **PI 1.1.** Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I), o Programa complementa o apoio a projetos estratégicos de I&D e apoio a infraestruturas de suporte às atividades de investigação e inovação, neste caso em complementaridade com outros Programas Operacionais.

Tendo como ponto de partida um contexto de baixo desempenho da I&D (investigação e desenvolvimento) empresarial e de cooperação/articulação entre empresas e entidades do Sistema Científico Tecnológico (SCT), que concorre para a debilidade estrutural da economia regional, a programação mobiliza um conjunto de recursos/atividades que visam a consolidação do sistema regional de investigação e inovação, incluindo projetos de apoio à investigação científica e tecnológica, de transferência do conhecimento científico e tecnológico, de apoio a projetos de I&D.

Para a operacionalização destas dimensões, estruturadas na prossecução das atividades e recursos sinalizados, era determinante garantir alguns pressupostos como o alinhamento com as necessidades e expetativas dos atores-chave, bem como superar eventuais riscos que pudessem dificultar a concretização dos projetos, como existência de outros instrumentos de apoio que poderão traduzir lógicas concorrenciais desmobilizadoras da procura.

Assim, num contexto que assegurasse condições positivas de eficácia e eficiência, era esperado que as operações apoiadas contribuíssem para aumentar o número de projetos e I&D apoiados, ou de infraestruturas apoiadas e, seguindo uma cadeia expectável de produção de efeitos, que esse tipo de realizações se reproduzisse num aumento do pessoal ao serviço em atividades de investigação e desenvolvimento. Por fim, a relevância das realizações e a dimensão dos resultados expectáveis deveriam gerar impactos e mudanças importantes na Região do Alentejo, observáveis no aumento da capacidade das infraestruturas de I&D regionais e da excelência da inovação com origem na região. Contudo, também neste patamar de transição dos resultados dos projetos para a produção de impactos, é necessário salvaguardar condições-chave e superar eventuais riscos que possam limitar os impactos esperados. Em particular, a relevância e escala dos resultados dos projetos apoiados terá maior capacidade para produzir mudanças se os resultados forem observados em áreas estratégicas concentradas e, por outro lado, se forem garantidas condições de sustentabilidade para dar continuidade a esta vertente de intervenção, nomeadamente no que respeita à condição basilar de atração e fixação de recursos humanos altamente qualificados.

A criação do **Eixo Prioritário 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável**, e a mobilização das **PI 6.5 e 9.8** foi feita no enquadramento estabelecido pelo Acordo de Parceria Portugal 2020 e enquanto resposta às necessidades identificadas para garantir a sustentabilidade do modelo urbano regional, nomeadamente nos centros urbanos regionais (CUR) e nos centros urbanos estruturantes (CUE). Neste quadro, era importante promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística desses aglomerados populacionais. Por um lado, a atratividade das cidades e a qualidade de vida das populações implicava que fossem prosseguidas atividades/recursos que permitissem regenerar e valorizar as áreas construídas, qualificar os espaços públicos, reabilitar a habitação e fomentar novas funções urbanas em espaços degradados/abandonados.

Assim, o desenvolvimento de ações de regeneração e revitalização urbana, enquanto dimensões fundamentais para assegurar uma maior atratividade dos espaços centrais e, consequentemente, fixar novos residentes, funções e atividades (p.e., através da criação de espaços verdes ou da recuperação do património edificado e da reabilitação de edifícios), bem como a melhoria do ambiente urbano, garantindo níveis muito positivos em termos de qualidade do ar e de gestão e controlo do ruído ambiental (p.e., através da aquisição de equipamentos de monitorização), eram dimensões prioritárias de apoio.

Por outro lado, existia a necessidade de combater a pobreza e a exclusão em áreas especificas (garantir a cidadania plena em territórios desfavorecidos) através da prossecução de atividades integradas associadas à melhoria das condições de habitabilidade e da qualidade do espaço público (acessibilidade e mobilidade), mas também através da revitalização económica e inclusão das comunidades socialmente mais desfavorecidas.

Para a operacionalização destas dimensões, estruturadas na prossecução das atividades e recursos sinalizados, era determinante garantir alguns pressupostos como a divulgação dos apoios, a mobilização de uma procura qualificada, o alinhamento com as necessidades e expetativas dos atores-chave, a atratividade das condições de financiamento e de elegibilidade, entre outras. A concretização destas condições (internas e/ou externas à intervenção), necessárias e facilitadoras para a efetivação das atividades e recursos previstos, contribuiria para que fosse possível, na cadeia de resultados da intervenção estabelecida para esta dimensão de política, atingir as realizações previstas, tais como a abertura/reabilitação de espaços ou a construção/renovação de edifícios públicos e privados e a reabilitação de habitações em comunidades desfavorecidas.

Alguns dos riscos associados a esta dimensão, face à importância do instrumento financeiro para a prossecução das realizações, passavam pela reduzida recetividade e/ou mobilização dos atores locais e da banca comercial ou pela ausência de representação regional da estrutura gestora.

Neste quadro, seria expectável que, com eficácia e eficiência, as operações apoiadas contribuíssem para gerar diversos resultados nesta cadeia de intervenção, tais como: (i) o aumento do grau de satisfação dos residentes, incluindo nos bairros que alojam comunidades desfavorecidas; (ii) a melhoria da qualidade do ar e do ruido; e, (iii) a redução das áreas degradadas/subaproveitadas em espaços centrais dos centros urbanos regionais e estruturantes.

A relevância das realizações e a dimensão dos resultados expectáveis deveriam gerar impactos e mudanças importantes na Região do Alentejo. Por um lado, reforçando a atratividade dos centros urbanos, através da regeneração e revitalização urbana e assim contribuindo para a fixação de novos residentes e atividades nos núcleos urbanos consolidados (a melhoria das condições de integração de espaços na vivência das cidades como áreas habitacionais, de emprego e de lazer e fruição deveria atrair e fixar residentes). Por outro lado, reforçando a identidade e sentimento de pertença à comunidade, promovendo processos de desenvolvimento integrado em territórios desfavorecidos, através da satisfação das necessidades económicas e sociais dos residentes, de uma maior integração no mercado de trabalho e da promoção do sucesso escolar, entre outras.

Em coerência com os traços estruturais do território de predomínio de empresas de pequena dimensão e de baixos índices de iniciativa regional, a programação valorizou o apoio à criação de pequenas unidades empresariais (destinadas à economia de mercado ou à economia social) como uma estratégia de combate ao desemprego. Nessa lógica, os apoios à criação de emprego disponibilizados através da **PI 8.3.** Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas visavam valorizar a relação com as dinâmicas de desenvolvimento local e a importância da economia social no território e, simultaneamente, diversificar o leque de atividades/recursos passíveis de apoio de forma a abranger as diferentes facetas do microempreendedorismo, nomeadamente, ao prever o apoio à criação de emprego (do promotor ou de outros empregos que o promotor venha a criar), bem como o apoio a microempresas já existentes (criação líquida de emprego e apoio técnico).

Por outro lado, a programação sustentou-se numa lógica de complementaridade entre apoios à criação de emprego (PI 8.3.) e iniciativas que promovam o acolhimento e o suporte a essas novas empresas, através da PI 8.8. Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas, a qual enquadra investimentos na empresa e em dimensões de suporte à dinamização do empreendedorismo (via diversas atividades/recursos, como investimentos de pequena dimensão das microempresas e pequenas e médias empresas (PME) ou iniciativas de empreendedorismo coletivo ou, ainda, investimentos em infraestruturas e equipamentos).

Para a operacionalização destas dimensões, estruturadas na prossecução das atividades e recursos sinalizados, era determinante garantir alguns pressupostos como a divulgação dos apoios, a mobilização de uma procura qualificada, o alinhamento com as necessidades e expetativas dos atores-chave, a atratividade das condições de financiamento e de elegibilidade, entre outras.

A mobilização eficaz e eficiente da conjugação dos instrumentos previstos na PI 8.3. e na PI 8.8 constituem, também, uma condição facilitadora dos resultados a alcançar, designadamente o aumento do autoemprego sustentável e a criação de postos de trabalho. A longo prazo, a relevância das realizações e a dimensão dos resultados deveriam fazer-se refletir na melhoria da taxa de emprego da população, numa aproximação à meta da Europa 2020 (que estabelece a taxa de emprego em torno dos 75%).

A **PI 9.8** Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social foi igualmente mobilizada no âmbito do **Eixo Prioritário 6 - Coesão Social e Inclusão**.

Os centros urbanos complementares, sedes de concelho, foram assumidos como determinantes para a sustentação da coesão nos territórios de baixa densidade, para a consolidação de redes de proximidade e para o estabelecimento e afirmação de relações urbano-rurais. Assim, o desenvolvimento de operações integradas de qualificação e dinamização socioeconómica foi assumido como prioritário para garantir a sustentabilidade destes centros urbanos e para criar dinâmicas de desenvolvimento, fundamentalmente sustentadas na valorização dos ativos existentes e na melhoria do ambiente urbano. Só neste quadro, seria possível garantir a manutenção da população e de atividades.

Face a estas opções foram equacionadas três dimensões estruturadoras das atividades e recursos a mobilizar: (i) construção da coesão do espaço urbano, sobretudo centrada em realizações associadas à construção/reabilitação de imóveis destinados a alojar famílias com baixos rendimentos, à qualificação do espaço público e à construção de espaços/equipamentos fomentadores de desenvolvimento económico e social; (ii) inclusão social e valorização profissional, sobretudo orientada para realizações associadas a apoios sociais e ao combate ao abandono escolar; (iii) revitalização social, cultural e desportiva, centrada na construção de equipamentos públicos para a dinamização destas dimensões. Para a operacionalização destas atividades e recursos era determinante garantir alguns pressupostos com relevância para o alinhamento com as necessidades e expetativas dos beneficiários/atores-chave.

Com a prossecução das realizações previstas seria expectável que, com eficácia e eficiência, os projetos apoiados contribuíssem para gerar diversos resultados na cadeia de intervenção, nomeadamente o aumento do grau de satisfação da população residente nestes centros urbanos complementares e rurais.

A relevância das realizações e a dimensão dos resultados expectáveis deveriam gerar impactos e mudanças em termos de melhoria da inclusão social nestes territórios de baixa densidade. A redução dos níveis de pobreza e exclusão, nomeadamente através da maior e melhor integração nas comunidades de imigrantes ou de minorias étnicas e de um melhor acesso aos apoios sociais e ao mercado de trabalho (via maior sucesso escolar), contribuirá de forma decisiva para uma maior coesão e inclusão social nestes territórios (redução da pobreza e dos fenómenos de exclusão social).

No âmbito do **Eixo 8 - Ambiente e Sustentabilidade** foi mobilizada a **PI 6.3** Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural, no enquadramento estabelecido pelo Acordo de Parceria Portugal 2020 e enquanto resposta às necessidades de valorização do património natural e cultural enquanto fator-critico para a dinamização regional da atividade turística. A extensão de Áreas Naturais Classificadas e a diversidade e riqueza de valores e elementos culturais presentes na Região (históricos, etnográficos, arqueológicos), se corretamente potenciados, contribuirão para a afirmação do Alentejo como um destino de qualidade marcado pela sua identidade, diferenciação e experiências disponibilizadas. Assim, o apoio a ações de recuperação de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico, a realização de campanhas de *marketing* sobre o património, a estruturação de novas rotas e itinerários experienciais, o apoio a ações que concorressem para a melhoria das condições de acolhimento e de interpretação das áreas naturais com interesse turístico e de valorização turística (incluindo de albufeiras e cursos de águas interiores), assumir-se-iam como atividades/recursos fundamentais para sustentar as realizações previstas e a prossecução da estratégia delineada.

Dos resultados expectáveis na cadeia de intervenção com a concretização das realizações referenciadas, emergem com maior significado o adensamento da cadeia de valor dos produtos *touring* cultural e natural que associado à promoção dos ativos naturais e histórico-culturais existentes, deveriam contribuir para o aumento de visitantes na Região e, consequentemente, para o acréscimo do número de dormidas. Alguns dos riscos associados a esta dimensão, potencialmente condicionadores dos resultados a gerar, passavam pela evolução económica e financeira nos principais mercados emissores (nacional e internacional), potencialmente limitadora dos fluxos turísticos.

A dimensão dos resultados concorreria para importantes impactos no Alentejo, sobretudo ao nível da consolidação da atividade turística na base económica regional. O reforço da qualificação dos elementos naturais e culturais, permitirão salvaguardar a identidade alentejana e os seus fatores distintivos, bem como garantir uma maior atratividade/reconhecimento nacional e internacional da Região

Releve-se que no âmbito do **Eixo 8 - Ambiente e Sustentabilidade**, também foi mobilizada a **PI 6.5**, mas centrada exclusivamente nos centros urbanos complementares do modelo urbano regional. Assumiu-se que os centros urbanos complementares, sedes de concelho, eram fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade, na sustentação dos territórios de baixa densidade e na afirmação das relações urbano-rurais. Nesse contexto, o apoio ao desenvolvimento de operações integradas de qualificação e dinamização socioeconómica era determinante para garantir a sua sustentabilidade (criar dinâmicas de desenvolvimento, recuperando e valorizando os ativos existentes e melhorando o ambiente urbano, de modo a manter população e atividades). Assim, as atividades, realizações e resultados eram em larga medida semelhantes às sinalizadas anteriormente para o Eixo 4, sendo os impactos esperados associados ao reforço da qualificação ambiental e urbanística nos centros urbanos complementares, enquanto garante da manutenção de residentes e atividades e, em consequência, concedendo o mínimo de vitalidade a estes centros enquanto espaços determinantes para a coesão territorial e a sustentabilidade do modelo urbano regional.

A criação do **Eixo Prioritário 9 - Capacitação Institucional e Modernização Administrativa** e a mobilização da **PI 11.2** visava estimular a ação das organizações da economia social e de outros parceiros institucionais em contextos territoriais desvitalizados, com reduzidos índices de iniciativa, dimensão relevante ao nível do Alentejo. Neste quadro, revelava-se importante reforçar a capacitação institucional dos agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, procurando dar continuidade e reforçar os esforços empreendidos no período de programação anterior (2007-2013).

Assim, a concretização de ações de capacitação institucional de parcerias territoriais de apoio ao desenvolvimento, enquanto dimensões fundamentais para promover o desenvolvimento regional (p.e., através de apoio técnico aos planos de ação territoriais e setoriais, do reforço do trabalho em cooperação e em rede, da capacitação das entidades responsáveis pela implementação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) ou do acompanhamento e monitorização de dinâmicas territoriais e de avaliação de políticas) evidenciavam-se como dimensões prioritárias de apoio.

Para a operacionalização destas dimensões, estruturadas na prossecução das atividades e dos recursos sinalizados, seria fundamental como pano de fundo a existência de alguns pressupostos, como a garantia de eficácia e de eficiência associada ao processo de contratualização, conseguida com a dimensão e capacitação adequadas das CIM, o alinhamento dos apoios com as necessidades diagnosticadas ou a implementação de processos simples e eficazes associados à dinamização das ações coletivas na Região, entre outros. A materialização destes pressupostos, visando a concretização das atividades e dos recursos previstos possibilitaria, na cadeia de resultados da intervenção estabelecida para esta dimensão de política, apoiar projetos promotores da capacitação institucional e do desenvolvimento regional, ainda que devessem ser considerados alguns riscos associados a esta dimensão, como uma reduzida capacidade ou mobilização de entidades com responsabilidade na promoção das políticas públicas, limitando o desenvolvimento de projetos neste âmbito. Considerando este encadeado, seria expectável um maior envolvimento (no processo e no número) de instituições nesta tipologia de projetos, ou seja, promotores da capacitação institucional e do desenvolvimento regional.

A relevância das realizações e a dimensão dos resultados esperados deveriam gerar impactos relevantes no sentido de reforçar a capacidade dos atores e redes para a promoção de projetos de desenvolvimento territorial, em múltiplas dimensões: conseguindo uma maior participação, quer das instituições, quer dos cidadãos, no processo de desenvolvimento regional; melhorando igualmente as práticas organizativas e de gestão ao nível dos equipamentos e das respostas sociais; melhorando os níveis de empregabilidade regional e alcançando um melhor desempenho ao nível regional no Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, tendo como principal pressuposto, entre outros, que a relevância e dimensão dos resultados induzem impactos ao nível da capacitação e organização dos atores, bem como da gestão das redes de cooperação.

7.3. Quadro de apuramentos de indicadores de contexto

Indicador	Região	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PIBpc (base=2016, milhares de €)	Portugal	16,304	16,638	17,350	18,061	19,023	19,952	20,841	19,431	-
	Alentejo	14,682	15,122	16,398	16,811	17,965	18,481	18,969	17,724	-
Taxa de Desemprego (%)	Portugal	17,1	14,5	12,9	11,5	8,7	7,2	6,6	7,0	6,6
	Alentejo	17,4	14,7	13,6	12,3	8,2	7,4	7,0	6,0	6,6
Desemprego Longa Duração (%)	Portugal	9,6	8,7	7,4	6,3	4,6	3,1	2,8	2,3	2,8
	Alentejo	9,2	7,6	6,8	6,1	4,1	3,1	3	2,1	2,6
Taxa de Escolaridade do Ensino Básico (%)	Portugal	63,5	66,6	68,5	69,7	71,0	72,4	74,7	77,3	80,1
	Alentejo	62,8	64,7	67,4	68,8	70,8	72,5	73,4	78,3	82,3
Taxa de Escolaridade do Ensino Secundário (%)	Portugal	42,5	45,8	47,9	49,6	50,6	52,5	54,9	58,1	62,3
	Alentejo	39,8	42	45,3	46,2	46,9	49,9	51,4	56	60,2
Taxa de Escolaridade do Ensino Superior (25-64 anos) (%)	Portugal	19,3	21,7	22,9	23,9	24	25	26,3	28,2	31,1
	Alentejo	15,6	16,8	18	18,5	18,8	20,2	20,5	21,4	23,7
Taxa de Escolaridade do Ensino Superior (30-34 anos) (%)	Portugal	30,0	31,3	31,9	34,6	33,5	33,5	36,2	39,6	43,7
	Alentejo	22,0	24,9	25	24,2	27,4	26,8	29,3	34,4	38,2
Taxa de Abandono Precoce de Educação e Formação (%)	Portugal	18,9	17,4	13,7	14	12,6	11,8	10,6	8,9	5,9
	Alentejo	20,3	18,4	12,5	13,4	12,9	14,3	12,7	-	-
Taxa de Participação em Educação e Formação (25-64 anos) (%)	Portugal	9,7	9,6	9,7	9,6	9,8	10,3	10,5	10,0	12,9
	Alentejo	-	-	-	-	8,5	9,7	10,1	10,3	11,8
índice Dependência Idosos (n.)	Portugal	30,3	31,1	31,8	32,5	33,3	33,9	34,5	35,0	36,8
	Alentejo	38,6	39,2	39,7	40,1	40,6	41,1	41,2	41,4	44,6
índice de Envelhecimento (n.º)	Portugal	136	141,3	146,5	150,9	155,4	159,4	163,2	167	182,1
	Alentejo	180,7	186,5	191,6	194,7	199,2	203,1	206,1	208,9	218,6
Taxa Natalidade das Empresas (%)	Portugal	18,1	15,7	15,5	14,9	15,1	15,3	14,8	11,8	-
	Alentejo	15,9	14,9	14,5	14,0	13,9	14,1	12,3	10,7	-
Taxa de Sobrevivência das Empresas Nascidas 2 Anos Antes (%)	Portugal	50,6	52,4	60,6	55,6	56,7	56,1	54,3	58,4	-
	Alentejo	48,2	52,0	55,9	53,6	55,4	55,8	53,5	57,8	-
Proporção do VAB das empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3) (%)	Portugal	11,5	11,3	11,4	11,2	11,2	11,0	11,2	12,9	-
	Alentejo	4,9	6,4	10,4	10,7	9,8	7,2	8,4	6,7	-
Proporção de Exportações de Bens de Alta Tecnologia (%)	Portugal	3,4	3,6	3,8	4,4	4,5	4,0	5,4	5,5	4,7
	Alentejo	2,7	2,5	2,4	2,7	2,3	2,0	1,9	1,9	1,5
Proporção da despesa em I&D no PIB (Base 2016) %	Portugal	1,32	1,29	1,24	1,28	1,32	1,35	1,40	1,62	-
	Alentejo	0,46	0,47	0,51	0,54	0,56	0,67	0,78	0,89	-
Produtividade Aparente do Trabalho (milhares de €)	Portugal	33,662	33,489	34,205	34,838	35,323	36,114	37,461	35,858	-
	Alentejo	32,072	31,756	33,69	33,859	35,099	35,379	36,35	33,877	-

Quadro A4. Indicadores de análise contextual
Fonte: Elaboração própria, com base em INE e EUROSTAT

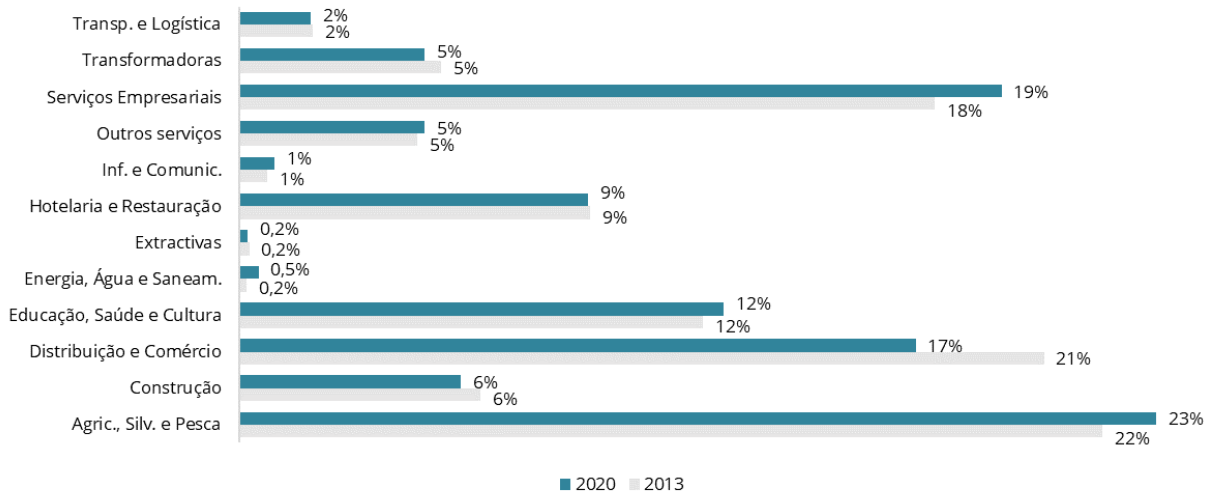


Figura A5. Comparação do peso relativo do número de empresas na região, por setor
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do SCIE do INE

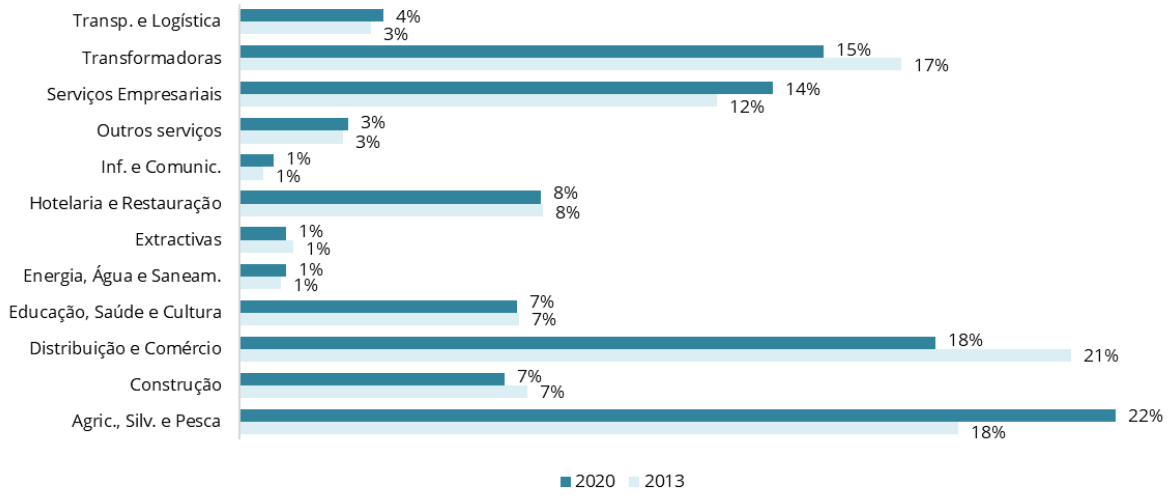


Figura A6. Comparação do peso relativo do emprego por conta de outrem na região, por setor
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do SCIE do INE

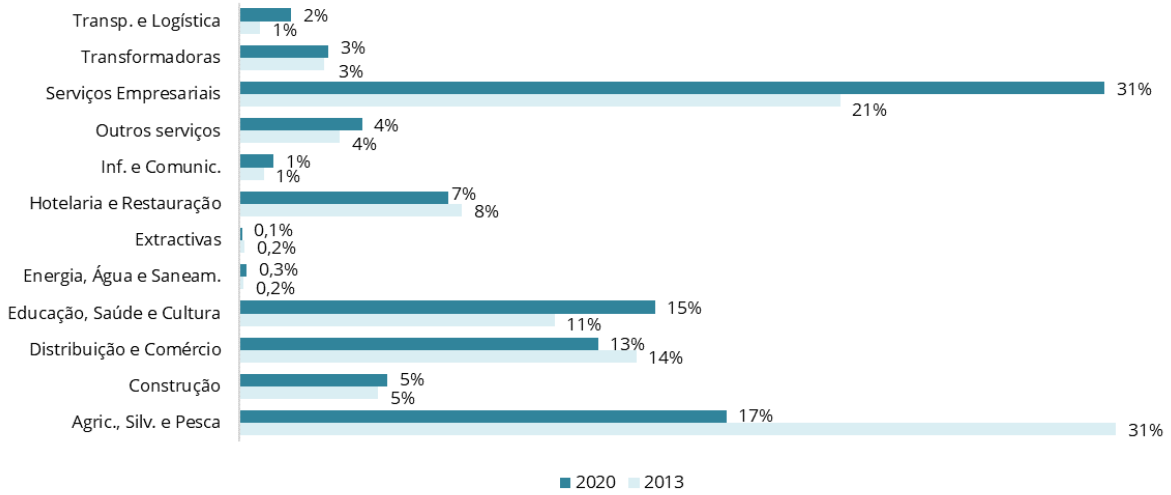


Figura A7. Comparação do peso relativo do setor nos nascimentos de empresas na região, por setor
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do SCIE do INE

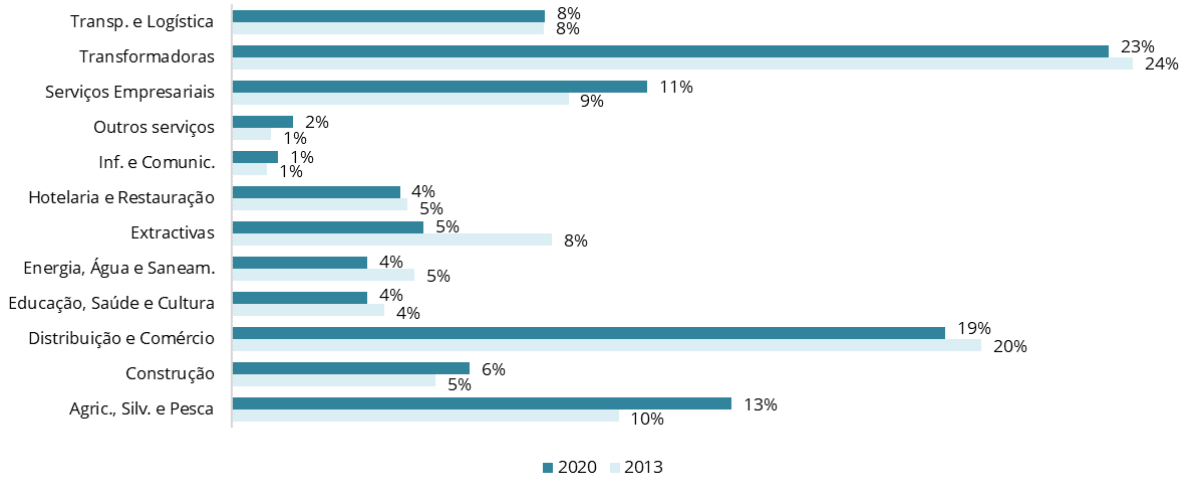


Figura A8. Comparação do peso relativo do VAB empresarial na região, por setor
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do SCIE do INE

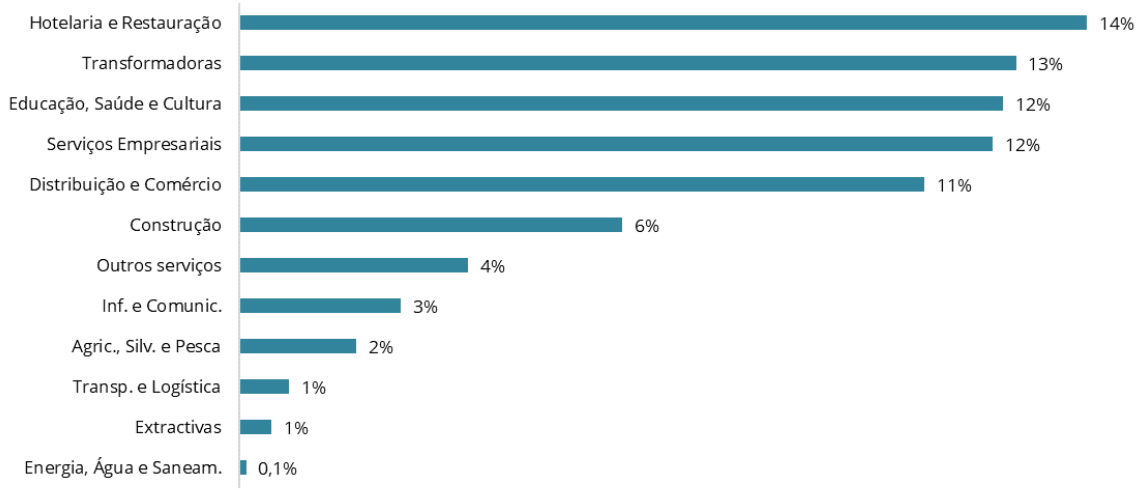


Figura A9. Comparação do peso relativo do setor das empresas apoiadas por PO
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do SCIE do INE

7.4. Cálculo de custos-resultado por Eixo

Eixo 1. Competitividade e Internacionalização das PME

291. No domínio da competitividade e da internacionalização das PME, verifica-se que:

- a PI 3.1 apresenta um valor médio por projeto de perto de 268 m€, com uma significativa amplitude de custos dos 147 projetos;
- a PI 3.2 apresenta um valor médio por projeto de cerca de 318 m€, apresentando igualmente uma significativa amplitude de custos dos 328 projetos, de cerca de 126 vezes. A natureza das intervenções justifica amplamente a discrepância observada, constituindo dimensões fundamentais do processo de competitividade e de internacionalização das PME do Alentejo;
- na PI 3.3, o valor médio por projeto é elevado (cerca de 981 m€), com uma significativa amplitude de custos no contexto dos 564 projetos financiados. Em função do resultado alcançado à data de reporte da avaliação (47,3% de PME com 10 e mais pessoas ao serviço - CAE Rev. 3 B a H, J, K, M e Q - com atividades de Inovação no total de PME do inquérito comunitário à inovação), o valor médio por unidade de resultado (ponto percentual) era de 11,7 M€, valor que se considera satisfatório, face ao impacte potencial que permitirá gerar (avaliação corroborada pelos *stakeholders* envolvidos no processo avaliativo).

PI	Indicador de resultado	Un.	Valor à data de corte da avaliação	Projetos (n.º)	Custo Total Aprovado (m€)	Valor Médio Projeto (m€)	Projetos acima do Custo Médio (%)	Dispersão de valores dos projetos (custo aprovado - €)	
								Mais elevado	Mais reduzido
3.1	Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos	%	1,58	147	39.456	268	29,7	3.290.947	4.964
3.2	Valor das exportações no volume de negócios das PME	%	12,76	328	104.484	318	39,3	1.663.467	13.100
3.3	PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a H, J, K, M e Q) com atividades de Inovação no total de PME do inquérito comunitário à inovação	%	47,3	564	553.772	981	26,8	34.000.000	3.300

Quadro A5. Valores médios por projeto a 31.12.2021 – Eixo 1
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

Eixo 2. Capital Humano

292. No domínio do capital humano e da formação de competências:

- resultou do processo de auscultação uma clara perceção da insuficiência dos recursos alocados, que não permitiu ao eixo cobrir a totalidade das necessidades regionais. Este eixo mobilizou, à data de corte da avaliação, mais de 185 M€, tendo a maior alocação sido afeta à PI 10.5. Existe uma perceção sinalizada pelos *stakeholders* que o investimento é insuficiente, atendendo às debilidades que o Alentejo enfrenta em termos de qualificação da sua população, fixação e atração de recursos humanos, enquadramento que fundamenta a perceção dessa insuficiência. Embora os resultados se apresentem positivos, continuam a registar-se importantes necessidades de investimento, em particular ao nível das infraestruturas do ensino básico. Na PI 10.5, ainda que o investimento tenha sido reforçado e a verba se encontre praticamente esgotada, persistem carências efetivas e já identificadas em termos de infraestruturas de educação, algumas das quais, em particular as de maior dimensão, se confrontam com dificuldades financeiras dos municípios para que possam ser concretizadas;
- na PI 10.1, o valor médio por projeto é superior a 500 m€, com uma significativa amplitude de custos dos 82 projetos;

- na PI 10.2, é igualmente observada uma elevada amplitude de custos ao nível dos 22 projetos que concorrem para o indicador "Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5"). Para o indicador "Doutoramentos Concluídos", existe apenas um projeto, no valor de 3.184.125 €;
- na PI 10.4, foram aprovados quatro projetos que permitiram alcançar um indicador de 36,61% de diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET), a que corresponde um valor médio por unidade de resultado de 49,4m€;
- na PI 10.5, a amplitude associada aos valores dos projetos financiados é bastante elevada, o que resulta das diferentes caraterísticas das intervenções realizadas. O valor médio por unidade de resultado é de 1,249 M€, idêntico ao observado noutras regiões NUTS II apoiadas por Programas Operacionais regionais, como a Madeira ou o Algarve. Face à natureza infraestrutural das intervenções, num contexto de resolução de problemas de conservação e de modernização dos estabelecimentos e consequente contributo para a melhoria do parque escolar instalado, das condições de aprendizagem e do sucesso educativo afigura-se satisfatório o custo médio por unidade de resultado (avaliação corroborada pelos *stakeholders* envolvidos no processo avaliativo).

PI	Indicador de resultado	Un.	Valor à data de corte da avaliação	Projetos (n.º)	Custo Total Aprovado (m€)	Valor Médio Projeto (m€)	Projetos acima do Custo Médio (%)	Dispersão de valores dos projetos (custo aprovado - €)	
								Mais elevado	Mais reduzido
10.1	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	%	N/A	82	44.734	545	22,9	6.566.324	28.750
10.2	Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5	%	N/A	22	14.701	668	31,8	2.618.850	78.990
10.2	Doutoramentos Concluídos	%	100	1	3.184	-	-	-	-
10.4	Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)	%	36,61	4	1.807	451	50,0	794.649	111.262
10.5	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	%	90	153	112.498	735	24,2	7.743.872	3.274

Quadro A6. Valores médios por projeto a 31.12.2021 – Eixo 2
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

Eixo 3. Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

293. No domínio da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação:

- a PI 1.1 apresenta um valor médio por projeto de cerca de 464 m€, com uma significativa amplitude de custos dos 65 projetos e com uma elevada percentagem (43,1%) de projetos acima do custo médio. Em função do valor de resultado alcançado à data de reporte da avaliação (2,2% de proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de I&D na população ativa), o valor médio por unidade de resultado era de 13,7 M€, valor que se considera satisfatório, face ao impacte potencial que permitirá gerar (avaliação corroborada pelos *stakeholders* envolvidos no processo avaliativo);
- a PI 1.2 alimenta três indicadores, sendo que no caso das "Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)", que engloba todos os projetos, o valor médio por projeto é de 771,6 m€, apresentando igualmente uma significativa amplitude de custos, de mais de 600 vezes.

PI	Indicador de resultado	Un.	Valor à data de corte da avaliação	Projetos (n.º)	Custo Total Aprovado (m€)	Valor Médio Projeto (m€)	Projetos acima do Custo Médio (%)	Dispersão de valores dos projetos (custo aprovado - €)	
								Mais elevado	Mais reduzido
1.1	Proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de I&D na população ativa	‰	2,2	65	30.166	464	43,1	3.296.574	4.156
1.2	Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)	%	1,43	112	86.420	771	26,8	6.498.238	10.684
1.2	Despesa das empresas em I&D no VAB	%	0,47	108	75.871	702	26,9	6.498.238	10.684
1.2	Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do Volume de negócios de empresas com inovações de produto (não PME)	%	11,2	4	10.549	2.637	75%	4.428.800	470.015

Quadro A7. Valores médios por projeto a 31.12.2021 – Eixo 3
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

Eixo 4. Desenvolvimento Urbano Sustentável

294. No domínio do desenvolvimento urbano sustentável:

- a PI 4.5 apresenta um valor médio por projeto de 379 m€, com uma significativa amplitude de custos dos 82 projetos. A natureza das intervenções justifica a discrepância observada, sendo, no entanto, duas dimensões fundamentais do processo de descarbonização dos transportes e de fomento do transporte coletivo em detrimento do transporte individual. Neste quadro, embora ainda não mensuráveis, os resultados das intervenções serão muito positivos e perspetiva-se que o custo associado à unidade de resultado a gerar será bastante positivo (avaliação de sensibilidade dos *stakeholders* envolvidos no processo avaliativo). Das conclusões ao nível da eficiência que resultam do estudo de "Avaliação da Implementação das Medidas de Reforço da Transição para uma Economia com Baixas Emissões de Carbono (OT4)", assinalam-se, no âmbito dos estudos de caso realizados, alguns argumentos e fatores explicativos que poderão justificar as disparidades sinalizadas ao nível dos custos unitários, designadamente no âmbito dos indicadores da PI 4.5 associado às operações na área da mobilidade sustentável, em que as vias apoiadas apresentam especificidades técnicas e realidades de execução relevantes, existindo naturalmente situações extremas ou atípicas, a que se associam, também, variações dos custos de obra relacionados com a evolução dos preços de mercado (com tendência de aumento, nos últimos anos, por motivos associados à pandemia COVID-19), considerando os diferentes momentos de lançamento do concurso, dimensão que deve igualmente ser considerada, bem como, por outro lado, da ausência de referenciais ou de metodologias claras de cálculo resultou na utilização de formas diferenciadas de determinar o indicador;
- na PI 6.5, dos 148 projetos apoiados, um apresenta valor significativo (30 M€), correspondente à Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas - Eixo 8 - OT6 - PI6.5, da Estrutura de Gestão do IFRRU 2020. Com base no EC realizado e à dinamização de atividades e à alavancagem na iniciativa privada que está a gerar, independentemente da ausência de quantificação do indicador de resultado, afigura-se como satisfatório o custo envolvido face ao resultado atingido/a atingir;
- a PI 9.8 teve, até à data de corte do presente exercício avaliativo, um total de 38 projetos aprovados, com um valor médio de cerca de 473 m€, não apresentando a quantificação do respetivo indicador de resultado.

PI	Indicador de resultado	Un.	Valor à data de corte da avaliação	Projetos (n.º)	Custo Total Aprovado (m€)	Valor Médio Projeto (m€)	Projetos acima do Custo Médio (%)	Dispersão de valores dos projetos (custo aprovado - €)	
								Mais elevado	Mais reduzido
4.5	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa	ton./CO_2	13.743.508	82	31.083	379	28,0	4.273.527	9.669
6.5	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano	(1 a 20)	NA	148	146.099	987	28,4	30.092.592	23.762
9.8	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	(1 a 10)	NA	38	17.996	473	42,1	1.405.472	67.795

Quadro A8. Valores médios por projeto a 31.12.2021 – Eixo 4
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

Eixo 5. Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos

295. No domínio do emprego e valorização económica dos recursos endógenos:

- a PI 8.1 apresenta um valor médio por projeto de 57 m€, com uma elevada dispersão de valores. Não quantifica o respetivo indicador de resultado. Observa-se idêntica situação relativamente aos indicadores de resultado da PI 8.3, da PI 8.5 e da PI 8.9, sendo de maior dimensão as diferenças entre os valores extremos apresentados pelos projetos com o montante mais elevado e mais reduzido, em particular na PI 8.5;
- a PI 8.8 apresenta um valor médio por unidade de resultado de 209 m€ por cada posto de trabalho criado ou cuja manutenção foi apoiada, num contexto de menos dispersão de valores dos projetos e uma maior percentagem de projetos acima do custo médio, de perto de 60%. Não existem referenciais comparativos de valor médio por unidade de resultado noutros exercícios de avaliação intercalar de Programas Operacionais regionais no presente período de apoio comunitário, mas a dispersão de valores é de maior amplitude comparativamente ao observado no Algarve.

PI	Indicador de resultado	Un.	Valor à data de corte da avaliação	Projetos (n.º)	Custo Total Aprovado (m€)	Valor Médio Projeto (m€)	Projetos acima do Custo Médio (%)	Dispersão de valores dos projetos (custo aprovado - €)	
								Mais elevado	Mais reduzido
8.1	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio na administração local	%	N/A	57	3.198	56	45,6	197.164	9.986
8.3	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%	N/A	155	7.094	45	20,0	649.064	1.263
8.5	Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontram empregados em empresas 6 meses após o apoio	%	N/A	99	42.563	429	19,1	13.223.469	1.417
8.5	Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação	%	N/A	99	42.563	429	19,1	13.223.469	1.417
8.8	Postos de trabalho criados	nº	199	225	42.675	189	59,6	638.748	21.680
8.8	Postos de trabalho cuja manutenção foi apoiada	nº	5	225	42.675	189	59,6	638.748	21.680
8.9	Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	nº	N/A	5	4.357	871	40,0	1.320.543	539.181

Quadro A9. Valores médios por projeto a 31.12.2021 – Eixo 5
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

Eixo 6. Coesão Social e Inclusão

296. No domínio da coesão social e inclusão:

- a PI 9.1, a PI 9.10 e a PI 9.6 não quantificam o respetivo indicador de resultado à data de corte de avaliação, caraterizando-se por apresentar dispersões de valores de projetos relevantes, designadamente a PI 9.1;
- na PI 9.7, os apoios dirigidos a investimentos na saúde e infraestruturas sociais, não obstante o bom nível de cumprimento do indicador de resultado associado (40,7%), bem como dos indicadores de realização anteriormente evidenciados ao nível da eficácia, os constrangimentos estruturais regionais no grau de cobertura dos utentes, particularmente exacerbados pelo contexto pandémico, configuram uma situação particular. A amplitude entre os projetos apoiados extremos é muito significativa, influenciada pelo projeto com o valor mais elevado (Construção do Hospital Central do Alentejo - Consultas Externas, de responsabilidade da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.). O valor médio por unidade de resultado é de 8,5 M€. Face à natureza infraestrutural das intervenções e às caraterísticas particulares de alguns dos investimentos, afigura-se razoável (avaliação corroborada pelos *stakeholders* envolvidos no processo avaliativo).
- a PI 9.8 teve 37 projetos aprovados, para um valor médio de 258 m€. O valor médio por unidade de resultado é de 1,915 M€ por cada ponto de aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (poderia ter alcançado um valor de 0,957M€, em caso de um aumento máximo (pontuação de 10) do grau de satisfação dos residentes.

PI	Indicador de resultado	Un.	Valor à data de corte da avaliação	Projetos (n.º)	Custo Total Aprovado (m€)	Valor Médio Projeto (m€)	Projetos acima do Custo Médio (%)	Dispersão de valores dos projetos (custo aprovado - €)	
								Mais elevado	Mais reduzido
9.1	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	%	N/A	32	50.213	1.569	25,0	18.582.941	35.000
9.1	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	%	N/A	32	50.213	1.569	25,0	18.582.941	35.000
9.10	Efeito multiplicador das estratégias do investimento público no investimento privado	nº	N/A	683	50.470	73	55,6	374.950	2.464
9.6	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%	N/A	828	43.566	52	34,8	200.000	950
9.7	Utentes inscritos em USF (Unidades de Saúde Familiar)	%	40,7	156	345.752	2.216	11,5	184.946.855	7.785
9.8	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	(1-10)	5	37	9.575	258	27,0	1.072.783	16.052

Quadro A10. Valores médios por projeto a 31.12.2021 – Eixo 6
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

Eixo 7. Eficiência Energética e Mobilidade

297. No domínio da eficiência energética e mobilidade:

- na PI 4.2, não existem projetos apoiados pelo POR Alentejo 2014-2020 à data de corte do presente exercício avaliativo;
- na PI 4.3, observa-se um valor médio por projeto reduzido (cerca de 223 m€) e uma significativa amplitude de custos dos 128 projetos. Em função do valor de resultado alcançado à data de reporte da avaliação (redução de 46.568 tep no consumo de energia primária na administração regional e local), o valor médio

por unidade de resultado era de perto de 615€. Este valor, tendo por base comparativa a média registada em alguns dos POR regionais e a opinião dos *stakeholders* relevantes, afigura-se como satisfatório;

- a PI 4.5 apresenta um valor médio por projeto de 478 m€, com uma elevada amplitude de custos dos 55 projetos. Como referido anteriormente no Eixo 4, a natureza das intervenções justifica a discrepância observada. Neste quadro, embora ainda não mensuráveis, os resultados das intervenções serão muito positivos e perspetiva-se que o custo associado à unidade de resultado a gerar será bastante positivo (avaliação de sensibilidade dos *stakeholders* envolvidos no processo avaliativo).

PI	Indicador de resultado	Un.	Valor à data de corte da avaliação	Projetos (n.º)	Custo Total Aprovado (m€)	Valor Médio Projeto (m€)	Projetos acima do Custo Médio (%)	Dispersão de valores dos projetos (custo aprovado - €)	
								Mais elevado	Mais reduzido
4.2	Consumo de energia primária nas empresas	Tep/M€	0	-	-	-	-	-	-
4.3	Consumo de energia primária na administração regional e local	Tep	46.568	128	28.628	223	30,50	2.625.789	1.230
4.5	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa	ton./CO_2	13.743.508	55	26.336	478	36,40	1.371.036	31.800

Quadro A11. Valores médios por projeto a 31.12.2021 – Eixo 7
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

Eixo 8. Ambiente e Sustentabilidade

298. No domínio do ambiente e da sustentabilidade:

- na PI 6.3, verifica-se um valor médio por projeto relativamente reduzido (cerca de 639 m€), com uma significativa amplitude de custos dos 209 projetos. Em função do valor de resultado alcançado à data de reporte da avaliação (2.481 mil dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros), o valor médio por unidade de resultado era de 53.875 €. Em função deste valor, face ao impacto potencial gerado pelas intervenções em termos de dinamização e de sustentabilidade de uma importante atividade de suporte à base económica regional (e receita turística gerada), considera-se bastante satisfatório o custo médio por unidade de resultado obtido (avaliação corroborada pelos *stakeholders* envolvidos no processo avaliativo);
- na PI 6.5, dos 116 projetos apoiados, um possui valor significativo (3,4 M€), correspondente à Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas - Eixo 8 - OT6 - PI6.5. Com base no EC realizado e à dinamização de atividades e à alavancagem na iniciativa privada que está a gerar (criação de empresas de animação turística, reabilitação de habitações, para residências ou alojamento local...), independentemente da ausência de quantificação do indicador de resultado, afigura-se como satisfatório o custo envolvido face ao resultado atingido/a atingir.

PI	Indicador de resultado	Un.	Valor à data de corte da avaliação	Projetos (n.º)	Custo Total Aprovado (m€)	Valor Médio Projeto (m€)	Projetos acima do Custo Médio (%)	Dispersão de valores dos projetos (custo aprovado - €)	
								Mais elevado	Mais reduzido
6.3	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	10^3 dorm.	2.481	209	133.665	639	18,2	4.951.920	10.510
6.5	Aumento do Grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano	(1 a 10)	N/A	116	61.933	533	37,9	3.472.222	29.680

Quadro A12. Valores médios por projeto a 31.12.2021 – Eixo 8
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

Eixo 9. Capacitação Institucional e Modernização Administrativa

299. No domínio da capacitação institucional e da modernização administrativa:

- a PI 11.1, apresenta uma significativa amplitude de custos dos projetos;
- na PI 11.2, foram envolvidas nove Instituições nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados, registando igualmente uma elevada amplitude de custos dos projetos. O valor médio por unidade de resultado é de 881 m€;
- a PI 2.3 regista um custo médio por projeto de 522 m€. Em função do valor de resultado alcançado à data de reporte da avaliação (28,1% dos indivíduos entre os 16-74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos), o valor médio por unidade de resultado era de 390,3 m€, valor que se considera satisfatório, face ao impacte potencial que permitirá gerar (avaliação corroborada pelos *stakeholders* envolvidos no processo avaliativo), ainda que superior ao observado noutras regiões NUTS II através do apoio dos respetivos Programas Operacionais regionais, como o Algarve e a Madeira.

PI	Indicador de resultado	Un.	Valor à data de corte da avaliação	Projetos (n.º)	Custo Total Aprovado (m€)	Valor Médio Projeto (€)	Projetos acima do Custo Médio (%)	Dispersão de valores dos projetos (custo aprovado - €)	
								Mais elevado	Mais reduzido
11.1	Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação	%	N/A	45	6.593	146	33,3	514.595	4.500
11.2	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	nº	9	14	7.928	566	21,4	2.452.403	51.574
2.3	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	%	28,1	21	10.967	522	28,6	1.986.388	92.144
2.3	Câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet no total de Câmaras	%	46,6	21	10.967	522	28,6	1.986.388	92.144

Quadro A13. Valores médios por projeto a 31.12.2021 – Eixo 9
Fonte: CEDRU, com base nos dados do Sistema de Informação do POR Alentejo 2014-2020

7.5. Auscultação de atores estratégicos

7.5.1. Guiões de Entrevista

Tipo	QA	Questões de avaliação / Sub-questões para entrevistas	TdM	Opções	AG POR - CCDR	CIM	FCT	ANI	AICEP	IAPMEI	TdP	DGAL	IFFRU 2020	IFD
Eficácia		QA1. Os objetivos previstos no Programa Operacional foram ou têm condições de ser alcançados? Qual o contributo do POR Alentejo 2014-2020 para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos												
Q	**1**	**Contributo do Programa Operacional para o cumprimento dos objetivos específicos e fatores que explicam o maior ou menor sucesso do Programa Operacional no cumprimento desses objetivos**												
Q	1	Quais são os instrumentos/as TO que se têm revelado mais eficazes para cumprir os objetivos específicos do Programa Operacional nos seus diferentes domínios de atuação? Quais as TO que foram mais capazes de mobilizar a procura e quais apresentam uma melhor performance face às metas dos indicadores, por OE?		G	•	•							•	•
Q	1	Os avisos de abertura de concurso (e.g. em termos de dotações, elegibilidades, formas de apoio) revelam-se adequados para captar uma procura qualificada? Que apreciação fazem da qualidade global das candidaturas selecionadas e em que medida há PI que se destacam (PI com níveis médios de classificação de mérito mais altos e mais baixos)?	PI.1	G	•									
Q	1	Que fatores relacionados com o desenho dos instrumentos/TO (i.e., o racional da programação) e/ou com a forma como estes foram implementados (p.ex., oportunidade do timing do lançamento dos concursos, divulgação, mecanismos de elegibilidade, processo de seleção, ...) explicam o maior ou menor sucesso do Programa Operacional no cumprimento daqueles objetivos?	RI.3	G	•									
Q	1	Em que medida o sistema de monitorização do Programa Operacional e os respetivos indicadores desempenham um contributo relevante para apoiar as decisões de ajustamento no Programa Operacional e melhorar os níveis de eficácia? Que limitações de identificam e onde poderia haver melhorias?	PI.6	G	•									
Q	1	Ao longo do período de execução dos apoios, registaram-se alterações nas prioridades e políticas públicas enquadradoras que tenham limitado ou mesmo inviabilizado o alcance dos objetivos e resultados previstos? Quais os objetivos em que mais se sentiu essa influência? Há situações de menor eficácia explicadas por dificuldades de mobilização de entidades públicas com relevo na implementação das medidas?		G	•	•	•							
		Avaliação do Programa Operacional em termos de necessidade e suficiência para atingir os objetivos previstos na programação												

Tipo	QA	Questões de avaliação / Sub-questões para entrevistas	TdM	Opções	AG POR - CCDR	CIM	FCT	ANI	AICEP	IAPMEI	TdP	DGAL	IFFRU 2020	IFD
Q	1	Os objetivos específicos estão a ser atingidos e existem condições para serem integralmente realizados? Em que medida o menor grau de implementação de algumas das TO poderá condicionar a concretização desses objetivos?		G	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Q	1	Que tipo de alterações foram sendo introduzidas nos instrumentos, quais as razões que as justificaram e que consequências daí advêm para uma melhor resposta ao cumprimento dos objetivos e às necessidades de desenvolvimento da Região?		G	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
		Outros fatores que contribuem para os resultados esperados/observados												
Q	1	Que fatores externos ao Programa Operacional terão potenciado ou condicionado os resultados observados até à data?	-	G	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Q	1	Em que medida os modelos de implementação/governação das abordagens territoriais integradas contribuíram para captar procura qualificada? Qual a expressão das reprovações por falta de mérito/qualidade das candidaturas no total de candidaturas das abordagens territoriais?	PI8	2.2	●	●								
Q	1	Em relação aos eventuais desvios face aos objetivos e metas que decorrem do processo de implementação das intervenções, que recomendações para uma operacionalização mais expedita e/ou eficaz?	PII.2	2.2	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Q	1	Verificou-se uma boa mobilização das entidades com responsabilidade na promoção das políticas públicas relevantes? A sua capacidade de iniciativa e de concertação foi decisiva para o desenvolvimento de projetos-chave para a Região? Em que domínios foi mais visível?	RI.4	2.2	●									
Q	1	Que evidências existem do contributo dos SIAC e Ações Coletivas para contribuir para melhor informar e atrair promotores qualificados? E qual o efeito das ações coletivas para responder às necessidades das empresas e entidades da região?	PEI.2	2.2	●	●			●	●				
Q	1	A dimensão e capacitação das CIM garante uma maior eficácia e eficiência ao processo de contratualização?	PI.7	2.2	●	●						●	●	
		Igualdade entre homens e mulheres, não discriminação e acessibilidade												
Q	1	De que forma as questões relativas à igualdade entre homens e mulheres, não discriminação e acessibilidade estão presentes na atribuição dos apoios?		G	●	●	●	●	●	●	●			
Q	1	Que boas práticas evidenciam e validam as preocupações em matéria de igualdade entre homens e mulheres, não discriminação e acessibilidade no processo de atribuição dos apoios?		G	●	●	●	●	●	●	●			

Tipo	QA	Questões de avaliação / Sub-questões para entrevistas	TdM	Opções	AG POR - CCDR	CIM	FCT	ANI	AICEP	IAPMEI	TdP	DGAL	IFFRU 2020	IFD
Eficiência		QA2. Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo Alentejo 2014-2020, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?												
		Afetação de recursos financeiros entre instrumentos de política/TO, beneficiários e territórios alvo												
Q	2	A afetação dos recursos financeiros pelos diferentes objetivos específicos, beneficiários e territórios-alvo é adequada, tendo em consideração as respetivas elegibilidades e os objetivos a prosseguir?		G	●	●	●	●	●	●				
Q	2	É possível isolar grupos específicos de beneficiários em que os efeitos das intervenções foram mais relevantes, face aos recursos públicos investidos?		G	●	●	●	●	●	●				
Q	2	Existem dimensões em que o apoio concedido não foi suficiente face às necessidades existentes, pelo que os impactes a gerar serão de menor escala?	RIII.1	2.2	●	●	●	●	●	●	●	●		
Q	2	As formas de financiamento/intensidades de apoio são as mais adequadas e ajustadas às necessidades de investimento dos destinatários? É possível identificar situações ou casos concretos em que tal não se verifica?	PI.2	2.2	●	●							●	●
		Eficiência/ineficiência na utilização dos recursos												
Q	2	Existem fatores (internos e externos) que concorrem para situações de ineficiência na utilização dos recursos (pe. custos de interioridade, nível tecnológico, mercados ineficientes, ...)?	RII.3	2.2	●									
Q	2	A dotação financeira face às necessidades identificadas compromete o impacto das intervenções (o apoio público concedido é o necessário para produzir os efeitos esperados)? Em que domínios de atuação do Programa Operacional isso não se verifica?		G	●									
Q	2	Em que medida o desenho programático e instrumental do Programa Operacional foi capaz de concretizar as lógicas de territorialização e de aproximação às necessidades especificas dos territórios?	PI.3 e PI.4	2.2	●	●								
Q	2	Em que medida o desenho programático e instrumental do Programa Operacional foi capaz de potenciar a integração de fundos, políticas e atores? As formas de concretização das lógicas de territorialização garantiram uma resposta adequada às necessidades especificas dos territórios-alvo?	PI.8	2.2	●	●								
Q	2	Os IF possuem condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional? Permitem mitigar as falhas de mercado inibidoras de procura?	PEI.1	2.2									●	●
Q	2	A complexidade do quadro regulamentar e operacional dos IF foi condicionadora da procura?	REI.5	2.2									●	●
Q	2	Que apreciação faz da obrigatoriedade de aprovação prévia dados PEDU/PARU/PAICD? Em que medida representou dificuldades/limitações que	REI.4	2.2	●	●						●	●	

Tipo	QA	Questões de avaliação / Sub-questões para entrevistas	TdM	Opções	AG POR - CCDR	CIM	FCT	ANI	AICEP	IAPMEI	TdP	DGAL	IFFRU 2020	IFD
		possam ter condicionado os resultados ou, ao invés, potenciado os efeitos das intervenções?												
Impacto/ sustentabilidade		QA4. De que forma o processo de implementação do POR Alentejo 2014-2020 contribuiu para a eficácia e eficiência do Programa? E para o reforço da coesão territorial?												
		Efeitos globais das ações apoiadas – objetivos da UE e coesão territorial												
Q	3	É possível identificar, desde já, efeitos ou impactos resultantes das operações apoiadas? (efeitos ou impactos planeados e não planeados, esperados e não esperados, positivos e negativos) Em que domínios são mais evidentes (crescimento inteligente, crescimento inclusivo, crescimento sustentável)?		G	●	●	●	●	●	●				
Q	3	Num contexto em que a implementação do Programa Operacional foi fortemente influenciada por fatores externos, que exemplos existem da capacidade de a AG e os restantes atores com responsabilidade na implementação do Programa Operacional contrariarem o efeito penalizador de mudanças não previstas inicialmente?		G	●	●	●	●	●	●	●	●		
Q	3	De que forma os apoios disponibilizados estão a contribuir para atenuar assimetrias regionais? Que evidências podem ser observadas/expectáveis a esse nível?		G	●	●	●	●	●	●				
Q	3	Em que medida as mudanças de contexto podem estar a ser determinadas por fatores externos? Em que medida as mudanças observadas são sustentáveis (perdurarão no tempo após a conclusão do PO)?	RIII.2 e REIII.1 a REIII.4	2.2	●	●								
Q	3	Que condições de operacionalização foram implementadas durante a vigência do Programa Operacional para potenciar o respetivo contributo para aumentar a coesão regional e sustentabilidade dos resultados, nos diversos domínios de atuação do Programa?	PIII.1 e PEIII. a PEIII.4	2.2	●	●	●	●	●	●	●	●		
Q	3	Que evidências existem do contributo específico dos SIAC e Ações Coletivas para ampliar os impactos no domínio da competitividade e inovação regional?	PEI.2	2.2	●	●					●			

VAE		QA4 Qual o valor acrescentado europeu na implementação do POR Alentejo 2014-2020 e nos seus resultados?												
Q	4	Na ausência de apoios FEEI, os atores-chave avançariam com intervenções da mesma natureza das ações apoiadas? Existem áreas ou domínios em que seria expectável que tal não se verificasse?		G		●	●	●	●	●			●	●
Q	4	Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública regional? Em que domínios? De que forma?		G	●	●								
Q	4	Que boas práticas ao nível do sistema de governação podem ser relevadas para otimizar os efeitos gerados pelas operações? Uma intervenção exclusivamente a nível regional ou nacional permitiria alcançar resultados similares ou equiparáveis?		G	●	●							●	●
Relevância / Coerência interna e externa		QA5. O Alentejo 2020 está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades da Região, sendo capaz de promover uma efetiva mudança												
		Alinhamento com necessidades dos atores e da Região												
Q	5	Existem (e como se estabelecem) articulações das operações apoiadas pelo Programa Operacional com outros instrumentos/mecanismos, de modo a potenciar os resultados a alcançar?		G	●	●	●	●	●	●				
Q	5	As sinergias e complementaridades previstas em sede de programação do POR Alentejo 14-20 – quer entre instrumentos FEEI (em particular o POSEUR e o POCH), quer entre estes e outros instrumentos de política pública regional, nacional e/ou comunitária – estão a ocorrer (e de que modo)?		G	●									
Q	5	A arquitetura programática do Programa Operacional (PI selecionadas, OE definidos, TO identificadas), correspondem às necessidades de desenvolvimento da Região? Vão ao encontro das necessidades e expetativas dos atores regionais? Que dimensões críticas ficaram "a descoberto", em cada domínio de política?		G	●	●								
Q	5	A oferta e forma de apoios e as condições de elegibilidade (plasmadas nos AAC) vão de encontro à procura por parte dos beneficiários/promotores? E das especificidades dos territórios?	PI.3 e PI.4	2.2.		●	●	●	●	●				
Q	5	Que exemplos positivos existem de utilização articulada e complementar de fundos (FEDER e FSE)? De que modo o modelo de governação/gestão condicionou ou potenciou essa complementaridade e os resultados gerados?	PII.5 e PEII.2	2.2.	●	●								
Q	5	Sinalizam-se algumas sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de política pública (regional, nacional e/ou comunitária), com reflexos na mobilização da procura? Exemplos de instrumentos que estejam a condicionar a procura no PO?	RI.1	2.2.	●	●	●	●	●	●				

		Adaptação/resposta a mudanças contextuais												
Q	5	Face às mudanças de contexto que marcam a implementação do PO, em que medida emergiram novas necessidades de intervenção? Quais as causas, os objetivos e as motivações subjacentes às mesmas? Os exercícios de reprogramação responderam adequadamente a essas alterações e às dificuldades de implementação de alguns OE e TO?	PI.5 e RI2	2.2.	•	•	•	•	•	•				
Q	5	A ausência de procura (empresas de construção civil) ou o acréscimo de custos nas empreitadas teve um impacte significativo nas realizações previstas? Em que domínio de atuação isso foi mais notório?	REI.3	2.2.	•	•						•	•	•
Q	5	Ocorreram alterações nas prioridades governamentais regionais e nas políticas públicas objeto de financiamento ao longo do período de programação? Condicionam os resultados obtidos?	RI.6	2.2.	•	•	•	•	•	•				

Quadro A14. Estrutura das entrevistas por tipologia de ator
Fonte: CEDRU (2021)

7.5.2.Programa de entrevistas e *Focus Group realizado*

Entidades	Entrevistados	Data
AG POR Alentejo: Secretária Técnica da Unidade de Competitividade e Internacionalização	Dr.ª Maria João Serrano	13/07/2022
AG POR Alentejo: Secretário Técnica da Unidade Sustentabilidade, Inclusão e Capital Humano	Dr.ª Maria do Carmo Ricardo	12/07/2022
CIM BAIXO ALENTEJO	Dr. António Bota e Dr. Luís Lança Silva)	24/06/2022
CIM LEZIRIA DO TEJO	Dr. António Torres	18/07/2022
CIM ALENTEJO LITORAL	Dr. Pedro Tojinha e Dra. Alexandra Raposo	18/07/2022
CIM ALTO ALENTEJO	Dr. Carlos Nogueiro	25/07/2022
CIM ALENTEJO CENTRAL	Dr. Luis Dias e Arq. André Espenica;	19/07/2022
FCT	Dr. Pedro Leite, Dr.ª Susana Dias, Dr. Luís Ascensão e Dr. Antonio Santos e Dr.ª Isabel Vitorino	25/07/2022
AICEP	Dr.ª Madalena Silva e Prof. Francisca Guedes de Oliveira	26/08/2022
IAPMEI	Dr.ª Maria Figueira	07/07/2022
Turismo de Portugal	Dr Carlos Abade	28/06/2022
DGAL	Dra. Maria Fernanda Pimenta e Dra. Joana Lucena	20/07/2022
IFRRU2020	Dr.ª Teresa Mouro Ferreira	14/07/2022
IFD	Dr. Pedro Magalhães e Dr.ª Sónia Timóteo	04/07/2022

Quadro A15. Entrevistas com atores estratégicos
Fonte: CEDRU (2022)

Entidades	Participantes	Data
#1. Empreendedorismo, Inovação, Formação e Emprego		
AG POR Alentejo	Dra. Mariana Pala, Unidade de Coordenação e Controlo e Dr. Gonçalo Costa, Secretário Técnico	26/10/2021
AICEP Portugal Global	Dr. Miguel Franco e Abreu	
Instituto Politécnico de Portalegre	Dr. Paulo Ferreira	
Instituto Politécnico de Beja	Prof.ª Fernanda Pereira, Coordenadora da Incubadora	
NERE	Dra. Paula Paulino, Diretora Executiva	
NERBE/AEBAL	Dr. João Coelho, Adjunto de Direção do NERBE/AEBAL	
IEFP, IP	Dra. Cristina Varela	
#2. Reabilitação Urbana, Património Natural e Cultural, Inclusão, Desenvolvimento e Regeneração Socioeconómico		
AG POR Alentejo	Dra. Mariana Pala e Dr. Gonçalo Costa	26/10/2021
IFFRU 2020	Eng.ª Maria Albuquerque	
DRC Alentejo	Dr. João Santos	
CIM Alto Alentejo	Dra. Ana Garrido e Dra. Andreia Branco	
CIM Alentejo Central	Dra. Gisela Vitorino	
CIM Baixo Alentejo	Dr. Luís Silva	
CIM Alentejo Litoral	Dra. Alexandra Raposo	
Turismo de Portugal, IP	Dra. Susana Macedo	
CIM Lezíria do Tejo	Dr. António Torres	
CCDR Alentejo	Dr. Roberto Grilo e Eng.º Carlos Almeida	
DGEstE – DSR Alentejo	Dr. José Gazimba Simão	

Entidades	Participantes	Data
ESDIME	Dra. Isabel Benedito	
ARH Alentejo	Dr.ª Rosa Gouveia Catita	

Quadro A16. *Focus Group* **com atores estratégicos**
Fonte: CEDRU (2022)

Entidades	Data
#1. Articulação de intervenções e fontes de financiamento	
AG POR Alentejo	19/12/2022
Turismo de Portugal	
ANI - Agência Nacional de Inovação	
FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia	
IAPMEI	
Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	
Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo	
Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	
#2. Competitividade e internacionalização, Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação	
AG POR Alentejo	19/12/2022
Instituto Politécnico de Portalegre	
Instituto Politécnico de Santarém	
IAPMEI	
Banco de Fomento Português	
ERT, Turismo do Alentejo	
NERA	
NERBE	
#3. Emprego e valorização económica de recursos endógenos	
AG POR Alentejo	20/12/2022
ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste	
Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	
#4. Desenvolvimento urbano sustentável, ambiente e sustentabilidade e coesão e inclusão	
AG POR Alentejo	20/12/2022
Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	
Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo	
#5. Ensino e qualificação do capital humano	
AG POR Alentejo	21/12/2022
DGEstE	
NER	
Nersant	
POCH	
#6. Capacitação institucional e modernização administrativa	
AG POR Alentejo	21/12/2022
Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	

Entidades	Data
Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo	
Câmara Municipal de Portalegre	

Quadro A17. *Focus Group temáticos* **com atores estratégicos**
Fonte: CEDRU (2022)

7.5.3. Síntese de entrevistas

QA1. Os objetivos previstos no Programa Operacional foram ou têm condições de ser alcançados? Qual o contributo do Alentejo 2020 para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

Instrumentos/TO que se têm revelado mais ou menos eficazes para cumprir os objetivos específicos do Programa Operacional e que apresentam uma melhor performance face às metas

- EIXO 4: Resultados nas habitações reabilitadas (IFRRU2020) muito aquém do esperado; não se tornou um instrumento apelativo para os proprietários; tem restrições maiores que o JESSICA (por exemplo tem de ser dentro de uma ARU); no futuro deve-se alargar o espaço de elegível; condições de financiamento bancário são mais vantajosas que o IFRRU2020; problema do número de proprietários (propriedade horizontal).
- PEDU: Grande disparidade entre o que estava nos Planos apresentados e o que foi feito; efeito das eleições autarquias (mudanças nos Planos devido a mudanças nos executivos camarários); houve necessidade de mudar operações de Eixo; foi permitido fazer revisões dos Planos a meio do processo; havia indicadores com metas muito baixas e facilmente eram atingidas.
- EIXO 6: na área da saúde houve problemas de arranque da execução.; falta de autonomia dos hospitais e dos Centros de Saúde para fazer obras - precisam de dupla autorização prévia (Ministério da Saúde e Ministério das Finanças) para iniciar contratação, o que atrasou os processos.
- EIXO 7 (energia apenas setor público): problemas de leitura do desempenho porque o indicador não abrange a iluminação pública; atraso na transposição de legislação comunitária atrasou lançamento de Aviso; falta de técnicos municipais com competências e capacidade para fazer as candidaturas; o mercado não tem técnicos capazes na área da energia, especialmente no Alentejo; com a reprogramação de 2019, as IPSS passaram a estar juntas com a Administração Pública; devido à pandemia as IPSS fecharam e não conseguiram fazer intervenções porque não era possível entrar-se nos equipamentos para fazer as intervenções; atualmente as IPSS estão a desistir das operações porque face aos custos atuais não têm capacidade para suportar a contrapartida nacional (e não podem alterar o valor elegível); obras associadas a intervenções de eficiência energética, não são elegíveis (por exemplo se se efetuar uma substituição integral da cobertura só é elegível o isolamento), pelo custo elegível acaba por ser baixo; problemas do indicador na redução das emissões (não tem qualquer relação com as intervenções, não pode ser considerado para uma análise).
- EIXO 8: a pandemia ajudou ao sucesso dos resultados porque aumentou muito a visitação do Alentejo; existe um problema na execução de obras públicas devido das revisões de preços em alta.
- EIXO 9: indicadores favorecidos pela pandemia e pela digitalização na Administração Local.
- Assistência Técnica: A dotação financeira do Eixo é manifestamente insuficiente, pelo fato da distribuição ser efetuada em função da dotação global, sem considerar determinadas especificidades das regiões. Os OI mais do que duplicaram no presente período de programação, dificultando assim a sua distribuição financeira. Não existirá financiamento para realizar um trabalho de qualidade e que responda às várias exigências regulamentares.

Principais resultados (e insucessos) associados às abordagens integradas

- Principais ganhos/sucessos: acompanhamento e monitorização direto e mais incisivo, com reflexo em maiores taxas de execução; maior proximidade aos executores; importância da construção da estratégia em forte articulação com os atores (clara definição de prioridades e objetivos), mas depois não deixam contratualizar tudo (não se pode cometer o mesmo erro neste novo período de programação, com a revisitação da estratégia); podem querer dar mais enfoque a determinados setores, mas se há PI obrigatórias, PI facultativas e os montantes disponíveis são escassos não há discussão ou concertação; devia haver vazos comunicantes por exemplo entre CIM (abdicar de apoios no ciclo urbano da água, mas reforçar a reabilitação das escolas).

TO que foram mais capazes de mobilizar a procura e apresentam uma melhor performance face às metas dos indicadores

- A eficiência energética (iluminação pública) e a reabilitação do parque escolar tiveram imensa procura; claramente assumidas como prioridades regionais; recomendação: maior autonomia do lançamento dos AAC e candidaturas em continuo.
- No caso do IFRRU2020, as entidades responsáveis pela gestão e implementação dos apoios têm procurado reduzir as assimetrias de informação, promovendo um melhor conhecimento dos particulares. O mesmo se aplica à Administração Pública para esta dinamizar a procura pelos subsídios reembolsáveis para a eficiência energética. Adicionalmente, têm também sido desenvolvidas iniciativas para reforçar o conhecimento e a capacitação base dos beneficiários.
- Persistem algumas necessidades identificadas em termos de reabilitação do parque escolar, mas têm sido bem sucedidos (continuidade através de dois ciclos de apoio); já não é uma preocupação em algumas CIM
- Ao nível de inovação, quase todos têm taxa de sucesso. A procura é grande e enquadra-se nas necessidades da região; a banca faz uma análise de risco exigente; se não fosse o SI não haveria inovação, os empresários reconhecem que o projeto só foi realizado

por causa destes; os incentivos cobrem uma falha do mercado. Problema: falta de mão de obra qualificada nos setores em que querem inovar. As empresas formam, mas não conseguem reter; faltam medidas de apoio à fixação no interior.

- A questão da qualificação faz todo sentido no Alentejo. Em relação aos instrumentos, considera-se que o reposicionamento da oferta hoteleira tem de ser prioritário. Contudo, é mais difícil para estas empresas serem abrangidas (uma unidade hoteleira nova num lugar onde não exista oferta assume-se como mais inovadora do que a requalificação de um hotel existente; essa classificação é problemática; os mecanismos de enquadramento não são apropriados; as grelhas deveriam ser ajustadas tendo em conta o tipo de investimento).
- Esforço para redefinir melhor os critérios de seleção ou focar nos mais relevantes. Há muitos subcritérios de seleção. Muitas vezes os formulários são muito complexos (necessidade de simplificação do sistema).
- IFRRU2020: apenas 11 operações apoiadas (12 milhões de investimento); não tem sido possível mobilizar maior procura no Alentejo pelas características territoriais (tecido urbano mais disperso, territórios muito ruralizados, os centros urbanos não têm muita população residente ou dinâmica económica; população envelhecida com pouca apetência para o investimento imobiliário - reabilitação de habitação própria). Existência de instrumentos concorrenciais - no turismo há outras formas de financiamento, não reembolsáveis, mais atrativos para os potenciais investidores. Como o investimento IFRRU é sobretudo para turismo, e este setor tem diversas outras fontes de financiamento não reembolsáveis, torna-se pouco apetecível.
- Como os apoios se têm de concentrar apenas naquelas pequenas localizações, definidas pelos PARU, tal pode condicionar os investimentos e a alavancagem FEEI (é a região em que essa alavancagem é menor); o investimento médio por operação é substancialmente mais baixo que no restante território nacional (Alentejo – 1 milhão de euros; restante 3 milhões de euro).
- As metas não serão alcançadas, até porque já não será possível "aceitar" novos contratos face ao tempo médio de realização de uma obra deste tipo (2 anos) e o término do período de programação (conforme deliberação do comité de investimento de março). A meta de fixação de novos residentes, não devia ser considerada ou é difícil associá-la ao instrumento. É necessária uma política integrada e multidimensional de desenvolvimento, o que implica uma maior consolidação de diversos instrumentos e estratégias. O IFRRU é apenas centrado na reabilitação urbana, não lhe pode ser exigido que seja único contribuinte para a fixação de novos residentes.

Adequação dos avisos de abertura de concurso para captar uma procura qualificada

- Desajustamentos do POR / Avisos, face à procura ocorre sobretudo no caso do IFRRU2020 e na Eficiência energética (é necessária maior amplitude dos custos elegíveis)
- Avisos de concurso com pouco tempo de abertura, mesmo quando existem montantes elevados envolvidos. No início dos quadros de programação existem muitos estrangulamentos, em virtude das exigências administrativas.
- A eficácia e eficiência é muito maior (são mais céleres nas análises, nas reprogramações, nos pedidos de pagamento). Mas o que conta são os avisos. A partir do momento em que há contratualização não faz sentido existir esta imprevisibilidade no lançamento dos Avisos (tem de se garantir maior continuidade, passarem a estar abertos em continuo...). Não se justifica a passagem pela CCDR, pela AD&C. É necessário garantir maior autonomia no lançamento dos AAC (pode interessar abrir um aviso à CIM Lezíria e, por exemplo, à CIM Alto Alentejo tal não fazer sentido naquele momento).
- A reprogramação do PT 2020, de forma a acomodar as operações aprovadas em contexto de pandemia, foi bastante positiva e demonstrativa de uma flexibilidade (importante e necessária). As alterações introduzidas foram, sobretudo, ao nível da flexibilização das condições de execução, mais especificamente flexibilização dos prazos, de ajustamento de metas, de alteração para ações com maior procura, entre outros. Estas alterações foram muito bem acolhidas pelos OI, uma vez que permitiu um maior ajustamento e cumprimento.
- No caso das operações de I&D a procura foi muito superior à oferta. No caso das infraestruturas estas estavam predefinidas. Houve alguma evolução ao longo dos primeiros avisos. Apesar dessa evolução, ainda carece de alguma simplificação (projetos de I&D). A adequação das verificações, dos condicionantes à dimensão do financiamento. Todas as condições que têm de ser verificadas não varia entre pequenos projetos e grandes projetos, o que exige uma carga burocrática elevada quando se tem muitos pequenos projetos. Critérios de avaliação parecem excessivos.
- Na vertente internacionalização, as empresas estão preocupadas porque não há concursos abertos (no último concurso havia muitos projetos elegíveis e que não foram aprovados por causa da dotação). A internacionalização está prejudicada. Há uma grande necessidade de as empresas irem para fora negociarem e exporem e não há recursos, é uma questão de continuidade de uma boa política.
- As ações de e-commerce começaram com pouca adesão, mas depois aumentou muito essa procura.
- No turismo a procura potencial foi bastante elevada. Contudo, a aprovação foi pouco superior a 20%. Globalmente reprovam-se muitos projetos, porque se comunica mal. Não há um processo de aprendizagem, em geral, as empresas fazem uma candidatura e depois a flexibilidade é muito reduzida. Podem-se simplificar os critérios.

Fatores relacionados com o desenho dos instrumentos/TO que explicam o maior ou menor sucesso do Programa Operacional

- PEDU: é pertinente a existência de um documento, quer seja estruturante quer seja complementar; contratualizados com as Autoridades Urbanas, tem de haver uma base de fundamento, por isso existir um PEDU é essencial; estão a envolver vários parceiros; têm focalização espacial (centros históricos, zonas ribeirinhas e zonas industriais) pelo que asseguram, potencialmente, a existência de impactes
- PAICD: é necessário no relatório fazerem prova da articulação entre as medidas de combate à pobreza e a exclusão, o que é determinante.
- É preciso melhorar a fase de negociação/programação, nomeadamente as regras, com as CIM. Desconhecem a evolução de toda a informação o que lhes retira capacidade de esclarecimento e diálogo com os autarcas. Por exemplo, tinham ficado na contratualização as escolas do 1.º ciclo. Posteriormente, foram informados que passariam a ter também a responsabilidade de apoiar as EB 2/ 3 e secundárias. As verbas eram manifestamente insuficientes.
- Critérios de seleção: propensão aos mercados internacionais é relevante, mas na seleção dos projetos é um problema.

Contributo do sistema de monitorização do Programa Operacional para apoiar as decisões de ajustamento no Programa Operacional e melhorar os níveis de eficácia

- O sistema de monitorização foi importante para se fazer ajustamentos nas metas.
- A taxa de anulação é muito elevada comparativamente com outros períodos de programação comunitários. Em termos de projetos encerrados, não há informações suficientes para analisar o sucesso do projeto.
- No turismo, deveria existir uma tentativa de foco na aplicação dos instrumentos de modo a diminuir as reprovações, diminuir as complexidades das candidaturas, custos simplificados (formas de garantir maior rapidez na análise das despesas), encontrar o máximo de conexão entre os sistemas da administração publica (por ex: as camaras municipais têm departamentos de análise dos projetos de arquitetura, mas o turismo não tem acesso a decisão dos projetos). Existem mecanismos de validação em que se podia ir mais longe.

Alterações nas prioridades e políticas públicas enquadradoras que tenham limitado ou mesmo inviabilizado o alcance dos objetivos e resultados previstos

- Necessidade de rever coletivamente a alocação de recursos à verificação de certificação de despesa. Atualmente, há auditorias/certificações e validações sucessivas, com custos e prejuízos enormes. Há um enfoque/receio excessivo, ao nível nacional, na fraude em termos de gestão/apropriação de fundos comunitários, o que leva a procedimentos administrativos excessivos.
- As entidades da Administração Central não têm propriamente bem definidas as prioridades regionais, não existem prioridades a esta escala. A Administração Central analisa e emite parecer sobre o que lhe é pedido. Há um diálogo construtivo com as entidades regionais/nacionais. Mas não há hierarquização regional de investimentos. Não há cartas/mapeamentos regionais, nem estão sinalizadas/hierarquizadas necessidades regionais. É muito importante o que está neste momento a ser feito, em diálogo com as entidades (Carta de Saúde, Carta Educativa, Carta Social sub-regional; necessidades/hierarquia de prioridades/intervenções)
- Foi possível desmobilizar verbas da PI da eficiência energética para outras.
- Mapeamento: pouca participação com as CIM cria problemas de operacionalização e contribuiu para que não fossem mapeadas todas as principais prioridades. Contudo, foi possível integrar e garantir o reforço/adenda do PDCT para a dimensão da reabilitação de escolas.
- Seria importante desenvolver/especificar menos as condições de admissibilidade e colocar essas verificações mais do lado da contratação ou da execução
- Aprofundamento da inclusão de custos simplificados (ex.: 25% dos custos indiretos, o que foi bom, mas os critérios de amostragem da verificação da despesa passaram nalguns casos para 100% o que foi complicar o processo)

Concretização dos objetivos específicos e condições para serem integralmente realizados

- Globalmente, objetivos específicos estão a ser atingidos e existem condições para serem realizados, com algumas exceções, designadamente ao nível da eficiência energética.
- Grandes dificuldades no IFRRU2020. Existe um desvio grande de procura e execução face às restantes regiões do país (exceto Açores). 413 contratos no país (1300 milhões de investimento), apenas 11 no Alentejo (11,7 milhões)...mas estes números escondem outra realidade: houve 31 intensões de investimento (20 milhões de euros) e cerca de 130 pareceres positivos emitidos pelos Municípios (alguns tinham mais de 20 pareceres: Évora, Beja, Castelo de Vide, Elvas,...). Desconhece-se as causas para não terem avançado, não terem sido concretizados (terá sido apenas pela complexidade do quadro regulamentar/operacional do IF?)

Alterações que foram sendo introduzidas nos instrumentos para uma melhor resposta ao cumprimento dos objetivos e às necessidades de desenvolvimento da Região

- Em termos gerais, houve alguma capacidade de resposta nas reprogramações, sobretudo no que se refere ao COVID-19 nas áreas da saúde e da transição digital. Em algumas CIM a eficiência energética não avançou muito, mas foi possível reafectar verbas para a reabilitação de escolas. O valor de referência custo/sala foi aumentando (maior o valor elegível comparticipado)
- A grande flexibilidade do Programa foi um fator muito positivo que fica como uma recomendação para uma operacionalização mais eficaz.
- Instrumentos de capital: no Alentejo houve dificuldade em atrair beneficiários pelas características da própria região (a procura ficou aquém da dotação disponível). Comparativamente teve sempre aquém, o tem a ver com a dinâmica da região, tem de ter mais ações de divulgação, para promover os IF. É uma região muito ligada ao setor primário, e em termos de elegibilidade tiveram muitas restrições, por não cumprir essas condições. (ex: só pode apoiar a partir da produção). O BPF teve de fazer mais ações de divulgação e de comunicação no Alentejo do que noutras regiões.

Fatores externos ao Programa Operacional que terão potenciado ou condicionado os resultados

- Os promotores de muitas intervenções tiveram de prorrogar prazos de execução por ausência ou impossibilidade de as finalizar como resultado dos efeitos diretos e indiretos provocados pelo COVID-19. As dificuldades relacionadas com a indisponibilidade de mão-de-obra e o aumento dos custos associados dificultou a concretização dos projetos contratados, sendo que a pandemia também afetou a disponibilidade de materiais e dos produtos necessários aos trabalhos (mais dispendiosos, com prazos mais alargados de entrega), levando a que alguns concursos abertos pelos promotores públicos ficassem a descoberto, a que acrescem alguns constrangimentos com que a maioria dos promotores se confrontou no decurso da implementação das operações ao nível do tempo e do esforço despendidos em questões administrativas/burocráticas. Esta situação foi agravada com a guerra na Ucrânia (escalada significativa dos preços das matérias-primas, da energia e dos materiais de construção), pelo que se revelará fundamental encontrar soluções que permitam mitigar este contexto adverso de modo para que não seja colocado em causa a prossecução dos resultados e dos impactos pretendidos. No Alentejo é ainda pior face ao litoral, pois há custos acrescidos de interioridade, de deslocações e de alojamento. Esta questão pode pôr em causa a execução de projetos. Há projetos que estão com problemas em iniciá-los, em virtude do receio de não os poder terminar a tempo; outros estão a correr, mas há empreiteiros que vão desistir, colocando em causa a execução desse mesmo projeto.

- O SEF não está a conseguir dar resposta aos processos de pedidos de imigrantes para trabalhar em Portugal, diminuindo as opções de mão-de-obra disponível. A regra N+3 devia ser revista, considerando as dificuldades excecionais que neste momento se verificam em Portugal e, de um modo geral, por toda a Europa, associadas aos COVID-19 e à invasão da Ucrânia pela Federação Russa, colocando em causa a finalização de vários projetos, mas mesmo outros que eram para iniciar e que não iniciaram com o receio de não serem finalizados.
- Os trâmites processuais deviam ser simplificados neste momento para se ganhar tempo – veja-se o exemplo do Tribunal de Contas. A burocracia continua com os mesmos timings, os quais são desajustados.
- A concertação entre a CIM e o Programa Operacional regional e com outros programas foi fundamental. Por exemplo, ao nível do PDR, correu muito bem a articulação, sendo possível avançar com projetos de reforço de segurança nas barragens da região (para fins agrícolas). Com o POSEUR foi menos conseguido, correu menos bem. As verbas estavam muito fechadas/comprometidas, o que levou a que apenas recentemente tenha sido possível avançar com o sistema de vigilância das florestas (apenas 300 mil euros). A Tutela identificou as prioridades territoriais, mas não contemplou o Alto Alentejo. Esta era uma área central/prioritária, que não poderia ser contratualizada pelo PDCT e assim não havia possibilidade de apoio.
- Necessidade de maior autonomia do Programa Operacional para a abertura de Avisos (gerir/controlar pela Tutela, mas apenas fora do processo de contratualização). Poderia haver concertação entre as CIM dentro da região. Calendarização de NUTS II para a contratualização.
- A FCT utiliza ferramentas próprias para análise das candidaturas e execução dos seus processos. A articulação dos sistemas da FCT com Compete, prejudicial. Ainda estão a estabilizar hoje as ferramentas para poderem encerrar o PT2020.
- Contratos de delegação de competências; os OI deviam ter mais autonomia. Não devia ter de esperar pela decisão de 3 Programa Operacional em simultâneo para a prorrogação de um projeto que é apoiado por 2 PO.
- No caso da delegação de competências para os apoios às infraestruturas: Para além das 31 infraestruturas inseridas no roteiro, foram incluídas mais 16 infraestruturas a meio do processo. Estas infraestruturas tiveram concursos novos para que se pudessem candidatar. O POR Alentejo abriu um aviso sem falar com a FCT, apesar de este não incluir contrapartida nacional. A FCT ficou sem a capacidade de ter a visão de conjunto de todas as infraestruturas apoiadas no âmbito do Roteiro Nacional. É algo que retirou eficiência aos instrumentos.
- Houve atrasos na execução devido à pandemia, mas houve uma deliberação que permitiu a prorrogação dos apoios e da execução.
- Grande adesão das empresas, aspeto muito positivo relativamente ao alcance dos objetivos. O PO/PT2020 foi muito perturbado por fatores externos e isso determinou a eficácia dos instrumentos à disposição das empresas. Na execução dos projetos, houve problemas como a pandemia, a guerra, problemas de logística, problemas de transporte, de fornecimento de materiais primas, portanto por um lado temos um fator positivo (a adesão das empresas) e por outros fatores externos condicionantes. As feiras demonstram que há cada vez mais espaço para as empresas portuguesas. Importância da flexibilização nos encerramentos, passaram alguns a serem feitos online com verificações online, enquanto antes eram somente no local.
- No caso do IFRRU2020: i. fatores potenciadores: a definição das elegibilidades foi coerente e justa na reabilitação urbana (reabilitação integral do edifício, quase todas as despesas elegíveis - as não elegíveis estavam perfeitamente identificadas numa lista fechada); a flexibilidade da AG. Ii. fatores condicionadores: delimitação da área de apoio circunscrita ao PARU e não à ARU. Os beneficiários não percebem. Tem um impacte grande nos investimentos privados. Existência de taxas de crédito negativas na banca comercial, no caso do BEI isso não é possível (é de 0%), logo não se podiam aqui aplicar. Os beneficiários eram duplamente penalizados: a. apenas apoiados num determinado subterritório (delimitação PARU; difícil de explicar quando a autoridade urbana é o Município...) e b. as taxas superiores às praticadas na banca comercial. Num instrumento específico (PARU) para um fim específico (reabilitação), a publicitação não tem a mesma força, de um regulamento ou decreto regulamentar (ARU), nem tem o mesmo conhecimento da maioria dos atores.

Contributo dos modelos de implementação/governação das abordagens territoriais integradas para captar procura qualificada

- Não existem problemas com a instrução das candidaturas, no processo de Contratualização. Por vezes surgem algumas não elegibilidades por não se enquadrarem nos parâmetros definidos (por exemplo, custo por sala de aula). Mas não há propriamente reprovações. Face à escassez de verbas, as CM tiveram de selecionar muito bem o que priorizar. As intervenções são mesmo prioridades locais/dos Municípios, pelo que estão já muito bem trabalhadas previamente. Por outro lado, há cada vez um maior *know how* dos recursos humanos, estão bem preparados e desenvolvem bons projetos.
- O fato de as CIM serem OI contribui muito para aumentar a eficiência e eficácia. É muito positivo para o território. Têm outra maturidade e reconhecimento, seja dos Municípios, seja de outras entidades do território. Ganharam uma maior legitimidade e capacidade de reivindicação de projetos estratégicos e estruturantes.
- Reforço da capacidade de negociação de projetos transversais estratégicos; maior legitimação territorial da entidade (junto de outros atores e para liderar reivindicações regionais).
- Permitiu para algumas áreas, modernização administrativa, pensar e apresentar candidaturas transversais.
- A credibilidade da CIM Alto Alentejo (CIMAA), enquanto OI, permite-lhe liderar e inscrever um projeto direto do PRR, com um forte peso financeiro – 120 milhões de euros (barragem do Pisão). O processo de contratualização gerou avanços muito importantes. A proximidade CIMAA e técnicos autárquicos, incluindo pela presença em diversos grupos de trabalho temáticos é fundamental. A instrução das candidaturas e a sua importância estratégica sai reforçada.

Face a eventuais desvios (nos objetivos e metas) recomendações para uma operacionalização mais expedita e/ou eficaz

- Agilizar os trâmites processuais associados ao quadro regulamentar e operacional. Existe bastante complexidade nalguns procedimentos.
- Continuar o processo de redução da complexidade do quadro regulamentar e operacional do IFRRU2020; o tipo de apoio tem de ser ainda mais interessante/vantajoso numa região com estas características.

Mobilização das entidades com responsabilidade na promoção das políticas públicas relevantes

- O mapeamento não correu bem, em algumas dimensões. Por exemplo, havia equipamentos escolares que careciam de profundas intervenções (elevada degradação) que não foram considerados de primeira prioridade pela DGEST. Só depois de muito diálogo e sensibilização foi possível avançar/contemplar estes equipamentos (impacte na execução).
- A DGEST esteve muito fechada, apesar dos muitos alertas e momentos de sensibilização para as necessidades e prioridades municipais. Atualmente tem um impacte muito significativo e gera problemas de gestão e acompanhamento. É verdade que foi sendo possível reforçar as verbas (adendas ao PDCT), para acomodar as pretensões de investimento, mas era preciso conhecer previamente, para melhor programar/facilitar a gestão.
- Contratualização PT2030: é necessário que com o CUA (Ciclo Urbano da Água), não se venha a passar o mesmo que com as escolas. As necessidades locais estão identificadas, não é desejável haver "imposições" de outras entidades (apoios à rede em alta...)
- Eficiência energética: algumas CIM fizeram um esforço enorme com recurso a entidades regionais especializadas, mas nunca conseguiram perceber os critérios/pareceres da DGEG (vinculativos). Grande incoerência e morosidade de respostas – mudança permanente de critérios (alteração critica porque não se percebeu a razão de aprovação nuns concelhos e, posteriormente, deixou de ser possível).

A dimensão e capacitação das CIM garante eficácia e eficiência ao processo de contratualização

- A abordagem operativa definida (CIM enquanto OI) concorre para aumentar a eficiência de governação (reduzindo os custos de transação), mas também para aumentar a eficácia e o impacte da execução. As estruturas respondem muito bem. Número suficiente e com experiência acumulada.
- Têm vindo a ampliar e melhorar as suas competências, o que concorre para elevada taxa de execução dos PDCT e dos compromissos
- Está em curso um processo de trabalho (de continuidade) com as escolas e com as juntas de freguesia pensando nos futuros apoios
- Algumas CIM cresceram muito e estão mais bem capacitados, o que lhes permite revisitar a estratégia regional internamente (estruturas técnicas da CIM e dos Municípios). Vão continuar a crescer pela necessidade dos Municípios (Ciclo Urbano da Água, Resíduos...).

QA2. Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo Alentejo 2020, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

Adequação da afetação dos recursos financeiros pelos diferentes objetivos específicos, beneficiários e territórios-alvo

- Em termos gerais a distribuição dos fundos entre áreas foi equilibrada. O maior problema tem que ver com a intensidade do apoio, mais do que com a distribuição dos fundos.
- Contudo em algumas áreas não é adequada/suficiente. Há inúmeras escolas secundárias e EB 2/3 que não foram ainda intervencionadas. No SI2E as CIM deviam ter uma palavra a dizer sobre os AAC na Região. Devia existir uma "regionalização" do SI pelas sub-regiões. Obrigam na revisitação da estratégia, que se coloque as empresas, os centros científicos e tecnológicos, a transferência de conhecimento como dimensões-chave e depois não são ouvidos na execução, nas prioridades, na afetação de verbas. Até podem criar uma forte assimetria (Évora/Santarém/Sines e os restantes,...)
- Generalidades dos beneficiários preferiam apoios a fundo perdido. As condições de financiamento do IF direcionados para a habitação particular são vantajosas face às disponibilizadas pela oferta bancária tradicional, ainda que essas vantagens registem diferentes níveis de intensidade ao longo do período de apoio comunitário.
- O SI2E teve muito interesse e participação das micro, pequenas e médias empresas. Se as CIM tivessem mais verbas, mais teriam aplicado.
- As CM fazem bastante referência aos estabelecimentos de ensino e de formação, referindo que as necessidades de financiamento seriam muito maiores comparativamente aos montantes disponibilizados. Contudo, isto é algo transversal a todo o país.

Adequação das formas de financiamento/intensidades de apoio face às necessidades de investimento dos destinatários

- Genericamente há preferência pela subvenção não reembolsável, em detrimento dos IF. As taxas de financiamento são adequadas, mas nos apoios IF, a procura foi menor. Também os valores máximos de referência estão desajustados e desadequados à realidade atual, fazendo com que taxas de 85% previstas se transformem, na prática, em apoios que oscilam entre os 50% e os 65%, na maior parte dos casos.

Atratividade das condições de financiamento dos IF

- Problemas no financiamento de habitação própria: o crédito bancário tem melhores condições (maiores períodos de maturidade do empréstimo, até 30 ou 40 anos)

Importância da aprovação prévia dos PEDU/PARU/PAICD para potenciar os efeitos das intervenções

- Potenciaram os efeitos das intervenções, pois obrigou a uma reflexão prévia extremamente importante para depois se concretizarem os projetos, bem como contribuiu para a mobilização de parceiros-chave.

QA3. De que forma o processo de implementação do Alentejo 2020 contribuiu para a eficácia e eficiência do Programa? E para o reforço da coesão territorial?

Efeitos ou impactos resultantes das operações apoiadas

- É difícil pensar/medir impacto porque a maioria das execuções estão em curso.
- Maiores impactes, no âmbito do PDCT da Lezíria do Tejo: 1. Eficiência energética (está suprido mais de 90% das necessidades regionais em iluminação pública) – poupanças muito significativas e redução das emissões de GEE / ganhos ambientais e

financeiros; 2. Reabilitação de escolas continuo trabalho, com mais de 15 milhões de investimento dos Municípios, no parque sob sua responsabilidade); 3. Combate ao insucesso escolar (candidatura CIM com estruturas locais – cerca de 37/38 psicólogos no terreno) – inovação e acompanhamento de proximidade.

Capacidade de a AG e os restantes atores contrariarem o efeito penalizador de mudanças não previstas

- A internacionalização é difícil e cara e as PME estão subcapitalizadas, pelo que os fundos são essenciais. Não quer dizer que não fizessem, mas seria muito restrito. Na TI inovação produtiva, na busca de localização alternativa para expandir, a questão dos incentivos é determinante. As empresas poderiam não expandir em Portugal, mas os incentivos ajudam nessa decisão. Em termos de internacionalização é crucial, não haveria se não fosse os SI.
- A AICEP está a desenvolver instrumentos de formação para as empresas. É importante o direcionamento e acompanhamento das associações nas pequenas empresas.

Contribuição dos apoios disponibilizados para atenuar assimetrias regionais

- Municípios mais pequenos não teriam condições de avançar com projetos, porque têm pouca capacidade de investir. Falta de adequação de alguns projetos às temáticas demográficas.
- Em alguns casos, talvez se estejam a acentuar assimetrias intrarregião. Por exemplo, na opção PEDU/PARU. Mesmo que seja importante apoiar sobretudo os concelhos que integram o sistema urbano estruturante, não pode existir uma discrepância de apoios tão significativa. Por exemplo, Salvaterra de Magos-Coruche, têm a mesma população e a diferença dos apoios foi enorme 1 milhão PARU Salvaterra; 5 milhões PEDU Coruche. Por outro lado, estão a criar-se melhores condições de vida, bons equipamentos, mas a evolução do PIB per capita, a fixação de pessoas não está a acontecer, estando ainda longe das médias de outras sub-regiões.
- O apoio FEEI é muito importante para as IPSS, porque maioritariamente os recursos são escassos para a população que pretendem alcançar. Defendem medidas de sustentabilidade destes projetos, mas na área da economia social sem os FEEI a abordagem ficaria amplamente limitada, portanto, o financiamento comunitário é fundamental para promover os projetos, pelo menos de forma mais eficaz e alargada. Alguns projetos poderiam avançar sem estes Fundos, mas o impacto seria substancialmente inferior, não tão alargado em termos territoriais, nem considerando tantos destinatários.
- Nos PDCT não há uma efetiva valorização territorial, uma perspetiva de discriminização positiva para reduzir as assimetrias. Mas também seria difícil privilegiar umas CIM em detrimento de outras, pelas dinâmicas instaladas e capacidade histórica de execução.
- Nota-se uma preocupação regional em reduzir assimetrias, mas muitas vezes a diferenciação é feita/"imposta" pela Tutela. Ou seja, essa ausência de preocupação de redução de assimetrias não ocorre à escala regional, mas à escala nacional (por exemplo, conclusão do IC13 até Alcochete – necessidade reforçada com a possibilidade do novo aeroporto).

QA5. O Alentejo 2020 está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades da Região, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

Adequação da arquitetura programática do Programa Operacional face às necessidades de desenvolvimento da Região

- Era fundamental que tivesse sido possível contratualizar outras dimensões com as CIM. A implementação de uma estratégia integrada, multidimensional não foi possível de concretizar. Torna-se obrigatório definir uma estratégia, que é avaliada de forma muito positiva (2.ª ao nível nacional), mas depois não conduziu ao reforço dos montantes financeiros disponíveis e, posteriormente, define-se que a contratualização se circunscrevia a algumas PI obrigatórias e algumas PI facultativas.
- Há necessidades complementares sinalizadas pelos autarcas, mas que estão cada vez mais sensibilizados para o facto de serem prioridades negativas (acessibilidades, equipamentos culturais e desportivos,...). Poderia haver uma maior flexibilidade do Programa Operacional para acomodar outras necessidades.
- É necessário consolidar outro setor (social). Há uma grande necessidade de vagas para alguns equipamentos e respostas sociais e é necessário o Programa Operacional estar preparado para responder a este desafio, seja ou não no âmbito da contratualização.

Papel do modelo de governação/gestão para promover complementaridades e reforçar os resultados gerados

- Era importante aumentar a autonomia das CIM no lançamento dos AAC, ter um papel mais preponderante nos timings de lançamento. A própria AG tem condicionalismos, tem pouca autonomia (não pode ser a AD&C a lançar/definir os timings sem ter em conta as especificidades e prioridades regionais).
- Foi muito positivo e correu muito bem a integração de montantes do SI2E para apoio às micro e pequenas empresas. Deverá continuar no futuro. A relação e articulação com os GAL foi muito positiva. O papel de articulação/promoção dos GAL é muito importante. O SI2E teve muito interesse e participação das micro, pequenas e médias empresas. Se tivessem mais verbas, mais teriam aplicado.
- As CIM, para algumas áreas, careciam de apoio especializado, mas também os beneficiários. Estabeleceram-se parceria com diversas entidades, que estava perfeitamente capacitada para este processo.
- O Programa Operacional regional deve estar mais atento, valorizar mais as Estratégias de Eficiência Coletiva (PROVERE). Criar condições para lançar os AAC quando são necessários (o Norte e o Centro, aparentemente, laçam os avisos PROVERE quando necessário).
- Algumas CIM recorrem a grupos de trabalho, incluindo técnicos da própria estrutura, dos Municípios e de outros atores regionais. Estabelecem parcerias, sem custos para as entidades. Mas têm de ter mais recursos, vão ultrapassando as expetativas, mas há matérias muito especializadas que carecem de outra abordagem/de outras necessidades de recursos. Alguns Municípios ainda carecem de estruturas técnicas mais reforçadas e com outras competências. O facto de trabalharem em conjunto, acaba por permitir desenvolver/promover projetos transversais/estratégicos. É importante esta proximidade das CIM, não apenas nesta fase, mas também na monitorização, acompanhamento e avaliação dos projetos.
- Boa relação entre as CIM com a AG PO. A proximidade e disponibilidade para resolver os problemas que vão surgindo existe e é muito importante. Na gestão dos Avisos e financeira (adendas ao PDCT), pode haver margem de progressão.

- No caso do IFRRU2020, a existência do Comité de Investimento é fundamental. Os financiadores podem de forma eficaz discutir, ponderar, decidir. Ter uma equipa central, para todo o país, é fundamental (em dedicação exclusiva). Transversalidade de critérios, uma só voz na passagem de informação. Ganhos de confiança. Importância do modelo de governação adotado. Capilarização através dos Municípios – aumenta a eficiência (cada um faz o que sabe; o parecer vinculativo é do Município, que melhor conhece o território e a estratégia de desenvolvimento em curso). Aspeto negativo a melhorar: Balcão 2020. Não é facilitador (não tem um módulo próprio para os IF), cria dificuldades de gestão (recurso a diversas plataformas).

Sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de política pública

- Existência de instrumentos concorrenciais com o IFRRU2020. No turismo há outras formas de financiamento, não reembolsáveis, mais atrativos para os potenciais investidores. Como o investimento IFRRU é sobretudo para turismo, e este setor tem diversas outras fontes de financiamento não reembolsáveis, torna-se pouco apetecível.

Mudanças de contexto e as respostas dos exercícios de reprogramação

- Maior aposta no trabalho remoto e em novas formas de organização do trabalho, dando resposta aos desafios que a pandemia COVID-19 trouxe, com necessidade de aposta na formação para a recuperação de situações de iliteracia por parte de alguns serviços da administração pública, que são visíveis. Será necessário ter front office online, para apoio aos funcionários públicos. É também necessário melhorar bastante a banda larga para assegurar um melhor serviço aos cidadãos por parte da administração pública
- O ADAPTAR (medidas de resposta ao Covid) correu bem e respondeu às necessidades das empresas. A parte mais negativa está relacionada com alguma dificuldade burocrática e administrativa que atrasa os lançamentos dos avisos. A nível da Comissão Europeia também existem regras rígidas relativamente às questões de eficiência energética. O ADAPTAR permitiu boa resposta às empresas na fase de crise e a implementação de boas práticas na análise de candidaturas que beneficiaram da simplificação e muita informatização.
- Na primeira reprogramação (2019) retirou-se 75% à PI 9,8 para a 6.5 (já se estimava que não se conseguiria cumprir/executar os montantes afetos). Posteriormente, com o COVID todo o investimento que parecia ir ser concretizado (boas expetativas no inicio de 2020), não avançou (redução significativa das intenções/vontade de investir). Na reprogramação de 2020 (apenas se efetivou em 2021), retirou-se tudo da PI 9,8 para a PI 6.5 e terminaram com o produto Garantia (que não teve qualquer procura na Região).

Impacte nas realizações da ausência de procura e do acréscimo de custos nas empreitadas

- As dificuldades relacionadas com a indisponibilidade de mão-de-obra e o aumento dos custos associados dificultou a concretização dos projetos contratados, sendo que a pandemia também afetou a disponibilidade de materiais e dos produtos necessários aos trabalhos (mais dispendiosos, com prazos mais alargados de entrega), levando a que alguns concursos abertos pelos promotores públicos ficassem a descoberto, a que acrescem alguns constrangimentos com que a maioria dos promotores se confrontou no decurso da implementação das operações ao nível do tempo e do esforço despendidos em questões administrativas/burocráticas. Esta situação foi agravada com a guerra na Ucrânia (escalada significativa dos preços das matérias-primas, da energia e dos materiais de construção), pelo que se revelará fundamental encontrar soluções que permitam mitigar este contexto adverso de modo para que não seja colocado em causa a prossecução dos resultados e dos impactos pretendidos.
- Os custos com as obras estão muito elevados. Concursos desertos, obrigam a novos procedimentos, com outros preços (em alguns casos, os preços vão 30 a 40% com valor superior ao inicialmente avançado). Tem impacte na desaceleração das taxas de execução. As obras lançam-se mais tarde e com valores superiores (as CM têm de garantir os montantes "a mais" – não há reforço de verbas).
- A conclusão das obras é um problema acrescido. Há um grande acompanhamento dos OI. As empresas vão conseguindo dar resposta, mas a revisão de preços traz muitos constrangimentos.
- No caso das operações IFRRU20202 houve um impacte muito significativo do COVID (retração do investimento em mais de 25%). Houve desistências inteiras de investimento, houve a necessidade de os investidores reponderarem opções, a oportunidade e natureza do investimento mesmo com este bom financiamento. Acréscimo dos custos das empreitadas (mão de obra, materiais, energia,...); conflitos com os empreiteiros (subida de preços, datas de entregas dos materiais, dilatar de prazos,...). Aumento do custo de investimento (necessidade de reforçar os capitais próprios, dado que a apoio não se altera).

Alterações nas prioridades governamentais e nas políticas públicas

- Ao longo dos anos e dos vários períodos de apoio comunitário, as passagens entre Quadros têm sido impactantes de forma negativa, pois não se tem valorizado a continuidade de processos e não se aplicam procedimentos adequados às necessidades. Ou seja, nem sempre as mudanças são positivas ou bem conseguidas. Não se aprendeu como é que se apropria a política nacional para o plano regional. Na programação, faltou informação de diagnóstico e falta também orientação estratégica nacional que resulta em intervenções dispersas.

Limitação da procura pela ausência de representação regional da estrutura IFRRU2020

- Não é condicionadora. A ideia central passava por não criar estruturas sobre estruturas e assumir os Municípios como pontos focais/centrais. Quem conhece melhor os territórios e os atores locais são os Municípios – seriam o rosto do IFRRU 2020 nos territórios. Por outro lado, são eles que definem as suas estratégias de desenvolvimento, que dão autorizações, licenciamentos, que dão parecer vinculativo e divulgavam o IF. Não obstante, fizeram-se inúmeras ações de comunicação no terreno (IFRRU com os Municípios). Também a rede comercial dos próprios bancos foi determinante na publicitação. A proximidade com os investidores, com quem vai procurar o crédito foi fundamental na divulgação (pela banca).
- O IFRRU2020 garante a universalização dos critérios; estimula uma dinâmica positiva com os beneficiários (esclarece dúvidas, medida conflitos banco-beneficiário); incentiva a competição entre bancos.
- Medida muito relevante: Contratualizar objetivos específicos de balcão do IFRRU2020 (obrigatoriedade de cumprir objetivos/metas).

7.6. Inquéritos

7.6.1. Formulário - Inquérito a beneficiários não empresariais

Nota metodológica:

Este inquérito aplica-se a todos os promotores não empresariais que têm projetos aprovados nos Eixos Programa Operacional e a um grupo restrito de promotores empresariais cujo perfil de questões do inquérito às empresas não se ajusta à natureza do projeto de que são promotores (p.ex., empresas de formação).

O inquérito será aplicado on-line e serão devidamente apresentados os seus objetivos e âmbito, bem como fornecidas instruções de preenchimento e o contacto da equipa de avaliação para esclarecimento de eventuais dúvidas. Tendo em consideração que algumas questões remetam para uma análise por Eixo, será disponibilizada aos respondentes uma tabela que indica as TO enquadradas em cada um dos Eixos. Adicionalmente, no texto do e-mail a enviar com o link de acesso ao questionário, serão identificados os projetos a que o inquérito se reporta.

Caracterização da entidade [para todos os inquiridos]

Designação: _____
NIF: _____

A. Dinâmicas de realização e fatores críticos [para todos os inquiridos]

1. Como avalia a adequação das tipologias de operações/medidas elegíveis nos <u>Eixos</u> do Programa que enquadra(m) o(s) seu(s) projeto(s) face aos constrangimentos e desafios que a Região Alentejo enfrenta nessa(s) área(s) específica(s) de atuação da política pública, sendo 5 muito adequado e 1 nada adequado? (*Selecione apenas os Eixos onde se enquadram os seus projetos aprovados)*

Eixo	5	4	3	2	1	NS/NR
(selecione da lista)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
(selecione da lista)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
(selecione da lista)	( )	( )	( )	( )	( )	( )

1.1. **Justifique** (por exemplo, especifique o tipo de operação que considera mais pertinente face às necessidades da Região, e/ou sinalize algum tipo de operação ou projeto que considera relevante e que está coberta pelos apoios do Programa)

_____
_____

2. Como avalia a adequação das tipologias de operações/medidas elegíveis nos <u>Eixos</u> do Programa que enquadra(m) o(s) seu(s) projeto(s) face às necessidades de investimento da entidade, sendo 5 muito adequado e 1 nada adequado? (*Selecione apenas os Eixos onde se enquadram os seus projetos aprovados)*

Eixo	5	4	3	2	1	NS/NR
(selecione da lista)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
(selecione da lista)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
(selecione da lista)	( )	( )	( )	( )	( )	( )

2.1. **Justifique** (por exemplo, especifique para cada Eixo selecionado o tipo de operação ou o projeto que necessitava de realizar e que não foi possível concretizar por não ter enquadramento nas elegibilidades do Programa)

_____
_____

3. Alguma das candidaturas apresentada ao Programa implicou alterações ao seu projeto inicial em virtude das condições de elegibilidade exigidas nos Avisos?

[ ] Não, o(s) projeto(s) apresentado(s) não sofreram alterações *(passe pf à questão 4)*
[ ] Sim, foram introduzidas alterações

3.1. **Essas alterações traduziram-se** *(selecione casos aplicáveis)*:

[ ] Numa maior orientação do projeto para a sustentabilidade ambiental
[ ] Num maior alinhamento do projeto com outros instrumentos de politica territorial e setorial relevantes
[ ] Num maior alinhamento do projeto com a estratégia integrada definida no instrumento enquadrador (PEDU, PARU, PAICD,...)
[ ] Num maior alinhamento do projeto com outros projetos complementares relevantes
[ ] Numa maior preocupação com o contributo do projeto para a redução das disparidades regionais
[ ] Numa maior preocupação do projeto com a valorização de recursos naturais e/ou culturais da Região
[ ] Numa maior orientação do projeto para questões relacionadas com a igualdade de oportunidades e não discriminação e/ou igualdade de género
[ ] No aumento do grau de inovação do projeto
[ ] Num maior foco do projeto em áreas prioritárias definidas pelo PO
[ ] Num maior foco do projeto nos resultados a atingir
[ ] Outras alterações. Indique quais _____

4. Em função das suas necessidades e prioridades de investimento, como avalia a adequação do POR Alentejo 2020 nos seguintes parâmetros, sendo 5 muito adequado e 1 nada adequado?

	5	4	3	2	1	NS/NR
Informação sobre as medidas e os avisos de abertura de concurso (clareza, facilidade de acesso à informação, ...)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Prazo máximo de realização do projeto	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Despesas consideradas elegíveis para apoio	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Forma de apoio (reembolsável/ fundo perdido)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Taxas de cofinanciamento (taxas de comparticipação pelo Programa)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Complexidade e exigências burocráticas/ administrativas	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Indicadores contratualizados para aferição de resultados	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Outro. Qual?	( )	( )	( )	( )	( )	( )

4.1 **Caso tenha considerado algum dos parâmetros anteriores "desadequado" ou "pouco adequado", por favor especifique as tipologias de operação/medidas a que se aplicam e justifique.**

_____
_____

5. Em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou facilitaram o arranque e desenvolvimento do(s) projeto(s) aprovado(s), sendo 5 Facilitou muito e 1 Condicionou muito?:

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	NS/NR
Previsibilidade de abertura de concursos	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Prazos médios de análise de candidaturas	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Prazos médios de análise de pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Flexibilidade na introdução de alterações aos projetos (recalendarização, despesas elegíveis)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Alterações regulamentares ocorridas durante a implementação dos projetos	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Envolvimento de entidades com responsabilidade direta na promoção das políticas públicas relevantes	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Capacidade de mobilização de outras entidades-chave (p.ex., parceiros)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Adesão / perfil experiência dos destinatários finais das operações (ex. formandos)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Nível de acesso a financiamento alheio para implementação do projeto	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Montante do apoio público concedido	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Pandemia COVID 19	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Outro. Qual? _____	( )	( )	( )	( )	( )	( )

5.1. **Caso tenha classificado algum dos parâmetros anteriores como "condicionou muito" ou "condicionou", por favor especifique a razão da resposta e identifique as tipologias de operação/medidas de apoio a**

que se aplicam as apreciações

_____

_____

B. Valor Acrescentado [para todos os inquiridos]

6. Teria desenvolvido o(s) projeto(s) apoiado(s) caso não tivesse obtido o apoio financeiro do PO?

[ ] Não teria desenvolvido nenhum projeto se não tivesse apoio *(passe à questão 9)*
[ ] Sim, teria desenvolvido todos os projetos mesmo sem apoio *(passe à questão 0)*
[ ] Sim, teria desenvolvido alguns projetos mesmo sem apoio

7. Assinale em que tipologias de operação/medidas do Programa se enquadra(m) o(s) projetos que teria desenvolvido mesmo sem o apoio dos fundos comunitários?

Eixo	Tipologias de operações/medidas	Nª de projetos que teria desenvolvido
(selecione da lista)	( )	( )
(selecione da lista)	( )	( )
(selecione da lista)	( )	( )

8. Relativamente aos projetos que desenvolveria mesmo sem o apoio do Programa, teria introduzido alterações?

[ ] Não teria introduzido alterações, apenas recorreria a outras fontes de financiamento
[ ] Sim, teria reduzido a dimensão financeira do(s) projeto(s)
[ ] Sim, teria adiado a data de arranque do(s) projeto(s)
[ ] Sim, teria alargado o prazo de execução do(s) projeto(s)
[ ] Outra solução. Qual?_____

9. Procurou estabelecer algum tipo de articulação, sinergia e complementaridade da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do Alentejo 2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários?

[ ] Sim
[ ] Não *(passe à questão 11)*
[ ] NS/NR *(passe à questão 11)*

9.1. **Com que instrumentos de financiamento** (identifique o instrumento de apoio e o tipo de operação apoiada)? _____

9.2. **Exemplifique que tipo de sinergias e complementaridades foram estabelecidas e de que modo poderão potenciar os resultados a alcançar nos projetos apoiados pelo Programa.**

_____

10. Por que razão não procurou estabelecer articulações, sinergias ou complementaridade da operação com outro(s), sendo 5 totalmente de acordo e 1 nada de acordo? (indique o grau de concordância com cada uma das seguintes afirmações):

Afirmações	5	4	3	2	1	NS/NR
Desconhecimento de outros instrumentos ou fundos nacionais ou comunitários	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Falta de iniciativa em explorar essa possibilidade	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Desconhecimento de outras entidades promotoras	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Prazos ou momentos de lançamento dos avisos de abertura de concurso não permitiram a preparação das candidaturas	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Os avisos de abertura de concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Ausência de entidades com conhecimento técnico no território para apoiar a candidatura	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Outra? Qual? _____	( )	( )	( )	( )	( )	( )

Resultados e impactos dos projetos

11. No(s) contrato(s) de financiamento que assinou estavam previstos indicadores e objetivos para o(s) projeto(s) apoiado(s). Qual a sua expectativa relativamente à capacidade de execução do(s) projeto(s) face ao contratado em cada uma das tipologias de operações/medidas? (Considere quer os projetos em execução quer os projetos já concluídos; comece por inserir o Eixo em que se enquadra a tipologia de operação)

11.1. **Expectativa sobre a execução dos valores de investimento contratados**:

Eixo	Tipologias de operações	Abaixo do contratado (menos de 80%)	Abaixo do contratado (80-95%)	De acordo com o contratado (95-100%)	Acima do contratado
(selecione da lista)	*(selecione da lista)*	( )	( )	( )	( )
(selecione da lista)	*(selecione da lista)*	( )	( )	( )	( )

11.2. **Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados**:

Eixo	Tipologias de operações	Abaixo do contratado (menos de 80%)	Abaixo do contratado (80-95%)	De acordo com o contratado (95-100%)	Acima do contratado
(selecione da lista)	*(selecione da lista)*	( )	( )	( )	( )
(selecione da lista)	*(selecione da lista)*	( )	( )	( )	( )

12. Algum dos projetos a que se refere o presente inquérito se encontra concluído ou com nível de execução financeira maior ou igual a 75%?

[ ] Sim
[ ] Não. *(passe à questão 25)*

12.1. **Algum destes projetos se enquadra nos Eixos** *(selecione as opções aplicáveis)***:**

[ ] Eixo 1 – Competitividade e Internacionalização das PME *(passe à questão 13)*
[ ] Eixo 2 – Capital Humano *(passe à questão (passe à questão 14)*
[ ] Eixo 3 – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação *(passe à questão (passe à questão 15)*
[ ] Eixo 4 – Desenvolvimento Urbano Sustentável *(passe à questão (passe à questão 16)*
[ ] Eixo 5 – Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos *(passe à questão (passe à questão 17)*
[ ] Eixo 6 – Coesão Social e Inclusão *(passe à questão 18)*
[ ] Eixo 7 – Eficiência Energética e Mobilidade *(passe à questão 19*
[ ] Eixo 8 – Ambiente e Sustentabilidade *(passe à questão (passe à questão 20)*
[ ] Eixo 9 – Capacitação Institucional e Modernização Administrativa *(passe à questão 21)*

13. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 1 contribuíram /espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com o reforço da competitividade e internacionalização das pequenas e médias empresas, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

	5	4	3	2	1	NS/NR
Criação efetiva de novas empresas e negócios na região	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Diversificação da base produtiva da região	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumento do investimento em projetos de inovação-produto	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumento do acesso efetivo a mercados externos por parte das empresas da região	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumento da capacidade competitiva das empresas regionais e do valor acrescentado de bens e serviços	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhores condições de promoção da Região no exterior	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Redução dos efeitos negativos da pandemia COVID 19 no funcionamento da organização	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Outro. Qual?_____	( )	( )	( )	( )	( )	( )

14. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 2 contribuíram /espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a formação e qualificação do capital humano, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

	5	4	3	2	1	NS/NR
Aumentar as competências e/ou o nível de qualificação da população	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Reduzir o abandono escolar	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Promover o sucesso educativo	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar a adequação da oferta de educação-formação às necessidades do tecido empresarial	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Reforçar a massa crítica da Região através do aumento de recursos humanos especializados	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Outra. Qual?_____	( )	( )	( )	( )	( )	( )

15. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 3 contribuíram /espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a evolução do sistema regional de investigação e inovação, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	NS/NR
Reforçar a capacidade da rede regional de infraestruturas de I&D&I	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Mobilizar as empresas da Região para projetos de IDT+I	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumentar as atividades de transferência de conhecimento do sistema científico para o tecido empresarial	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Outra. Qual?_____	( )	( )	( )	( )	( )	( )

16. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 4 contribuíram /espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a manutenção do modelo urbano regional e a inclusão de comunidades desfavorecidas, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	NS/NR
Melhorar o ambiente urbano e reforçar a atratividade dos espaços centrais dos centros urbanos	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar a qualidade do ar e diminuir o ruido	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Reduzir o parque habitacional devoluto e/ou espaços degradados/abandonados nos espaços centrais dos centros urbanos	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Atrair e fixar novos residentes e atividades	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Assegurar um sentimento de pertença e a identidade nas comunidades desfavorecidas	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Satisfazer as necessidades económicas e sociais dos residentes (comunidades desfavorecidas)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilitar o acesso aos mecanismos de apoio social (comunidades desfavorecidas)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Prevenir e conter a criminalidade e outros comportamentos marginais	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Promover o sucesso escolar das crianças e jovens	( )	( )	( )	( )	( )	( )

17. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 5 contribuíram /espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a melhoria da empregabilidade e a valorização dos recursos endógenos, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

	5	4	3	2	1	NS/NR
Valorizar os recursos da economia local	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Promover a animação socioeconómica dos territórios	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumentar o empreendedorismo e a criação do próprio emprego	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumentar a competitividade regional, sustentadas num melhor aproveitamento dos recursos endógenos	( )	( )	( )	( )	( )	( )

18. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 6 contribuíram /espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a melhoria da coesão social na Região, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

	5	4	3	2	1	NS/NR
Reduzir os níveis de pobreza e exclusão	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar a integração das comunidades de imigrantes ou de minorias étnicas	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar as condições de acesso e qualificação e aumento da cobertura da rede de infraestruturas e equipamentos de saúde e de ação social	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aprofundar e diversificar os serviços e as respostas sociais para idosos/pessoas em situação de dependência/crianças e jovens	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar as oportunidades de inclusão social em territórios desfavorecidos	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar as condições de inserção social/profissional de grupos desfavorecidos	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Atrair novos residentes para os pequenos centros urbanos e rurais	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilitar o acesso aos mecanismos de apoio social nos pequenos centros urbanos e rurais	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Prevenir e conter a criminalidade e outros comportamentos marginais nos pequenos centros urbanos e rurais	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Promover o sucesso escolar das crianças e jovens nos pequenos centros urbanos e rurais	( )	( )	( )	( )	( )	( )

19. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 7 contribuíram /espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a descarbonização da economia, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

	5	4	3	2	1	NS/NR
Melhorar os níveis de eficiência energética	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumentar a utilização de energias renováveis	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Reduzir as emissões de carbono em zonas urbanas	( )	( )	( )	( )	( )	( )

20. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 8 contribuíram /espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a vitalidade dos centros urbanos complementares e a atratividade e sustentabilidade da atividade turística na Região, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	NS/NR
Salvaguardar a memória, a identidade e os fatores distintivos regionais	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar a atratividade/reconhecimento nacional e internacional da Região	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Qualificar os elementos naturais e culturais do Alentejo	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar a oferta cultural no Alentejo	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar as condições de visitação e de fruição de espaços culturais e/ou naturais	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Diversificar os produtos turísticos e aumentar a estada dos turistas no Alentejo	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar a incorporação das novas tecnologias na divulgação de elementos patrimoniais	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar o ambiente urbano	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Reduzir o parque habitacional devoluto e/ou espaços degradados/abandonados	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Atrair e fixar novos residentes e atividades	( )	( )	( )	( )	( )	( )

21. Em que medida o(s) projeto(s) que promoveu no âmbito do Eixo 9 contribuíram /espera-se que venham a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com o reforço da capacidade institucional e da eficiência da Administração Pública, sendo 5 Contribui Muito e 1 Não Contribui Nada?

	5	4	3	2	1	NS/NR
Simplificar as estruturas e procedimentos	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumentar a eficiência e organização interna	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar a qualificação e formação dos trabalhadores	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Maior participação e envolvimento dos cidadãos e instituições relevantes no desenvolvimento regional	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar as práticas organizativas e gestionárias de equipamentos e respostas sociais	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar a empregabilidade regional	( )	( )	( )	( )	( )	( )

Sustentabilidade [*com execução financeira superior a 75%*]

22. Estão reunidas as condições para assegurar a sustentabilidade financeira do(s) projeto(s) no futuro, garantindo suporte dos custos operacionais associados? *Selecione o Eixo em que se enquadram os projetos para fazer a sua apreciação*

Eixo	Não	Parcialmente	Sim
(selecione da lista)	( )	( )	( )
(selecione da lista)	( )	( )	( )

22.1. Se respondeu não ou parcialmente, por favor justifique por Eixo

_____

_____

23. Como classifica, quanto à sua persistência no tempo, os efeitos/resultados gerados pelo(s) projeto(s), após a sua conclusão? *Selecione o Eixo em que se enquadram os projetos para fazer a sua apreciação*

Eixo	Curto prazo (1 a 3 anos)	Médio prazo (3 a 5 anos)	Longo prazo (mais de 5 anos)
(selecione da lista)	( )	( )	( )
(selecione da lista)	( )	( )	( )

24. Em que medida os seguintes aspetos são importantes e poderão condicionar os efeitos/resultados gerados pelo(s) projeto(s), após a sua conclusão?:

Parâmetros de análise	Sim	Parcialmente	Não	NS/NR
Apoio público concedido insuficiente face às necessidades	( )	( )	( )	( )
Efeitos gerados pela pandemia COVID 19	( )	( )	( )	( )
Dispersão dos apoios por múltiplos atores/territórios	( )	( )	( )	( )
Outro. Qual?_____	( )	( )	( )	( )

25. Este **questionário** terminou. Se pretender efetuar algum comentário adicional utilize este espaço para o efeito:

_____

_____

_____

7.6.2. Formulário - Inquérito a beneficiários empresariais

Caracterização da entidade [módulo aplicável a todos os inquiridos]

Designação da empresa: _____

NIPC: _____

A. Dinâmicas de realização e fatores críticos [módulo aplicável a todos os inquiridos]

1. Como avalia a adequação da(s) tipologia(s) de operação/medida(s) de que beneficiou às necessidades da sua empresa, no que respeita aos seguintes aspetos, sendo 5 Muito Adequado e 1 Nada Adequado:

	5	4	3	2	1	Não se aplica ou N/S N/R
Alinhamento dos objetivos da(s) medida(s)/instrumentos de apoio com os objetivos/necessidades da empresa	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Informação contida nos avisos de concurso (utilidade e clareza)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Condições de elegibilidade do promotor presentes nos avisos de concurso	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Condições de elegibilidade dos projetos presentes nos avisos de concurso	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Prazo máximo de realização do projeto	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Despesas consideradas elegíveis para apoio	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Tipo de incentivo (reembolsável/ não reembolsável)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Taxas de financiamento/comparticipação pelo Programa Operacional	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Requisitos administrativos/documentais	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Indicadores contratualizados para aferição de resultados	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Outro. Qual? _____	( )	( )	( )	( )	( )	( )

1.1. Caso tenha considerado algum dos parâmetros anteriores "desadequado" ou "pouco adequado", por favor especifique a razão e a(s) tipologia(s) de operação/medida(s) a que se aplicam:_____
_____

2. Em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou facilitaram o arranque e desenvolvimento do(s) apoio(s)/projeto(s) aprovados, sendo 5 Facilitaram Muito e 1 Condicionaram Muito:

	5	4	3	2	1	NS/NR
Previsibilidade de abertura de concursos	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Prazos médios de análise de candidaturas	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Prazos médios de análise de pedidos de pagamento	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Flexibilidade na introdução de alterações aos projetos (recalendarização, despesas elegíveis)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Alterações regulamentares ocorridas durante a implementação dos projetos.	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Recetividade e/ou mobilização da banca comercial	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Ausência de representação regional da estrutura IFRRU2020	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Pandemia COVID 19	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Outro. Qual? _____	( )	( )	( )	( )	( )	( )

1.2. Caso tenha classificado algum dos parâmetros anteriores como "condicionou muito" ou "condicionou", pf especifique a razão da resposta e identifique as tipologia(s) de operação/medida(s) a que se refere:

_____

_____

3. Nos últimos 5 anos, participou em alguma iniciativa levada a cabo pela Região no âmbito de Ações coletivas visando a participação em feiras, ações de demonstração, empreendedorismo, sensibilização, mentoria e coaching (ex.: Startup LABWARE, SPEED Talent, Invest in Alentejo, Alentejo Global Invest)?

[ ] Não *(passe pf à questão 4)*
[ ] Sim

3.1. Se sim, em que medida essa participação contribuiu para aumentar a competitividade da empresa? Indique cada uma das ações em que participou e faça a apreciação desse contributo_____

_____

4. Nos últimos 5 anos, participou em alguma iniciativa levada a cabo na Região no âmbito de Ações coletivas visando a participação em atividades de demonstração, divulgação de resultados e boas práticas de I&D&I empresarial, reforço da clusterização...?

[ ] Não *(passe pf à questão 5)*
[ ] Sim

4.1. Se sim, como aprecia o contributo dessa iniciativa nos seguintes parâmetros, sendo 5 Contribui muito e 1 Não Contribui Nada?

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	Não se aplica ou N/S N/R
Estimulou a apresentação da candidatura aos Sistema de Incentivos	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilitou a participação em projetos/parcerias com a Universidade	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Reforçou o investimento da entidade em atividades de IDI	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilitou contactos com a Universidade para futuras iniciativas de IDI	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Facilitou contactos com outras entidades privadas para futuras iniciativas de IDI	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Outra. Qual?	( )	( )	( )	( )	( )	( )

Legenda: IDI: I investigação e desenvolvimento e inovação

5. Alguma da(s) candidatura(s) ao PO Alentejo 2020 implicou alterações ao(s) seu(s) projeto(s) inicial(is) em virtude das condições de elegibilidade?

[ ] Não, o(s) projeto(s) apresentado(s) não sofreu(eram) alterações *(passe pf à questão 6)*
[ ] Sim, o(s) projeto(s) sofreu(eram) alterações

5.1. Essas alterações traduziram-se *(selecione apenas as <u>três alterações</u> que considera mais importantes)*:

[ ] Numa maior escala dos investimentos previstos inicialmente
[ ] Na fragmentação do projeto global por vários sistemas de incentivos ou diferentes projetos
[ ] No aumento do grau de inovação e de diferenciação do projeto
[ ] Numa maior orientação do projeto para os mercados externos
[ ] Numa maior orientação do projeto para a articulação com outras entidades do território
[ ] Numa maior orientação do projeto para prioridades relacionadas com a valorização dos recursos do território
[ ] Outras alterações. Indique quais _____

B. Complementaridades e Valor Acrescentado Europeu

6. Teria desenvolvido o projeto caso não tivesse obtido o suporte financeiro do POR Alentejo 2020?

[ ] Não teria desenvolvido nenhum dos projetos se não tivesse tido apoio (passe à questão 9)

[ ] Sim, teria desenvolvido todos os projetos mesmo sem apoio (passe à questão 8)

[ ] Sim, teria desenvolvido alguns dos projetos mesmo sem apoio (apenas para as entidades com mais de um projeto aprovado)

7. Assinale em que tipologia(s) de operação/medida(s) do POR Alentejo 2020 se enquadra(m) o(s) projetos que teria desenvolvido mesmo sem o apoio dos fundos comunitários?

Tipologia(s) de operação/medida(s)	Nª de projetos que teria desenvolvido
(selecione da lista)	( )
(selecione da lista)	( )
(selecione da lista)	( )

8. Relativamente aos projetos que desenvolveria mesmo sem o apoio do POR Alentejo 2020, teria introduzido alterações?

[ ] Não teria introduzido alterações, apenas recorreria a outras fontes de financiamento
[ ] Sim, teria reduzido a dimensão financeira do(s) projeto(s)
[ ] Sim, teria adiado a data de arranque do(s) projeto(s)
[ ] Sim, teria alargado o prazo de execução do(s) projeto(s)

9. Se respondeu Não, em que medida a sua opção teria sido diferente num cenário de ausência da crise económica decorrente da pandemia?

[ ] Sem o apoio financeiro não teria desenvolvido o projeto, independentemente das dificuldades resultantes da crise pandémica
[ ] Sem o apoio financeiro não teria desenvolvido o projeto sobretudo pelas dificuldades que entretanto surgiram decorrentes da crise pandémica

10. Procurou estabelecer algum tipo de articulação da(s) operação(ões) apoiada(s) no âmbito do POR Alentejo 2020 com operação(ões) apoiada(s) por outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários?

[ ] Sim
[ ] Não (avance para a 11)
[ ] NS/NR (avance para a 11)

10.1. Com que instrumentos de financiamento (identifique o Programa/ Fundo e a tipologia de operação/medida apoiada)? _____

10.2. Exemplifique que tipo de articulação foi estabelecida e indique se está a potenciar os resultados do(s) projeto(s). _____

11. No contrato de financiamento que assinou estavam previstos indicadores e objetivos para os projetos apoiados. Qual a sua expectativa relativamente à capacidade de execução dos projetos face ao contratado em cada tipologia(s) de operação/medida(s) dos Sistemas de Incentivos? (Considere quer os projetos em execução quer os projetos já concluídos)

11.1. Expectativa sobre a execução dos valores de investimento contratados:

Medida do Sistema de incentivos	Abaixo do contratado (menos de 80%)	Abaixo do contratado (80-94%)	De acordo com o contratado (95-100%)	Acima do contratado	NS/NR/Não se aplica
(lista das medidas)	( )	( )	( )	( )	( )
	( )	( )	( )	( )	( )

11.2. Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados:

Medida do Sistema de incentivos	Abaixo do contratado (menos de 80%)	Abaixo do contratado (80-94%)	De acordo com o contratado (95-100%)	Acima do contratado	NS/NR/Não se aplica
(lista das medidas)	( )	( )	( )	( )	( )
	( )	( )	( )	( )	( )

12. Algum dos projetos a que se refere o presente inquérito se encontra concluído ou num nível de execução elevado? (identificado(s) com "sim" no email que recebeu com o link do inquérito)

[ ] Sim
[ ] Não (passe à questão 21)

12.1. Algum dos projetos se enquadra numa das seguintes situações:

[ ] Projeto(s) apoiados para adaptação da atividade ao contexto da pandemia COVID-19 (CRII - Qualificação e inovação das PME (passe para a questão13)

[ ] Projeto(s) apoiados no âmbito do Sistema de Incentivos (incluindo CRII – Atividades de I&D empresarial e CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME) ou SI2E/microeempreendedorismo (passe para a questão 14)

C: Resultados e impactos

[CRII - Qualificação e inovação das PME]

13. Em que medida o projeto contribuiu (ou se espera que venha a contribuir) para cada uma das seguintes dimensões, sendo 5 Contribui muito e 1 Não Contribui Nada:

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	Não se aplica ou N/S N/R
Introduzir inovação na atividade da empresa	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Introduzir inovação nos produtos (bens e serviços) da empresa	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumentar a presença da empresa online	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumentar a capacidade produtiva da empresa	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Manter os postos de trabalho	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Criar postos de trabalho	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumentar o volume de negócios	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Manter a empresa em atividade	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Outra: Qual? _____	( )	( )	( )	( )	( )	( )

13.1. Se para além deste apoio, teve outro(s) projeto(s) aprovados, em que medida o apoio à tesouraria foi importante para concretizar esse(s) outro(s) projeto(s) *(assinale no máximo 3 opções)*?

[ ] Não tive mais projetos (*Passe à questão 21)*
[ ] Tive outros projetos, mas o apoio não foi importante para a execução dos mesmos
[ ] Permitiu libertar fundos para concretizar os investimentos previstos nos outros projetos
[ ] Permitiu manter postos de trabalho fundamentais para concretizar os investimentos previstos nos outros projetos
[ ] Outro. Qual? _____

[Sistema de Incentivos/SI2E]

14. Em que medida o projeto contribuiu (ou se espera que venha a contribuir) para cada uma das seguintes dimensões, sendo 5 Contribui muito e 1 Não Contribui Nada:

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	Não se aplica ou N/S N/R
Criar emprego em territórios de baixa densidade	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Criar emprego em setores de alta/média tecnologia	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Criar emprego em serviços intensivos em conhecimento (p.ex., TIC)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumentar a inovação e diferenciação do portfolio global de oferta de bens/serviços da empresa	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumentar a competitividade da empresa por via do recrutamento de recursos humanos altamente qualificados	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumentar a produtividade da empresa por via da melhoria da eficiência dos processos produtivos e organizacionais	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Criar/ expandir a capacidade de produção de novos ou substancialmente melhorados bens/ serviços	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumentar o grau de internacionalização da empresa (crescimento das exportações, da orientação exportadora e/ou da presença no exterior)	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar a capacidade de marketing e promoção comercial da empresa	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Aumentar a capacidade de inovação e investigação	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Integração em redes com outras empresas e instituições relevantes do sistema regional de inovação	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Melhorar as competências dos trabalhadores ou dirigentes/empresários	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Outra: Qual? _____	( )	( )	( )	( )	( )	( )

15. Identifique os fatores críticos que condicionaram ou facilitaram os resultados do projeto (após a aprovação do mesmo, durante a sua implementação e até ao ano cruzeiro de atividade da empresa após a conclusão do projeto), sendo 5 Contribui muito e 1 Não Contribui Nada:

Parâmetros de análise	5	4	3	2	1	NS/NR
Evolução das vendas observadas durante a execução	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Condições de acesso aos mercados externos observadas durante a execução	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Perspetiva sobre os benefícios e retorno económico das inovações desenvolvidas	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Nível de acesso a financiamento alheio para implementação do projeto	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Complementaridade de apoios do PO	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Alinhamento do projeto com a RIS3	( )	( )	( )	( )	( )	( )
Outro. Qual? _____	( )	( )	( )	( )	( )	( )

15.1.

15.2. Tendo em conta os fatores críticos e dificuldades enfrentadas, explicite e/ou apresente sugestões de aspetos a melhorar:_____

16. Em que medida o presente projeto contribuiu/contribuirá para a evolução das variáveis da empresa entre os anos pré-projecto e pós-projeto?

Parâmetros de análise	**Contributo fraco** (inferior a 50% da evolução registada/a registar)	**Contributo moderado** (50% a 70% da evolução registada/a registar)	**Contributo forte** (70% da 85% da evolução registada/a registar)	**Contributo muito forte** (superior a 85% da evolução registada/a registar)	NS/NR
Volume de Negócios total (VN)	( )	( )	( )	( )	( )
VN Internacional (exportações)	( )	( )	( )	( )	( )
VN resultante da venda de novos produtos ou serviços	( )	( )	( )	( )	( )
VAB	( )	( )	( )	( )	( )

Sustentabilidade

17. Estão reunidas condições para garantir a sustentabilidade financeira de atividades-chave do projeto que considera que deveriam ter continuidade, após o fim do apoio do POR Alentejo 2020?

[ ] Sim, totalmente
[ ] Sim, parcialmente
[ ] Não estão reunidas condições
[ ] NS/NR/Não se aplica

17.1. Explicite caso não estejam totalmente asseguradas as condições de sustentabilidade_____

18. Como perspetiva, quanto à sua persistência/duração no tempo, os efeitos/resultados gerados pelo projeto (após a sua conclusão) sobre a evolução da empresa?

[ ] Curto prazo (1 a 3 anos)
[ ] Médio prazo (3 a 5 anos)
[ ] Longo prazo (mais de 5 anos)

19. E em relação aos postos de trabalho criados, como perspetiva a sua manutenção após conclusão do projeto?

[ ] Não foram criados postos de trabalho
[ ] Curto prazo (1 a 3 anos)
[ ] Médio prazo (3 a 5 anos)
[ ] Longo prazo (mais de 5 anos)
[ ] NS/NR/Não se aplica

20. Em que medida os seguintes aspetos são importantes e poderão condicionar os efeitos/resultados gerados pelo(s) projeto(s), após a sua conclusão?

Parâmetros de análise	Sim	Parcialmente	Não	NS/NR
	( )	( )	( )	( )
Efeitos gerados pela pandemia COVID 19	( )	( )	( )	( )
Dispersão dos apoios por múltiplos atores/territórios	( )	( )	( )	( )
Outro. Qual?_____	( )	( )	( )	( )

21. Se pretender efetuar algum comentário adicional utilize este espaço para o efeito:

_____
_____ Apoio público concedido insuficiente face às necessidades

7.6.3. Resultados - Inquérito a beneficiários não empresariais

No âmbito da Avaliação Intercalar do Programa Operacional do Alentejo 2020 foi lançado um inquérito direcionado aos beneficiários do PO, decorrendo entre 26 de maio e 1 de junho de 2022, abrangendo um universo de 403 promotores, obtendo 212 respostas, que correspondem a uma taxa de resposta de 52,6% e a uma margem de erro de 5%, para nível de confiança de 95%.

Bloco A – Caracterização da amostra

	Projetos		Investimento		Projetos concluídos/execução elevada	
	Universo (n = 1800)	Respondentes (n=1108)	Universo (n = 1 004 537 547)	Respondentes (n = 622 428 035)	Universo (n =856)	Respondentes (n = 578)
Eixo 1	5,9%	5,8%	9,8%	10,6%	6,4%	5,5%
Eixo 2	15,3%	15,7%	15,8%	17,8%	18,2%	18,7%
Eixo 3	6,1%	7,9%	7,0%	7,4%	5,0%	6,1%
Eixo 4	14,8%	19,6%	13,9%	18,3%	21,0%	26,3%
Eixo 5	7,2%	4,7%	4,3%	4,5%	1,2%	0,5%
Eixo 6	18,1%	16,1%	25,9%	20,8%	15,5%	13,1%
Eixo 7	10,2%	9,9%	4,2%	3,5%	10,7%	9,9%
Eixo 8	18,0%	14,7%	16,5%	14,1%	20,1%	16,1%
Eixo 9	4,4%	4,2%	2,5%	3,0%	1,8%	1,4%

Quadro A18. Distribuição de projetos por Eixo
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

	Promotores		Investimento		Promotores com projetos concluídos/execução elevada	
	Universo (n = 403)	Respondentes (n=212)	Universo (n = 1 004 537 547)	Respondentes (n = 622 428 035)	Universo (n = 206)	Respondentes (n = 127)
Associações empresariais SFL/ Sociedades Comerciais	18,1%	12,3%	9,0%	5,4%	12,6%	11,7%
Autarquias e CIM	17,6%	19,3%	54,4%	58,7%	31,6%	30,5%
Estabelecimentos de ensino e formação profissional	9,2%	8,5%	8,7%	10,1%	12,6%	9,4%
Fundações e ONG	5,0%	4,2%	1,3%	1,3%	2,9%	2,3%
Institutos Públicos/Setor empresarial do Estado/Setor empresarial local	5,0%	7,1%	15,8%	14,3%	7,3%	8,6%
IPSS e Misericórdias	30,3%	36,3%	6,7%	7,4%	29,1%	30,5%
Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores	14,4%	11,8%	3,9%	2,4%	8,3%	7,0%
Unidades de I&D (Privadas)	0,5%	0,5%	0,3%	0,5%	0,0%	0,0%

Quadro A19. Distribuição por tipologia de Entidade
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Bloco B – Dinâmicas de realização e fatores críticos

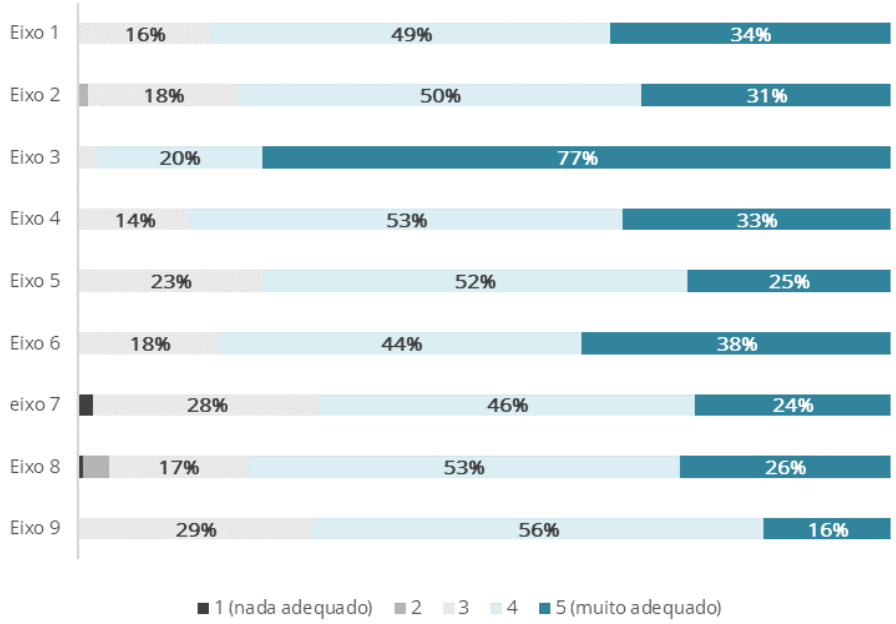


Figura A10. Avaliação da adequação das tipologias de operações/medidas elegíveis nos Eixos do Programa face aos constrangimentos e desafios que a Região Alentejo enfrenta
Nota: Unidade de medida - % dos promotores, ponderado por nº de projetos (n=212, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

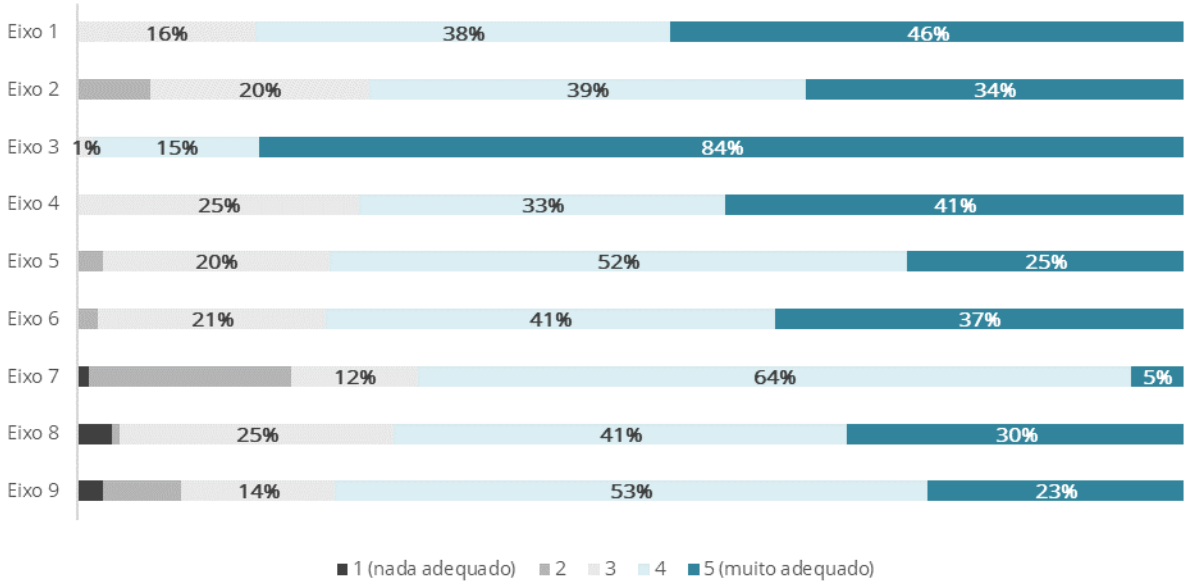


Figura A11. Avaliação da adequação das tipologias de operações/medidas elegíveis nos Eixos do Programa face às necessidades de investimento
Nota: Unidade de medida - % dos promotores, ponderado por nº de projetos (n=212, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Resposta	Ponderado por nº de promotores	Ponderado por nº de projetos
Não, o(s) projeto(s) apresentado(s) não sofreu(eram) alterações	78%	63%
Sim, o(s) projeto(s) sofreu(eram) alterações	22%	37%

Quadro A20. Alterações dos projetos iniciais em virtude das condições de elegibilidade
Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=212)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

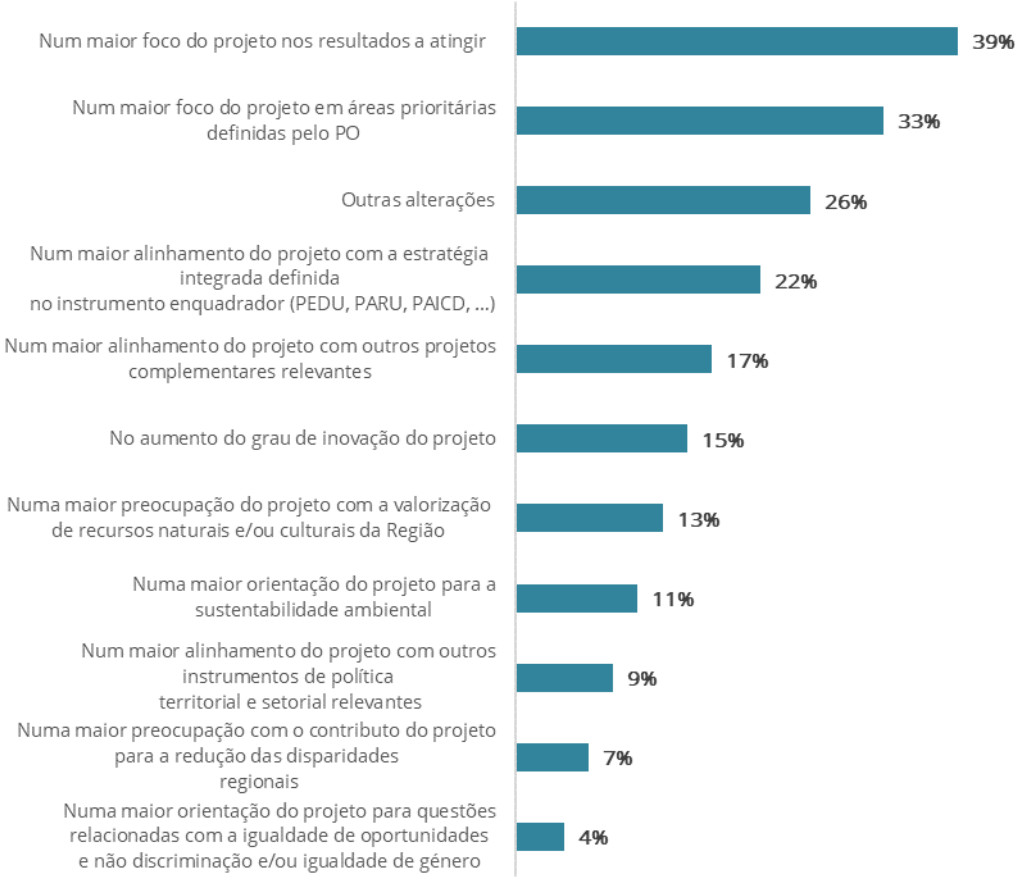


Figura A12. Principais alterações nos projetos em virtude das condições de elegibilidade
Nota: Unidade de medida - % dos promotores
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

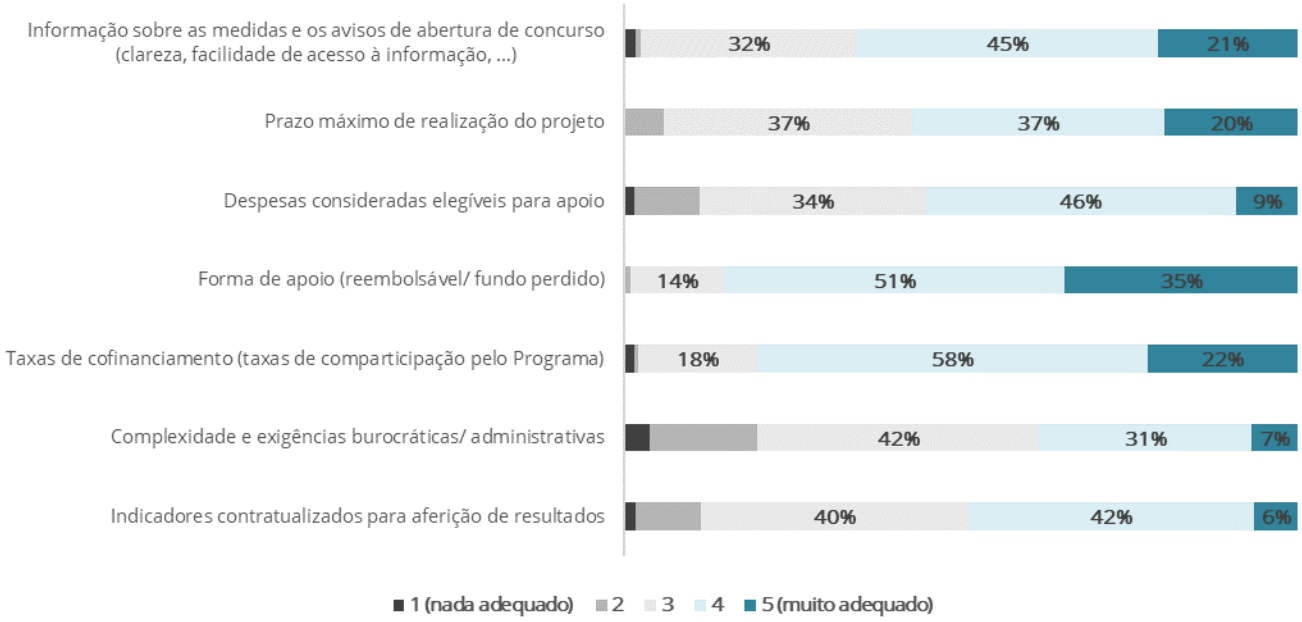


Figura A13. Avaliação da adequação do POR Alentejo às necessidades e prioridades de investimento

Nota: Unidade de medida - % dos promotores, ponderado por nº de projetos
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

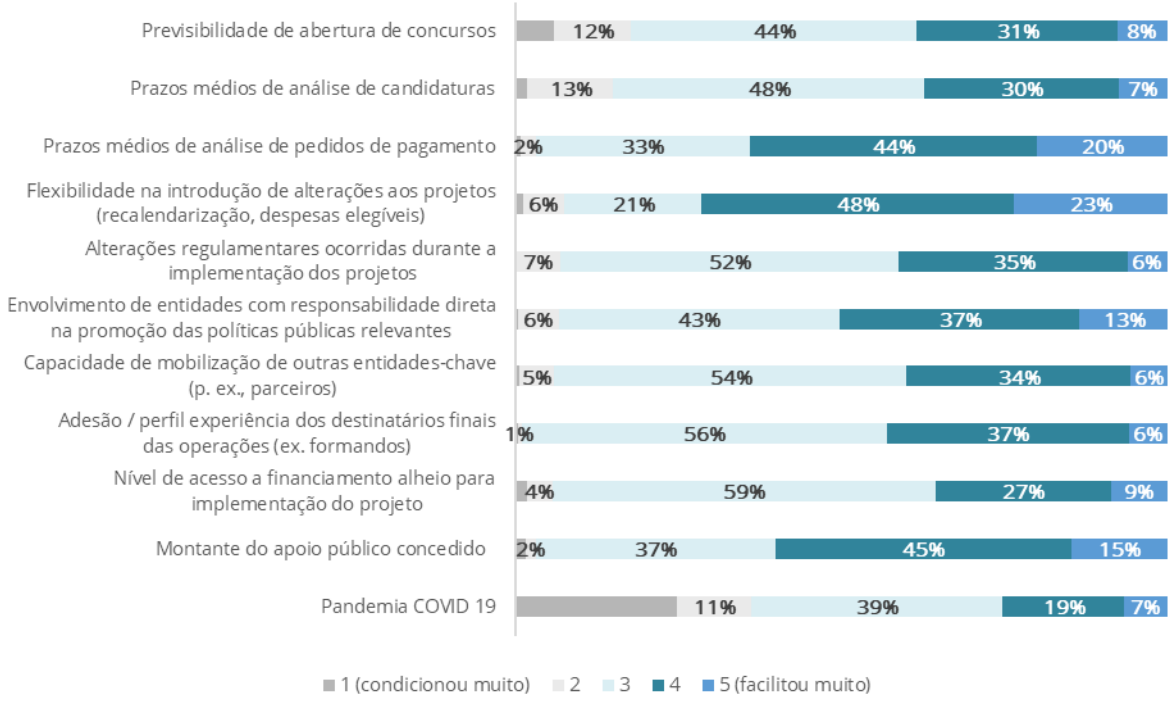


Figura A14. Avaliação dos aspetos que condicionaram ou facilitaram o arranque e desenvolvimento do(s) projeto(s)

Nota: Unidade de medida - % dos promotores, ponderado por nº de projetos
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Bloco C –Valor Acrescentado

Resposta	Ponderado por nº de promotores	Ponderado por nº de projetos
Não teria desenvolvido nenhum projeto se não tivesse apoio	82%	65%
Sim, teria desenvolvido alguns projetos mesmo sem apoio	11%	31%
Sim, teria desenvolvido todos os projetos mesmo sem apoio	8%	4%

Quadro A21. Relevância do suporte financeiro do POR Alentejo 14-20
Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=212, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

	Não desenvolveria o projeto		Desenvolveria o projetos mesmo sem apoio	
	Nº Projetos	Montante Elegível	Nº Projetos	Montante Elegível
Total	**91%**	**85%**	**9%**	**15%**
Eixo 1 - Competitividade e internacionalização das PME	89%	88%	11%	12%
Eixo 2 - Ensino e qualificação do capital humano	87%	86%	13%	14%
Eixo 3 - Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação	100%	100%	0%	0%
Eixo 4 - Desenvolvimento urbano sustentável	n.d	n.d	n.d	n.d
Eixo 5 - Emprego e valorização económica de recurso endógeno	n.d	n.d	n.d	n.d
Eixo 6 - Coesão social e inclusão	87%	71%	13%	29%
Eixo 7 - Eficiência energética e mobilidade	86%	96%	14%	4%
Eixo 8 - Ambiente e sustentabilidade	86%	84%	14%	16%
Eixo 9 - Capacitação institucional e modernização administrativa	91%	95%	9%	5%

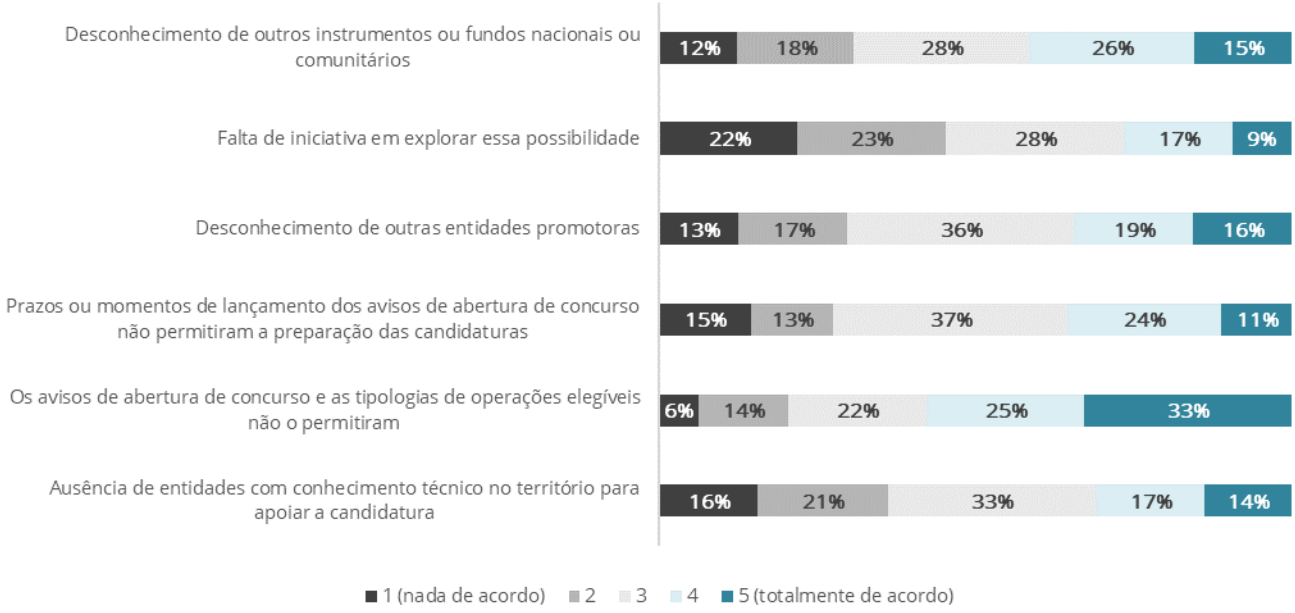
Quadro A22. Relevância do suporte financeiro do POR Alentejo 14-20, por Eixo Prioritário
Nota: Nota: Unidade de medida - % dos promotores. Os eixos 4 e 5 não tiveram a representatividade de respostas necessária (n=412, projetos)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

	Não teria introduzido alterações, apenas recorreria a outras fontes de financiamento	Sim, teria adiado a data de arranque do(s) projeto(s)	Sim, teria alargado o prazo de execução do(s) projeto(s)	Sim, teria reduzido a dimensão financeira do(s) projeto(s)
Total	**16%**	**42%**	**21%**	**17%**
Eixo 1	13%	56%	13%	13%
Eixo 2	20%	41%	20%	17%
Eixo 3	0%	0%	50%	50%
Eixo 4	16%	38%	21%	19%
Eixo 5	n.d	n.d	n.d	n.d
Eixo 6	33%	44%	11%	11%
Eixo 7	0%	65%	30%	5%
Eixo 8	15%	45%	21%	19%
Eixo 9	9%	36%	36%	18%

Quadro A23. Alterações introduzidas na ausência do suporte financeiro do POR Alentejo 14-20
Nota: Unidade de medida - % dos projetos. O Eixo 5 não tiver a representatividade de respostas necessária (n=1108, projetos concluídos)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Respostas	Ponderado por nº de projetos	Ponderado por nº de projetos	Ponderado por montante elegível
Sim	24%	46%	43%
Não	40%	26%	35%
NS/NR	37%	28%	22%

Quadro A24. Articulação das operações apoiadas no âmbito do POR Alentejo 2020 com outros instrumentos de financiamento
Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=212, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020



Quadro A25. Razões para o não estabelecimento de articulações das operações apoiadas no âmbito do POR Alentejo 2020 com outros instrumentos de financiamento
Nota: Unidade de medida - % dos promotores
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

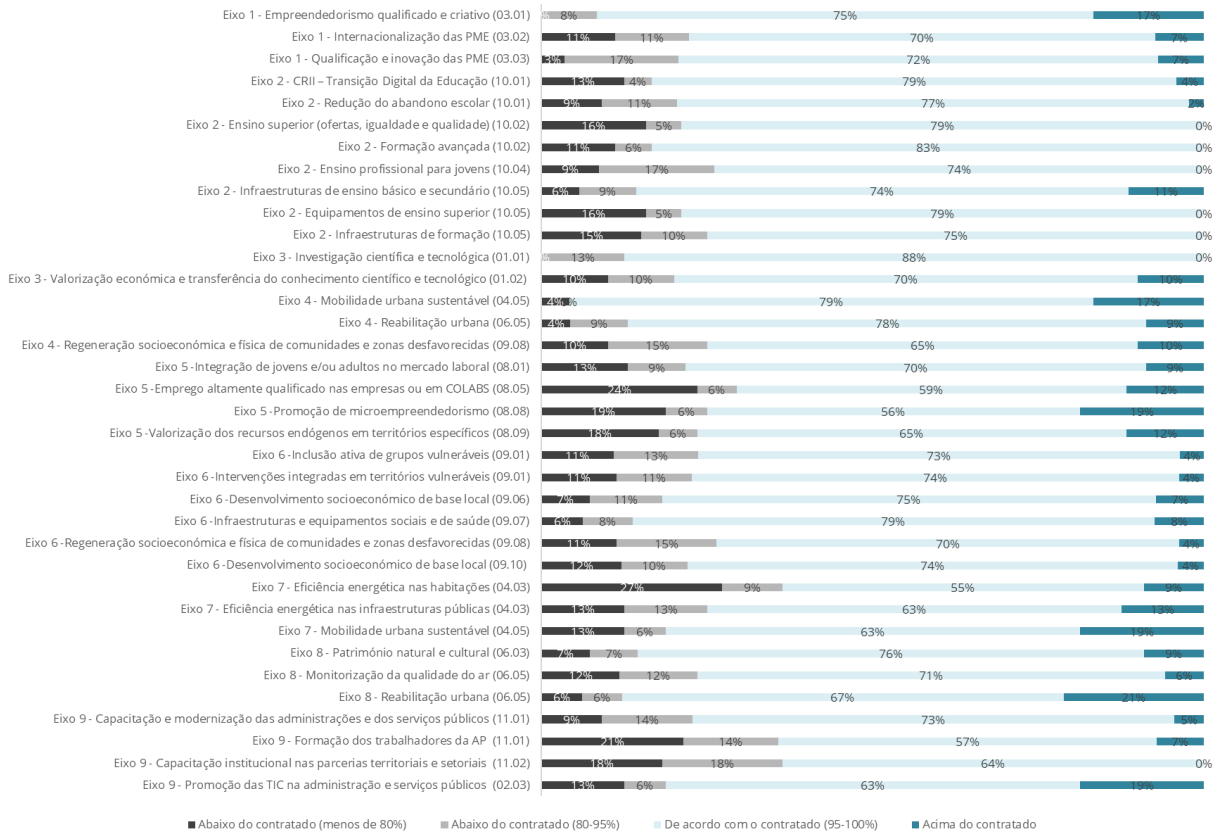


Figura A15. Expectativa relativa à execução dos valores de investimento contratado
Nota: Unidade de medida - % de projetos, ponderado por investimento elegível (n=689, projetos)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

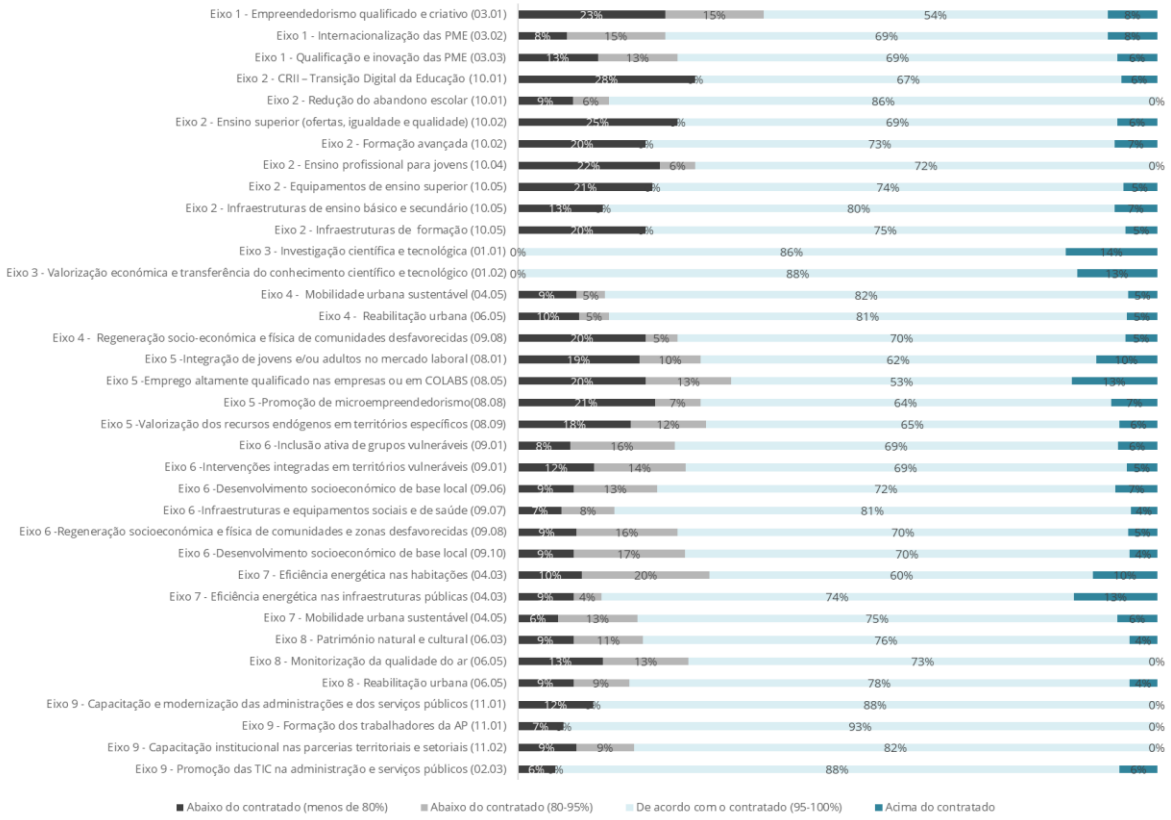


Figura A16. Expectativa relativa ao alcance das metas previstas
Nota: Unidade de medida - % de projetos, ponderado por investimento elegível (n=689, projetos)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Bloco D – Resultados e impactos dos projetos

N=412	Promotores	Ponderado por nº de projetos	Ponderado por montante elegível
Sim	60%	90%	93%
Não	40%	10%	7%

Quadro A26. Projetos concluídos ou em fase de execução elevada
Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=212, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

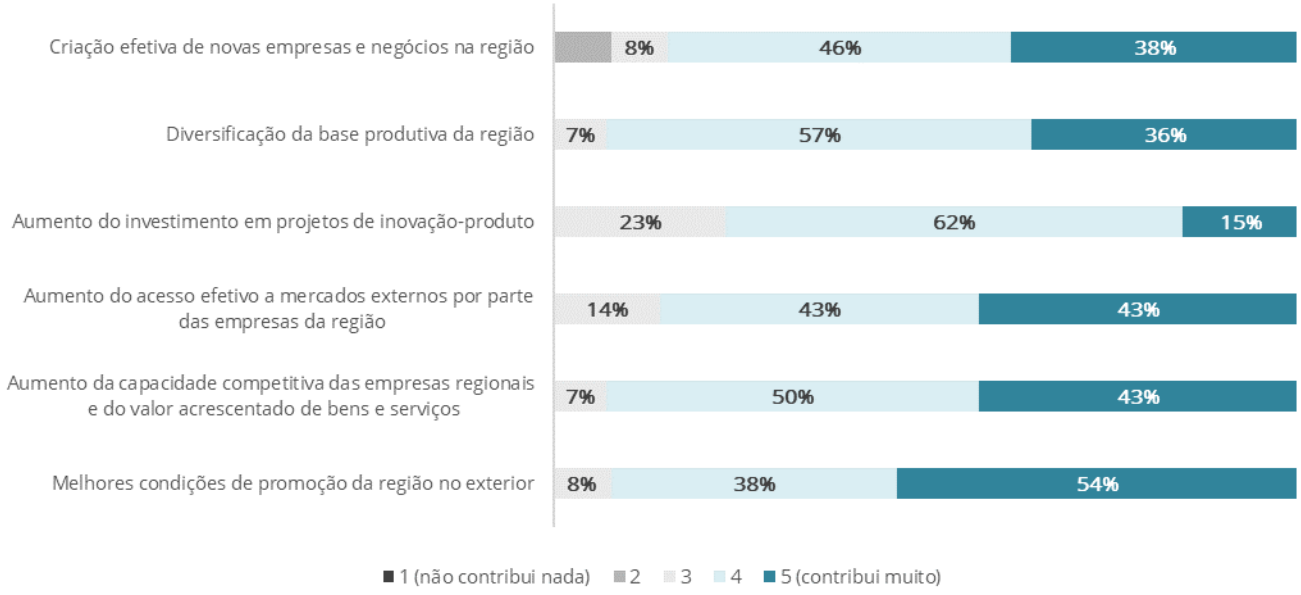


Figura A17. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 1
Nota: Unidade de medida - % de promotores
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

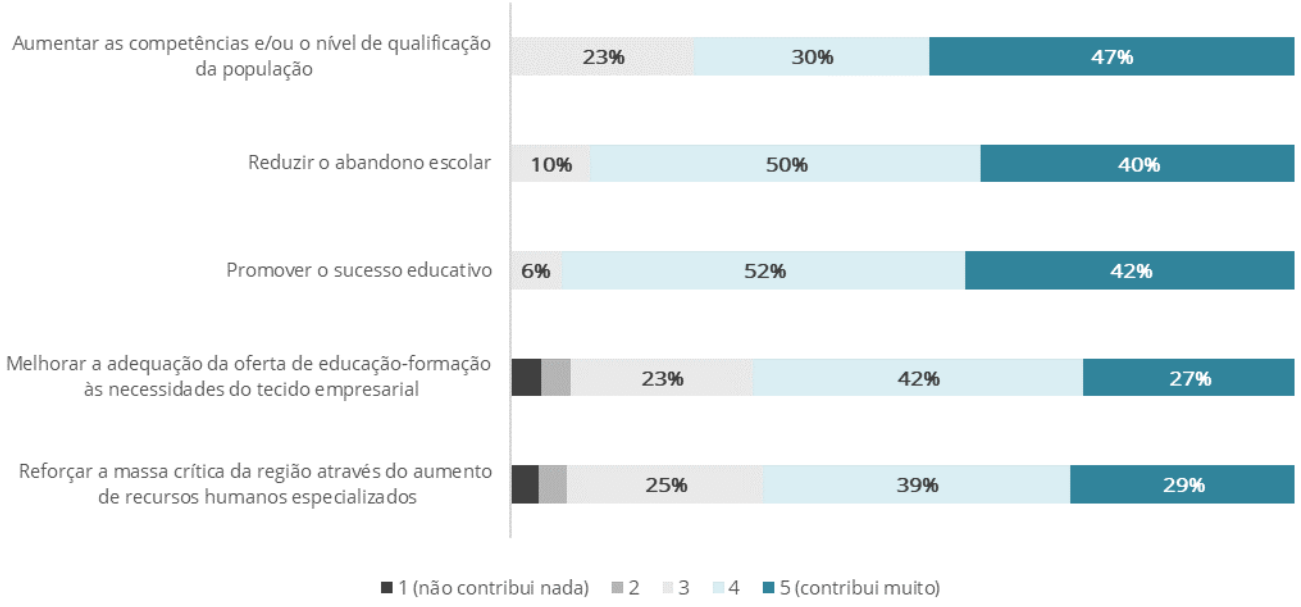


Figura A18. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 2
Nota: Unidade de medida - % de promotores
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

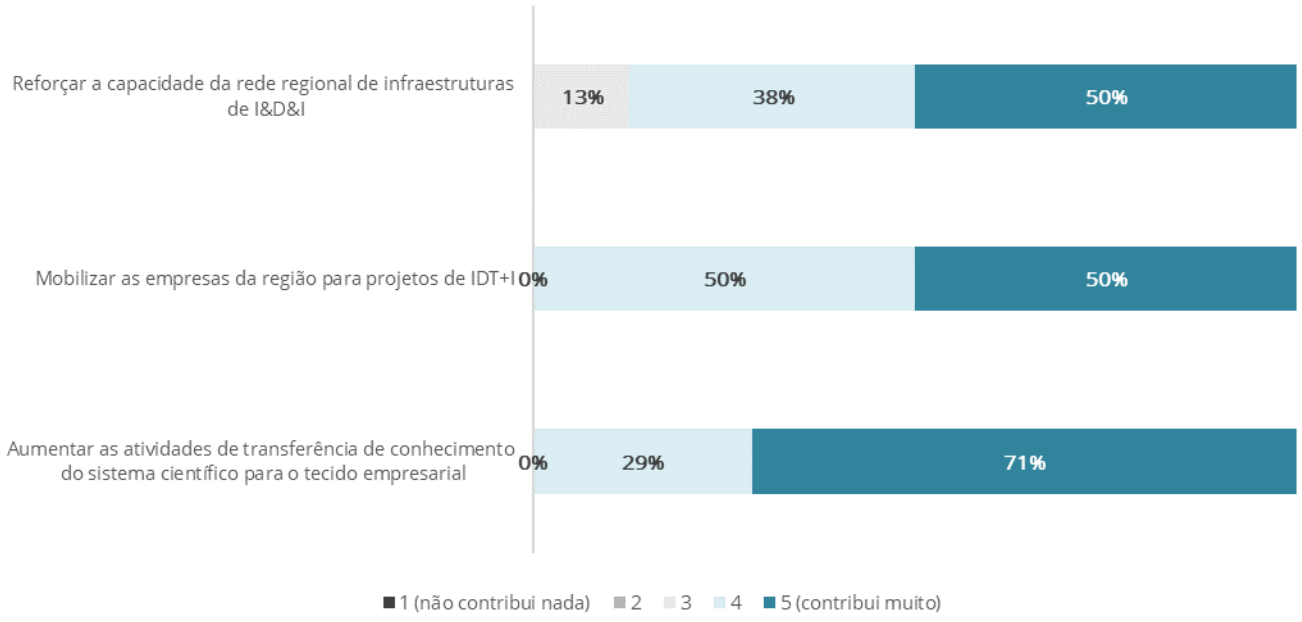


Figura A19. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 3
Nota: Unidade de medida - % de promotores
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

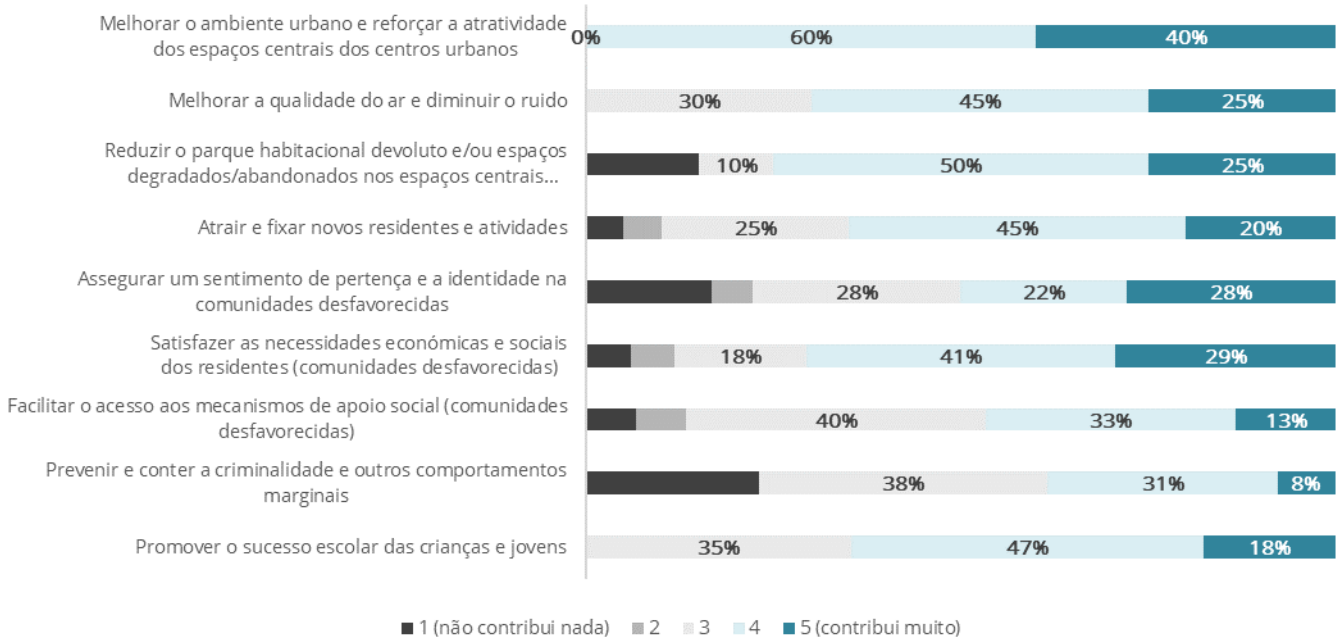


Figura A20. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 4
Nota: Unidade de medida - % de promotores
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

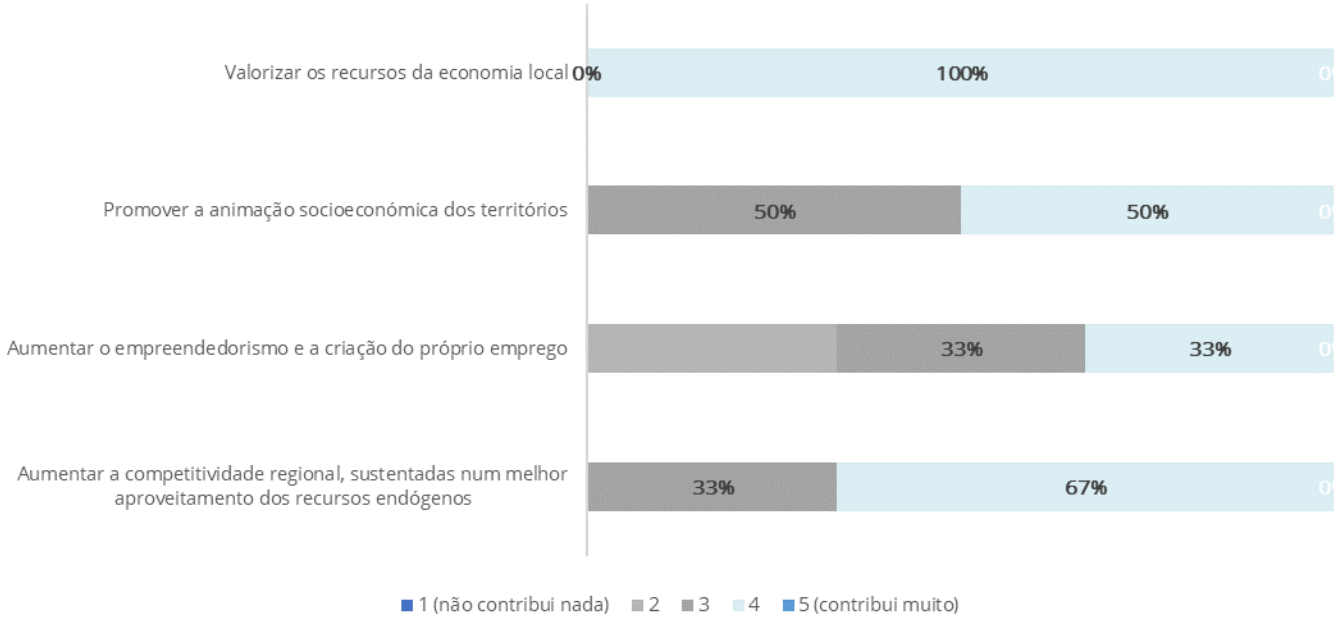


Figura A21. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 5
Nota: Unidade de medida - % de promotores
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

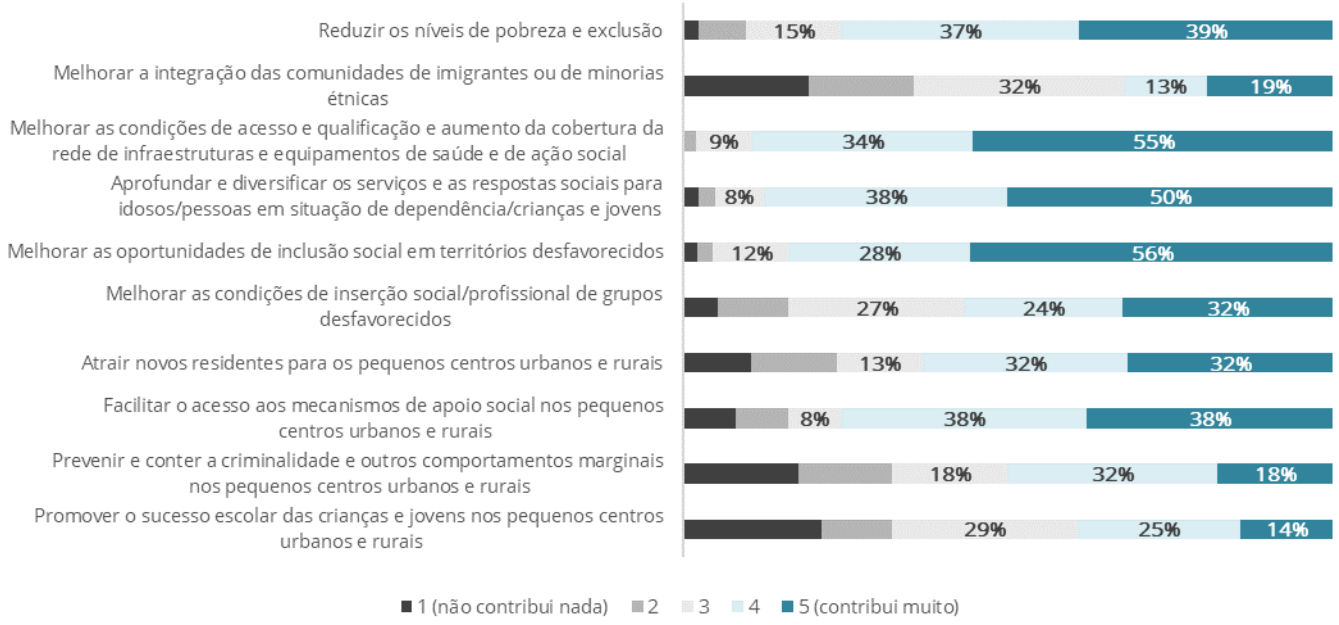


Figura A22. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 6
Nota: Unidade de medida - % de promotores
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

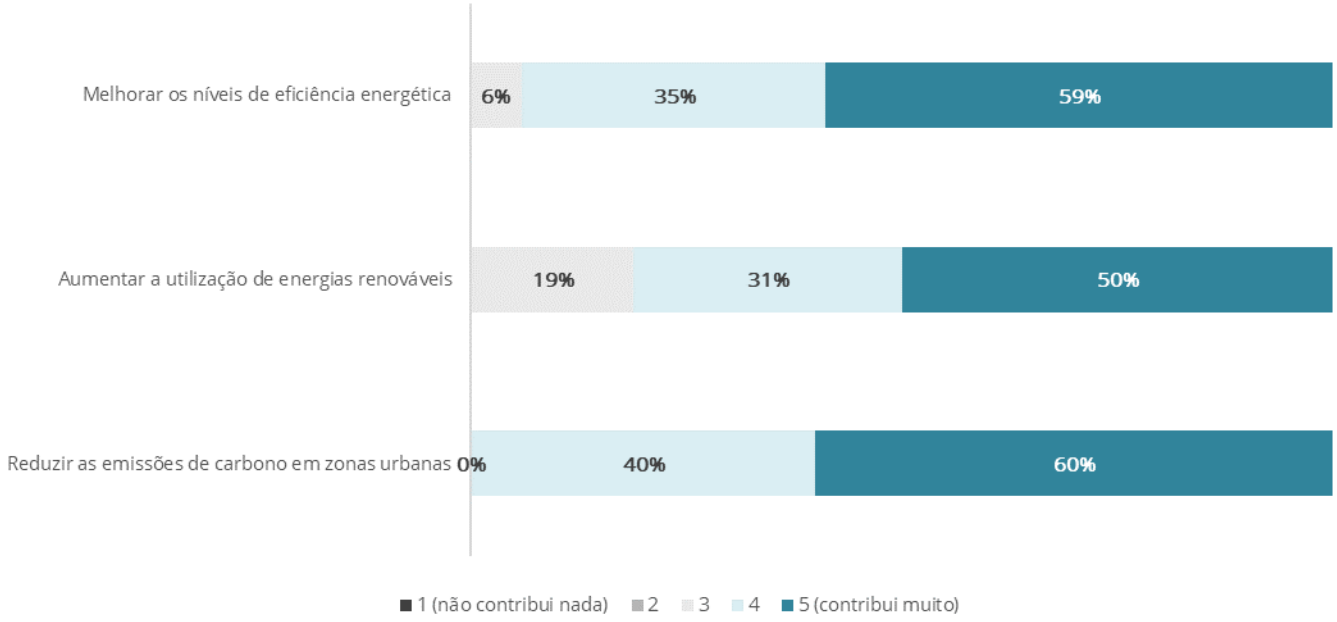


Figura A23. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 7
Nota: Unidade de medida - % de promotores
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

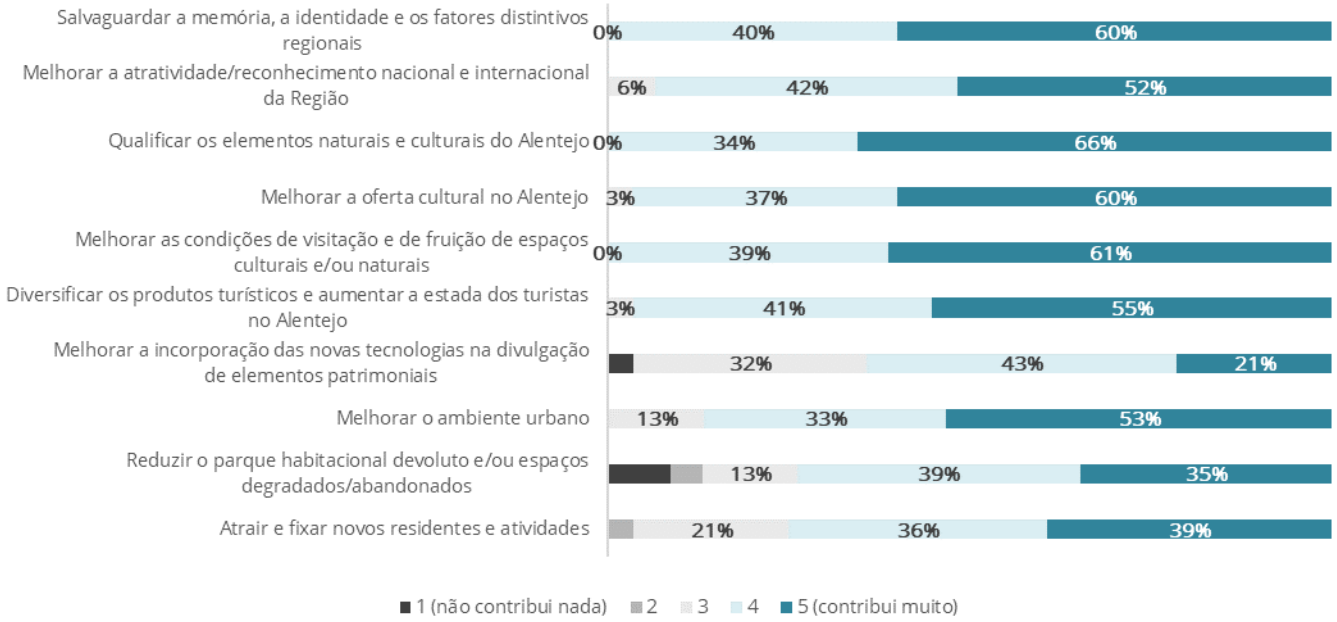


Figura A24. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 8
Nota: Unidade de medida - % de promotores
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

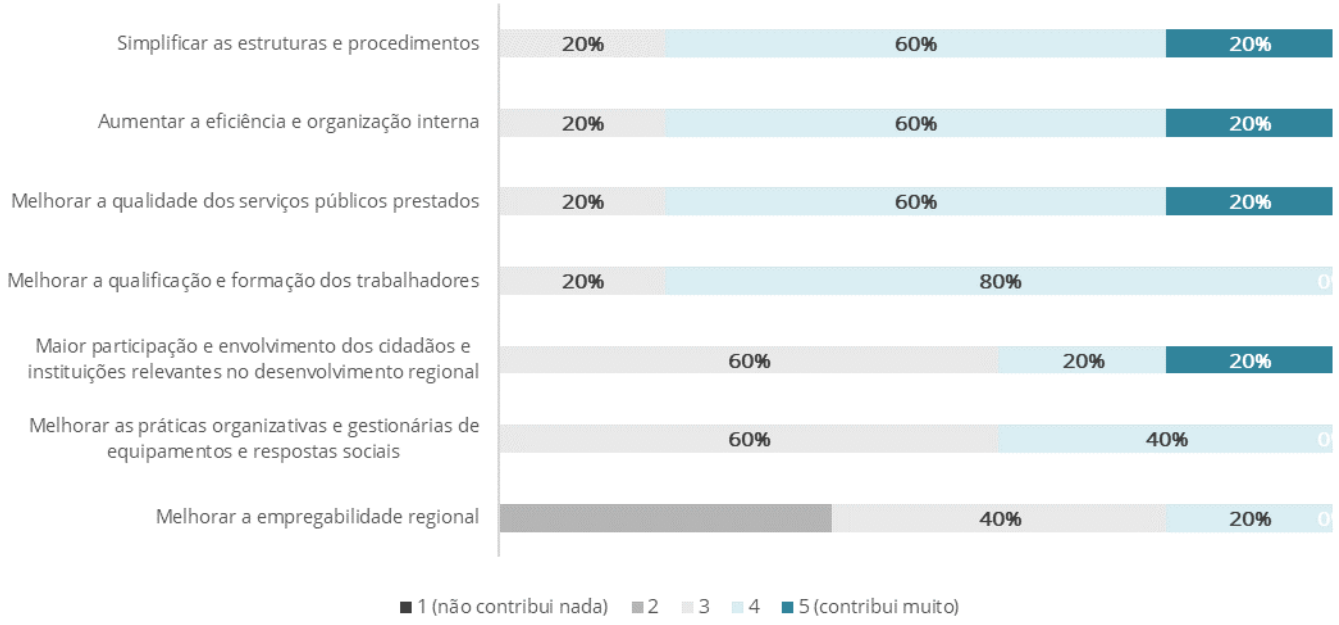


Figura A25. Contribuição dos projetos para as entidades – Eixo 9
Nota: Unidade de medida - % de promotores
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Bloco E – Sustentabilidade

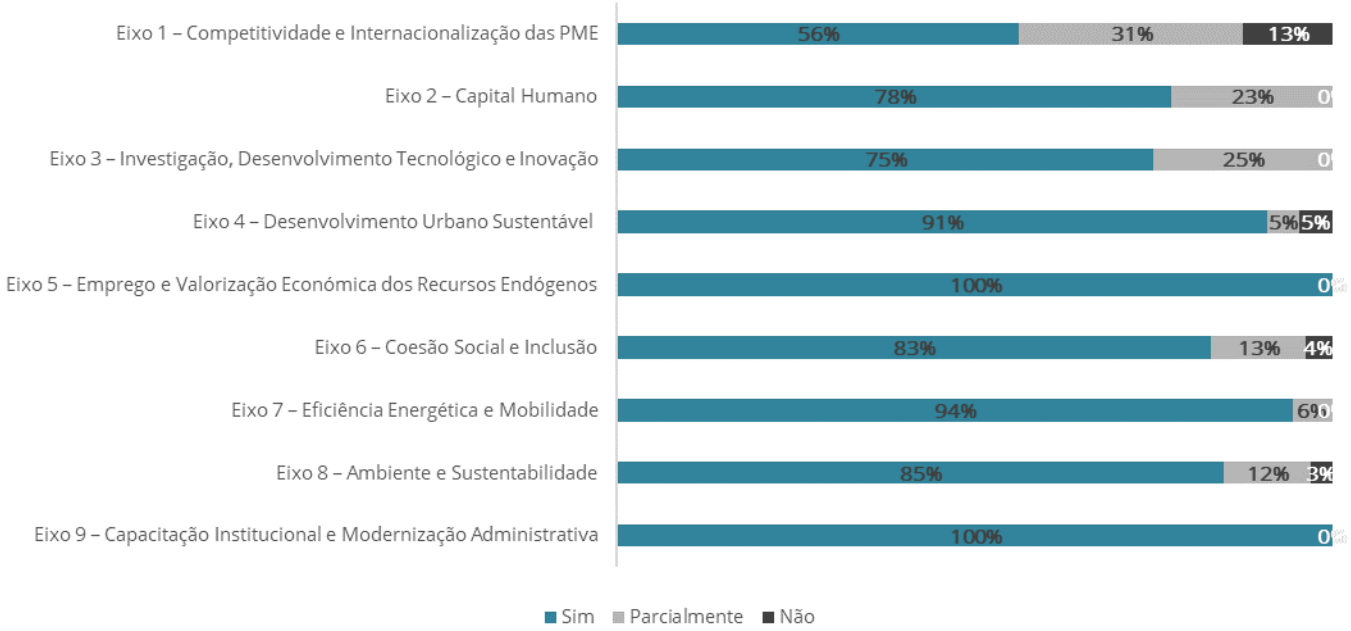


Figura A26. Avaliação da sustentabilidade financeira dos projetos
Nota: Unidade de medida - % de promotores, ponderado por investimento elegível (n=298, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

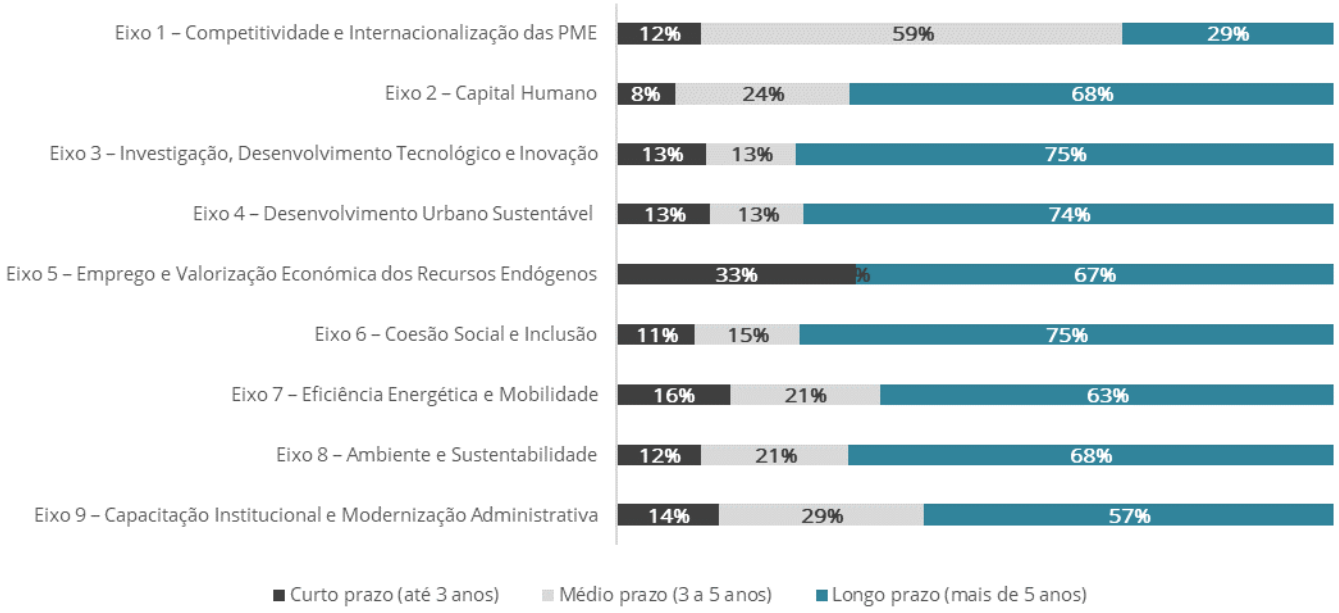


Figura A27. Avaliação da persistência no tempo, os efeitos/resultados gerados pelo(s) projeto(s)
Nota: Unidade de medida - % de promotores,
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

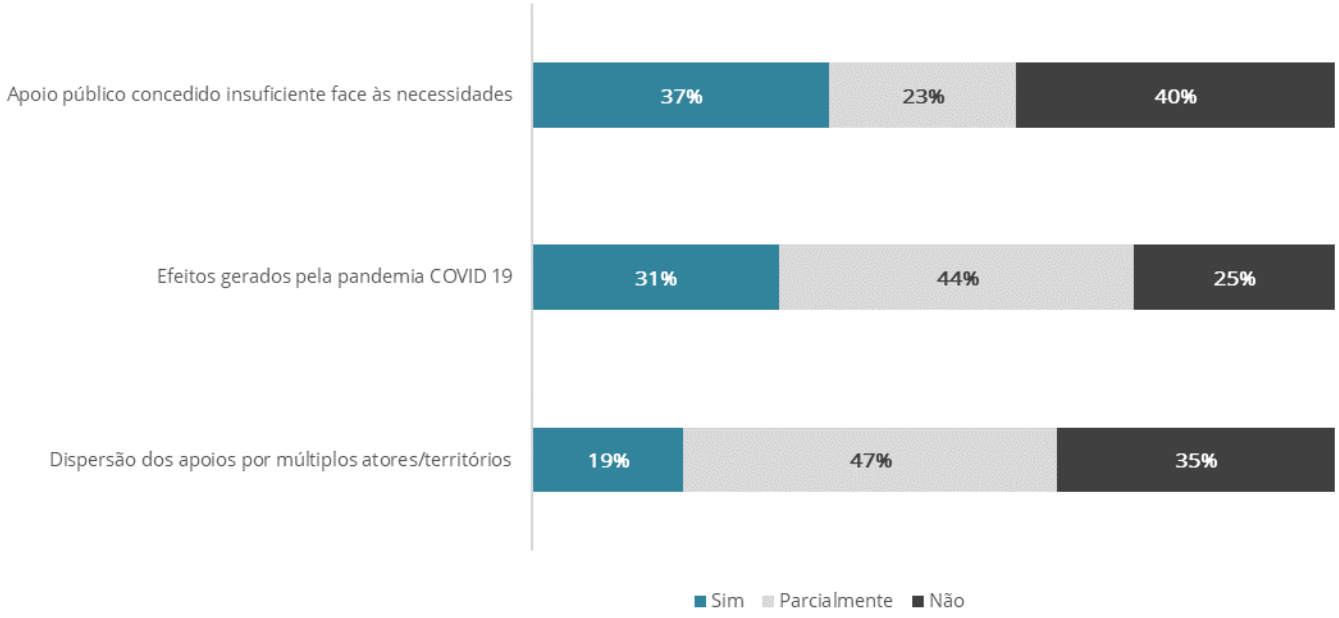


Figura A28. Fatores críticos condicionantes dos resultados do projeto
Nota: Unidade de medida - % de promotores, ponderado por investimento elegível
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

7.6.4. Resultados - Inquérito a beneficiários empresariais

No âmbito da Avaliação Intercalar do Programa Operacional do Alentejo 2020 foi lançado um inquérito direcionado aos benificiários do PO, decorrendo entre 24 de maio e 13 de junho de 2022, abrangendo um universo de 902 promotores, obtendo 412 respostas, que correspondem a uma taxa de resposta de 45,7% e a uma margem de erro de 3.57%, para nível de confiança de 95%.

Ao nível da tipologia de intervenção a representatividade é tendencialmente menor, associada a margens de erro superiores. Nesse sentido, a análise das respostas por tipologia de intervenção no âmbito das respostas às Questões de Avaliação limitar-se-á às tipologias com margens de erro até 10%: CRII – Atividades de I&D empresarial, CRII – Investimento empresarial em inovação de não PME, DLBC, Internacionalização das PME, Qualificação e inovação das PME e CRII – Qualificação das PME.

Bloco A – Caracterização da amostra

	Margem de erro	Projetos		Investimento elegível		Projetos concluídos/execução elevada	
		Universo (n=1 483)	Respondentes (n=667)	Universo (n=297 091 543)	Respondentes (n=148 186 120)	Universo (n=765)	Respondentes (n=333)
Atividades de I&D empresarial	18%	2,4%	2,5%	3,9%	4,4%	2,6%	2,4%
Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	13%	5,2%	4,8%	0,4%	0,3%	1,8%	1,8%
CRII - Atividades de I&D empresarial	0%	0,1%	0,3%	0,2%	0,4%	0,0%	0,0%
CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	0%	0,1%	0,1%	0,2%	0,3%	0,0%	0,0%
CRII - Qualificação e inovação das PME	10%	4,7%	6,1%	3,0%	3,2%	0,9%	1,5%
Desenvolvimento socioeconómico de base local	4%	41,9%	45,3%	10,0%	10,3%	37,1%	44,7%
Empreendedorismo qualificado e criativo	12%	7,0%	5,8%	7,8%	9,0%	11,9%	9,6%
Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS	43%	1,0%	0,6%	2,2%	1,2%	0,4%	0,0%
Formação de empresários e trabalhadores das empresas	23%	1,9%	1,6%	0,2%	0,2%	0,1%	0,0%
Internacionalização das PME	8%	11,9%	11,6%	15,5%	12,4%	11,2%	11,4%
Investimento empresarial em inovação de não PME	49%	0,2%	0,3%	3,3%	4,8%	0,1%	0,3%
Promoção de microempreendedorismo	11%	8,1%	7,1%	7,7%	6,3%	12,9%	11,1%
Qualificação e inovação das PME	8%	15,2%	13,5%	45,3%	47,0%	20,7%	16,8%
CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)	40%	0,3%	0,4%	0,2%	0,2%	0,1%	0,3%

Quadro A27. Distribuição de projetos por Tipologia de Intervenção
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Relativamente à distribuição de projetos por Tipologia de Operação (A26), verifica-se que a proporção de respondentes corresponde ao Universo esperado. Adicionalmente, destaca-se a TI de desenvolvimento socioeconómico de base local, que representa quase metade do número de projetos (45,3% dos respondentes). No entanto, ao nível do investimento elegível, a TI de qualificação e inovação das PME representa cerca de 47% da amostra dos respondentes. Contrariamente, as tipologias associadas às CRII são a que apresentam menor representatividade, quer no que respeita à quantidade de projetos, quer no que respeita ao investimento elegível.

	Projetos		Investimento elegível		Projetos concluídos/execução elevada	
	Universo (n=1 483)	Respondentes (n=667)	Universo (n=297 091 543)	Respondentes (n=148 186 120)	Universo (n = 632)	Respondentes (n = 261)
Serviços	31%	32%	20%	15%	33%	33%
Comércio	20%	18%	9%	9%	21%	17%
Agricultura, silv. e pescas	3%	2%	1%	1%	4%	2%
Turismo	20%	21%	17%	18%	16%	22%
Indústria transformadora	20%	21%	45%	52%	19%	20%
Transportes	1%	2%	1%	2%	2%	2%
Construção	3%	3%	2%	1%	3%	2%
Energia e ambiente	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Indústria extrativa	1%	1%	6%	2%	1%	1%

Quadro A28. Distribuição por setor do promotor
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Relativamente à distribuição de projetos por setor (Quadro A28.), também se verifica que a proporção de respondentes corresponde ao Universo esperado. Quanto ao setor com maior representatividade, destaca-se o setor dos Serviços ao nível da quantidade de projetos (32% dos respondentes) e a Indústria transformadora ao nível do investimento elegível (52% dos respondentes) Contrariamente, observa-se que o setor de Energia e ambiente é o que apresenta menor representatividade, quer em número de projetos, quer em investimento elegível.

	Projetos		Investimento elegivel		Projetos concluídos/execução elevada	
	Universo (n=902)	Respondentes (n=400)	Universo (n=297 091 543)	Respondentes (n=148 186 120)	Universo (n = 1483)	Respondentes (n=689)
1	29%	28%	41%	47%	40%	36%
2	53%	53%	39%	34%	45%	47%
3	10%	11%	10%	10%	9%	12%
4	5%	5%	5%	6%	3%	3%
5	2%	3%	3%	3%	2%	2%
6	0%	0%	1%	0%	0%	0%
7	1%	0%	1%	0%	1%	0%
9	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Quadro A29. Distribuição de projetos por número de projetos do promotor
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

No que respeita à distribuição de projetos por número de projetos (Quadro A29), verifica-se que os promotores com apenas um projeto são que exibem maior representatividade, ao nível do investimento elegível, e que os promotores com dois projetos se encontram mais representados ao nível da quantidade de projetos / projetos concluídos. Como esperado, os beneficiários com mais projetos são aqueles que exibem menor representatividade.

Bloco B – Dinâmicas de realização e fatores de risco

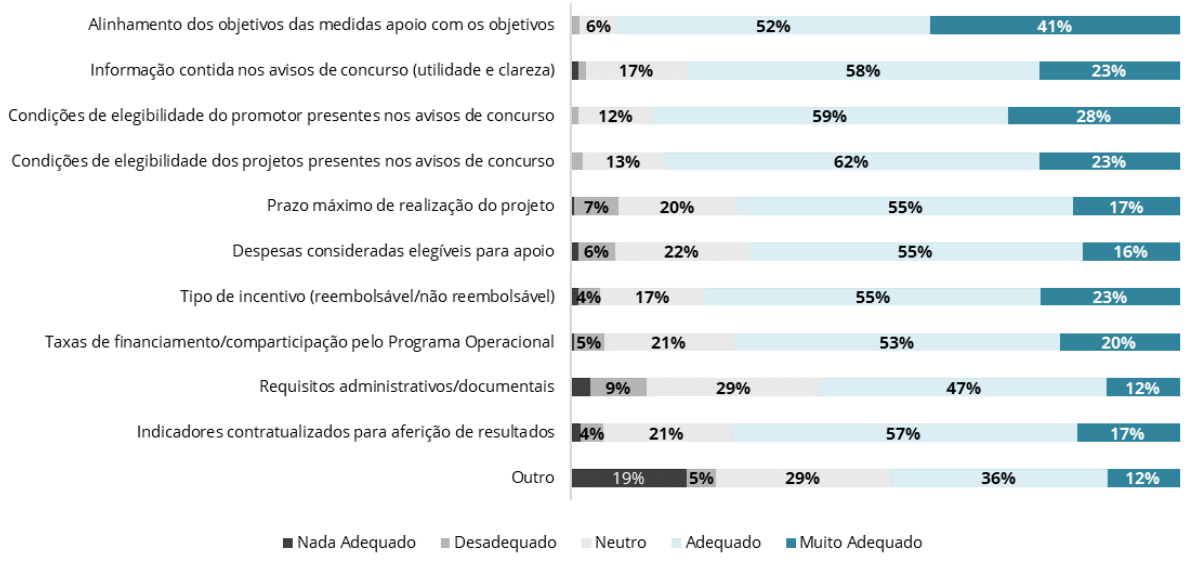


Figura A29. Avaliação da adequação das medidas às necessidades das empresas
Nota: Unidade de medida - % dos promotores, ponderado por nº de projetos (n=412, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

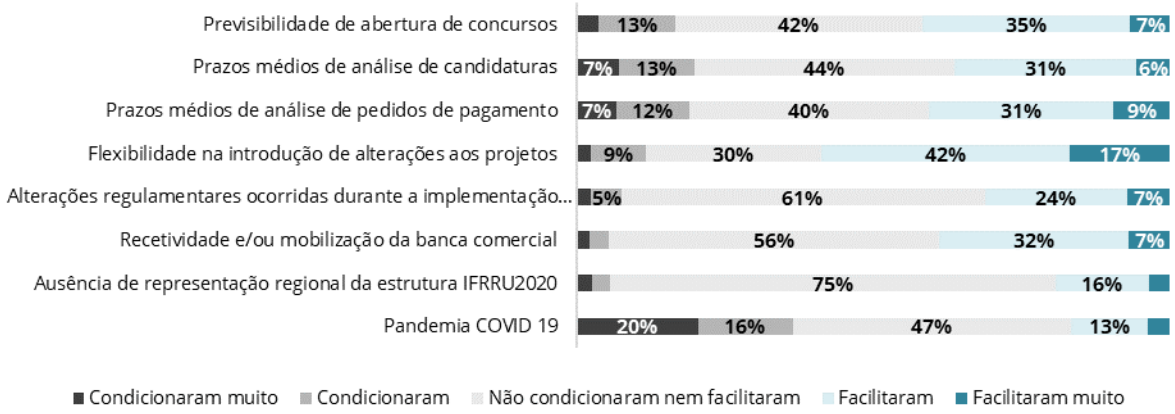


Figura A30. Condicionantes do arranque e desenvolvimento dos projetos aprovados
Nota: Unidade de medida - % dos promotores, ponderado por nº de projetos (n=412, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

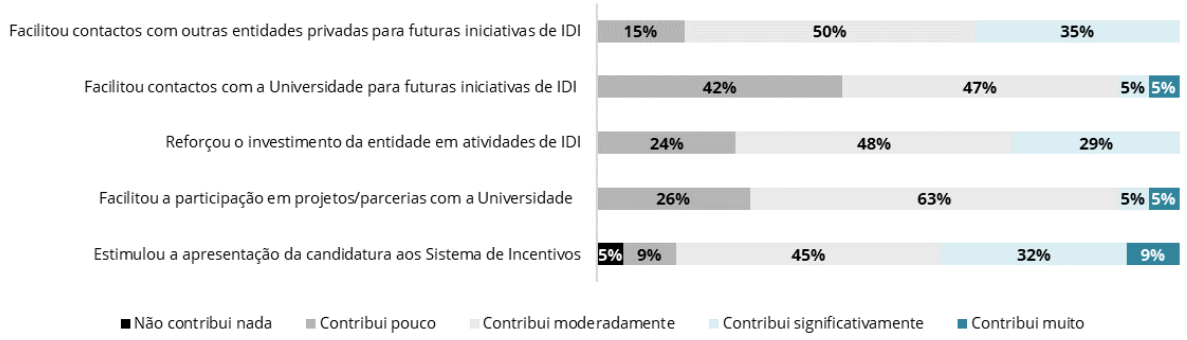


Figura A31. Contributo da participação em Ações coletivas
Nota: Unidade de medida - % dos promotores, ponderado por nº de projetos (n=18, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Resposta	Ponderado por nº de projetos	Ponderado por nº de projetos
Não, o(s) projeto(s) apresentado(s) não sofreu(eram) alterações	82%	76%
Sim, o(s) projeto(s) sofreu(eram) alterações	18%	24%

Quadro A30. Alterações dos projetos iniciais em virtude das condições de elegibilidade
Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=412)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

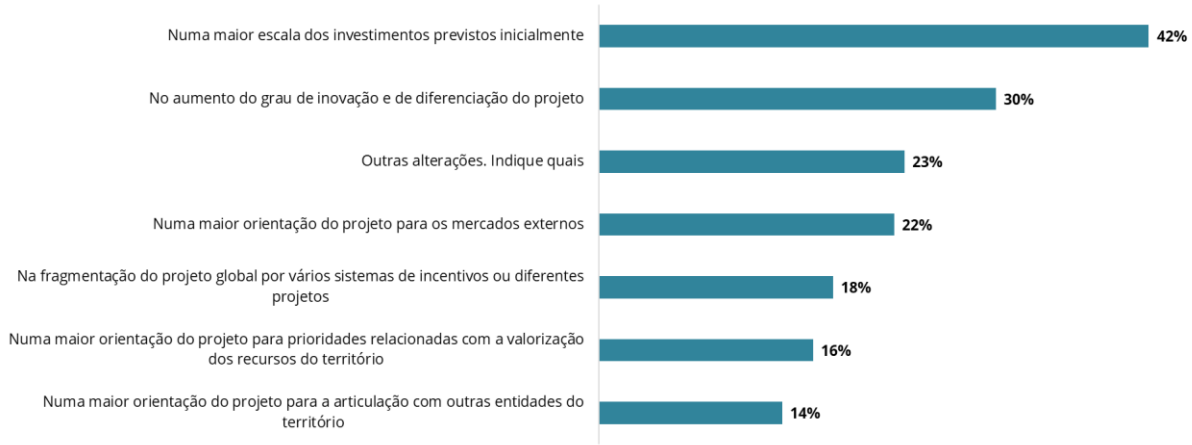


Figura A32. Principais alterações nos projetos em virtude das condições de elegibilidade
Nota: Unidade de medida - % dos promotores, ponderado por nº de projetos (n=412, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Bloco C – Complementaridades e Valor Acrescentado Europeu

	Não desenvolveria qualquer projeto		Desenvolveria todos projetos mesmo sem apoio	
	Nº Projetos	Montante Elegível	Nº Projetos	Montante Elegível
Total	**68%**	**59%**	**32%**	**41%**
Atividades de I&D empresarial	58%	57%	42%	43%
Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	80%	70%	20%	30%
CRII - Atividades de I&D empresarial	67%	61%	33%	39%
CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	0%	0%	100%	100%
CRII - Qualificação e inovação das PME	60%	52%	40%	48%
Desenvolvimento socioeconómico de base local	70%	71%	30%	29%
Empreendedorismo qualificado e criativo	74%	98%	26%	2%
Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS	50%	59%	50%	41%
Formação de empresários e trabalhadores das empresas	75%	48%	25%	52%
Internacionalização das PME	69%	65%	31%	35%
Investimento empresarial em inovação de não PME	0%	0%	100%	100%
Promoção de microempreendedorismo	73%	76%	27%	24%
Qualificação e inovação das PME	60%	53%	40%	47%
CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)	75%	83%	25%	17%

Quadro A31. Relevância do suporte financeiro do POR Alentejo 14-20
Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=412, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

	Não teria introduzido alterações, apenas recorreria a outras fontes de financiamento	Sim, teria adiado a data de arranque do(s) projeto(s)	Sim, teria alargado o prazo de execução do(s) projeto(s)	Sim, teria reduzido a dimensão financeira do(s) projeto(s)
Total	**36%**	**16%**	**31%**	**48%**
Atividades de I&D empresarial	29%	43%	57%	57%
Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	17%	0%	33%	83%
CRII - Atividades de I&D empresarial	0%	0%	100%	0%
CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	0%	0%	100%	0%
CRII - Qualificação e inovação das PME	35%	0%	35%	45%
Desenvolvimento socioeconómico de base local	35%	21%	21%	51%
Empreendedorismo qualificado e criativo	55%	9%	0%	36%
Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS	100%	0%	0%	0%
Formação de empresários e trabalhadores das empresas	67%	0%	33%	0%
Internacionalização das PME	22%	19%	47%	63%
Investimento empresarial em inovação de não PME	50%	0%	50%	0%
Promoção de microempreendedorismo	36%	7%	29%	64%
Qualificação e inovação das PME	41%	13%	41%	35%
CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)	100%	0%	0%	0%

Quadro A32. Alterações introduzidas na ausência do suporte financeiro do POR Alentejo 14-20
Nota: Unidade de medida - % dos projetos (n=245, projetos)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

	Sem o apoio financeiro não teria desenvolvido o projeto sobretudo pelas dificuldades que, entretanto, surgiram decorrentes da crise pandémica	Sem o apoio financeiro não teria desenvolvido o projeto, independentemente das dificuldades resultantes da crise pandémica
Total	**34%**	**66%**
Atividades de I&D empresarial	30%	70%
Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	37%	63%
CRII - Atividades de I&D empresarial	100%	0%
CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	-	-
CRII - Qualificação e inovação das PME	68%	32%
Desenvolvimento socioeconómico de base local	30%	70%
Empreendedorismo qualificado e criativo	28%	72%
Emprego altamente qualificado nas empresas ou em COLABS	50%	50%
Formação de empresários e trabalhadores das empresas	25%	75%
Internacionalização das PME	33%	67%
Investimento empresarial em inovação de não PME	-	-
Promoção de microempreendedorismo	40%	60%
Qualificação e inovação das PME	36%	64%
CRII - Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local)	50%	50%

Quadro A33. Diferenças nas opções num cenário de ausência de crise económica decorrente da pandemia
Nota: Unidade de medida - % dos projetos (n=444, projetos)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Respostas	Ponderado por nº de projetos	Ponderado por nº de projetos	Ponderado por montante elegível
Sim	6%	6%	10%
Não	94%	93%	89%

Quadro A34. Articulação das operações apoiadas no âmbito do POR Alentejo 2020 com outros instrumentos de financiamento
Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=412, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

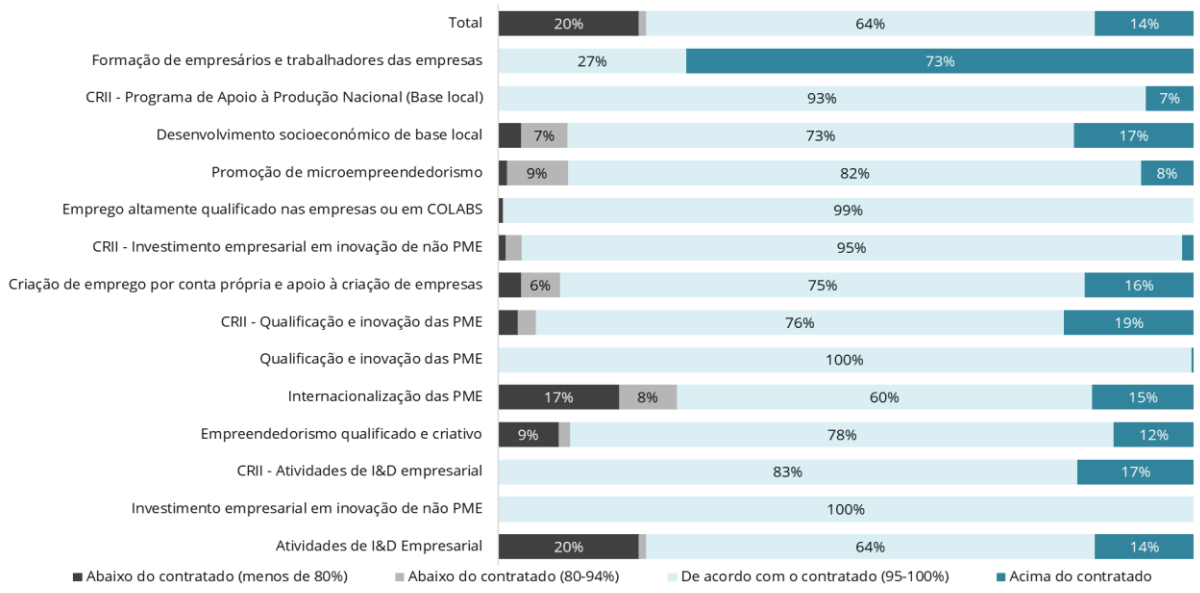


Figura A33. Expectativa relativa à execução dos valores de investimento contratado
Nota: Unidade de medida - % de projetos, ponderado por investimento elegível (n=689, projetos)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

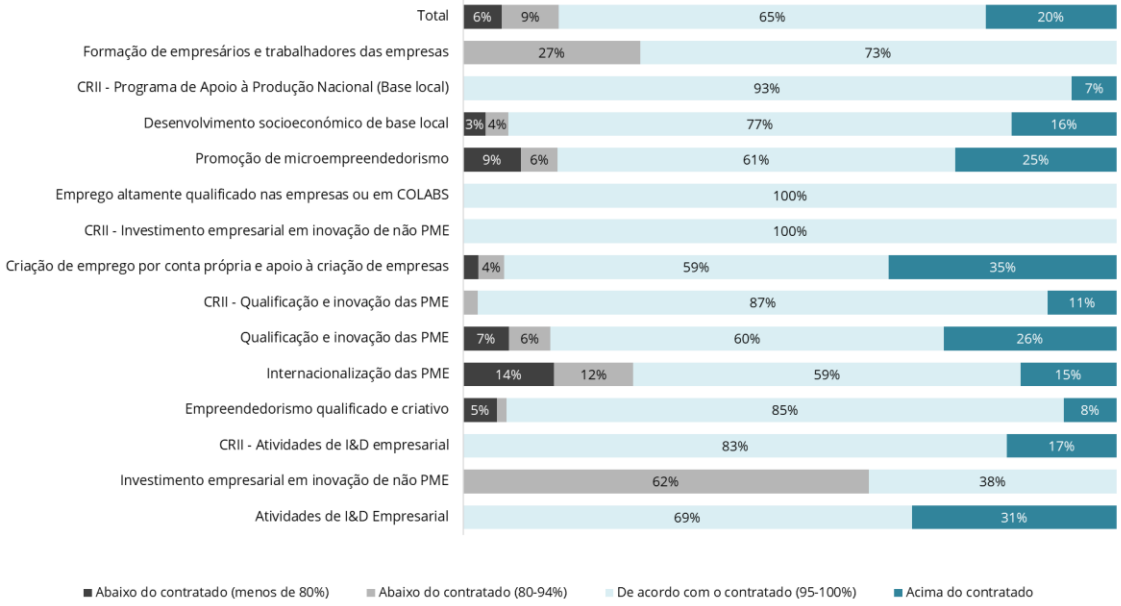


Figura A34. Expectativa relativa ao alcance das metas previstas
Nota: Unidade de medida - % de projetos, ponderado por investimento elegível (n=689, projetos)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

N=412	Promotores	Ponderado por nº de projetos	Ponderado por montante elegível
Sim	85%	86%	88%
Não	15%	14%	12%

Quadro A35. Projetos concluídos ou em fase de execução elevada
Nota: Unidade de medida - % dos promotores (n=412, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

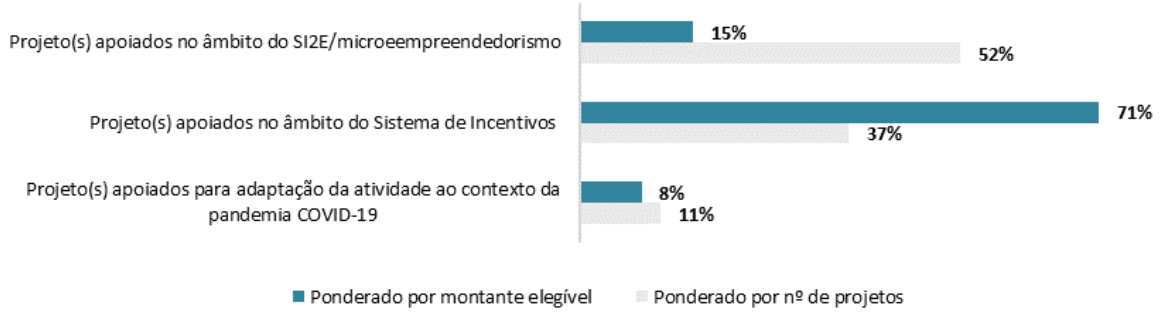


Figura A35. Projetos concluídos ou num nível de execução elevado – Âmbito dos projetos
Nota: Unidade de medida - % de promotores (n=305, projetosFonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Bloco D – Resultados e impactos

CRII

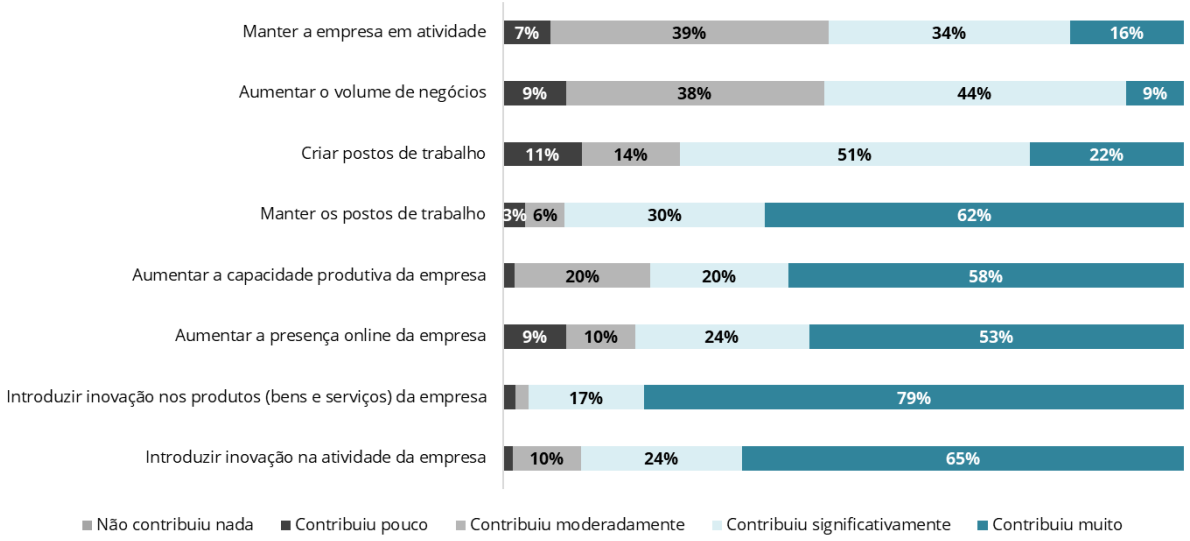


Figura A36. Contribuição dos projetos para as empresas – Âmbito das CRII
Nota: Unidade de medida - % de promotores, ponderado por investimento elegível (n=33, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

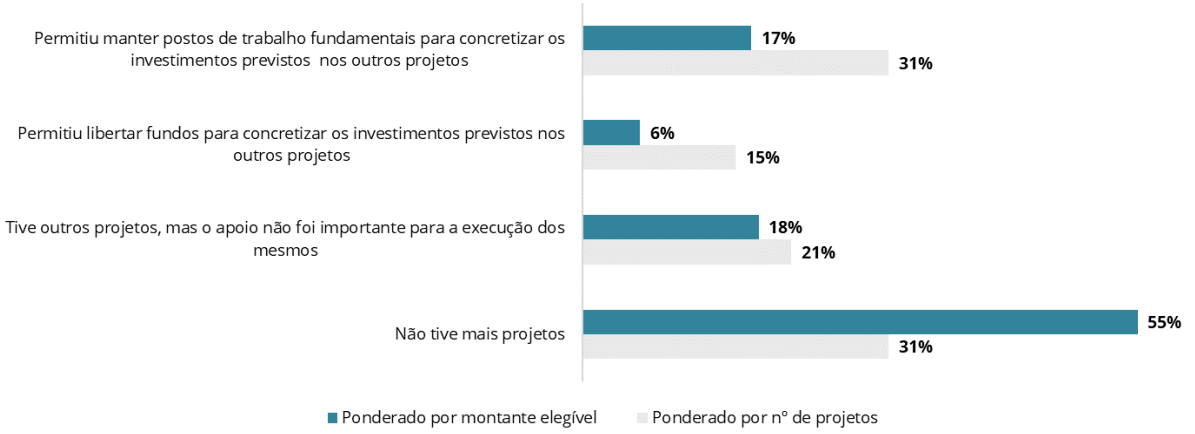


Figura A37. Apoios à tesouraria para a concretização de outros projetos – Âmbito das CRII
Nota: Unidade de medida - % de promotores (n=33, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Sistema de Incentivos

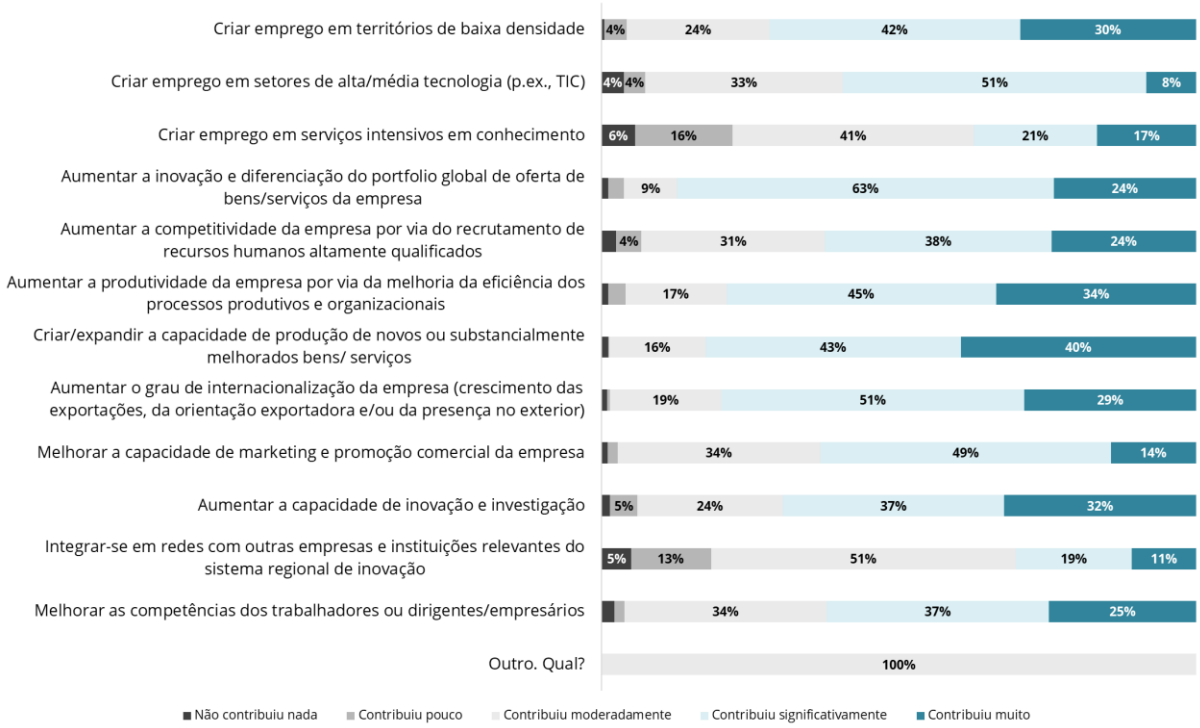


Figura A38. Contribuição dos projetos para as empresas – Âmbito do Sistema de Incentivos
Nota: Unidade de medida - % de promotores, ponderado por investimento elegível (n=135, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

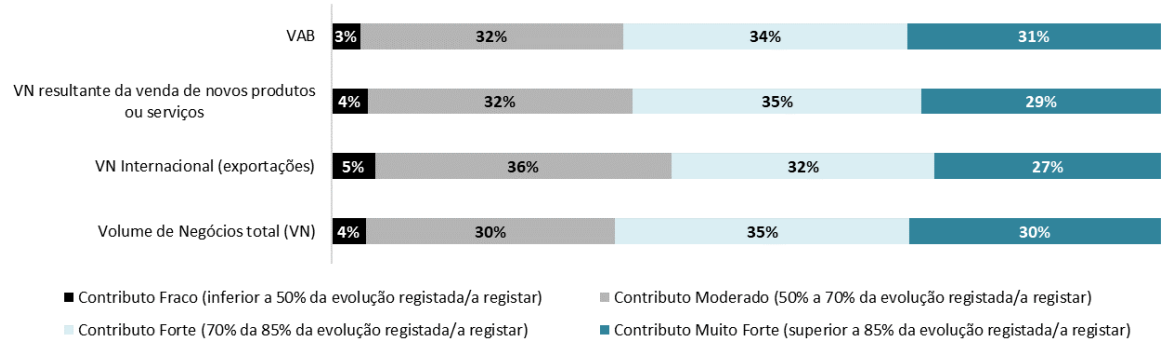


Figura A39. Contribuição para a evolução das variáveis da empresa entre os anos pré-projecto e pós-projeto – Âmbito do Sistema de Incentivos
Nota: Unidade de medida - % de promotores, ponderado por investimento elegível (n=135, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Microempreendedorismo/ SI2E

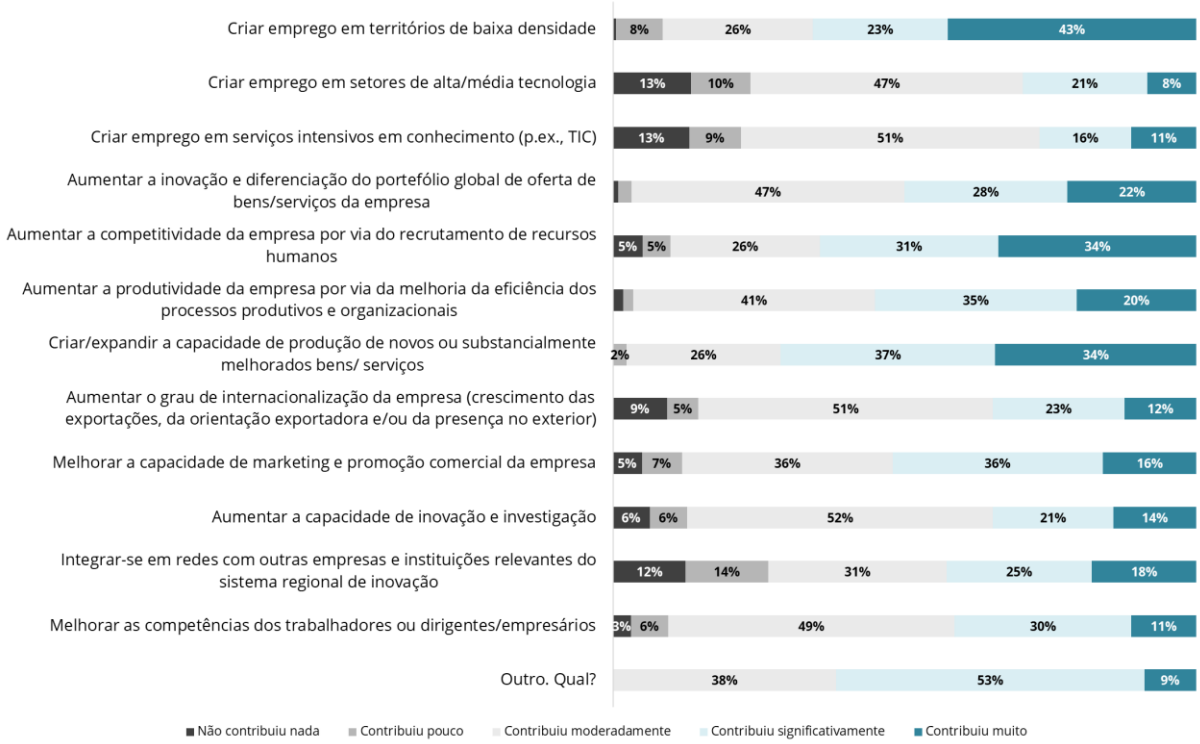


Figura A40. Contribuição dos projetos para as empresas – Âmbito do Microempreendedorismo/ SI2E
Nota: Unidade de medida - % de promotores, ponderado por investimento elegível (n=163, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Bloco E – Fatores Críticos

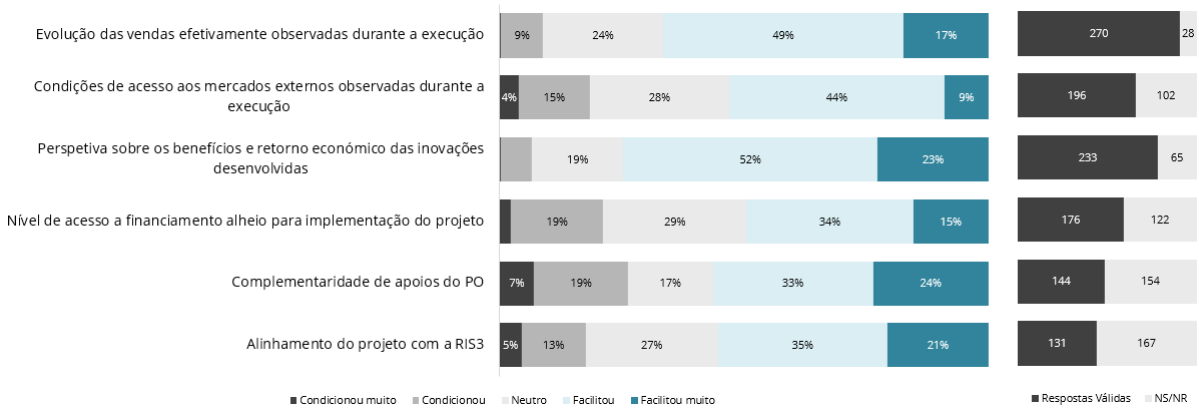


Figura A41. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto
Nota: Unidade de medida - % de promotores, ponderado por investimento elegível (n=298, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

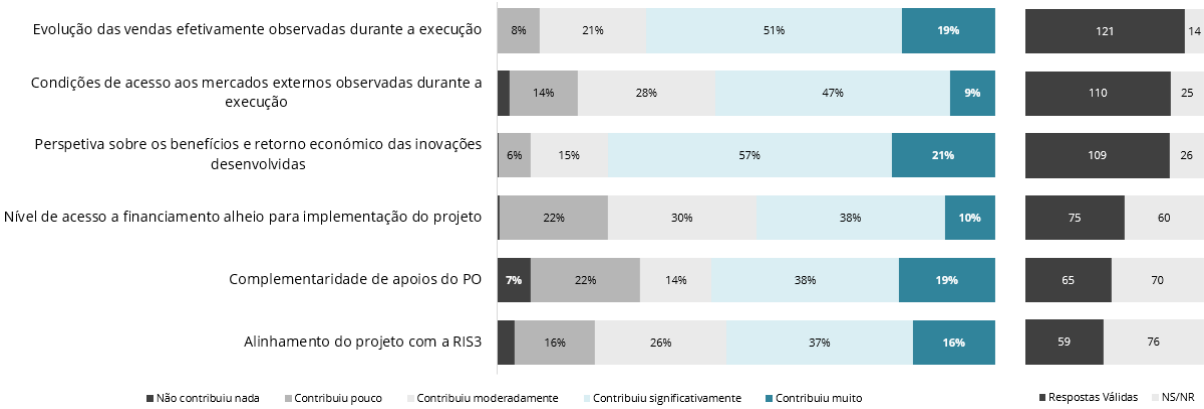


Figura A42. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – Sistemas de Incentivos
Nota: Unidade de medida - % de promotores, ponderado por investimento elegível (n=135, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

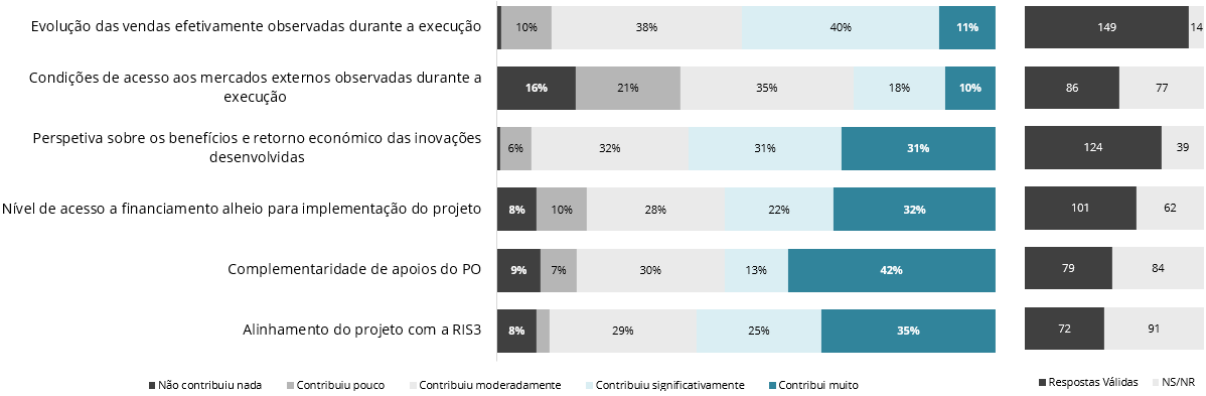


Figura A43. Fatores críticos condicionantes ou facilitadores dos resultados do projeto – Microemprendedorismo/SI2E
Nota: Unidade de medida - % de promotores, ponderado por investimento elegível (n=163, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

Bloco F – Sustentabilidade

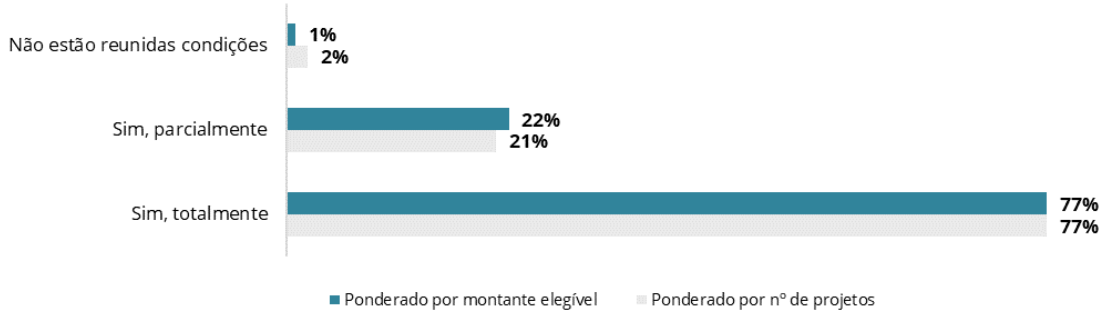


Figura A44. Sustentabilidade financeira de atividades-chave do projeto após o fim do apoio do POR Alentejo 2020
Nota: Unidade de medida - % de promotores (n=322, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

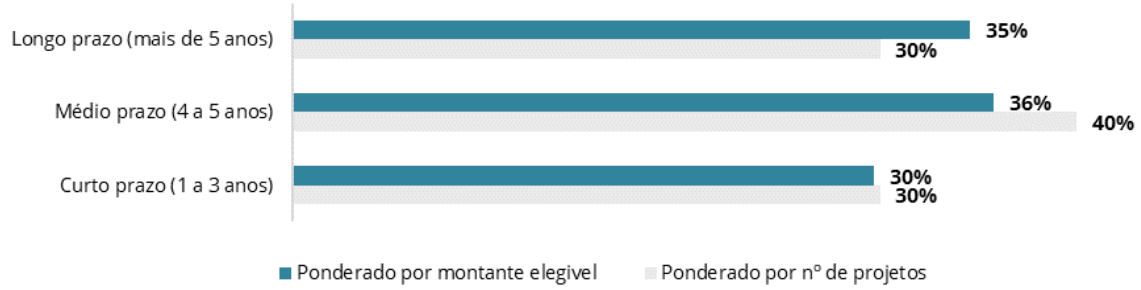


Figura A45. Persistência temporal dos efeitos na evolução da empresa
Nota: Unidade de medida - % de promotores (n=322, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

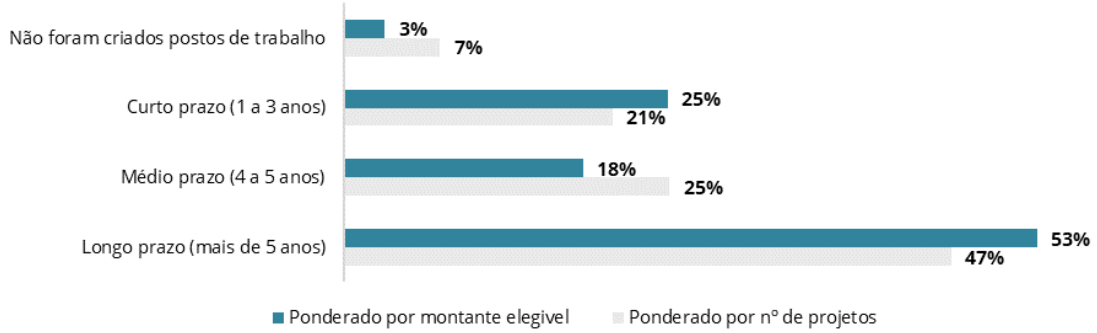


Figura A46. Persistência temporal dos efeitos no emprego
Nota: Unidade de medida - % de promotores (n=322, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

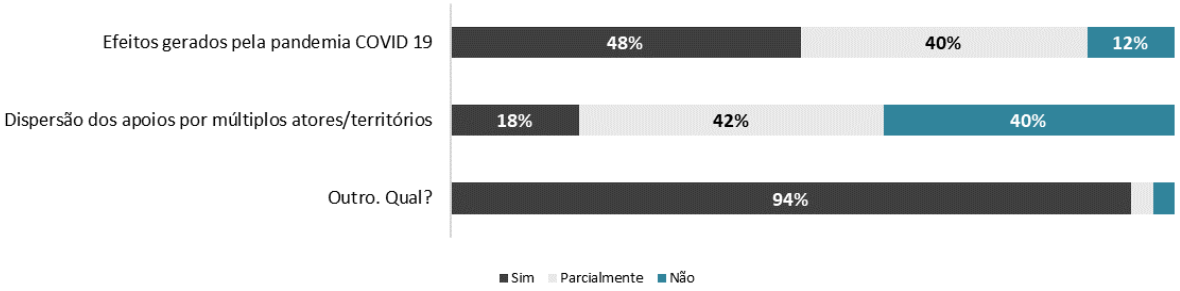


Figura A47. Possíveis condicionantes dos efeitos/ resultados gerados pelos projetos, após a sua conclusão
Nota: Unidade de medida - % de promotores, ponderado pelo investimento elegível (n=321, promotores)
Fonte: CEDRU, com base no Sistema de informação do Programa Operacional Alentejo 2020

7.7. Estudos de caso

7.7.1. EC 1. Empreendedorismo Qualificado Dolphin Bay

EC 1. EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO DOLPHIN BAY

ENQUADRAMENTO		
Beneficiário	DOLPHIN BAY, LDA	
Concelho	Grândola	
NUTS II	Alentejo	
Enquadramento Temático	Prioridade de Investimento	PI 3.1 - A promoção do espírito empresarial nomeadamente facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas
	Tipologia de Intervenção	TI 51 - Empreendedorismo qualificado e criativo

OPERAÇÃO ALT20-01-0651-FEDER-019528			
Objetivos da Operação			
Objetivos	Esta operação, desenvolvida pela Dolphin Bay, LDA, consistiu na aquisição de equipamentos para a realização de atividades marítimo-turísticas aliadas à investigação e conhecimento científico no estuário do Sado e área marinha adjacente. A empresa apresentou cinco objetivos estratégicos para o desenvolvimento da operação: • Atingir o volume de negócios previsto no plano de negócios • Garantir a satisfação das necessidades específicas de cada cliente • Estabelecer relações duradouras de parceria com clientes, parceiros e fornecedores • Fornecer um serviço diferenciado com a máxima Qualidade, Eficiência e Eficácia • Incutir uma conduta profissional que reflita o mais atualizado estado da arte		
Planeamento Financeiro			
Data Prevista de Início	01.10.2016	Custo Total Aprovado Elegível (€)	392.213
Data Prevista de Conclusão	30.09.2018	Custo Total Executado Elegível (€)	392.091
Data de Aprovação	02.09,2016	Apoio Aprovado (€)	294.160
Estado da Candidatura	Encerrado/concluído	Apoio Executado (€)	293 927
Data (a que reporta a informação)	31.12.2021	Forma de apoio	Incentivo reembolsável

Indicadores			
Indicadores contratualizados (2016)	Indicador		**Meta**
	Resultado	Criação Emprego Qualificado	3 postos de trabalho
Execução dos indicadores contratualizados (2020)	Indicador		**Execução**
	Resultado	Criação Emprego Qualificado	3 postos de trabalho

RACIONAL E OBJETIVOS
Com base na experiência profissional prévia dos sócios-gerentes da Dolphin Bay numa empresa de atividades marítimo-turísticas e no conhecimento adquirido neste setor, o desenvolvimento do projeto baseou-se na vontade dos promotores de criar o seu próprio negócio, que aliasse a vertente recreativa das atividades marítimo-turísticas com uma componente científica (refletindo também a formação académica de uma das sócias) aliada à sustentabilidade ambiental. Tendo tomado conhecimento das possibilidades de apoio do Portugal 2020 através de uma formação ministrada pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) em 2013, e com o apoio de uma consultora, a empresa foi criada em 2015

(recorrendo a um Vale Empreendedorismo, também no âmbito do POR Alentejo) e o projeto a que se refere esta operação aprovado em 2016.

O financiamento destinou-se maioritariamente à aquisição de uma embarcação e de materiais de apoio à atividade. A embarcação afirma-se como um fator diferenciador da Dolphin Bay face às demais concorrentes, devido à sua valência de visão submarina e ao seu motor híbrido (ainda que a aquisição de um motor totalmente elétrico seja um objetivo) que diminui o ruído produzido e permite uma melhor observação das espécies marítimas, como golfinhos. Salienta-se ainda que a embarcação é de fabrico nacional, tendo a sua construção iniciado em 2017 e terminado em 2019.

O projeto encontra-se atualmente concluído física e financeiramente.

RELEVÂNCIA

A atividade da Dolphin Bay alia a valorização do capital natural da região onde está inserida (Troia, concelho de Grândola) através de atividades recreativas em linha com a procura crescente de atividades de lazer em contacto com a natureza e a valorização da observação de animais no seu meio selvagem (centrada na comunidade de golfinhos que vive nesta área) com o conhecimento científico da biologia marítima e aplicação didática da observação das espécies autóctones e a sustentabilidade ambiental.

A entidade considera que os FEEI foram determinantes para a execução do projeto, cuja execução decorreu totalmente de acordo com o planeado inicialmente, afirmando que o projeto não se teria desenvolvido sem o seu apoio. Salienta-se que o desenvolvimento deste projeto de empreendedorismo qualificado e criativo surgiu no seguimento de um outro, no caso um Vale empreendedorismo.

RESULTADOS E IMPACTES

O projeto foi concluído dentro da calendarização prevista, tendo as metas sido alcançadas (volume de negócios) e até superadas (postos de trabalho criados), sendo que a Dolphin Bay planeia já a expansão da sua atividade com a aquisição de uma segunda embarcação.

Para além dos resultados para a empresa, os beneficiários referem também o papel significativo do projeto no desenvolvimento e no aumento da qualidade dos serviços de atividades marítimo-turísticas na região. Tendo assumido um foco na inovação desde o início da atividade, a empresa considera ter havido um aumento da inovação nos seus concorrentes e um aumento da qualidade dos serviços prestados de forma abrangente, no setor. O desenvolvimento positivo do mercado com um todo aumentou ainda a procura pela observação de golfinhos e espécies marítimas na região.

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

Na sua relação com as entidades gestoras dos FEEI, a Dolphin Bay, realçando a avaliação positiva que faz da relação com a AG e o OI (Turismo de Portugal), aponta a falta de celeridade nas respostas a pedidos de contacto com os técnicos responsáveis pelo projeto, situação que agravou durante a pandemia de COVID-19, mas que nunca colocou em causa o desenvolvimento do projeto.

O grande obstáculo mencionado radicou na relação da empresa com a Administração dos Portos de Setúbal (APSS) e Sesimbra, entidade gestora do porto onde a embarcação está sediada e nas condições contratuais oferecidas pelo Porto de Setúbal à atividade. Tendo sido exigência do Turismo de Portugal a apresentação de um contrato a dez anos com a APSS de licença de utilização do porto para atracagem da embarcação, tal não foi oferecido pelo porto, tendo sido celebrados sucessivamente contratos de 3 meses. No entanto, essa exigência do OI foi contornada com apresentação de um ofício do Porto de Setúbal com a impossibilidade de celebração de contratos com essa extensão temporal

LIÇÕES APRENDIDAS: FATORES DE SUCESSO E RECOMENDAÇÕES

Como fatores de sucesso do projeto foram destacados o conhecimento que os fundadores da Dolphin Bay tinham do setor de atividade, que aliava conhecimentos da náutica de recreio e de biologia marinha, e ao seu perfil inovador que lhes permitiu distinguir-se desde cedo dos concorrentes.

Para o futuro, o promotor recomenda que haja maior disponibilidade por parte dos técnicos que acompanham os processos e/ou maior celeridade nos tempos de resposta (o que pode implicar a existência de mais recursos humanos).

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Método	Participante(s)	Data

Entrevista	Patrícia Mota, sócio-gerente	12/10/2022

7.7.2. EC 2 Hydroreuse - Tratamento e reutilização de águas residuais agroindustriais utilizando um sistema hidropónico inovador com plantas de tomate

EC 2. HYDROREUSE - Tratamento e reutilização de águas residuais agroindustriais utilizando um sistema hidropónico inovador com plantas de tomate

ENQUADRAMENTO		
Beneficiário	CENTRO DE BIOTECNOLOGIA AGRÍCOLA E AGRO-ALIMENTAR DO ALENTEJO - CEBAL	
Concelho	Beja	
NUTS III	Baixo Alentejo	
Enquadramento Temático	Prioridade de Investimento	PI 1.1. Reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu
	Tipologia de Intervenção	Investigação científica e tecnológica

OPERAÇÃO			
Objetivos da Operação			
Objetivos	O HYDROREUSE, projeto de investigação científica liderado pelo CEBAL, e tendo como parceiro executor o IPB (Instituto Politécnico de Beja), visou o desenvolvimento de um sistema hidropónico de dupla função inovador, usando plantas de tomate para o tratamento/reutilização de águas residuais agroindustriais (ARAI) pré-tratadas, para utilização como soluções nutritivas (produção de frutos com características físico-químicas/nutricionais/sensoriais compatíveis com o mercado, sem adição de fertilizantes). O projeto teve como objetivos principais: • A caracterização físico-química e avaliação do risco ambiental das águas residuais brutas. • O desenvolvimento e avaliação da eficiência de remoção de processos inovadores: pré-tratamento e sistema hidropónico de dupla função usando plantas de tomate. • A avaliação do efeito do sistema hidropónico sobre as estratégias bioquímicas das plantas, produção e qualidade dos frutos de tomate • A aplicação e avaliação da eficiência de processos de oxidação para o tratamento de efluentes hidropónicos.		
Planeamento Financeiro			
Data Prevista de Início	01.07.2016	Custo Total Aprovado Elegível (€)	725 883,15
Data Prevista de Conclusão	31.12.2021	Custo Total Executado Elegível (€)	714 179,78
Data de Aprovação	17.03.2016	Apoio Aprovado (€)	617 000,68
Estado da Candidatura	Em execução	Apoio Executado (€)	607 053,22
Data (a que reporta a informação)	31.12.2021	Forma de apoio	Subvenção

Indicadores			
Indicadores contratualizados (2016)	Indicador		**Meta**
	Realização	Número de novos investigadores	4,30
	Resultado	Patentes EPO registadas	2
Execução dos indicadores contratualizados (Agosto 2021)	Indicador		**Execução**
	Realização	Número de novos investigadores	4,3
	Resultado	Patentes EPO registadas	2

RACIONAL E OBJETIVOS

Baseado na experiência dos promotores em trabalhos de tratamento/reutilização de ARAI no solo com plantas de tomate e em sistema hidropónico com plantas aromáticas/vegetais, este projeto de investigação fundamental teve como principal objetivo, em síntese, o desenvolvimento de uma linha de tratamento/reutilização de ARAI provenientes de matadouros, adegas, lagares e queijarias, inovadora, de baixo custo e amiga do ambiente, para produção de frutos

Apoiado pelo POR Alentejo em 2016, após uma candidatura sem sucesso ao Horizonte 2020, o desenvolvimento do projeto alicerçou-se numa parceira entre instituições com valências complementares cobrindo a produção/tratamento/reutilização de ARAI, e a produção/qualidade de frutos.

As duas entidades apresentavam valências complementares, cujos contributos para o projeto se apresentam:

- O CEBAL foi responsável pela avaliação das estratégias bioquímicas da planta; produção/caracterização/simulação da vida de prateleira dos frutos;
- O IPB foi responsável pela caracterização de AR, desenvolvimento do pré-tratamento e sistema hidropónico inovador e pela aplicação de oxidação aos efluentes hidropónicos.

O projeto encontra-se atualmente concluído fisicamente, estando o relatório técnico a ser elaborado.

RELEVÂNCIA

As indústrias do azeite, do vinho e do queijo, atividades relevantes na estrutura económica do Alentejo, produzem águas residuais indutoras de riscos ambientais e que, em limite, se podem tornar um risco para a saúde pública. Nesse sentido, afigura-se como de extrema relevância para a região o desenvolvimento de soluções que, simultaneamente, mitiguem as externalidades negativas (ambientais e de saúde pública) associadas a alguma das suas mais relevantes indústrias – não apenas pelo valor económico direto da produção, mas pelo seu valor enquanto "indústrias bandeira" da região, produtoras de alguns dos mais reconhecidos produtos endógenos – e permitam também a valorização económica de ARAI por agricultores, indústrias poluentes, empresas gestoras de água, etc. Em linha com uma prioridade da Diretiva Europeia (Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos), este projeto aprofunda o conhecimento na caracterização/tratamento/reutilização de AR através de I&I.

O CEBAL considera que os FEEI foram determinantes para a execução do projeto, que sofreu ajustes menores em termos de verbas para custos indiretos e ajustes na calendarização devido à pandemia de COVID-19. Como complemento ao apoio no âmbito do POR Alentejo, o consórcio recorreu também a outras formas de financiamento para suportar custos não elegíveis da operação e outros custos associados a etapas da investigação não previstas no desenho original do projeto. Candidataram-se também ao COMPETE, especificamente para a componente de Recursos Humanos, de forma a prosseguir com a transferência do conhecimento em futuros projetos.

RESULTADOS E IMPACTES

O projeto foi concluído dentro da calendarização prevista, tendo as metas sido alcançadas e até superadas.

A disseminação dos resultados foi ajustada ao contexto de pandemia, tendo o consórcio apostado maioritariamente na divulgação junto da comunidade científica e da sociedade civil através das redes sociais.

Em sede de candidatura foi contratualizada a submissão de duas patentes, uma relacionada com o pré-tratamento (*enhanced calcic basic precipitation*) e outra referente ao processo biológico de hidroponia (sistema hidropónico de dupla função inovador). Destas, uma encontra-se já registada a nível europeu, outra está registada a nível nacional (e a aguardar finalização do registo europeu, estando ainda uma terceira em fase de avaliação internacional. No total, 10 investigadores participaram do projeto. Como estratégia futura, o CEBAL pretende vender as patentes ou desenvolver a tecnologia para comercialização a empresas.

A continuidade do projeto e a sua materialização em outros, embora não planeada, está em curso através de um projeto SIAC - LactoMTeC - Tecnologia de Membranas na valorização sustentável de efluentes do sector dos Lacticínios – um projeto voltado para a transferência de tecnologia também financiado pelo PO.

Os impactes do projeto prendem-se, essencialmente, com a mitigação dos impactes ambientais das águas residuais resultantes das indústrias do azeite, do vinho e do queijo e com a valorização económica das ARAI. Para além disto, a tecnologia de base do projeto apresenta também aplicabilidade nas empresas de hidroponia, tendo potencial de as tornar em sistemas mais rentáveis, sustentáveis e amigos do ambiente.

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

Os principais obstáculos e desafios com que o CEBAL se deparou relacionaram-se, maioritariamente, com as regras de contratação pública associadas à aquisição de equipamentos e com as limitações geográficas que o POR Alentejo impõe à constituição de consórcios.

Relativamente à primeira, foram salientadas as dificuldades com que se depararam na compra de equipamentos laboratoriais, que implicaram custos temporais acima do previsto, e a falta de clareza da regulamentação associada à elegibilidade das despesas com a aquisição de determinados bens e equipamentos (a título de exemplo foi citado o caso de uma estufa com

gasóleo em que o gasóleo não era considerado elegível, o que limitou bastante a utilização do equipamento). Mesmo com a introdução do Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procedeu à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento, a indefinição destes processos continuou a ser apontada como um obstáculo ao desenvolvimento do projeto.

Quanto à segunda, a limitação imposta à constituição de consórcios com entidades de investigação fora da região intervencionada foi apontada como um obstáculo relevante na medida em que, existindo outros investigadores e centros de investigação com capacidade experiência para gerar valor acrescentado ao projeto, não puderam ser formalmente associados.

Foi também mencionada a imprevisibilidade da abertura de novos concursos por parte do Alentejo 2020 (no caso, especificamente para projetos de investigação). Do projeto HYDROREUSE surgiram outras temas passíveis de serem investigados em paralelo que não podem ser desenvolvidos nem planeados, devido à falta de abertura de concursos e à ausência de informação relativa à sua calendarização. O apoio dos fundos é fundamental para o desenvolvimento destes projetos.

Um fator limitador para a transferência de conhecimento para as empresas são os Recursos Humanos (pessoal altamente qualificado e especializado). Estes processos exigem um corpo técnico que se ocupará da validação dos processos introduzidos e do acompanhamento nas empresas. O que está a decorrer no momento é um projeto do COMPETE, de Recursos Humanos, justamente para suprir esse gap.

LIÇÕES APRENDIDAS: FATORES DE SUCESSO E RECOMENDAÇÕES

Relativamente à gestão do POR Alentejo, foram referidos como fatores críticos de sucesso a celeridade na análise da candidatura e na validação de despesas por parte da AG (essencialmente nesta última componente os prazos de validação diminuíram substancialmente. Permitindo uma boa execução do projeto).

Por fim, a forte interação entre as equipas de investigação (CEBAL e Instituto Politécnico de Beja), que possuem já um longo histórico de trabalho conjunto, foi também apontado como crucial para o bom desenvolvimento do projeto e o alcance dos objetivos a que se propôs.

Decorrentes dos principais obstáculos com que equipa se deparou ao longo do desenvolvimento do projeto, as principais recomendações vão no sentido da melhoria da informação relativa à elegibilidade das despesas (onde o combustível utilizado para fazer os testes laboratoriais deveria ser considerado como despesa elegível) e ao aumento da previsibilidade da abertura de concursos, de modo a que as equipas de investigação possam planear de forma mais eficiente e concretizar os seus projetos de investigação.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Método	Participante(s)	Data
Entrevista	Dra Eliana Jerónimo, coordenadora do projeto	05/08/2022

7.7.3. EC 3 Expansão da empresa Scalastatus

EC 3. Expansão da empresa SCALASTATUS

ENQUADRAMENTO		
Beneficiário	SCALASTATUS LDA	
Concelho	Arraiolos / Montemor-o-Novo/ Évora	
NUTS III	Alentejo Central	
Enquadramento Temático	Prioridade de Investimento	8.8 Concessão de apoio ao desenvolvimento de viveiros de empresas
	Tipologia de Intervenção	27 - Promoção de microempreendedorismo

Objetivos da Operação	
Objetivos	O projeto teve como objetivo global a expansão da empresa SCALASTATUS (constituída em 2012), através da abertura de 3 novas lojas "Aqui Há Pão" nos concelhos de Montemor-o-Novo (2 lojas) e Arraiolos (1 loja), no Alentejo. Fruto de uma alteração da estratégia O investimento associado à operação incluiu obras de remodelação e adaptação dos novos estabelecimentos comerciais e aquisição de equipamento básico específico para o desenvolvimento da atividade, tendo associado a criação de 5 novos postos de trabalho – vendedores em loja – para assegurar o atendimento nesses estabelecimentos. Pretendeu-se, com o projeto, fomentar o crescimento da empresa e aumentar o nível de faturação para o dobro do existente no ano pré-projecto e aumentar o quadro de pessoal para mais do dobro do inicial.

Planeamento Financeiro			
Data Prevista de Início	01.07.2017	Custo Total Aprovado Elegível (€)	130 802,02
Data Prevista de Conclusão	31.12.2018	Custo Total Executado Elegível (€)	116 404,11
Data de Aprovação	29.03.2018	Apoio Aprovado (€)	58 860,91
Estado da Candidatura	Encerrada / Concluída	Apoio Executado (€)	52 381,83
Data (a que reporta a informação)	31.03.2022	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores			
Indicadores contratualizados (2017)	Indicador		**Meta**
	Realização	Postos de trabalho criados	5,00
	Resultado	Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio	100%
Execução dos indicadores contratualizados (31.12.2021)	Indicador		**Execução**
	Realização	Postos de trabalho criados	100%
	Resultado	Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio	100%

RACIONAL E OBJETIVOS

Tendo tomado conhecimento da existência do PT2020 através da comunicação social (apesar de a empresa ter já usufruído de fundos europeus, numa experiência que consideram positiva), decidiram explorar a possibilidade de financiamento para a expansão da atividade através da abertura de novos estabelecimentos e consolidar a sua posição dominante na atual localização. Após o contacto com o PT2020 através da comunicação, seguiu-se uma pesquisa aprofundada e exploração da legislação associada e da respetiva plataforma do PT2020 para a decisão de avançar com o projeto.

O financiamento disponibilizado pelo Programa Operacional não foi considerado, pela SCALASTATUS, condição indispensável à realização do projeto. No entanto, a gerência da empresa reconhece que seria necessário um período bastante superior para implementar a estratégia com sucesso. Assim sendo, e tendo em conta a pequena dimensão da empresa, o acesso aos FEEI fomentou um crescimento mais célere e sustentado.

RELEVÂNCIA

Face ao posicionamento relevante que já tinha no mercado onde atuava, a expansão da SCALASTATUS para novas localizações afigurou-se como o passo seguinte no seu desenvolvimento. A abertura de novos estabelecimentos permitiu dinamizar a atividade local e criar emprego.

Inicialmente estava prevista a abertura de três estabelecimento em duas localizações diferentes (Montemor-O-Novo e Arraiolos). No entanto, tendo surgido uma oportunidade de estabelecer atividade num local privilegiado em Évora (maior dimensão do espaço e maior foco no cliente turista), optou-se pela abertura de um estabelecimento nesta localização em detrimento de um segundo em Montemor-o-Novo. A CIMAC (organismo intermédio) não se opôs à alteração da estratégia inicial e demonstraram-se bastante recetivos a auxiliar no processo burocrático, através do contacto com a AG.

O apoio do Programa Operacional foi essencial para mitigar a dificuldade que as empresas de pequena dimensão apresentam frequentemente de recursos a capitais próprios na fase inicial de desenvolvimento de projetos, o que condiciona em muitos caos a sua conclusão.

RESULTADOS E IMPACTES

Os objetivos iniciais foram cumpridos com sucesso (criação de cinco postos de trabalho). Em virtude da alteração da localização de um dos novos estabelecimentos para Évora, foi possível duplicar (face ao ano pré-projecto) o número de pessoas contratadas, pelo que a empresa cresceu mais do que inicialmente previsto. A alteração da estratégia e a abertura do estabelecimento em Évora revelou-se produtiva: apenas com este estabelecimento foi possível cumprir a meta inicialmente estipulada (os cinco postos de trabalho). Salienta-se que os trabalhadores contratados se encontravam, à data, em situação de desemprego.

O crescimento efetivou-se também por via da atividade, tendo a faturação duplicado face ao ano pré-projecto.

Este projeto possibilitou à empresa o reforço da posição de liderança de mercado na região e facilitou o aumento da inovação dos bens comercializados, conseguindo atrair mais clientes. Contribuiu ainda para a valorização de um dos endógenos da região – o pão – e dos métodos de fabrico tradicionais. Foi ainda referida uma notória alteração no padrão de consumo dos clientes da região, que passaram a priorizar a qualidade do produto, pelo que o crescimento da empresa acabou por induzir a montante (*backward linkages*) o crescimento dos fornecedores mais importantes.

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

A construção/remodelação dos estabelecimentos apresentou-se como o maior desafio, devido ao atraso nas obras. Apesar de não terem comprometido os objetivos do projeto, estes atrasos acabaram por condicionar a sua execução, sobretudo porque o investimento inicial requereu um grande volume de capitais próprios, cujo retorno só sucedeu quando os estabelecimentos entraram em atividade.

A crise pandémica e a subida generalizada dos preços (especialmente acentuada nos preços da energia e dos cereais) são atualmente os maiores desafios que a empresa enfrenta. No entanto a relação sólida com o principal fornecedor (Fabripanalentejo) permitiu manter a tabela de preços estável (o fornecedor baixou a sua margem). A solidez da relação com o fornecedor é também comprovada pela boa comunicação no sentido de melhorar os bens produzidos: face à necessidade constante de inovar os produtos comercializados, o fornecedor tem respondido de acordo com os reportes que a SCALASTATUS vai realizando relativamente aos padrões desejados pelos consumidores.

As condicionantes acima referidas exigiram um controle apertado do projeto por parte da empresa e uma dedicação importante à sua parte administrativa, tendo as entidades financiadoras sido bastante facilitadoras. A relação com a AG e com a CIMAC demonstrou ser bastante satisfatória: os técnicos encarregados deste projeto revelaram-se extremamente disponíveis e eficazes no esclarecimento de questões. Adicionalmente, não existiram atrasos nos prazos de pagamento, visto que os técnicos tinham o cuidado de evitar que a empresa ficasse vulnerável em termos financeiros.

LIÇÕES APRENDIDAS: FATORES DE SUCESSO E RECOMENDAÇÕES

A relação sólida com o seu fornecedor, a comunicação com técnicos da CIMAC e a disponibilidade para investigar detalhadamente todas as vertentes e os requisitos de acesso ao POR Alentejo apresentaram-se como fatores críticos de sucesso para a implementação do projeto.

Foi recomendada a diminuição da burocracia necessária para execução destes projetos, bem como a compilação e sistematização da informação relativa ao financiamento no âmbito dos FEEI, atualmente dispersa e de difícil interpretação. . A complexidade do processo de candidatura pode não justificar o investimento em que um pequeno empresário tem de incorrer na contratação de uma consultora ou um gabinete de contabilidade para o auxiliar no processo.

No entanto, relativamente a este projeto, o financiamento (e a burocracia que lhe está associada) não condicionou a atividade da empresa, apenas obrigou a um maior rigor e exigência na concretização da estratégia delineada, em virtude das condições de elegibilidade contratadas. A empresa reconhece que esta exigência beneficiou o controlo do projeto durante a sua execução.

Tendo em conta a experiência globalmente positiva, a SCALASTATUS considera candidatar-se a futuros financiamentos comunitários, dependendo da oferta e da sua adequação aos objetivos da empresa.

METODOLOGIA DE ANÁLISE		
Método	**Participante(s)**	**Data**
Entrevista	Ana Salgado	27/07/2022

7.7.4. EC 4. Construção do Centro Escolar de Foros de Salvaterra e Várzea Fresca

EC 4. Construção do Centro Escolar de Foros de Salvaterra e Várzea Fresca

ENQUADRAMENTO		
Beneficiário	Município de Salvaterra de Magos	
Concelho	Salvaterra de Magos	
NUTS III	Lezíria do Tejo	
Enquadramento Temático	Prioridade de Investimento	10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas
	Tipologia de Intervenção	73 - Infraestruturas de ensino básico e secundário

OPERAÇÃO			
Objetivos da Operação			
Objetivos	A construção deste Centro Escolar visa proporcionar espaços de aprendizagem acolhedores, com todas as condições de conforto, dotados dos materiais didáticos e pedagógicos necessários a um ensino que se pretende de qualidade, onde seja possível conciliar a transmissão do saber pelo professor com a possibilidade que o aluno passa a ter de desenvolver projetos de pesquisa, através dos meios existentes no Centro de Recursos, bem como pela possibilidade de aprender através da experimentação prática, contribuindo para o sucesso educativo dos alunos, dotando-os de novas qualificações e aprendizagens.		
Planeamento Financeiro			
Data Prevista de Início	10.02.2016	Custo Total Aprovado Elegível (€)	1 792 845,44
Data Prevista de Conclusão	31.01.2019	Custo Total Executado Elegível (€)	1 792 845,36
Data de Aprovação	22.08.2016	Apoio Aprovado (€)	1 500 000,00
Estado da Candidatura	Encerrada / Concluída	Apoio Executado (€)	1 500 000,00
Data (a que reporta a informação)	31.03.2022	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores			
Indicadores contratualizados (22/08/2016)	Indicador		**Meta**
	Realização	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	309
	Resultado	Alunos inscritos no estabelecimento de ensino no ano letivo seguinte ao término da intervenção	240
Execução dos indicadores contratualizados (03/04/2019)	Indicador		**Execução**
	Realização	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	309
	Resultado	Alunos inscritos no estabelecimento de ensino no ano letivo seguinte ao término da intervenção	200

RACIONAL E OBJETIVOS

O objetivo da operação foi a criação de Centro Escolar com boas condições de ensino e aprendizagem, proporcionando também uma melhoria da oferta e disponibilidade de serviços para os pais e encarregados de educação, possibilitando ainda a concentração de recursos que se encontravam dispersos por três escolas.

O conhecimento dos FEEI resulta principalmente de experiências anteriores, sendo que o desenvolvimento de constantes interações, quer com a AG quer com os OI relevantes, sendo que neste caso se destaca a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), contribuem também para um conhecimento atempado das oportunidades de financiamento.

Salientou-se também o facto de os FEEI permitirem a concretização de intervenções que, de outra forma, não seriam possíveis de realizar devido à menor capacidade financeira do município, sendo que a operação em causa se enquadra neste âmbito. Por outro lado, o facto de parte relevante do parque escolar municipal ter sido intervencionado recentemente, também ao abrigo de financiamento comunitário, reforça a importância destes apoios na concretização de investimentos estruturantes para o município.

Destacou-se igualmente o facto de esta intervenção ser consensualmente considerada como necessária, para além de incidir num domínio de elevada visibilidade, o que contribuiu para a sua concretização.

Neste contexto, e dado que a única forma de desenvolver esta intervenção era com recurso ao financiamento comunitário, o momento em que abriu o concurso veio determinar a sua efetiva concretização. Destaca-se ainda que a operação estava prevista nos documentos de planeamento municipal (Carta Educativa), pelo que o município estava preparado para justificar a sua necessidade de concretização.

RELEVÂNCIA

A operação está atualmente concluída e encerrada, não se tendo identificado fatores que tenham constituído entrave à sua concretização e ao alcance dos objetivos associados. Assim, todas as dimensões da operação se encontram concretizadas, sendo que o Centro Escolar está em pleno funcionamento ao serviço da comunidade educativa do município. Isto permitiu concluir as intervenções estruturantes que o município tinha definidas em matéria de política educativa.

No que se refere à concretização da candidatura e aos processos associados, as experiências de relacionamento com a AG do POR Alentejo são positivas. A generalidade da comunicação e exigências documentais são claras e não colocaram entraves à concretização das candidaturas.

Em todo o caso, o processo de candidatura é trabalhoso, ainda assim possível de desenvolver sem contratualização externa. Isto é particularmente relevante, já que, em caso contrário, a capacidade de acesso aos FEEI por parte de municípios com menor capacidade financeira e, consequentemente, com menor capacidade de contratação externa, ficaria afetada e potencialmente reduzida.

RESULTADOS E IMPACTES

Como referido, os objetivos estão alcançados, uma vez que a obra foi concluída, e proporcionou um contributo fundamental para a melhoria das condições de ensino dos alunos, assim como para as condições de trabalho dos professores. Salientou-se que a concretização do Centro Escolar permitiu concentrar num único lugar com excelentes condições os alunos de três escolas. Isto fez com que, tanto os alunos como os professores dessas escolas, tenham passado a beneficiar de melhores condições de aprendizagem e trabalho. Por outro lado, também os encarregados de educação beneficiaram com a construção do Centro Escolar, já que este permitiu a disponibilização de novas valências, nomeadamente, ATL, transportes escolares e serviço de refeições. Assim, o território ficou dotado de um equipamento de qualidade diferenciada, habilitado para desempenhar uma missão fundamental ao nível educativo, contribuindo para o sucesso escolar e a integração social.

Esta operação veio também contribuir para a redução dos custos de dispersão, graças à centralização e à gestão mais eficiente dos circuitos de transporte escolar.

No âmbito desta operação ocorreu um efeito não previsto, designadamente uma multa decorrente de uma inspeção da Inspeção Geral de Finanças (IGF), relacionada com o facto de o município não ter publicado em Diário da República o novo valor base da operação (que resultou de um pedido de esclarecimentos). Apesar de contestada pelo município nas diversas fases, esta acabou por ser efetivamente aplicada. Em todo o caso, graças a uma reprogramação, o município conseguiu recuperar o valor dessa multa.

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

Não foram identificados obstáculos relevantes à concretização da operação.

O facto de a obra estar prevista em sede de Carta Educativa e de ser particularmente desejada pela generalidade da população, contribuiu para a consensualização da sua necessidade e importância.

LIÇÕES APRENDIDAS: FATORES DE SUCESSO E RECOMENDAÇÕES

Os fatores tidos como mais importantes para a concretização da operação foram:

- A disponibilidade de financiamento (fator fundamental);
- O elevado empenho do município na concretização da operação (aspeto assumido interna e externamente);
- O consenso acerca da necessidade de uma intervenção deste tipo por parte da generalidade da população.

No que se refere a recomendações, existem alguns aspetos que a AG do POR Alentejo 2020 pode ter em consideração no futuro, nomeadamente: o prazo algo reduzido de alguns concursos, o que pode afetar a qualidade das candidaturas a apresentar. Isto é particularmente notório nos anos em que ocorrem atos eleitorais, aspeto gerador de alguma incerteza nos investimentos a desenvolver. Este último aspeto deve ser considerado por via de uma maior previsibilidade no que se refere aos concursos a abrir. Por outro lado, deve ser ponderada a admissão de candidaturas ainda sem projeto de execução.

Relativamente ao funcionamento das plataformas, o mesmo é considerado complexo, principalmente na fase inicial dos quadros de financiamento. Atualmente estes constrangimentos estão minimizados, pelo que deve ser garantida alguma continuidade nas plataformas que venham a acolher as candidaturas do quadro de financiamento que agora se inicia.

Finalmente, nota ainda para o facto de o apoio técnico disponibilizado nem sempre conseguir identificar os constrangimentos que os promotores enfrentam na instrução e submissão de candidaturas. Neste âmbito, deve ser feito um esforço que permita ao apoio técnico assumir um papel semelhante ao de um promotor, possibilitando a prestação de um apoio direcionado e adequado aos constrangimentos que efetivamente se enfrentam.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Método	**Participante(s)**	**Data**
Entrevista	Aurélio Ferreira	23 de agosto de 2022
Focus Group	-	-

7.7.5. EC 5. Plano de Ação de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Grândola

EC 5. Plano de Ação de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Grândola

ENQUADRAMENTO		
Beneficiário	Câmara Municipal de Grândola	
Concelho	Grândola	
NUTS III	Alentejo Litoral	
Enquadramento Temático	Prioridade de Investimento	6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão,), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.
	Tipologia de Intervenção	16 - Reabilitação urbana

OPERAÇÃO - REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM 1.º DE MAIO			
Objetivos da Operação			
Objetivos	São objetivos de a operação requalificar o espaço público e o ambiente urbano e dinamizar a atividade económica da Vila de Grândola.		
Planeamento Financeiro			
Data Prevista de Início	18/04/2016	Custo Total Aprovado Elegível (€)	936 046,44
Data Prevista de Conclusão	31.12.2021	Custo Total Executado Elegível (€)	924 887,32
Data de Aprovação	17/10/2017	Apoio Aprovado (€)	795 639,47
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€)	786 154,24
Data (a que reporta a informação)	31.03.2022	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores			
Indicadores contratualizados (17/10/2017)	Indicador		**Meta**
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m^2)	25 135,00
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	3,00
Execução dos indicadores contratualizados (-)	Indicador		**Execução**
	Realização	-	-
	Resultado	-	-

OPERAÇÃO - REABILITAÇÃO DA CASA LUÍS DIAS			
Objetivos da Operação			
Objetivos	São objetivos de a operação requalificar um imóvel com um importante valor patrimonial, pois trata-se de um edifício histórico e um importante acervo da arquitetura do centro urbano de Grândola, promover a centralização de serviços municipais que se encontram dispersos, melhorando os níveis de eficiência e eficácia dos mesmos e reforçar a aproximação da população aos serviços públicos, aumentando o grau de satisfação dos cidadãos e utentes.		
Planeamento Financeiro			
Data Prevista de Início	14/03/2016	Custo Total Aprovado Elegível (€)	49 164,12
Data Prevista de Conclusão	31/12/2017	Custo Total Executado Elegível (€)	48 661,18
Data de Aprovação	20/10/2016	Apoio Aprovado (€)	41 789,50
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€)	41 362,00
Data (a que reporta a informação)	31/03/2022	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores			
Execução dos indicadores contratualizados	Indicador		**Meta**
	Realização	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m^2)	187,72

(20/10/2016)	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	2,00
Execução dos indicadores contratualizados (-)	Indicador		**Execução**
	Realização	-	-
	Resultado	-	-

OPERAÇÃO - REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL

Objetivos da Operação

Objetivos	• São objetivos de a operação requalificar os equipamentos coletivos e dinamização das atividades culturais da Vila de Grândola, qualificar o espaço público e melhorar a imagem urbana.

Planeamento Financeiro

Data Prevista de Início	10/05/2016	Custo Total Aprovado Elegível (€)	2 084 087,02
Data Prevista de Conclusão	17/05/2021	Custo Total Executado Elegível (€)	1 759 587,65
Data de Aprovação	22/03/2017	Apoio Aprovado (€)	1 771 473,97
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€)	1 495 649,55
Data (a que reporta a informação)	31/03/2022	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores

Indicadores contratualizados (22/03/2017)	Indicador		**Meta**
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (área de implantação) – m^2	1 569,33
		Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (área de implantação) – m^2	1 204,48
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	2,00
Execução dos indicadores contratualizados (-)	Indicador		**Execução**
	Realização	-	-
	Resultado	-	-

OPERAÇÃO - CASA MOSTRA DOS PRODUTOS ENDÓGENOS DE GRÂNDOLA

Objetivos da Operação

Objetivos	• São objetivos de a operação requalificar e refuncionalizar o edificado degradado na área de intervenção do PARU de Grândola e promover os produtos endógenos do concelho de Grândola.

Planeamento Financeiro

Data Prevista de Início	20/09/2016	Custo Total Aprovado Elegível (€)	213 629,19
Data Prevista de Conclusão	31/12/2018	Custo Total Executado Elegível (€)	211 108,06
Data de Aprovação	28/10/2016	Apoio Aprovado (€)	181 584,81
Estado da Candidatura	Em Execução	Apoio Executado (€)	179 441,85
Data (a que reporta a informação)	31/03/2022	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores

Indicadores contratualizados (28/10/2016)	Indicador		**Meta**
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (área de implantação) – m^2	617,00
		Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (área de implantação) – m^2	213,00
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	2,00
Execução dos indicadores contratualizados (-)	Indicador		**Execução**
	Realização	-	-
	Resultado	-	-

RACIONAL E OBJETIVOS

As operações em causa estão enquadradas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de Grândola, sendo seu objetivo principal a melhoria da qualidade do ambiente urbano. No que se refere a este mecanismo, destaca-se:

- O facto de as características do instrumento estarem alinhadas com as necessidades da intervenção proposta, assim como o trabalho prévio de preparação das operações, desenvolvido pelos técnicos do município com a AG, que permitiu enquadrar as operações no seu âmbito;
- O apoio permitiu antecipar o investimento, e, simultaneamente, libertar verbas para outras necessidades de investimento;
- As intervenções já estavam identificadas e com realização prevista, ainda que para um horizonte temporal mais distante. A mobilização deste instrumento permitiu antecipar esses investimentos, e obter financiamento mais rapidamente, concretizando as intervenções num horizonte mais curto;

Em matéria de acesso ao financiamento, a entidade promotora beneficiou de um conjunto de experiências prévias, no âmbito dos quadros de financiamento anteriores, o que conferiu aos técnicos e entidades municipais um conhecimento aprofundado dos mecanismos de financiamento e às formas de lhes aceder. As exigências burocráticas estavam em linha com os procedimentos habituais deste tipo, pelo que se considera terem o nível de complexidade normal.

Por outro lado, tem havido um relacionamento de proximidade entre a Comunidade Intermunicipal (CIM), a Autoridade de Gestão (AG) e os municípios, o que permite maior agilidade e antecipação na identificação de oportunidades e possibilidades de financiamento.

Esta situação é particularmente relevante uma vez que o apoio comunitário permite libertar financiamento para outras necessidades que não são elegíveis no âmbito dos FEEI, mas que também são da responsabilidade municipal.

Dada a importância identitária das áreas onde se desenvolveram estas operações, as mesmas teriam sido desenvolvidas independentemente de haver financiamento comunitário disponível. No entanto, esta possibilidade permitiu antecipar e concentrar as intervenções, que, em condições, normais, ter-se-iam desenvolvido num horizonte temporal mais extenso.

Em matéria de alternativas de financiamento, dada a especificidade das operações em causa, e o facto de estarem integradas no PEDU, não foram identificados outros instrumentos que pudessem financiar estas operações. Deve ainda salientar-se que não foram identificados aspetos que tivessem conduzido à não concretização das operações.

Por outro lado, a perceção e imagem pública, contribuíram para a sua concretização, já que estas operações incidiram sobre edifícios e espaços marcantes para a vila de Grândola que se encontravam em avançado estado de degradação, pelo que a sua recuperação estava consensualizada nos meios locais.

RELEVÂNCIA

Um dos aspetos que marcou o desenvolvimento das intervenções foram os constrangimentos resultantes dos da pandemia da COVID-19, que se refletiu em atrasos na concretização das obras.

Não foram identificadas outras condicionantes que obstassem ao alcance dos objetivos previstos para as operações em causa, para além de alguma resistência popular no que se refere à intervenção no edifício da biblioteca dada a sua importância identitária e a amplitude da intervenção. Essa resistência foi ultrapassada após a concretização da obra, sendo que hoje é uma intervenção considerada como bem-sucedida pela generalidade da população.

Dada a relevância do financiamento comunitário neste tipo de intervenções, foi assinalada a existência de um processo informal de reaproximação entre municípios e AG. Considera-se que, atualmente, as AG estão mais próximas e familiarizadas com a forma de trabalho dos municípios. Em quadros de financiamento anteriores, foram registados alguns constrangimentos, resultantes, de uma hipotética menor confiança entre as partes, o que obrigava a interações intensas em matéria de verificações e confirmações documentais. Atualmente essa situação não se verifica e os vários processos decorrem sem problemas relevantes.

RESULTADOS E IMPACTES

Considera-se que as operações alcançaram os seus objetivos. Os edifícios e locais foram reabilitados e geraram dinâmicas positivas de aproveitamento do espaço público, assim como um maior envolvimento entre o tecido económico e social local por via da recuperação de espaços de interação colocados ao dispor da comunidade.

Para além da recuperação de edifícios situados em locais marcantes para a identidade local, com todos os efeitos daí resultantes para a melhoria do ambiente urbano, destacam-se os seguintes efeitos em cada uma das operações identificadas:

- Reabilitação da Casa Luís Dias – reabilitação de um edifício marcante, que permitiu a concentração dos serviços públicos em espaço de grande centralidade e de fácil acesso;
- Casa Mostra dos Produtos Endógenos de Grândola - reabilitação e adaptação do edificado e espaço envolvente, sendo atualmente disponibilizado um espaço de promoção de produtos locais;
- Reabilitação do Edifício da Biblioteca Municipal – reabilitação e adaptação de edificado e espaço envolvente a edifício marcante, que atualmente presta um serviço com condições de maior dignidade e qualidade;
- Requalificação do Jardim 1.º de Maio – requalificação e recuperação de um espaço verde que possibilita vários usos e dinâmicas sociais de lazer e usufruto.

No que se refere a outros impactes, o mais evidente situa-se ao nível da melhoria da qualidade do ambiente urbano, sendo também assinalada a disponibilização de espaços com maior grau de adequação para o desempenho de funções sociais, recreativas e de lazer, cada vez mais valorizadas e procuradas pela população.

Finalmente, destaca-se a centralização de serviços municipais, o que permitiu a redução da sua dispersão, com vantagens ao nível da economia de escala, assim como uma maior facilidade de acesso por parte da população.

Do ponto de vista do promotor, ocorreu uma melhoria dos serviços disponibilizados à população, por via de uma maior centralização que permitiu juntar num único espaço vários serviços. Isto permite maior proximidade da população a serviços públicos, assim como a qualificação das respostas.

Em sede de Focus Group, foram particularmente destacados os efeitos positivos no âmbito das intervenções da Biblioteca Municipal e no Jardim 1.º de Maio, bem como os impactes positivos dos mesmos na qualidade do espaço público e dos serviços de Grândola. Ainda assim, foram assinalados alguns constrangimentos pontuais em alguns elementos arquitetónicos da biblioteca, ainda que com importância menor.

No que se refere à Casa Mostra e à Casa Luís dias, não se desconsiderou a pertinência das intervenções realizadas, embora se consensualize o facto de o seu aproveitamento em matéria de ocupação e dinamização dos espaços estar aquém do desejável. Esta situação foi particularmente salientada no que se refere à Casa Mostra e à menor ligação que a mesma tem com a comunidade empresarial local, com destaque para o sector agroalimentar.

O potencial gerado pelas intervenções é inegável, sendo que não se verifica um aproveitamento pleno das oportunidades proporcionadas. Esta situação pode também ser explicada em parte, pelo facto de parte do tecido empresarial local apresentar um perfil mais conservador, resultado de escalões etários mais elevados e modelos de negócio focados noutros contextos de promoção. Foram também assinalados os desafios associados aos custos de manutenção que a abertura permanente da Casa Mostra representaria para o município. Este aspeto poderia ser atenuado se a mesma fosse também utilizada como Posto de Turismo.

De um modo geral, os resultados associados às operações convergem para a melhoria generalizada da qualidade do espaço público, seja por via da qualificação de edifícios marcantes para a identidade local, seja pela melhoria da qualidade e diversidade de funções culturais, recreativas e de lazer.

Esta situação gerou uma dinâmica urbana positiva marcada por uma crescente procura do espaço público e do comércio local, que tem contribuindo para a redinamização da área central da vila de Grândola.

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

Os principais obstáculos ao desenvolvimento das operações foram os resultantes da pandemia de COVID-19, que provocou um atraso nas obras. Esta situação obrigou à reprogramação de algumas operações.

Houve também alguns constrangimentos numa das operações relacionados com a concretização efetiva da obra, mas que em nada tiveram a ver com a contratualização e o financiamento comunitário, estando mais relacionados com a capacidade de o empreiteiro dispor dos recursos humanos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos.

Para o sucesso das operações foi fundamental o trabalho de acompanhamento desenvolvido pelos técnicos municipais. Dados os constrangimentos resultantes da pandemia de COVID-19, a flexibilidade da AG, foi outro dos aspetos que contribuiu para o sucesso global das operações.

Em sede de *Focus Group*, os principais desafios que atualmente se colocam situam-se no desejo de melhor aproveitamento dos espaços intervencionados, designadamente da Casa Mostra. Foi identificada a necessidade de maior envolvimento com o tecido associativo e empresarial local, sendo também reconhecido que o facto de as intervenções terem sido concluídas há relativamente pouco tempo pode não ter ainda permitido a definição de uma estratégia e agenda de eventos que permita maximizar as valências que as intervenções trouxeram a Grândola.

LIÇÕES APRENDIDAS: FATORES DE SUCESSO E RECOMENDAÇÕES

Os três aspetos mais relevantes e que contribuíram de forma fundamental para o sucesso das operações, foram:

- O planeamento e trabalho de preparação desenvolvido pelo município, conjuntamente com a AG;
- O acompanhamento de proximidade do desenvolvimento das intervenções, o que permitiu uma resposta ágil aos problemas que foram surgindo, principalmente ao nível de execução da obra;
- O trabalho de equipa dos setores e divisões do município, que permitiu uma resposta concertada aos problemas, cobrindo todas as valências relevantes.

De um modo geral, e no âmbito do PEDU de Grândola, dado que estas intervenções já vinham a ser ponderadas, houve relativa facilidade em adequar as mesmas para que cumprissem as especificidades que decorrem deste tipo de instrumentos.

No entanto, como aspeto negativo, destaca-se o facto de não serem elegíveis a financiamento as despesas com infraestruturas (redes de saneamento), sendo que estas são um aspeto fundamental neste tipo de intervenções. O facto de não serem financiadas constitui um entrave à ação municipal e pode mesmo impedir investimentos futuros, já que são componentes que envolvem montantes com expressão elevada no custo total de uma obra. Note-se que, em certos casos, as despesas com estes elementos podem corresponder a cerca de metade do montante total necessário.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Método	Participante(s)	Data
Entrevista	Flávio Silva (CM de Grândola)	4 de agosto de 2022
Focus Group	Maria Ângela dos Santos Filipe (AE de Grândola); Carlos Trindade (Associação de Vinhos do Litoral Alentejano); Hugo Oliveira Gonçalves (NERBE/AEBAL); Nelson Ventura (JF de Grândola e Santa Margarida da Serra).	26 de setembro de 2022

7.7.6. EC 6. Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas de Monforte

EC 6. PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS DE MONFORTE

ENQUADRAMENTO		
Beneficiário	Município de Monforte	
Concelho	Monforte	
NUTS III	Alto Alentejo	
Enquadramento Temático	Prioridade de Investimento	PI 9.8 Inclusão e Comunidades Desfavorecidas
	Tipologia de Intervenção	Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas

OPERAÇÃO

Requalificação Física e Socioeconómica das Freguesias Assumar e Vaiamonte: Requalificação da Envolvente Bairro da Asseca Vaiamonte; Valorização Paisagística da Fonte de Baixo Assumar; Construção da Sala Polivalente/Refeitório e Edifício do ATL, em Vaiamonte

Objetivos da Operação	
Objetivos	• Requalificação e valorização paisagística e ambiental de espaço público, através de equipamentos para a coesão social, nas freguesias de Assumar e de Vaiamonte. • Integração e inclusão das comunidades desfavorecidas. • Diminuição das assimetrias sociais. • Promoção de ações físicas para a coesão que fomentem o combate ao abandono e ao insucesso escolar. • Melhoria da oferta de equipamentos sociais/de educação.

Planeamento Financeiro			
Data Prevista de Início	18.10.2016	Custo Total Aprovado Elegível (€)	170.203,57
Data Prevista de Conclusão	30.03.2018	Custo Total Executado Elegível (€)	170.203,57
Data de Aprovação	30.08.2017	Apoio Aprovado (€)	144.673,03
Estado da Candidatura	Concluída	Apoio Executado (€)	143.841,88
Data (a que reporta a informação)	31.03.2022	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores			
Indicadores contratualizados	Indicador		**Meta**
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	4.905,63 m2
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	8,00 (1 a 10)
Execução dos indicadores contratualizados (31.12.2021)	Indicador		**Execução**
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	2.021,63 m2
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	8,00 (1 a 10)

RACIONAL E OBJETIVOS

A requalificação física e socioeconómica das freguesias de Assumar e de Vaiamonte abrangia três ações diversas de requalificação e valorização física de alguns espaços, com forte presença de comunidades desfavorecidas, designadamente, de população de etnia cigana, ainda com uma fraca inserção na comunidade local. Por via de ações de melhoramento dos espaços públicos e de equipamentos sociais/educativos pretendia-se promover uma maior coesão social e assim reduzir as assimetrias sociais existentes e problemáticas como a exclusão social, o insucesso e o abandono escolar.
Simultaneamente, a operação visando objetivos de requalificação e valorização paisagística e ambiental de espaço público, procurava dotar estes espaços de multifuncionalidade, estabelecendo assim o equilíbrio entre espaços urbano/rural, contribuindo para a dinamização e revitalização socio cultural e económica dos aglomerados rurais.
As ações financiadas no âmbito do POR Alentejo 2014-2020 inseriam-se numa visão estratégica mais alargada para este território, tendo os resultados alcançados sido também potenciados pelos ganhos induzidos por outros planos (por exemplo, planos para a mobilidade).

Mais concretamente, as três ações consistiam em:

- Valorização Paisagística da Fonte de Baixo Assumar - situando-se numa zona periférica do aglomerado, o objetivo consistia na requalificação do espaço verde degradado, valorização paisagística e ambiental, permitindo a sua integração no espaço urbano, conferindo-lhe qualidade ambiental de acordo, com a sua classificação na Carta de Ordenamento. A ação identificada como prioritária considerava pequenas melhorias do espaço urbano, nomeadamente, a criação de um jardim urbano naturalizado com componente vegetal estruturante; maximizar a presença de vegetação na matriz urbana; criação de novos fluxos pedonais; criação de novo passeio; criação de utilização diversa permitindo a sua multifuncionalidade; melhoraria das condições de mobilidade com percursos que possibilitem o passeio em ar livre melhorando os acessos ao exterior; e criação de zonas de lazer e zonas de estadia.
- Requalificação da Envolvente Bairro da Asseca Vaiamonte – Identificado na Carta de Ordenamento numa UOPG como espaço urbanizado na envolvente ao bairro social, situa-se numa área periférica, pelo que se pretendia dotar o espaço de qualidade ambiental através da intervenção no espaço público, com alterações no piso promovendo modos suaves, (áreas pedonais), estacionamento e conectividade da via pública a áreas de estacionamento. Nesta ação constam o acesso aos logradouros, ao Bairro Social e a conclusão dos respetivos passeios, bem como os acessos em betuminoso de ligação aos equipamentos existentes na envolvente ao Bairro. Pretendia-se dotar o espaço de uma zona de lazer e convívio interjecional.
- Construção da Sala Polivalente/Refeitório e Edifício do ATL, em Vaiamonte - A ação consistia na construção de um edifício de apoio ao ATL para o pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico de Vaiamonte, projetado para uma capacidade máxima de 20 crianças e 5 funcionários. O edifício localiza-se em piso térreo com fácil acesso ao recreio, inclui uma copa, uma vez que não se confecionam refeições funcionando a mesma para garantir os serviços de apoio (lavagem de loiça e aquecimento de comida) ao refeitório e possui ainda uma instalação sanitária. Esta ação veio assim permitir ultrapassar a situação anterior marcada pelo funcionamento do ATL num contentor, desprovido das condições adequadas e necessárias que a resposta social exige, possibilitando assim a sua qualificação e adequação aos normativos existentes.

A Câmara Municipal de Monforte obteve conhecimento dos apoios aos FEEI através da CCDR Alentejo e CIM do Alto Alentejo. A Autarquia tem uma dinâmica de trabalho muito positiva e de proximidade com estas entidades, obtendo através delas informação sobre a disponibilidade de FEEI disponíveis, bem como o respetivo apoio à submissão das candidaturas e respetivo acompanhamento durante a execução das operações.

A CM de Monforte tem a sua visão estratégica para o município definida, bem como identificadas as suas prioridades. Contudo, em função da disponibilidade financeira vão concretizando as prioridades, verificando-se inequivocamente que sem os FEEI, não seria possível concretizar esta operação, até porque não têm conhecimento da existência de outros instrumentos de apoio público que estejam a financiar operações com as caraterísticas da que concretizaram.

Esta operação não se confrontou com desafios significativos, tendo beneficiado do facto da sua operacionalização se ter verificado nos primeiros anos de vigência do Programa Operacional 2014-2020, mais concretamente no período que antecedeu a Pandemia da COVID-19, pelo que não se confrontou com problemáticas decorrentes do encerramento de empresas de construção e subida dos preços dos materiais, à semelhança do verificado em outras operações apoiadas pelo POR Alentejo.

RELEVÂNCIA

Quanto à perceção dos aspetos que poderão condicionar o alcance dos objetivos previstos, prevalece um consenso entre os atores auscultados de que houve uma ampla aceitação destas ações pela população, na medida em que estas constituíram intervenções de valorização do espaço público e de equipamentos sociais e educativos, fulcrais para a melhoria das suas condições de vida. Não obstante, verificaram-se ações pontuais de vandalismo no espaço público, nomeadamente, no âmbito da ação de valorização paisagística da Fonte de Baixo Assumar.
Relativamente à experiência da Câmara Municipal de Monforte no relacionamento com a Autoridade de Gestão (AG) do POR Alentejo ao nível da concretização da operação, esta foi bastante positiva. A experiência decorreu dentro da normalidade e apesar de pequenas dificuldades como, por exemplo, no fornecimento tardio de materiais e o facto da plataforma ter inicialmente algumas lacunas, a CM de Monforte pode contar com o apoio continuado dos técnicos da CCDR Alentejo na resolução expedita destas pequenas dificuldades.

RESULTADOS E IMPACTES

Prevalece o entendimento entre os atores auscultados de que a operação alcançou amplamente os seus objetivos, quer de requalificação e valorização paisagística e ambiental, quer de promoção da coesão social e maior convívio intergeracional, quer ainda em matéria de redução das assimetrias existentes.

No que trata à valorização paisagística da Fonte de Baixo Assumar, para além da requalificação física do espaço público que permitiu uma melhoria significativa das condições, foi possível promover um espaço de encontro e convívio social de uma população heterogénea, quer em termos sociais quer etários. A melhoria do ambiente físico permitiu também a apropriação deste espaço por outros grupos, alguns dos quais provenientes de fora da freguesia de Assumar (por exemplo, o espaço passou a constituir uma referência para ponto de encontro, de descanso e de refeição para grupos de moto clubes, de praticantes de ciclismo, entre outros).

Relativamente à requalificação da envolvente ao Bairro da Asseca Vaiamonte, o facto de se tratar do espaço envolvente a um bairro social onde reside um elevado número de habitantes de etnia cigana, fazia desta uma ação fulcral, uma vez que a degradação das condições físicas reforçava os fenómenos de exclusão social e segregação socio-territorial deste grupo minoritário. A intervenção em múltiplos aspetos físicos (alterações no piso que se encontrava ainda em terra batida, conclusões dos passeios, etc....) facilitou o acesso às habitações, promovendo um aumento da satisfação dos residentes e um sentimento de preocupação da comunidade e do poder local com as suas necessidades quotidianas, enquanto concorre para a desconstrução de preconceitos e diminuição da perceção de insegurança dos habitantes nos territórios envolventes face a este bairro.

Por último, a construção da sala polivalente/refeitório e edifício do ATL, em Vaiamonte constituía-se uma intervenção fulcral, uma vez que o funcionamento desta resposta social ocorria no espaço de um contentor, resposta de cariz temporária desprovida das condições necessárias a um adequado desenvolvimento infantil, quer pelo espaço circunscrito, amplamente limitador da atividade letiva, mas também por se configurar excessivamente exíguo para a compatibilização de atividades (o espaço acolhia funções letivas, lúdicas, de refeição, sendo ainda particularmente desafiante os momentos de término da atividade letiva, limpeza e inicio das funções de ATL), quer pelas condições de climatização (muito quente no verão e com elevados níveis de condensação no inverno). Com efeito, a melhoria das condições de bem-estar das crianças, educadoras e auxiliares, em estreita concordância com as atuais orientações e normativos em vigor, constituem o resultado mais direto e visível desta ação. Acrescem, no entanto, impactes indiretos relevantes, com destaque para um maior bem-estar e articulação de toda a comunidade educativa, disponibilidade de uma sala polivalente para outros usos da comunidade educativa e da restante comunidade (por exemplo, realização da festa de natal, atos eleitorais, entre outros), bem como de condições mais favoráveis para a integração social de crianças provenientes de grupos minoritários, cuja permanência ao longo do ano se apresenta irregular, o que coloca desafios acrescidos ao funcionamento deste espaço com vista a assegurar a adequada integração destas crianças. O investimento neste equipamento de apoio à infância constituiu-se ainda determinante no combate ao despovoamento, situação particularmente relevante em territórios de baixa densidade. Esta ação levou a que algumas famílias continuassem a ter as crianças em respostas sociais em Vaiamonte. Num contexto de escola a tempo inteiro, esta ação veio suprimir a lacuna de inexistência de resposta nos períodos de interrupção letiva, assegurando uma oferta a crianças de Vaiamonte, mas também dos territórios adjacentes.

Os resultados desta operação foram ainda potenciados pelos de outras operações e planos, que conjuntamente contribuíram para uma inequívoca melhoria e qualificação destes territórios. Consequentemente, os atores auscultados consideram que se verificou uma valorização territorial irrevogável, com capacidade de atrair e fixar população. Atualmente, foi identificado um aumento expressivo do quantitativo de segundas residências em Vaiamonte, situação que se traduz na ocorrência de diversas intervenções de reabilitação do edificado.

Subsequentemente verificam-se assim ainda ganhos em termos de aumento do sentimento de pertença a este território, combate ao despovoamento territorial e ao isolamento da população idosa que aí reside, a que acrescem alguns indicadores de valorização da atividade económica (observados no setor da construção civil, embora se estejam a potenciar condições para o surgimento de novas atividades económicas).

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

De acordo com o promotor da operação, o facto de se tratar de uma operação relativamente simples e fácil de executar, há muito tempo planeada no município e que ia de encontro às necessidades da população contribuiu para que a mesma tenha tido uma operacionalização normal e desprovida de obstáculos.

Foram apenas identificados ténues constrangimentos informáticos, no que trata aos procedimentos administrativos e burocráticos exigidos pelo PO, mas que em parte se ficaram a dever ao facto desta operação ter acontecido numa fase muito inicial da operacionalização do PO, em que alguns procedimentos burocráticos e informáticos ainda não se encontravam totalmente estabilizados.

Não obstante, esta leitura, foram identificados dois desafios. Um desafio estratégico e financeiro diretamente associado à priorização de investimentos em função da tipologia de ações apoiadas pelo Programa Operacional e forte dependência do financiamento disponível. Entre os atores locais prevalece o consenso de que algumas necessidades de investimento que não foram possíveis de concretizar, por falta de financiamento, e que poderiam ampliar os impactes destas operações.

Um segundo desafio e de natureza mais operacional consiste nos desafios de preservação de alguns espaços reabilitados. Muito embora se tratando de ações de valorização do ambiente físico e que vão de encontro às aspirações da população residente, registam-se pontuais atos de vandalismo, o que coloca desafios acrescidos ao poder local, face aos custos financeiros e humanos que exige os rearranjos frequentes exigem.

LIÇÕES APRENDIDAS: FATORES DE SUCESSO E RECOMENDAÇÕES

Como fatores de sucesso identificam-se quatro fatores, nomeadamente:

- Maior continuidade do referencial estratégico entre quadros comunitários constitui-se determinante para o alcance de resultados mais efetivos;
- Dinâmica de trabalho entre os técnicos da Autarquia e a Equipa Técnica responsável pelo Programa Operacional marcada pela longevidade, proximidade e alguma informalidade;
- Existência de uma visão estratégica bem definida para o município, com as operações necessárias devidamente identificadas, essencial para a preparação de candidaturas em curtos períodos e capacidade de enquadramento nos Avisos de Concurso;
- Priorização de operações que vão de encontro às necessidades mais prementes da população, essencial para a valorização física destes espaços e determinante para o combate ao despovoamento em territórios de baixa densidade.

Nas recomendações futuras, destaca-se a necessidade de alocar maior investimento financeiro em determinados territórios, de forma a apoiar várias operações, face à escalabilidade de resultados que são assim possíveis de alcançar. Dada a insuficiência de verbas financeiras para responder a todos os territórios e respetivas necessidades, a opção pela dispersão de financiamento não se apresenta tão vantajosa, uma vez que reduz os ganhos alcançados no território e a capacidade de gerar mudança. As vantagens desta opção parecem inclusive compensar que alguns territórios tenham de aguardar maiores períodos para acolherem investimento. Acresce ainda que a concentração de investimentos pelo maior impacte que tem na mudança contribui também para uma maior visibilidade dos próprios FEEI junto da população e atores locais.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Método	Participante(s)	Data
Entrevista	Suzana Oliveira (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento, Câmara Municipal de Monforte)	02-08-2022
Focus Group	Mariana Mota (Vereadora Câmara Municipal de Monforte) Suzana Oliveira (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento, Câmara Municipal de Monforte) Gabriela Tsukamnoto (Empresa Transzacto) Joaquim Ferreira Peixe (Presidente da Junta de Freguesia de Vaiamonte) Paula Cordeiro (Representante da Junta de Freguesia de Assumar) Ana Filipa Pinheiro (Representante da Associação de Pais do ATL de Vaiamonte) Filomena Jacinto (Diretora Técnica de Centro Social Santo António de Vaiamonte)	27-09-2022

7.7.7. EC 7. Plano de Ação de Regeneração Urbana de Marvão

EC 7. PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA DE MARVÃO

ENQUADRAMENTO		
Beneficiário	Município de Marvão	
Concelho	Marvão	
NUTS III	Alto Alentejo	
Enquadramento Temático	Prioridade de Investimento	PI 6.5. Ambiente Urbano
	Tipologia de Intervenção	Reabilitação urbana

OPERAÇÃO

PARU de Marvão - Recuperação da Antiga Fábrica da Celtex, para Instalação do Parque de Máquinas Municipal (Cobertura e Fachadas)

Objetivos da Operação	
Objetivos	• Reabilitação e reconversão de espaço industrial abandonado, para instalação de serviços públicos; • Recuperar do património edificado do Concelho de Marvão - Santo António das Areias; • Melhoria do ambiente urbano e da imagem do aglomerado de Santo António das Areias; • Promoção do uso eficiente dos recursos e maximização dos efeitos positivos associados ao investimento público; • Aumento da população flutuante, no aglomerado de Santo António das Areias, potenciando a fixação de pessoas; • Aumento da população ativa empregada na freguesia de Santo António das Areias; ‡ • Incremento das relações socioeconómicas, decorrentes da deslocalização de serviços públicos, da sede de Concelho para a freguesia de Santo António das Areais.

Planeamento Financeiro			
Data Prevista de Início	01.11.2016	Custo Total Aprovado Elegível (€)	224.424,47
Data Prevista de Conclusão	30.06.2018	Custo Total Executado Elegível (€)	224.424,47
Data de Aprovação	29.07.2016	Apoio Aprovado (€)	190.760,80
Estado da Candidatura	Concluída	Apoio Executado (€)	176.288,03
Data (a que reporta a informação)	31.03.2022	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores			
Indicadores contratualizados	Indicador		**Meta**
	Realização	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas	2.500,00m2
	Resultado	-	-
Execução dos indicadores contratualizados (31.12.2021)	Indicador		**Execução**
	Realização	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas	2.500,00m2
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes	9,24 (1 a 10)

OPERAÇÃO

PARU de Marvão - Requalificação e Valorização Paisagística da Praça de S. Marcos

Objetivos da Operação	
Objetivos	• Melhoria do ambiente urbano e valorização e qualificação do conjunto edificado que constituí o aglomerado de Santo António das Areias; • Aumento da atração turística do aglomerado urbano de Santo António das Areias, promovendo a sua regeneração socioeconómica; • Melhoria da imagem urbana do aglomerado de Santo António das Areias; • Requalificação e valorização dos espaços de estadia e recreio de Santo António das Areias;

	• Eliminação de barreiras arquitetónicas existentes no espaço público e promoção da mobilidade e acessibilidade para todos; • Promoção do uso eficiente dos recursos e maximização dos efeitos positivos associados ao investimento público; • Fomento da sustentabilidade em territórios de baixa densidade populacional.

Planeamento Financeiro			
Data Prevista de Início	01-07-2017	Custo Total Aprovado Elegível (€)	206.660,21
Data Prevista de Conclusão	30-06-2019	Custo Total Executado Elegível (€)	206.660,21
Data de Aprovação	05-09-2018	Apoio Aprovado (€)	175.661,18
Estado da Candidatura	Concluída	Apoio Executado (€)	167.106,75
Data (a que reporta a informação)	31/03/2022	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores			
Indicadores contratualizados	Indicador		**Meta**
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	1.000m2
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano	5 (1 a 10)
Execução dos indicadores contratualizados (31.12.2021)	Indicador		**Execução**
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	1.000m2
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano	5,27 (1 a 10)

OPERAÇÃO

PARU de Marvão - Requalificação Urbana da Fronteira de Marvão - Porto Roque

Objetivos da Operação	
Objetivos	• Melhoria do ambiente urbano e valorização e qualificação do conjunto edificado de Porto Roque; • Promoção do uso eficiente dos recursos e maximização dos efeitos positivos associados ao investimento público; • Aumento da atração turística do conjunto edificado de Porto Roque, promovendo a sua regeneração socioeconómica; • Aumento da população residente no aglomerado de Porto Roque; • Fomento da sustentabilidade em territórios de baixa densidade populacional.

Planeamento Financeiro			
Data Prevista de Início	01-07-2017	Custo Total Aprovado Elegível (€)	157.489,50
Data Prevista de Conclusão	30-06-2018	Custo Total Executado Elegível (€)	157.489,50
Data de Aprovação	05-09-2018	Apoio Aprovado (€)	133.866,08
Estado da Candidatura	Concluída	Apoio Executado (€)	127.491,50
Data (a que reporta a informação)	31/03/2022	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores			
Indicadores contratualizados	Indicador		**Meta**
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	2.500,00m2
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano	5 (1 a 10)
Execução dos indicadores contratualizados (31.12.2021)	Indicador		**Execução**
	Realização	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	2.500,00m2
	Resultado	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano	7,55 (1 a 10)

RACIONAL E OBJETIVOS

O EC PARU de Marvão contemplou três operações na área da reabilitação urbana no município de Marvão.

- A operação de Recuperação da Antiga Fábrica da Celtex, contemplada no PARU de Marvão, para Instalação do Parque de Máquinas Municipal (Cobertura e Fachadas), integrada na ARU de Santo António das Areias, tinha como objetivo central a recuperação da antiga fábrica da Celtex, unidade industrial abandonada, que se encontrava em elevado estado de degradação para instalação das oficinas municipais e arquivo municipal. A fábrica da CELTEX no passado constituiu uma referência a nível industrial no concelho, desempenhando por isso um importante valor simbólico. Sendo este edifício propriedade do município, procurou-se com esta operação assegurar uma notável ação de requalificação urbana deste território.
- A operação de Requalificação e Valorização Paisagística da Praça de S. Marcos, contemplada no PARU de Marvão, visava a requalificação e valorização paisagística da Praça de S. Marcos, situada no aglomerado urbano de Santo António das Areias, de forma a permitir melhorar a imagem global de todo o tecido urbano envolvente, tornando-o mais aprazível e atrativo, sobretudo, porque esta se constitui como o mais importante espaço público, quer do aglomerado em questão quer da própria freguesia. Concomitantemente, esta operação visava melhorar, substancialmente, as condições de circulação pedonal e rodoviária, bem como as condições de segurança, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população residente e dos visitantes/turistas.
- A operação de Requalificação Urbana da Fronteira de Marvão - Porto Roque, situado na Fronteira de Marvão contemplada no PARU de Marvão, pretendia melhorar a imagem do tecido urbano envolvente, tornando-o mais aprazível e atrativo, para quem entra no país, a partir da fronteira em causa. Simultaneamente, visava melhorar as condições de circulação pedonal e rodoviária, assim como as condições de segurança, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população residente.

O promotor teve conhecimento dos apoios Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) através de reuniões com a CCDR Alentejo e da CIM, que recolhem informação e depois desenvolvem aos municípios para respetiva apreciação das áreas de interesse.
Na ausência do financiamento comunitário, o município não teria a possibilidade de realizar estes investimentos, dados constrangimentos orçamentais, uma vez que se trata de um município pequeno, com pouca população e aglomerados urbanos dispersos, o que se traduz numa reduzida receita própria e elevada dependência do orçamento de Estado, assim como dos FEEI, não tendo conhecimento de outros instrumentos de apoio público que estejam a financiar operações com as caraterísticas das que concretizou.

Não se verificaram impeditivos à concretização das operações, até porque não houve nada sujeito a visto do Tribunal de Contas, fator que geralmente pode constituir um constrangimento, nem houve reclamações relacionadas com a atribuição das obras a determinadas empresas de construção civil, decisão que também é frequentemente contestada e geradora de atrasos. Como aspetos que facilitaram essa concretização destacam precisamente o facto de os montantes em causa não obrigarem a visto do Tribunal de Contas, o que agilizou a realização das operações.
A disponibilidade de financiamento alterou a prioridade dos investimentos realizados, uma vez que o município dispõe da sua própria visão estratégica para o território concelhio, no entanto, esta encontra-se fortemente dependente dos objetivos dos Avisos de Concurso que são abertos e subsequentemente do financiamento disponível, acabando por priorizar os investimentos com enquadramento no financiamento existente.

RELEVÂNCIA

Quanto à perceção dos aspetos que poderão condicionar o alcance dos objetivos previstos, prevalece um consenso entre os atores auscultados de que nada condicionou o alcance dos objetivos previstos, na medida em que globalmente os objetivos estabelecidos para cada uma das três operações foram atingidos, porque se tratavam de espaços de elevado valor simbólico para o concelho e que se encontravam em avançado estado de abandono e degradação, pelo que as operações apresentaram-se francamente positivas.
Relativamente à experiência da Câmara Municipal de Marvão no relacionamento com a Autoridade de Gestão (AG) do POR Alentejo ao nível da concretização da operação, esta foi bastante positiva. A experiência decorreu dentro da normalidade, tendo beneficiado do facto da Equipa Técnica que acompanha a operacionalização do POR Alentejo ser muito acessível, existindo disponibilidade para a realização de contactos diretos, de forma a agilizar a superação de possíveis dificuldades. Acresce notar a existência de um histórico anterior de trabalho que permite uma boa dinâmica de articulação.

RESULTADOS E IMPACTES
Prevalece o entendimento entre os atores auscultados de que a operação alcançou amplamente os seus objetivos, quer de requalificação e valorização do ambiente físico dos espaços intervencionados, quer os diversos objetivos socioeconómicos daí decorrentes, como sendo o combate ao despovoamento, ao isolamento social das populações mais idosas, de aumento da população flutuante, do sentimento de identidade e pertença das populações com este espaço e incremento das relações socioeconómicas. No que trata à operação PARU de Marvão - Recuperação da Antiga Fábrica da Celtex, para Instalação do Parque de Máquinas Municipal (Cobertura e Fachadas) esta permitiu reabilitar e reconverter um importante espaço industrial abandonado, com elevado valor simbólico para o concelho. A sua reconversão e valorização ao possibilitar o acolhimento de serviços municipais (Parque de Máquinas Municipal e Arquivo Municipal), levou a criação de novos postos de trabalho (por exemplo, possibilitou que a técnica do arquivo que residia fora do concelho regressasse à sua terra natal), assim como constituiu uma oportunidade de transformação urbana com melhor separação de funções. A melhoria do ambiente urbano e da imagem do aglomerado de Santo António das Areias, assim como a maior concentração de usos num espaço onde já havia algumas atividades económicas veio permitido aumentar a circulação de residentes neste local, assim como uma maior dinamização das atividades económicas aí existentes. Esta maior concentração de pessoas e atividades constituiu-se fulcral, em particular em territórios de baixa densidade. Este projeto teve uma importância estruturante no concelho, desencadeando ainda impactes indiretos relevantes. Destaca-se o facto de com ele ter sido possível à Autarquia adquirir recentemente os terrenos onde anteriormente se encontravam as Máquinas Municipais, quando já anteriormente havia tentado efetuar esta operação sem sucesso, dada a relevância económica que estes terrenos apresentavam. Este é um espaço estratégico e de elevado potencial para o município, cuja aquisição irá permitir dar um uso que dignifique o conjunto patrimonial que lhe é adjacente. Relativamente à operação PARU de Marvão - Requalificação e Valorização Paisagística da Praça de S. Marcos, uma praça onde já existiam uma igreja e um jardim, constituía um espaço importante no funcionamento urbano deste aglomerado, em termos de fruição, lazer e de interação social. Contudo, este espaço não se apresentava funcional, encontrando-se desajustado dos mais recentes padrões de exigência da sociedade contemporânea, apresentava várias barreiras arquitetónicas que constituíam um fator relevante, uma vez que prevalece uma população residente maioritariamente idosa, fator que motivava a sua perda de dinamismo. A intervenção realizada ao eliminar as barreiras arquitetónicas existentes no espaço público, ao promover maior mobilidade e acessibilidade quer pedonal, quer rodoviária e potenciar uma inequívoca melhoria do ambiente e imagem urbana deste espaço, veio reforçar a sua apropriação quotidiana pelos residentes e facilitar a própria circulação rodoviária. Estes fatores positivos contribuem assim para maiores concentrações de residentes neste espaço, para um aumento da atração turística e subsequentemente atração socioeconómica. No seguimento desta operação, a Autarquia ainda elaborou uma nova candidatura, o PARU - Centro Cultural e Recreativo de Santo António das Areias, um edifício situado na Praça de S. Marcos, propriedade da Câmara Municipal de Marvão, que constitui uma referência para a população e para o município, tendo acolhido atividades culturais e artísticas, entre as décadas de 50 e 70. Com o fim do período de maior atividade industrial no concelho, houve um abandono deste espaço. Porém, tratando-se de um espaço de importância histórico-social no concelho, a sua requalificação era premente, sobretudo num contexto de Requalificação e Valorização Paisagística da Praça de S. Marcos. Atualmente, também esta operação se encontra quase concluída. Por último, no que trata à operação PARU de Marvão - Requalificação Urbana da Fronteira de Marvão - Porto Roque constituiu-se determinante para inverter o processo de despovoamento registado no decurso das últimas décadas. Com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia e subsequente abolição de fronteiras e livre circulação de pessoas, verificou-se um encerramento de diversas atividades (alfândega, GNR, posto de turismo, etc....) neste território, desencadeando um abandono quase completo da zona de Fronteira de Marvão – Porto Roque e degradação do edificado, onde chegaram a residir inúmeras famílias dos funcionários do Estado que aí prestavam serviço. A Autarquia dinamizou um processo de venda de lotes, a par com o processo de requalificação (limpeza urbana, melhoria dos pavimentos, etc..), o que permitiu uma melhoria significativa da imagem e capacidade atrativa deste espaço. Entre os impactes que decorrem desta operação destaca-se o facto de se ter conseguido atrair para este território novos residentes, em que aproximadamente 60% são provenientes de fora do concelho, alguns dos quais espanhóis, existindo já cerca de 7 crianças. Conseguiu-se assim desencadear a inversão do processo de despovoamento e de degradação do edificado, enquanto o espaço melhorou a sua imagem para as turísticas que visitam Marvão, o Alentejo ou o país e entram por esta antiga zona de fronteira. A evidência dos resultados positivos obtidos levou ao planeamento de novas intervenções para este território que pretendem dar continuidade aos resultados obtidos (por exemplo, investimento num parque de autocaravanas aproveitando uma importante zona de estacionamento aí existente; construção do primeiro percurso de pinturas rupestres, dada a identificação recente de uma figura rupestre e aproveitando a existência de outros achados semelhantes do lado espanhol, a cerca de 1km de distância deste bairro; e ainda a construção de um campo de padel, uma vez que ali próximos, em Espanha, existem dois muito procurados e de capacidade insuficiente, pelo que assim se procura atrair turistas espanhóis para lazer e desporto nesta área, assim como criar condições para a dinamização de atividades económicas).

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

De acordo com o processo de auscultação, o facto de se tratar de um território de baixa densidade e com acelerado processo de abandono, em alguns casos, dificulta amplamente o alcance dos resultados destas operações no que trata a inverter os processos de despovoamento e fraco dinamismo da atividade económica.

Em termos práticos, foi na operação do PARU - Requalificação e Valorização Paisagística da Praça de S. Marcos que se identificaram os maiores obstáculos, porque apesar dos residentes identificarem a necessidade de requalificação desta praça emblemática para o concelho, não houve uma boa aceitação da abordagem de requalificação adotada, designadamente, no que trata à nova forma de circulação rodoviária, que procurou adequar-se aos novos padrões e requisitos legais e promover mais espaços de circulação pedonal. Esta opção que coloca o peão no centro da opção estratégica adotada, em detrimento do automóvel, pretende criar espaços para as próprias atividades económicas, bem como facilitar a circulação de pessoas com mobilidade condicionada e assegurar uma maior disponibilidade de espaços para fruição e lazer. Após uma fase inicial de resistência à mudança e considerável contestação social, começa a verificar-se um processo de aceitação generalizado entre a população residente.

LIÇÕES APRENDIDAS: FATORES DE SUCESSO E RECOMENDAÇÕES

Como fatores de sucesso identificam-se cinco fatores, nomeadamente:

- O facto de o território ter um efetivo potencial turístico e elevado valor dos recursos paisagísticos e patrimoniais são fatores que contribuem para o sucesso das operações;
- Os mais recentes quadros comunitários de apoio valorizarem a adotação de estratégias de desenvolvimento territorial, o que potencia a definição de visões estratégicas e integradas nos municípios, com clara identificação das operações prioritárias facilita a agilização das candidaturas aos FEEI, mas também a seleção dos projetos estrategicamente mais relevantes para o município;
- A continuidade das abordagens estratégicas entre os mais recentes quadros comunitários de apoio, permite dar continuidade a aprendizagens, intervenções e investimentos anteriormente realizados;
- A disponibilidade de financiamento comunitário adequado, uma vez que estas intervenções acarretam custos elevados que seriam incomportáveis de ser assegurados exclusivamente pelos municípios, sobretudo, os mais pequenos e de baixa densidade, como é o caso de Marvão.
- A boa articulação e dinâmica de trabalho de proximidade existente entre os técnicos da Autarquia e as Equipas da CIM e as que acompanham a operacionalização do POR Alentejo, essencial na desconstrução de pequenos desafios e problemáticas, em particular em termos burocráticos.

Como lições aprendidas com estas três operações destacam-se essencialmente dois aspetos, designadamente:

- A necessidade de adotar processos de governança mais alargados, na fase prévia à definição dos projetos, de forma a melhor identificar as aspirações e necessidades daqueles que aí residem e trabalham, mas também de forma a promover ações de sensibilização e esclarecimentos sobre as opções adotadas e obrigações legais em vigor. Esta lição constitui-se nevrálgica para evitar situações de descontentamento da população. A auscultação do público-alvo ou dos atores diretamente envolvidos nas operações, permite também recolher um conjunto de orientações relevantes a considerar nos projetos das operações (por exemplo, no âmbito da operação de Recuperação da Antiga Fábrica da Celtex, contemplada no PARU de Marvão, para Instalação do Parque de Máquinas Municipal (Cobertura e Fachadas), os funcionários do Parque de Máquinas e a funcionária do arquivo municipal sentem que não foram devidamente auscultados, o que poderia ter evitado a adoção de opções que se têm relevado inadequadas, como sendo na escolha dos materiais e que obrigam a custos de manutenção acrescidos).
- A consciencialização de que os resultados pretendidos e desejáveis de obter não são passíveis de alcançar com operações singulares e que o plano de investimentos futuros deverá dar continuidade aos resultados obtidos com estas intervenções, em detrimento de uma abordagem de investimento territorial difuso.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Método	Participante(s)	Data
Entrevista	Ilda Maria Ramos Lourenço Marques (Chefe de Divisão Administrativa e Financeira – Câmara Municipal de Marvão)	12-08-2022
Focus Group	Emília Mena (Presidente da Junta de Freguesia de Santo António das Areias) Ilda Maria Ramos Lourenço Marques (Chefe de Divisão Administrativa e Financeira – Câmara Municipal de Marvão) Luís Costa (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Marvão) Sandra Paz (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Marvão Patrícia Marques (Técnica Superior de Arquivo)	26-09-2022

7.7.8. EC 8. Reabilitação e Requalificação das Portas dos Currais e Muralhas Adjacentes - Estremoz

EC 8. Reabilitação e Requalificação das Portas dos Currais e Muralhas Adjacentes - Estremoz

ENQUADRAMENTO		
Beneficiário	Município de Estremoz	
Concelho	Estremoz	
NUTS III	Alentejo Central	
Enquadramento Temático	Prioridade de Investimento	6.3 - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural
	Tipologia de Intervenção	14 – Património natural e cultural

OPERAÇÃO(ÕES)	
Objetivos da Operação	
Objetivos	• A operação teve como principal objetivo a reabilitação das Portas Monumentais da Cidade de Estremoz, em particular as Portas dos Currais (classificadas como Monumento Nacional pela Lei n.º 1:766 publicada no Diário do Governo, I Série, n.º 78 de 11 de abril de 1925, que atribuiu também a responsabilidade da sua conservação ao município), uma vez que apresentava um avançado estado de degradação, resultado de infiltrações na cúpula, exigindo uma intervenção de maior complexidade.

Planeamento Financeiro			
Data Prevista de Início	30.06.2016	Custo Total Aprovado Elegível (€)	846 622,70
Data Prevista de Conclusão	31.12.2019	Custo Total Executado Elegível (€)	793 007,42
Data de Aprovação	14.06.2017	Apoio Aprovado (€)	677 298,16
Estado da Candidatura	Encerrada / Concluída	Apoio Executado (€)	634 405,94
Data (a que reporta a informação)	31.03.2022	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores			
Indicadores contratualizados (14/06/2017)	Indicador		**Meta**
	Realização	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	13 987*
	Resultado	Variação do número de visitantes no equipamento intervencionado (diferença entre o número de visitantes antes e após a intervenção)	950*
Execução dos indicadores contratualizados (28/032021)	Indicador		**Execução**
	Realização	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	13 987*
	Resultado	Variação do número de visitantes no equipamento intervencionado (diferença entre o número de visitantes antes e após a intervenção)	950*

* Dada a funcionalidade do Monumento, que é de livre acesso público, não existem registos que permitam avaliar o indicador proposto.

RACIONAL E OBJETIVOS

O objetivo principal da operação foi a reabilitação de estruturas monumentais situadas na muralha de Estremoz, designadamente, as Portas Monumentais e as Portas dos Currais, que apresentavam elevado estado de degradação.

A conhecimento e identificação da oportunidade de financiamento para a intervenção resultou de contactos com a AG, sendo que a experiência dos recursos do Município envolvidos na preparação das candidaturas aos FEEI confere também um conhecimento aprofundado da lógica de funcionamento destes apoios.

Dada a dimensão e exigência financeira da intervenção, na ausência de financiamento comunitário não teria sido possível avançar com a mesma, o que se deve à menor capacidade financeira do município, não havendo recursos próprios que permitisse esta intervenção.

Assinalou-se o facto de, atualmente, existirem algumas linhas de financiamento dedicadas à reabilitação de recursos patrimoniais e turísticos nos quais talvez fosse possível enquadrar a operação em causa, embora à data estas ainda não existissem. Por outro lado, dada a disponibilidade de financiamento, não se identificaram aspetos que tivessem impedido a concretização da operação. Esta situação é reforçada pelo facto de haver já uma intenção prévia de recuperar o património em causa. Ainda que este seja património do Estado, cabe ao município de Estremoz garantir a sua conservação. Assim, quando surgiu a oportunidade de financiamento, a intervenção passou a ser considerada prioritária, ainda que fosse já uma necessidade latente, identificada pelo município, e que aguardava possibilidade de financiamento para ser concretizada.

RELEVÂNCIA

O espaço foi recuperado, sendo que atualmente se constitui como um recurso patrimonial mobilizável para a visibilização turística. Por outro lado, esta requalificação veio também contribuir para a melhoria da qualidade urbanística do tecido edificado na zona envolvente.

O relacionamento com a AG decorreu de forma normal, salientando-se a prioridade estabelecida por todas as partes envolvidas no processo, que passou sempre pela procura de entendimentos e soluções. Também o processo de instrução documental da candidatura, assim como a utilização da plataforma de submissão, decorreu normalmente, tendo os mecanismos tecnológicos usados para esse efeito funcionado sem problemas.

Há apenas a assinalar algumas dificuldades ao nível da definição e utilidade dos indicadores de monitorização, que, neste caso concreto, não se enquadravam na natureza do recurso patrimonial a intervencionar. Isto deve-se ao facto de se procurar medir o diferencial no número de visitantes antes e após a intervenção, sendo este um recurso que não permite a contabilização de visitantes (por não ter entradas ou visitas controladas e ser de acesso livre).

RESULTADOS E IMPACTES

Considera-se que a intervenção alcançou todos os objetivos relevantes, sendo que o resultado mais concreto foi a recuperação de um espaço patrimonial com importância cultural e comunitária para a cidade, não se tendo identificado impactes ou efeitos secundários não intencionais.

Como referido, sendo este um recurso patrimonial visitável sem controlo de entradas, foi difícil mensurar os resultados concretos que foram alcançados do ponto de vista da procura turística. Neste contexto, a grande mais valia foi a recuperação de um recurso estruturante, que, dadas as suas características, é potencialmente gerador de uma dinâmica de recuperação urbana noutros recursos e edifícios da cidade, melhorando a qualidade urbanística e a autoestima, induzindo potencialmente outras intervenções de requalificação.

Neste contexto, não é possível associar de forma direta essa melhoria a um aumento do número de turistas, pese embora possa ser enquadrada numa estratégia de valorização patrimonial de longo prazo que vise a classificação internacional de recursos patrimoniais que reúnam essas condições.

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

O grande desafio relativamente à execução desta intervenção foi a redução da taxa de comparticipação definida inicialmente. No entanto, como essa alteração foi concretizada numa fase prévia à abertura do concurso, foi possível desencadear o processo de contratação por um valor já atualizado e em linha com a taxa de comparticipação.

A consensualidade da intervenção fez com que não se tenham registado entraves ou oposição à mesma, contribuindo para o seu sucesso.

LIÇÕES APRENDIDAS: FATORES DE SUCESSO E RECOMENDAÇÕES

O desenvolvimento de uma candidatura e intervenção deste tipo acarreta situações de alguma exigência administrativa e técnica. Para o seu sucesso, identificam-se os seguintes fatores fundamentais:

- A boa capacidade de articulação entre os vários serviços da CM (promotor), uma vez que o processo de candidatura é complexo e exige contributos de natureza diversa;
- O consenso associado à própria tipologia da intervenção, que incide na recuperação de património histórico e cultural de natureza militar reconhecido pela generalidade da população e entidades locais e;
- O facto de a necessidade da operação e o projeto em si serem bastante concretos e comprováveis, o que facilitou o seu enquadramento e realização.

Não se identificam recomendações de natureza estruturante. Em todo o caso, foi sinalizada a possibilidade de ser adotada uma postura de maior transparência e abertura por parte da AG, tornando públicos os procedimentos e resultados de avaliação de todas as operações candidatadas, incluindo as não aprovadas. Desta forma, poderiam ser identificados os melhores exemplos e práticas na preparação e instrução das candidaturas, contribuindo para uma melhoria generalizada da sua qualidade, bem como da preparação dos promotores.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Método	Participante(s)	Data
Entrevista	Rita Serrano (Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Estremoz)	24 de Agosto de 2022
Focus Group	-	-

7.7.9. EC9. Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas

EC9. Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas

ENQUADRAMENTO		
Beneficiário	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	
Concelho	Santarém	
NUTS III	Lezíria do Tejo	
Enquadramento Temático	Prioridade de Investimento	2.3 - Reforço das aplicações de TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha
	Tipologia de Intervenção	50 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos

OPERAÇÃO - Plano Diretor de Informática Intermunicipal	
Objetivos da Operação	
Objetivos	Os principais objetivos da operação consistiam em transformar a Lezíria do Tejo numa região: • Mais competitiva, colocando as Tecnologias de Informação e Comunicação ao serviço do desenvolvimento económico e social e da melhoria da qualidade de vida das populações, disponibilizando informação e serviços em diversos domínios; • Mais solidária, disponibilizando serviços permitindo aos cidadãos e empresas o acesso à crescente variedade de serviços online, sobretudo aquela que este projeto irá disponibilizar.

Planeamento Financeiro			
Data Prevista de Início	08.05.2016	Custo Total Aprovado Elegível (€)	1 986 388,00
Data Prevista de Conclusão	30.03.2020	Custo Total Executado Elegível (€)	1 982 902,21
Data de Aprovação	02.09.2016	Apoio Aprovado (€)	1 688 429,80
Estado da Candidatura	Encerrada / Concluída	Apoio Executado (€)	1 685 466,96
Data (a que reporta a informação)	31.03.2022	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

Indicadores			
Indicadores contratualizados (02/09/2016)		Indicador	**Meta**
	Realização	Serviços da Administração Pública apoiados (n.º)	2
	Resultado	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras (%)	80
		Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos (%)	45
Execução dos indicadores contratualizados (07/04/2021)		Indicador	**Execução**
	Realização	Não identificados no "Comprovativo do Relatório de Execução"	-
	Resultado	Não identificados no "Comprovativo do Relatório de Execução"	-

RACIONAL E OBJETIVOS

Os principais objetivos desta operação eram o de dotar a CIMLT e os municípios que a integram de um conjunto de ferramentas e mecanismos tecnológicos que promovessem e dessem continuidade à modernização dos modelos de gestão organizacional.

Para tal, foi criada uma estrutura tecnológica com capacidade de processamento, armazenamento e redundância dos sistemas informáticos existentes nos Municípios, e uma "*Cloud* Intermunicipal", o que disponibilizou um sistema partilhado entre a Lezíria do Tejo para o alojamento de servidores, quer sejam eles virtuais e/ou físicos, entre outros recursos (armazenamento de dados e cópias de segurança). Estas estruturas visavam aumentar a capacidade de processamento e de armazenamento.

No que se refere à preparação e da candidatura, destaca-se o facto de a atividade regular da CIMLT permitir um conhecimento aprofundado dos FEEI assim como das várias possibilidades de financiamento. Neste caso em concreto, a partir de contactos informais com a AG, houve conhecimento prévio de que ocorreria a abertura de um concurso com estas características. Isto permitiu uma preparação atempada das várias componentes da candidatura, facto particularmente relevante dada a complexidade da mesma.

A preparação incluiu consultas ao mercado, sendo que à data da abertura do concurso, a generalidade dos processos preparatórios necessários estavam bastante avançados ou concluídos, incluindo reuniões com a AG.

Há também a assinalar a dimensão financeira da operação, que só poderia ser suportada com recurso a financiamento comunitário. A exigência de investimento não permitiria que os municípios, por si só, e apenas a partir dos seus orçamentos municipais, desenvolvessem este processo. Por outro lado, a maior disponibilidade financeira, permitiu também aprofundar e acrescentar outras componentes à candidatura, tornando-a mais robusta e completa. Dado que a não existência de financiamento resultaria no não desenvolvimento da operação, esta ganhou prioridade quando o concurso foi publicado. Por outro lado, não se considera que tenha ocorrido uma alteração na prioridade de investimento porque a operação não seria possível de concretizar sem financiamento.

Note-se ainda que a operação sofreu 2 reprogramações, o que permitiu acrescentar conteúdos à versão inicial, nomeadamente:

- Versão inicial – focada na aquisição de software e hardware;
- 1.ª reprogramação – focada na desmaterialização e reengenharia de projetos;
- 2.ª reprogramação – focada na digitalização de formulários (aumento do número de formulários acessíveis online).

Em termos de alternativas de financiamento, à data não se identificavam, ainda que, atualmente, no PRR existam possibilidades de financiamento que também se enquadram na mesma tipologia e características da operação em análise.

Para além do financiamento comunitário, dada a natureza da CIM, a operação não poderia ter sido concretizada se não tivesse ocorrido uma mobilização generalizada por parte dos municípios envolvidos. Apesar de se verificar uma sensibilidade diferenciada de cada CM para esta matéria, ocorreu uma compreensão generalizada das necessidades e valias da operação, o que facilitou a sua concretização. Em alguns dos municípios de menor dimensão, a modernização administrativa realizada não teria sido possível, o que também estimulou o seu envolvimento na operação.

RELEVÂNCIA

A relevância que é dada à operação, assim como o alcance dos objetivos previstos, está sempre dependente da estratégia política de cada município, sendo que existiam sensibilidades diferenciadas para este tema, o que se reflete também numa maior ou menor disponibilidade de recursos para acompanhar e apoiar o processo.

Por outro lado, os processos eleitorais também afetaram o desenvolvimento do processo. Ainda assim, estas situações tiveram impactes principalmente ao nível do horizonte de execução e não tanto ao nível do alcance dos objetivos previstos. Para tal foi fundamental o empenho dos recursos humanos da CIMLT e dos municípios.

Salienta-se também a natural resistência à mudança por parte de alguns recursos humanos, uma vez que vários dos procedimentos passaram a realizar-se de forma desmaterializada, obrigando à atualização de metodologias e processos que estavam já muito assimilados e que obrigaram a uma reaprendizagem.

Salienta-se que se realizaram poucas interações com a AG, e as que se realizaram foram consideradas positivas e construtivas. Dada a complexidade tecnológica da operação, foram colocadas várias questões, geralmente abordadas de forma eficiente, tendo sido ultrapassados todos os problemas e constrangimentos que foram surgindo.

RESULTADOS E IMPACTES

A CIMLT tem uma equipa de informáticos que reúne mensalmente e que desenvolveram a abordagem para o Plano, tendo identificado os principais problemas e dificuldades técnicas que se colocavam à Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) e respetivos municípios. Esta abordagem contribuiu para o alcance generalizado dos objetivos propostos, porque foi focada na resolução de constrangimentos concretos.

Apesar dos desafios decorrentes da sensibilidade política e da disponibilidade de recursos, na generalidade dos municípios foram implementados os vários processos tecnológicos identificados no âmbito da operação, pelo que os objetivos se consideram alcançados. Ainda assim, existem municípios com algum atraso face à calendarização prevista, no entanto, e apesar desse atraso, é expectável que venham a conseguir implementar os processos em causa.

O Plano Diretor de Informática Intermunicipal (PDII) incidiu sobre diversas componentes tecnológicas quer da CIMLT quer dos municípios. Foram desenvolvidos vários processos de digitalização e desmaterialização que possibilitam uma tramitação processual mais célere e descomplicada, o que contribuiu para a transparência e agilização de processos. Foram igualmente implementados vários processos de desmaterialização que permitem o trabalho remoto. Foram ainda desenvolvidos mecanismos de *Disaster Recovery* que permitem um back-up dos dados dos municípios, para além do desenvolvimento de formulários digitais que permitem um contacto mais ágil dos munícipes com os organismos municipais.

Esta situação de envolvimento dos vários municípios numa causa comum, permitiu atenuar fragilidades e contribuir para uma maior coesão, por via de supressão de alguns constrangimentos no acesso a este tipo de tecnologias por parte de alguns municípios e respetivos munícipes.

Os impactes podem ser pouco visíveis do ponto de vista formal, mas é notório um crescimento sucessivo e que a longo prazo, tem sido mais notório. Os grandes objetivos, designadamente, a digitalização, a desmaterialização e a concretização de uma *cloud* foram totalmente alcançados.

Um dos aspetos que merece maior realce é o facto de os processos de obras, que por norma são os mais complexos, já poderem ser submetidos digitalmente em vários municípios.

Por outro lado, é também notória uma maior maturidade digital por parte dos recursos humanos dos municípios envolvidos, o que lhes permite maior abertura a futuros melhoramentos tecnológicos que venham a ser implementados.

Do ponto de vista da CIMLT, o processo de gestão documental foi otimizado, com ganhos em tempo e eficiência. No entanto, a CIM tem já processos bastante consolidados que lhe permitem gerir de forma eficiente todos os processos tecnológicos em que está envolvida, facto que se acentuou com a concretização da operação.

No que se refere às competências delegadas, estão atribuídas à CIMLT competências em matéria de inspeção de elevadores, sendo que nesse âmbito não se registam alterações relevantes.

Em matéria de impactes, numa primeira fase, destaca-se a pluralização e a disseminação de mecanismos tecnológicos mais seguros e evoluídos, colocando num patamar de maior equivalência os vários municípios da região. Esta situação de maior equidade coloca-se também ao nível dos munícipes, já que, graças ao desenvolvimento da operação, foram implementados vários pontos de atendimento centralizados que, com a conexão entre sistemas, permitem tratar de vários assuntos no mesmo local. Noutros casos, é até possível resolver e acompanhar várias situações remotamente.

Esta situação está em linha com a promoção da equidade e coesão social e territorial, facilitando e qualificando os serviços prestados à população.

Finalmente, destaque-se o facto de ser possível desenvolver trabalho remoto (por parte dos técnicos municipais) a partir de casa ou de qualquer outra localização sem que ocorram perdas de produtividade ou de menor acesso aos ficheiros e aos dados com que lidam diariamente, estando ainda assegurada a sua segurança. A digitalização de processos e acessos remotos permitiu, por um lado, atenuar vários efeitos causados pela pandemia (manutenção do trabalho por via remota ou por acesso remoto aos serviços municipais).

Como já referido, foram também realizadas algumas aproximações tecnológicas entre os vários municípios que, dadas as suas características, eram bastante heterogéneas. O *timing* associado à implementação e desenvolvimento da operação, permitiu desde logo atenuar vários dos impactes nefastos associados à fase aguda da pandemia de COVID-19, colocando em evidência a importância da operação. De um modo geral, permitiu aos municípios manterem-se em funcionamento, o que confirma a sua utilidade e importância.

OBSTÁCULOS E DESAFIOS

Ao nível interno (CIMLT) não se verificaram quaisquer constrangimentos. O projeto foi apresentado em sede de conselho intermunicipal e foi aprovado. Posteriormente, foram realizadas algumas ações de sensibilização e de alerta para as componentes que necessitavam de maior abertura à mudança.

Os grandes constrangimentos e desafios resultavam da própria sensibilidade política, que por sua vez determinava a abertura ou diligência com que os recursos humanos dos municípios tratavam dos temas relacionados com a operação.

Estes foram ultrapassados com um elevado sentido de comunidade, sendo que a pertinência da operação foi gradualmente aceite pelos municípios que, consequentemente, a apoiaram. Um dos aspetos fundamentais foi o facto de ter sido um projeto estudado, preparado e desenvolvido pelos técnicos da CIMLT. Isto foi particularmente relevante uma vez que estes técnicos têm um profundo conhecimento e sensibilidade para os constrangimentos com que os municípios se deparam no seu quotidiano. Isto garantiu a proximidade entre o âmbito da operação e um conjunto concreto de necessidades que se procuravam satisfazer.

Por outro lado, o sentido de comunidade e a capacidade de ultrapassar diferenças internas foi igualmente determinante, sendo que isso foi alcançado através de uma consensualização gradual da pertinência da operação para a atividade municipal.

LIÇÕES APRENDIDAS: FATORES DE SUCESSO E RECOMENDAÇÕES

Os aspetos tidos como mais relevantes na promoção do sucesso da operação são:

- A identificação de necessidades e dificuldades numa fase prévia, ainda antes de haver um conhecimento concreto dos moldes da candidatura. Isto permitiu uma preparação sólida das várias componentes a candidatar.
- A disposição para a abertura e a mudança tecnológica, assim como o sentido de comunidade e entreajuda entre os municípios foi igualmente fundamental para ultrapassar constrangimentos pontuais.
- Finalmente, a capacidade de planeamento e de aceitar que alguns municípios têm períodos de desenvolvimento mais longos ou mais curtos contribuiu igualmente para o sucesso da operação.

Sempre que se trata de operações relacionadas com a modernização tecnológica, devem-se reconhecer taxas de execução que vão além da componente física e material (abordando o processo como um todo, e não apenas pequenas partes "materiais ou físicas").

Por outro lado, devem ser valorizadas as candidaturas no âmbito de comunidades ou agrupamentos, em detrimento de candidaturas individuais. Devem ser particularmente valorizadas aquelas em que se abordam necessidades como um todo e que contribuem para uma maior coesão territorial. Neste âmbito deve-se promover a sensação de comunidade, através da partilha de recursos, em detrimento de uma fixação "cega" dos valores que estavam atribuídos a cada município.

Finalmente, existe uma grande dificuldade de integração de plataformas, o que representa um custo elevado no momento de iniciar a comunicação e ligação entre plataformas. Neste âmbito, deve haver maior controlo na diversidade de plataformas usadas pela administração pública (central e local), procurando promover-se a sua conectividade.

Como nota final, salienta-se que os valores de manutenção de software (serviços de atualização) geralmente não estão contemplados nas candidaturas. Estes podem ter custos elevados (semelhantes ao da compra de um novo serviço). Destaque-se o facto de a componente da segurança implicar serviços e manutenções que requerem um pagamento regular.

Isto resulta da mudança no paradigma de utilização informática, em que o acesso ao programa é temporário e, para que se mantenha, é necessário o pagamento de uma subscrição, e não um pagamento único. Esta situação pode obrigar à reformulação das regras de acesso ao financiamento.

Por outro lado, a componente de atualização (acrescentar módulos ou funcionalidades) implica manter o serviço, sendo que a contratação de novos serviços é geralmente mais cara. Em alguns casos, houve a necessidade de acrescentar módulos (*upgrade*) a um serviço já contratado e, devido à dimensão financeira da operação, foi necessária a abertura de um concurso público. Caso um novo operador se tivesse candidatado e vencido o concurso, ocorreria uma entropia significativa para todo o processo, para além de ser necessário um quase recomeço total das atividades desenvolvidas até então, que estavam a ser desenvolvidas tendo em vista as plataformas e módulos já em utilização.

Para evitar este tipo de situações, deve ser ponderada a possibilidade de introduzir garantias de continuidade na avaliação das candidaturas relacionadas com os custos de manutenção e atualização das aplicações e programas (software) associados.

METODOLOGIA DE ANÁLISE		
Método	**Participante(s)**	**Data**
Entrevista	Carlos Diogo (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo)	23 de agosto de 2022
Focus Group	-	-

Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Alentejo

Relatório Final

CEDRU
Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda
Rua Fernando Namora 46A
1600-454 Lisboa
(+351) 217 121 240
www.cedru.com

Com assistência técnica:
EY-Parthenon Lisbon
Avenida da República 90 - 3 Andar,
1649-024 Lisboa
(+351) 217 912 000
https://www.ey.com/pt_pt

Data:
28 de abril de 2023